

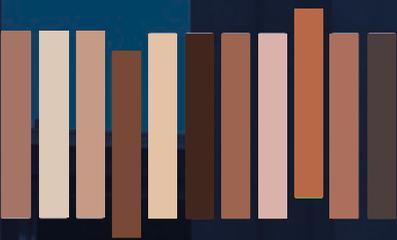
ISSN 1646-8104

migrações

Migrações_#16_dezembro 2019

AFRODESCENDENTES EM PORTUGAL

www.om.acm.gov.pt



REVISTA MIGRAÇÕES

NÚMERO TEMÁTICO
AFRODESCENDENTES EM PORTUGAL

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES, ACM I.P.

www.om.acm.gov.pt





migrações

www.om.acm.gov.pt

MIGRAÇÕES

Revista do Observatório das Migrações

N.º 16, dezembro de 2019

Diretora: Catarina Reis de Oliveira

Coordenação Editorial deste volume: Catarina Reis de Oliveira e Tiago Santos

Comissão Científica deste volume: Ana Paula Beja Horta, Catarina Reis Oliveira, Inês Simões Farinha, Laura Fernandes Madeira, Marta Araújo, Pedro Góis, Sónia Dias, Tiago Santos

Colaboraram neste número os autores: Ana Caroline Trindade dos Santos, Antonieta Rosa Gomes, António da Graça, Bárbara Bäckström, Benalva da Silva Vitorio, Carolina Jardim, Helena Borges Manuel, Sofia Marques da Silva, Pedro Vasconcelos, Tiago Santos

Assistente de Redação deste volume: Susana Godinho

Tradução e revisão de inglês: Inês Simões Farinha

Conceção Gráfica: António Souto

Paginação deste número: CMVA Print

Propriedade do Título e Edição:

ACM – Alto Comissariado para as Migrações, IP
Rua Álvaro Coutinho, 14
1150-025 Lisboa – Portugal

Periodicidade: Anual

ISSN: 1646-8104

Correspondência:

Observatório das Migrações, Revista Migrações
Rua Álvaro Coutinho, 14
1150-025 Lisboa – Portugal
E-mail: migracoes@acm.gov.pt

Depósito Legal: 462136/19

- 05** **Preâmbulo**
Rosa Monteiro, Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade
- 07** **Nota de Abertura**
Pedro Calado, Alto-comissário para as Migrações
- 09** **Nota da Diretora**
Catarina Reis Oliveira, Coordenadora do Observatório das Migrações
- 15** **I. INVESTIGAÇÃO**
- 17** **Os Afrodescendentes e as fronteiras da identidade**
Antonieta Rosa Gomes
- 33** **Segundas Gerações de Cabo-verdianos na Europa: Reforçando os Laços com o País Ancestral**
António A. da Graça e Bárbara Bäckström
- 53** **Um retrato social do racismo para com os afrodescendentes em Portugal**
Tiago Santos
- 79** **O ativismo negro em Portugal: dinâmicas e reivindicações**
Ana Caroline Trindade dos Santos e Pedro Vasconcelos
- 97** **A participação de jovens afrodescendentes em associações de imigrantes de Portugal: repercussões no engagement escolar**
Carolina Jardim e Sofia Marques da Silva
- 117** **Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva: uma intervenção de enfermagem comunitária com jovens descendentes de imigrantes dos PALOP**
Helena Borges Manuel
- 141** **II. ENSAIOS**
- 143** **Afrodescendente no ritual das palavras e do silêncio**
Benalva da Silva Vitorio

Rosa Monteiro

Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

O lugar das pessoas africanas em Portugal é incontornável desde as primeiras chegadas, há cerca de cinco séculos. Mas trata-se de um lugar praticamente oculto, em resultado da reiterada desvalorização das práticas de escravatura e de fenómenos de invisibilização e de exclusão socioeconómica. Como tem vindo a ser reconhecido, ainda não colocámos suficientemente em causa a abordagem lusotropicalista nem problematizámos verdadeiramente os efeitos do colonialismo português, como bem destaca o texto de Tiago Santos na presente publicação.

Invisibilidade e silenciamento são, infelizmente, comuns a Portugal e a outros países. Por esta razão, a Organização das Nações Unidas decidiu declarar a “Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024”, incentivando os Estados membros a aprofundar, de juris e de facto, a plena valorização dos direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos de pessoas de descendência africana, bem como a sua participação plena e igualitária em todos os aspetos da sociedade.

O termo *Afrodescendente*, cunhado justamente pelas Nações Unidas, refere-se às pessoas de ascendência africana mas que residem noutros países. No caso de Portugal, engloba cidadãos e cidadãs de nacionalidade estrangeira, mas, mais ainda, muitos portugueses e portuguesas.

O presente número da revista Migrações enquadra-se, portanto, nas iniciativas que procuram assinalar, entre nós, a Década Internacional de Afrodescendentes. Trata-se de um conjunto alargado e diverso de atividades, novas ou de continuidade, que respondem aos desafios da década nos seus 4 eixos: *Reconhecimento*, para o qual os estudos ora apresentados muito contribuem; *Justiça*, nomeadamente através do papel reforçado da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR); *Desenvolvimento*, como sucede, entre outras medidas, com a integração de crianças e jovens através dos projetos Escolhas, ou o apoio técnico e financeiro concedido ao associativismo de migrantes e descendentes; e *Discriminações Múltiplas e Interseccionais*, entre as quais destaco o seminário e os workshops sobre a situação das mulheres negras e afrodescendentes em Portugal, a brochura da autoria da Professora Isabel Castro Henriques “Mulheres Africanas em Portugal”, ou o projeto-piloto “Práticas Saudáveis: Fim à Mutilação Genital Feminina” (2018-2020).

Nesta linha, os textos agora publicados abordam a questão afrodescendente em Portugal sob um largo espectro – apresentando dados sobre pertença, identidade e integração, a par do papel do ativismo e do associativismo ou das práticas e perspetivas em serviços de saúde, não deixando de encarar o tema premente do racismo na nossa sociedade.

Dizia a escritora Toni Morrison que é preciso *persistência e honestidade para penetrarmos nas nossas defesas mentais*. Muitas dessas defesas são mundividências preconceituosas que, como sociedade, chegaremos a ultrapassar. Por isso apostamos seriamente nesta área, assumindo-a como mais um meio para o aprofundamento de uma sociedade plural, coesa e desenvolvida. Porque o património cultural e simbólico português é também fruto da sua riqueza afrodescendente.

Pedro Calado

Alto-Comissário para as Migrações

A Assembleia Geral da ONU declarou a presente década (2015-2024) como a Década Internacional dos Afrodescendentes, num sinal claro de que prevalecem desigualdades sociais nas mais variadas esferas do quotidiano destas pessoas – no acesso a educação de qualidade, no acesso ao mercado de trabalho, na habitação ou nos cuidados de saúde. Os direitos humanos dos Afrodescendentes devem, não só, mas também por isso, ser não só reconhecidos, mas também protegidos e cumpridos na prática. Tendo isto em conta, a comunidade internacional foi chamada a colocar no terreno medidas concretas, locais e nacionais, que efectivem esse reconhecimento e de alguma forma enobrecem a memória histórica das pessoas afrodescendentes.

Portugal tem uma responsabilidade acrescida perante este desafio devido aos laços que nos unem a vários países africanos e ao passado que com eles partilhamos e é por isso mesmo que as relações transatlânticas com os países lusófonos ou de língua oficial portuguesa têm constituído uma prioridade na política externa da democracia portuguesa. É involudável que a língua portuguesa é o elemento de coesão que faz questão de nos relembrar a História e a necessidade de continuar a aprofundar e solidificar essas relações, por si só já profundas e estreitas.

É nesse âmbito que surge este número temático da Revista Migrações do Observatório das Migrações, isto é, numa tentativa de aprofundar o conhecimento sobre as comunidades afrodescendentes em Portugal, refletindo sobre a sua identidade, património e relação com o país ancestral; passando também pelo percurso histórico dos fluxos migratórios africanos para Portugal, e pelos movimentos associativos que no dia-a-dia lutam para que os afrodescendentes se sintam devidamente integrados e reconhecidos na sociedade portuguesa. É ainda de destacar o retrato social do racismo em Portugal, pois o primeiro passo para se solucionar um problema social é reconhecê-lo como tal, e nem sempre há essa coragem.

É imperativo realçar que o quadro legislativo português é vasto no que toca à matéria da não discriminação. Desde o Artigo 13º da Constituição, que determina o Princípio da Igualdade, consagrando a "dignidade social" e a igualdade perante a lei; ou o Artigo 24º do Código do Trabalho, por exemplo, que estabelece o "direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho" ou até mesmo a Lei 93/2017 que estabelece o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem. No entanto, o presente volume realça que são as práticas e os discursos sociais que discriminam, tornando a diferença em algo de negativo.

As construções identitárias de "africanidade" resultam das percepções que os indivíduos têm deles próprios, bem como das suas relações sociais e da forma como estão representados na sociedade. A multiplicidade de identidades pode e deve ser tida como fonte de riqueza cultural. Para que tal aconteça, são necessárias políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades e o cumprimento de todos os direitos civis, políticos e sociais de todos os cidadãos, independentemente das suas construções identitárias.

Este volume temático da Revista Migrações constitui, portanto, um notável contributo para um futuro melhor, no qual todos os afrodescendentes se sintam realizados e vistos como iguais.

Catarina Reis Oliveira

Coordenadora do Observatório das Migrações

Durante o ano de 2018 o Observatório das Migrações (OM) teve aberto um convite à academia para a apresentação de artigos científicos originais a integrarem um volume especial da sua Revista Migrações dedicado ao tema dos Afrodescendentes em Portugal, para assinalar a *Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024*.

A *Década Internacional de Afrodescendentes*, para o período entre 2015-2024, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (através da Resolução 68/237, de 23 de dezembro de 2013), encontrando-se centrada nos temas do reconhecimento, justiça e desenvolvimento, e enquadrada no combate ao racismo, xenofobia e a discriminação racial das pessoas de ascendência africana. No ano seguinte a Assembleia Geral aprovou o programa de atividades para a implementação desta década internacional (Resolução 69/16, de 18 de novembro de 2014), clarificando os objetivos específicos da década e identificando atividades para serem definidas ao nível nacional, regional e internacional.

Nestas resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, os afrodescendentes são identificados como o universo de pessoas de descendência africana ou com ascendência no Continente Africano dispersas no mundo, e que incluem tanto os descendentes das vítimas da escravatura transatlântica, como os descendentes ou naturais de países africanos de vários fluxos migratórios (ponto 4 do anexo da Resolução 69/16). Mais identificam estas Resoluções os afrodescendentes como sendo um dos grupos mais pobres e marginalizados no mundo, com acesso limitado à educação de qualidade, serviços de saúde, habitação e proteção social, e como vítimas de múltiplas formas de discriminação racial nos países onde residem.

Ao nível do programa de atividades apresentado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, na vertente do tema do reconhecimento, foi destacada a importância dos países melhorarem o conhecimento acerca dos afrodescendentes e promoverem a recolha de dados estatísticos. Foi proclamada a necessidade dos países procederem a todos os meios necessários para monitorizarem a situação dos afrodescendentes de forma regular e aumentarem a sua visibilidade (ou combaterem a sua invisibilidade) nas sociedades, incentivando-se a recolha de dados estatísticos desagregados por origem ou descendência africana que respeitem os princípios da privacidade e da autoidentificação dos indivíduos (pontos 13, 14 e 15 da Resolução 69/16, de 18 de novembro de 2014).

Para dar o mote a este volume, a resposta a duas questões iniciais parecem estar na base de tudo: quem são os afrodescendentes? E quantos são e que características têm os afrodescendentes em Portugal? Embora estas duas questões pareçam simples e evidentes, merecendo uma resposta rápida e direta, na realidade têm subjacentes complexidades, desafios e dilemas no contexto português.

Como se elencou, a definição de afrodescendente, segundo as próprias orientações da Assembleia Geral das Nações Unidas, inclui tanto o universo de descendentes das vítimas da escravatura transatlântica entre os séculos XV e XIX (estimam-se cerca de 11 milhões de indivíduos vítimas do comércio de escravos no Atlântico, entre 1450 e 1900, multiplicando-se esse universo pelos seus descendentes dispersos no mundo),

como o universo de descendentes de diferentes vagas migratórias de africanos desde o século XX. Já na Resolução do Parlamento Europeu, de 26 de março de 2019, sobre os *Direitos fundamentais dos afrodescendentes* na Europa (2018/2899(RSP)), ao conceito de afrodescendentes acrescenta-se aos elementos definidores de origem, descendência e ascendência, o elemento fenotípico como elemento identificador do universo, elencando-se várias expressões que o Parlamento considera serem veiculadas no contexto europeu – e.g. 'afro-europeus', 'africanos europeus', 'negros europeus', 'afro-caribenhos' ou ainda 'caribenhos negros' -, "*referindo-se a pessoas nascidas na Europa, com cidadania europeia ou que vivem na Europa e que têm antepassados africanos ou são descendentes de africanos*" (ponto A).

Resulta que não apenas é evidente que o universo de afrodescendentes não é um todo homogêneo, nem se assume como um grupo coerente ou uma comunidade com identidade uniforme, como se somam séculos de pessoas afrodescendentes de vários períodos por identificar. Reconhecendo-se ser quase impossível identificar a totalidade do universo de afrodescendentes de quase cinco séculos de vítimas da escravatura, não deixa de ser igualmente complexo contabilizar o universo de descendentes de migrantes africanos. Segundo a referida Resolução do Parlamento Europeu, estimam-se 15 milhões de afrodescendentes a viver na Europa, embora se admita que não havendo uma recolha sistemática de dados na Europa, ou a mesma não se basear na autoidentificação dos inquiridos e omitir, "*frequentemente, os descendentes de migrantes ou migrantes de terceira geração, entre outros*" (ponto C), dificilmente esse número reflete a realidade.

Salientando apenas o universo de descendentes de migrantes africanos contemporâneos, foco essencial deste Observatório das Migrações, estamos a falar de pelo menos três vagas migratórias distintas para Portugal: uma que remonta à década de 1960, com a chegada sobretudo de naturais de Cabo Verde para as atividades da construção e obras públicas¹; a segunda de finais da década de 1970, que viria a ser identificada como o fluxo de meio milhão de retornados ; e a terceira desde meados da década de 1980, mantendo-se nas últimas cinco décadas, associada à imigração laboral e ao reagrupamento familiar de naturais dos PALOP para Portugal. Estes fluxos migratórios acumulados induzem a uma expectativa de uma população de origem africana ou afrodescendente em Portugal bastante numerosa.

No entanto, uma vez que as fontes de dados nacionais apenas contabilizam a população em função da nacionalidade ou, para alguns indicadores, em função da naturalidade dos próprios indivíduos, torna-se difícil saber com rigor quantos são os afrodescendentes entre o universo de residentes em Portugal já com a nacionalidade portuguesa ou já nascido em Portugal, tornando este universo em risco de invisibilidade, conforme identificado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

É facto que em Portugal as fontes de natureza estatística e administrativa não permitem apurar a realidade dos afrodescendentes (mesmo dos afrodescendentes descendentes de migrantes). Segundo dados recolhidos no último Recenseamento Geral da População (Censos de 2011), residiam em Portugal 369.989 cidadãos nascidos num país africano (42,4% do total de naturais do estrangeiro), representando três vezes mais do que os cidadãos com nacionalidade efetiva de um país africano (102.893, ou 26,1% do total de

estrangeiros residentes). Nestes universos de naturais e nacionais africanos estão sobre representados os cidadãos nascidos nos PALOP (345.864 cidadãos), refletindo o triplo dos indivíduos com nacionalidade dos PALOP (96.383). É evidente que estes dados não são suficientes para responder ao desafio da Assembleia Geral das Nações Unidas de se monitorizar a situação dos afrodescendentes de forma regular, ou de apurar dados estatísticos desagregados por origem ou ascendência africana.

Ora atendendo a estes e a outros constrangimentos e recomendações internacionais para a recolha de dados em Portugal, entre 5 de fevereiro de 2018 e 3 de abril de 2019 decorreram os trabalhos do Grupo de Trabalho sobre questões "Étnico-Raciais" nos Censos 2021, criado pelo Despacho n.º 7363/2018, nos quais tive a oportunidade de participar. Os trabalhos deste grupo partiram do objetivo de refletir se a inexistência de dados que monitorizem a ascendência e a descendência, nomeadamente a africana, dos residentes em Portugal, justifica a recolha de dados étnico-raciais que disponibilizem informação estatística que vá para além da nacionalidade ou naturalidade dos indivíduos residentes no país. Ao longo de doze sessões de trabalho, os participantes deste grupo de trabalho, que integrou também representantes dos movimentos de afrodescendentes em Portugal, procederam à contextualização da recolha do tipo de dados em causa no domínio da investigação e das políticas públicas, bem como no domínio legal, destacando as vantagens e as desvantagens da recolha de dados étnico-raciais em Portugal, tendo em vista o desenho de políticas públicas orientadas para a redução das desigualdades sociais com base na racialização e etnicização de pessoas e o combate à discriminação racial e étnica. No âmbito dos trabalhos do grupo foi também promovida uma sondagem nacional que validou que a maioria dos residentes em Portugal (mais de 8 em cada 10) é favorável à recolha de dados étnico-raciais através dos Censos, confirmando assim também os resultados de Eurobarómetros anteriores que chegaram a conclusões semelhantes. A reflexão desenvolvida conduziu à produção de um Relatório com recomendações relativas à introdução e operacionalização nos Censos 2021 de questões referentes à origem e ao sentimento de pertença a categorias sociais de base étnica e racial.

Embora no final do primeiro semestre de 2019 tenha ficado evidente que não será nos Censos de 2021 que Portugal passará a recolher dados étnico-raciais, o Conselho Superior de Estatística de Portugal reconheceu a necessidade do país passar a ter informação atual e de qualidade *"sobre a diversidade étnica na sociedade portuguesa como base fundamental para se virem a conhecer práticas discriminatórias e desigualdades sociais construídas com base na origem/pertença étnica das pessoas"*, comprometendo-se o Instituto Nacional de Estatística a avaliar uma solução alternativa baseada na aplicação de um inquérito a uma amostra representativa da população residente que permita a caracterização da composição étnica da população em Portugal.

Tanto no contexto internacional como no contexto nacional, reconhece-se, assim, a grande atualidade do tema deste volume especial da *Revista Migrações* e a importância de melhorar o conhecimento sobre Afrodescendentes em Portugal, tendo-se orientando este convite do OM para investigadores das mais variadas áreas científicas (e.g. história, direito, sociologia, economia, antropologia, ciência política, demografia) que dessem contributos sobre várias dimensões deste tema que carecem de aprofundamento. Desde logo desafiava-se a academia a explanar, por um lado, os conceitos e as categorias analíticas

sobre afrodescendentes, identificando os desafios que se colocam com categorias raciais, étnicas ou por ascendência e país de nascimento; e, por outro lado, a identificar dilemas e possibilidades de caracterização estatística do universo de afrodescendentes em Portugal. Mais se pedia para se aprofundarem alguns subtemas: afrodescendentes na História; afrodescendentes e integração escolar; afrodescendentes e integração no mercado de trabalho; afrodescendentes, habitação e condições de vida; afrodescendentes e saúde; afrodescendentes, direitos políticos e integração política; afrodescendentes no quadro jurídico e dos direitos humanos; afrodescendentes, nacionalidade e cidadania; afrodescendentes, associativismo, ativismo e o papel da sociedade civil; afrodescendentes, criminalidade e justiça; afrodescendentes, racismo e discriminação de base racial e étnica; afrodescendentes e as questões de género; e afrodescendentes nos media e percepções sociais.

Este volume 16 da *Revista Migrações* que publica uma coletânea selecionada de sete artigos originais – seis artigos científicos de investigação e um ensaio –, entre tantos outros acolhidos e apreciados pela Comissão Editorial e Científica deste volume, é o resultado desta mobilização da academia para contribuir para a visibilidade do tema dos afrodescendentes. Agradecemos por isso aos autores e aos *referees* que de forma voluntariosa e perseverante asseguraram a qualidade e o rigor de mais este volume da revista do OM, asseverando em pleno a promoção de um melhor conhecimento em torno dos Afrodescendentes, e desconstruindo alguns mitos e representações que pudessem existir em torno deste universo.

Os contributos foram variados, tantos quanto a heterogeneidade de olhares que os afrodescendentes carecem. Este volume começa com o artigo de Antonieta Rosa Gomes que faz uma delineação do conceito de afrodescendente nas suas origens históricas, relacionando-o com questões relativas à identidade dos indivíduos e às categorias legais face à Constituição Portuguesa e à Lei da Nacionalidade, concluindo a autora de *“Os Afrodescendentes e as fronteiras da identidade”* que a maior inclusividade da nova lei da nacionalidade não resolve as questões da alterização e da discriminação dos afrodescendentes, sendo pois necessárias novas medidas políticas que promovam maior inclusão social. O segundo artigo, *“Segundas gerações de Cabo-verdianos na Europa: reforçando os laços com o país ancestral”* de António da Graça e Bárbara Bäckström, foca-se nas ligações e laços das denominadas “segundas gerações” de migrantes africanos com o país de origem dos ascendentes, estudando o caso dos descendentes de cabo-verdianos em vários países europeus (Portugal, Holanda, Itália e França), avançando com uma tipologia de formas de ser afrodescendente em diáspora. O terceiro artigo, *“Um retrato social do racismo para com os afrodescendentes em Portugal”* de Tiago Santos, retrata a partir de dados de inquéritos internacionais, por um lado, a expressão da discriminação racial percebida e autorreportada de vítimas africanas subsarianos e seus descendentes e, por outro lado, discute e identifica alguns dos preditores de quem exprime racismo. O quarto artigo deste volume, *“O ativismo negro em Portugal: dinâmicas e reivindicações”* de Ana Caroline Trindade dos Santos e Pedro Vasconcelos, traz uma análise histórica do ativismo antirracista em Portugal, realçando nesse âmbito o agendamento político e social e as reivindicações fundamentais do associativismo afrodescendente em Portugal. Outro olhar sobre o associativismo e o ativismo afrodescendente em Portugal, mas focado nos jovens, é trazido por Carolina Jardim e Sofia Marques da Silva no artigo

"A participação de jovens afrodescendentes em associações de imigrantes em Portugal: repercussões no envolvimento escolar" que analisam os efeitos da ação associativa dos jovens afrodescendentes no seu envolvimento escolar. O sexto artigo, de Helena Borges Manuel intitulado "*Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva: uma intervenção de enfermagem comunitária com jovens descendentes de imigrantes dos PALOP*", analisa os resultados de um projeto de intervenção em enfermagem comunitária com vista à capacitação em saúde sexual e reprodutiva de jovens afrodescendentes. Este volume conclui com o Ensaio de Benalva da Silva Vitorio, intitulado "*Afrodescendente no ritual das palavras e do silêncio*", que situa a condição de afrodescendente em relação à indeterminação do sentido de si que caracteriza a sociedade pós-moderna, argumentando que o status quo em Portugal deve mudar de forma a permitir que os afrodescendentes rompam as barreiras que induzem à sua invisibilidade.

Há, pois, ótimas razões para ler este décimo sexto volume da *Revista Migrações*, que pretende singelamente contribuir para a crescente visibilidade e aprofundamento do conhecimento sobre os afrodescendentes em Portugal.

Notas

¹ Saint-Maurice, A. e Pires, R. P. (1989), "Descolonização e migrações. Os imigrantes dos PALOP em Portugal", in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 10 e 11, pp. 203-226.

² Pires, R. P. (1987), *Retornados. Um Estudo Sociográfico*, caderno 14, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

³ Vasconcelos, João (2012), "Africanos e Afrodescendentes no Portugal Contemporâneo: Redefinindo práticas, projetos e identidades", in *Cadernos de Estudos Africanos* no.24 Lisboa jul./dez. 2012.



migrações

www.om.acm.gov.pt

I. INVESTIGAÇÃO

■ Os Afrodescendentes e as fronteiras da identidade *The People of African Descent and the frontiers of identity*

Antonieta Rosa Gomes*

Resumo Afrodescendentes são pessoas de ascendência africana que nasceram e vivem fora do Continente africano, e encontram-se espalhados em diferentes países que incluem Portugal. Estas pessoas têm sido vítimas de discriminação que lhes impede uma ascensão social, razão pela qual a Organização das Nações Unidas declarou os anos 2015-2024 Década Internacional dos Afrodescendentes com o objetivo dos Estados membros promoverem os direitos dos afrodescendentes. A identidade do afrodescendente, como qualquer outra identidade social, é construída e afirma-se pela diferença em relação a outras identidades. Neste sentido, importa analisar questões relativas à identidade e à nacionalidade dos afrodescendentes de Portugal e como estas questões influenciam as suas vidas em vários domínios da sociedade.

Palavras-chave Afrodescendente, identidade, nacionalidade e diferença

Abstract People of African descent who were born and live outside the African continent are scattered throughout different countries that include Portugal. These people have been victims of discrimination that prevents them from social ascension, which is why the United Nations Organization declared the 2015-2024 years the International Decade for People of African Descent with the aim of the Member States to promote the rights of people of African descent. The identity of the person of African descent, like any other social identity, is constructed and is affirmed by the difference in relation to other identities. In this sense, it is important to examine questions concerning the identity and nationality of people of African descent of Portugal and how these issues influence their lives in various areas of society..

Keywords African descent, identity, nationality and difference

* Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa.

■ Os Afrodescendentes e as fronteiras da identidade

Antonieta Rosa Gomes

Introdução: Quem são os afrodescendentes?

O termo afrodescendente é uma expressão genérica que designa pessoa de ascendência africana, que nasceu e vive num país que não faz parte do Continente africano. Significa pessoa que tem ancestrais africanos. Segundo a Organização das Nações Unidas, existem mais de 200 milhões de afrodescendentes espalhados por vários países, na sua maioria do Continente americano. Esta situação tem suas raízes históricas na escravatura, no tráfico transatlântico de escravos da África para América, Europa e Oriente Médio, na colonização e mais recentemente na migração. Desde logo, estes descendentes de africanos passaram a constituir um grupo distinto, discriminado nos seus direitos no universo da sociedade a que pertencem. Comumente, são designados de forma específica, consoante os países onde nasceram e habitam. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, são designados afro-americanos e no Brasil, são afro-brasileiros.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução 68/237 de 23 de Dezembro de 2013, declarou a Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) com o tema *People of African descent: Recognition, justice and development* (Pessoas de descendência africana: Reconhecimento, justiça e desenvolvimento). Esta Declaração reconhece os afrodescendentes, como um grupo de pessoas vítima de injustiça social e de discriminação em razão da origem, situações que contrariam o princípio da igualdade constante da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 e o respeito pela diferença. O espírito da declaração da Década dos Afrodescendentes é chamar atenção aos países membros da ONU, sobre situações de injustiça de que são vítimas os afrodescendentes e a necessidade de políticas sociais que promovam os seus direitos. Neste sentido, foram traçados os Objetivos da Década Internacional dos Afrodescendentes, a saber:

- Promover o respeito, proteção e cumprimento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas afrodescendentes, como os reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Promover um maior conhecimento e respeito pelo património diversificado, cultura e contribuição de afrodescendentes para o desenvolvimento das sociedades;
- Adotar e reforçar os quadros jurídicos nacionais, regionais e internacionais em conformidade com a Declaração e Programa de Ação de Durban e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, bem como assegurar a sua plena e efetiva implementação.

Os objetivos são respostas que se pretendem face aos problemas que os afrodescendentes têm enfrentado, relativamente ao reconhecimento e respeito pelos seus direitos e contribuições para o desenvolvimento das sociedades nas quais estão inseridas. Para atingir estes objetivos foi aprovado o programa de atividades cuja implementação deve ser ao nível nacional e internacional, através de adoção de medidas concretas pelos Estados, que visem melhorar quadros jurídicos, políticas públicas e programas de

combate à discriminação racial, xenofobia e intolerância contra os afrodescendentes, com atenção à situação particular das mulheres, meninas e jovens. Aos níveis regional e internacional, as organizações sub-regionais, regionais e internacionais entre outras atividades, devem promover a disseminação da Declaração, Programa de Ação de Durban e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; apoiar os Estados na implementação dos compromissos assumidos no âmbito da Declaração e Programa de Ação de Durban; recolher dados estatísticos; incorporar os direitos humanos nos programas do desenvolvimento e preservar a memória histórica dos afrodescendentes. O Programa de Ação de Durban reconhece que as pessoas de descendência africana foram vítimas da escravidão, do tráfico de escravos e do colonialismo e continuam sendo vítimas dessas consequências. Por isso, medidas concretas devem ser implementadas para reconhecer dignidade dessas pessoas. Os Estados, a Organização das Nações Unidas, as organizações regionais e internacionais e a sociedade civil, todos devem contribuir na implementação das medidas que tornem efetivas o reconhecimento e a proteção dos direitos dos afrodescendentes. O objetivo principal é promover os direitos dos afrodescendentes, a sua plena e igual participação em todos os domínios da sociedade até o final da década.

As origens históricas dos Afrodescendentes de Portugal

A deslocação forçada ou voluntária de pessoas dos países africanos para Portugal foi um processo secular, que teve sua origem no " Império colonial português," a partir de 1419, com a expansão portuguesa pela costa da África, seguida de conquistas e possessões dos territórios das terras africanas de Angola, Guiné, Moçambique e dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Por consequência, os africanos começaram a entrar em Portugal, no século XV, como escravos, pelo Algarve, zonas do Sado e mais tarde Lisboa (Tinhorão, 1988). Muitos desses escravos foram posteriormente levados para o Brasil, e os que ficaram espalharam-se pelo país, mas estiveram concentrados na zona do rio Sado e misturaram-se com a população local, dando origem aos designados "Trigueiros do Sado" (Matos, 2009: 111-133).

As suas marcas culturais ainda são identificadas pelos nomes de algumas localidades e vocábulos específicos anteriormente não existentes na língua portuguesa. Com a deslocação dos africanos para Portugal, deslocaram-se as culturas de raízes africanas, que se misturaram com a cultura local, cruzaram através de casamentos entre eles ou com os naturais e passaram a formar grupo distinto da população nativa. Esses indivíduos eram portugueses, porque tinham a nacionalidade portuguesa por força da colonização, embora sejam culturalmente africanas. Vale dizer que, formalmente não existiam angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses, mas eram todos portugueses, nascidos e residentes nos territórios ultramarinos de Portugal. Por consequência, o termo afrodescendente não era conhecido ou usual.

Em 1836, a abolição do tráfico de escravos transatlântico por Portugal, teve por bases razões humanitárias e razões económicas ligadas à necessidade de exploração dos recursos nas colónias. A Conferência Antiescravista de Bruxelas, em 1890, definiu a estratégia de exploração dos recursos dos territórios ocupados, pela utilização da mão-

de-obra dos nativos. A ocupação dos territórios foi legitimada na Conferência de Berlim (1884-1885), onde as potências europeias (Inglaterra, França, Portugal, Bélgica, Alemanha e Espanha) dividiram a África, através da demarcação em mapa das fronteiras dos países ocupados e posteriormente, incentivaram deslocamentos de colonos para esses países.

No início do Século XX, houve muito interesse e deslocamentos de portugueses para os países colonizados e os missionários tiveram papel relevante na cristianização e transmissão de valores culturais da então Metrópole. Nos anos 60, com início das guerras de libertação em Angola, Guiné e Moçambique esses deslocamentos aumentaram e contribuíram para mais mestiçagens através de cruzamentos entre povos e culturas, e ligações por laços matrimoniais. Angola e Moçambique eram considerados “colônias de povoamento,” o que se explicava pela expressão numérica dos colonos portugueses nesses países, que representavam 90% de toda a migração para os territórios do Ultramar (Castelo, 2007: 15).

Não obstante a abolição do tráfico de escravos transatlântico, mas a escravização continuou nas então colônias portuguesas denominadas Províncias ultramarinas, através de trabalhos forçados, como na Guiné, até às vésperas da proclamação da independência, em 1973. Após à independência das colônias portuguesas, em 1974, deixou de haver deslocamentos para povoamento ou cumprimento de missões militares. Inaugurou-se a fase do retorno dos portugueses deslocados ou migrantes, que viviam nas então colônias para Portugal e o regresso dos deslocados africanos que estavam na Metrópole para os seus países de origem livres e independentes.

No período pós-colonial, a partir dos meados dos anos 80 até meados dos anos 90, começou a primeira vaga de migração das pessoas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a saber: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe para Portugal. A maior parte dessa migração, considerada sedentária e fixa, era motivada sobretudo pela procura de melhores condições de vida e muitos migrantes encontraram respostas no mercado de trabalho, nas áreas de construção de equipamentos e infraestruturas de grande porte (Machado, 2003). Depois desse período o movimento migratório teve uma dinâmica, que abrandou com a deflagração da crise económica em 2008. Esta migração contribuiu sem dúvida para a diversidade cultural, mas também para a elasticidade da população afrodescendente. Portanto, os afrodescendentes são filhos de migrantes africanos nascidos em Portugal, na sua maioria negros e mestiços.

Delimitação do conceito de afrodescendente

Há uma tendência à generalização do conceito de afrodescendente, contudo nem todos os africanos a viverem em Portugal são afrodescendentes, muitos são imigrantes; assim como, muitos afrodescendentes considerados imigrantes também não são imigrantes, mas filhos ou netos de imigrantes africanos, nascidos no território português. O conceito de afrodescendente utilizado pelas Nações Unidas não se pode confundir com o de migrante africano, porque tem significado diferente. Afrodescendente é um indivíduo de ascendência africana, que nasceu e vive fora do Continente africano, e, normalmente

é negro ou mestiço; migrante africano é um descendente de africano que nasceu num país africano, mudou e passou a viver num outro país fora do Continente africano. As dificuldades na definição de afrodescendente decorrem de um conjunto de elementos donde emerge este conceito identitário, tais como a origem, a raça, a nacionalidade e o território. Buscar a identidade de um grupo com as suas especificidades é um processo que requer articulação entre vários elementos. A identificação é construída pela diferença, "obedece a lógica do mais-que-um" e envolve a marcação de fronteiras simbólicas (Hall, 2005: 106). No caso concreto, a identidade afrodescendente parece invocar em certa medida, uma origem num passado histórico, mas também em modernidade pós-colonial proveniente de processos migratórios. Identificar afrodescendente significa verificar "quem é afrodescendente," quais são as especificidades deste grupo, como se identifica e como se sente representado na sociedade.

No sentido lato os negros e mestiços a viverem em Portugal são considerados afrodescendentes, mas especificamente pelas razões já analisadas nem todos se enquadram na categoria de afrodescendentes. Por outro lado, durante o domínio colonial português, os indivíduos que nasceram nas antigas Províncias Ultramarinas de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe, sejam eles brancos, negros ou mestiços, tiveram a nacionalidade portuguesa de origem. Após a independência, muitos desses indivíduos optaram em continuar portugueses. Portanto, esses indivíduos são portugueses de origem e gozam de todos os direitos de cidadania portuguesa. Por isso, seria pertinente uma definição legal específica, com vista à delimitação do conceito de afrodescendente em Portugal, para conformar com a legislação interna e evitar aplicação generalizada do conceito.

Qual o lugar dos afrodescendentes face à Constituição da República Portuguesa e à Lei da Nacionalidade?

Do ponto de vista constitucional não existem pessoas categorizadas de afrodescendentes, ou são cidadãos portugueses ou são estrangeiros. A Constituição da República Portuguesa estabelece o princípio da igualdade e proíbe todo o tipo de discriminação, nos termos seguintes:

Artigo 13.º (Princípio da igualdade)

1. *"Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei"*
2. *"Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual."*

Embora não exista o termo afrodescendente na Constituição, mas convencionou-se designar afrodescendentes pessoas de ascendência africana, na sua maioria (negros e mestiços) que nasceram e vivem em Portugal. Estas pessoas, nos termos da Constituição têm os seus direitos de igualdade independentemente da origem, sexo, raça, convicções religiosas e políticas, ou condições económicas e sociais. Importa é analisar como esta igualdade de direitos é traduzida nas leis e na vida social.

A Lei N.º 37/81, de 3 de Outubro, Lei da Nacionalidade portuguesa (versão atualizada), introduziu alterações às condições de atribuição da nacionalidade de origem e nacionalidade adquirida, nos termos seguintes:

Artigo 1.º (Nacionalidade originária)

1. São portugueses de origem:

- a) Os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no território português.
 - b) Os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no estrangeiro se o progenitor português aí se encontrar ao serviço do Estado Português;
 - c) Os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no estrangeiro se tiverem o seu nascimento inscrito no registo civil português ou se declararem que querem ser portugueses;
 - d) Os indivíduos nascidos no estrangeiro com pelo menos, um ascendente de nacionalidade portuguesa do 2.º grau na linha reta que não tenha perdido essa nacionalidade, se declararem que querem ser portugueses, possuírem laços de efetiva ligação à comunidade nacional e, verificados tais requisitos, inscreverem o nascimento no registo civil português;
 - e) Os indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores também aqui tiver nascido e aqui tiver residência, independentemente de título, ao tempo do nascimento;
 - f) Os indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros que não se encontrem ao serviço do respetivo Estado, que não declarem não querer ser portugueses, desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente há pelo menos dois anos;
 - g) Os indivíduos nascidos no território português e que não possuam outra nacionalidade.
2. Presumem-se nascidos no território português, salvo prova em contrário, os recém-nascidos que aqui tenham sido expostos.

A atribuição da nacionalidade de origem pode ser por *jus sanguinis* (direito de sangue) ligado à ascendência e origem; ou *jus soli* (direito do solo) do país de nascimento, nos termos legalmente definidos. A lei portuguesa adota o *jus sanguinis* ao atribuir nacionalidade de origem, aos filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no território português; aos filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no estrangeiro se o progenitor português aí se encontrar ao serviço do Estado Português; aos filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no estrangeiro se tiverem o seu nascimento inscrito no registo civil português ou se declararem que querem ser portugueses; e aos indivíduos nascidos no estrangeiro, desde que um de seus avós tenha nacionalidade portuguesa, conforme os termos do n.º 1, alíneas a), b), c) e d), do artigo 1.º da Lei N.º 37/81, de 3 de Outubro. Já o mesmo artigo 1.º, n.º 1, alíneas e), f) e g) aplica o *jus soli* ao atribuir nacionalidade de origem aos indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros se pelo menos um dos progenitores também aqui tiver nascido e aqui tiver residência, independentemente de título, ao tempo do nascimento; aos indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros que não se encontrem ao serviço do respetivo Estado, que não declarem não querer ser portugueses, desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente há pelo menos dois anos; e, aos indivíduos nascidos no território português e que não possuam outra nacionalidade.

Analisado esta Lei da Nacionalidade n.º 37/81, de 3 de Outubro, constata-se que as alterações introduzidas no n.º 1 do artigo 1.º, alíneas e) f), tendem a tornar menos problemática a atribuição de Nacionalidade portuguesa aos filhos de estrangeiros nascidos no território português. Já não é necessário título de residência legal dos pais, para que os filhos de estrangeiros nascidos no território português possam ter a Nacionalidade portuguesa de origem, basta que um dos progenitores aqui tenha nascido e aqui reside, ou ainda, desde que os pais não estejam ao serviço do respetivo Estado e residam aqui há pelo menos 2 anos.

A versão anterior da lei da nacionalidade exigia que um dos progenitores tivesse residência legal há pelo menos 6 anos em Portugal, no momento do nascimento dos seus filhos. Por isso, há muitos filhos de estrangeiros nascidos em Portugal, que não têm nacionalidade portuguesa, porque os seus progenitores não tinham título de residência há pelo menos 6 anos, no momento dos seus nascimentos. Nestas circunstâncias, foram obrigados a ter a Nacionalidade do país de origem de seus pais ou de suas mães, sem nunca conhecerem esses países, sua gente e cultura. Portanto, tem sido uma questão constrangedora que atingiu sobretudo os filhos dos imigrantes africanos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Pois, não é menos comum encontrar filhos dos imigrantes africanos dos seguintes países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, nascidos e residentes no território português e os pais a viverem em Portugal, mas por força da versão anterior da lei da nacionalidade não puderam ter nacionalidade portuguesa e têm nacionalidade de um destes países de origem dos seus pais. Por exemplo, são guineenses, mas não conhecem a Guiné-Bissau e não falam o crioulo e nenhuma das outras línguas nacionais; são angolanos mas não conhecem Angola e não falam nenhuma das línguas nacionais ou são cabo-verdianos, mas não falam o crioulo cabo-verdiano. A língua é um instrumento de certificação da nacionalidade da pessoa, partindo do princípio que todo o cidadão domina a sua língua materna, ou seja, língua de sua terra natal. Assim sendo, um afrodescendente que tenha apenas a nacionalidade do país de um de seus progenitores, mas não fala a língua desse país é considerado estrangeiro, até porque não tem vivência com a cultura local. Este afrodescendente, assim como outro estrangeiro, pode adquirir a nacionalidade portuguesa por declaração de vontade em razão de casamento ou união de facto; pela adoção, ou por naturalização, nos termos dos artigos 3.º, 5.º e 6.º da referida Lei da Nacionalidade. Importa é saber se depois de adquirir a nacionalidade portuguesa, o estrangeiro de ascendência africana é considerado afrodescendente.

Um imigrante africano que adquiriu a nacionalidade portuguesa por declaração de vontade em razão de casamento ou união de facto, pela adoção, ou por naturalização, nos termos dos artigos 3.º, 5.º e 6.º da referida Lei da Nacionalidade, passa a ser português, como qualquer outro estrangeiro naturalizado. Mas não goza de todos os direitos, porque existem exercícios de direitos reservados exclusivamente aos cidadãos portugueses de origem, como por exemplo, o cargo de Presidente da República, conforme estabelece a Constituição da República.

Neste sentido, um afrodescendente a quem a lei não atribuiu nacionalidade portuguesa de origem e veio a adquirir nacionalidade portuguesa por declaração de vontade, adoção ou naturalização, nos termos dos artigos acima referenciados está nas mesmas

condições de um estrangeiro naturalizado, estando sujeito às mesmas restrições do exercício de direitos de cidadania. A versão anterior da lei produziu como resultado duas categorias de afrodescendentes: os de nacionalidade portuguesa de origem, que gozam de todos os direitos como cidadãos portugueses de origem e os de nacionalidade portuguesa adquirida que gozam dos direitos iguais aos dos cidadãos estrangeiros naturalizados. Existem ainda, afrodescendentes que não puderam obter a nacionalidade portuguesa à nascença na vigência da lei anterior, adquiriram nacionalidade estrangeira, e permanecem com essa nacionalidade. Estes, embora sendo afrodescendentes, mas juridicamente se confundem com os imigrantes e são tratados como se imigrantes fossem.

Em Portugal, a nacionalidade tem sido critério utilizado para examinar a dimensão numérica da imigração. Este critério parece objetivo, mas não clarifica estas situações específicas aqui analisadas, sobre os filhos de estrangeiros nascidos em Portugal, que têm nacionalidade estrangeira do país de origem dos seus pais e nunca emigraram. Portanto, esses indivíduos embora sejam considerados estrangeiros e enquadrados no grupo de migrantes, não são nem emigrantes nem imigrantes, são afrodescendentes.

Os afrodescendentes: o acesso à educação e a discriminação

Não existem dados estatísticos específicos e objetivos, mas constata-se que as desigualdades de acesso à educação afetam em grande parte a população de origem imigrante, categoria onde erroneamente se enquadra os afrodescendentes, e vulnerável à discriminação de base racial. Segundo os dados estatísticos (2012-2013), 51,5% dos alunos estrangeiros do Ensino Básico e Secundário são dos PALOP e, são os que têm maiores taxas de insucesso escolar e de desistência 24,9%, acima da média geral portuguesa de 13,2% e têm menor taxa de transição para o ensino universitário. Já no Ensino Superior os estudantes de origem imigrante dos PALOP, representavam só 7% do total de estudantes estrangeiros de acordo com os dados (2011-2012). Esses dados estatísticos têm revelado nos últimos anos, uma tendência à redução das desigualdades.

Os investigadores do Centro de Investigação e Sociologia do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, no estudo divulgado em Lisboa, em 2018, sobre " Imigração e Escolaridade – Trajetos e condição de integração", tema que faz parte do livro intitulado *Desigualdades sociais, Portugal e a Europa*, demonstraram que os alunos oriundos da população de origem imigrante têm tido acesso tardio à educação pré-escolar, menos anos de escolaridade e mais reprovações, comparativamente aos cidadãos nacionais. Os investigadores sublinharam ainda, que as desigualdades de acesso, acolhimento e resultados penalizam só alguns grupos de imigrantes e não os imigrantes europeus ou asiáticos provenientes da França, Espanha, Ucrânia e China, porque em muitos casos estes ultrapassaram a média nacional de sucesso escolar. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), apesar de alguns avanços, Portugal continua sendo um dos países da União Europeia com mais desigualdades sociais relativas à população de origem imigrante. As desigualdades sociais têm dimensão multissetorial, embora tenham maior incidência em alguns grupos sociais em áreas concretas, como esta da educação.

Os afrodescendentes têm estado a reivindicar mais igualdade em todos os domínios da vida social. Pois, além das dificuldades objetivas decorrentes da situação socioeconómica das famílias com baixo rendimento salarial, existem discriminações que obstaculizam a igualdade e a democratização global do ensino. Histórias de vida de muitos afrodescendentes filhos de imigrantes africanos nascidos em Portugal, não deixam dúvidas que a discriminação é bem acentuada nas escolas do Ensino Básico e do Ensino Secundário. Numa conversa informal, um afrodescendente filho de pai cabo-verdiano e mãe guineense, meu sobrinho, disse-me que nas convivências com os seus colegas do bairro onde morava, não se sentia discriminado até quando começou a frequentar a escola. Na escola sentiu-se discriminado e excluído, porque era sempre considerado "o outro", que não fazia parte do grupo dos portugueses originários. A discriminação e exclusão começavam com algumas perguntas de partida, por exemplo: "Onde é que nasceste?" Resposta – "Nasci aqui em Portugal." Esta resposta quase sempre não era satisfatória e vinha a segunda pergunta: "Os teus pais são de onde?" Aí tinha que explicar o país de origem dos seus pais. Essas perguntas foram-lhe feitas muitas vezes, tanto pelos professores como pelos seus colegas alunos portugueses. Mas segundo ele, a segunda pergunta era apenas para o excluir, mostrando que ele nasceu cá em Portugal, mas não é de cá, porque os seus pais são imigrantes africanos. Disse ainda, que muitas vezes, sentia-se discriminado ao ver formações de grupinhos que o excluíam. É através dos discursos e práticas que se reproduzem estereótipos racializados e práticas de discriminação em locais institucionais como escolas (Westwood e Rattansi, 1994).

Perguntei-lhe se tinha algum conhecimento sobre a colonização portuguesa dos países africanos, disse que pouco sabia sobre a administração colonial, porque os livros e os manuais escolares só falam das guerras coloniais enaltecendo Portugal. Finalmente, perguntei-lhe se sentia que era afrodescendente, disse-me: "Não, sinto-me africano." Porquê? Ele me respondeu: "Porque a sociedade portuguesa me excluiu e me fez sentir africano." Explicou que aquando do seu nascimento em Portugal, não teve direito à nacionalidade portuguesa, porque nenhum dos seus progenitores tinha nacionalidade portuguesa. O pai é cabo-verdiano e a mãe é guineense e aquele tinha título de residência temporário, que era renovável anualmente e esta estava a tratar dos documentos de residência. Por consequência, enquanto os pais estiveram a tratar do seu registo de nascimento, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras concedeu-lhe um título temporário com "nacionalidade desconhecida." Depois de alguns anos, foi-lhe atribuído a nacionalidade cabo-verdiana, a mesma do pai e só adquiriu nacionalidade portuguesa após o pai ter-se naturalizado português, porque ainda era menor. O irmão mais velho também afrodescendente nascido em Portugal, foi registado como guineense e quando o pai naturalizou-se português já era maior de 18 anos e por força da lei da nacionalidade, não podia adquirir a nacionalidade portuguesa decorrente da naturalização do seu pai, mas por declaração de vontade própria nos termos da lei. Por todas essas razões, disse que só podia sentir-se africano, embora não conheça os países de origem dos seus pais e não fale nenhuma das línguas nacionais. Porém, este não é um caso isolado, mas representativo de muitos outros casos de filhos de imigrantes africanos nascidos em Portugal, conforme factos narrados pelos próprios.

Os afrodescendentes e o mercado de trabalho

Há áreas profissionais de acesso muito difícil para os afrodescendentes como por exemplo,

a área da comunicação social, onde se vê número bastante reduzido de afrodescendentes apresentadores de telejornais ou programas televisivos. Várias histórias de vida têm demonstrado dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, experiências amargas de pobreza e de marginalização de pessoas de ascendência africana. De acordo com os Censos de 2011, 49% da população estrangeira trabalhava nas áreas de construção civil, indústria e transportes e 34% era população portuguesa. A maioria dos imigrantes oriundos dos PALOP, também trabalha nessas áreas e noutras que exigem menos qualificações académicas como hotelaria, restauração e serviço doméstico. O desemprego acima da média atingia sobretudo os guineenses (32,5%), angolanos (29,1%) e os cabo-verdianos (27, 8%). Os estrangeiros desempregados recebiam 23% mais baixo do que os valores geralmente atribuídos (Censos 2011). Mas a sub-representação de estrangeiros em determinados setores, justifica-se não só pelas dificuldades de reconhecimento de qualificações académicas (cf. Oliveira e Pires, 2010), mas também pela discriminação de acesso ao trabalho. Esta discriminação contraria o espírito do Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que defende a igualdade e a não discriminação no acesso a emprego e no trabalho, nos seguintes termos:

Artigo 24.º Direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho

1. *“O trabalhador ou candidato a emprego tem direito a igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção ou carreira profissionais e às condições de trabalho, não podendo ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, devendo o Estado promover a igualdade de acesso a tais direitos.”*

Este preceito legal proíbe todo o tipo de discriminação de acesso a emprego e no trabalho, incluindo o relativo a nacionalidade, origem étnica ou racial. Mas entre o preceito legal e as práticas da vida quotidiana existe uma certa distância. Como já analisamos, muitos enquadramentos no mercado de trabalho não refletem as qualificações e experiências dos imigrantes, que por necessidades de ordem económica acabam por desempenhar trabalhos fora ou abaixo de suas qualificações, com vínculos bastante precários e vulnerabilidade ao desemprego ou ao sinistro laboral. Esta precariedade laboral afeta os trabalhadores de uma maneira geral, em particular os trabalhadores estrangeiros ou de origem estrangeira que incluem os afrodescendentes.

Espera-se que num futuro não longínquo, todos os aspetos negativos identificados como sinais de discriminação de acesso ao mercado de trabalho sejam ultrapassados, para o bem-estar que todos merecem independente de suas origens ou cor da pele.

As fronteiras da identidade entre portugueses originários e afrodescendentes

Identidade é um termo que compreende duas dimensões: pessoal e coletiva. A dimensão pessoal é um conjunto de elementos que diferencia uma pessoa da outra, como por

exemplo o nome, a filiação, a data de nascimento e a nacionalidade. A dimensão coletiva indica a pertença de uma pessoa a uma determinada comunidade ou sociedade. Portanto, as duas dimensões significam quem somos e o grupo social a que pertencemos.

Para Martin (1994: 25), "a identidade é sentimento que o indivíduo tem de si mesmo e de sua pertença aos grupos sociais". A identidade de um indivíduo está ligada ao conhecimento que ele tem de sua pertença a certos grupos sociais e o significado emocional e avaliativo que resulta dessa pertença (Sabatier *et al.* 2002:70). A identidade é marcada pela diferença e múltiplas pertenças, sendo que cada pessoa distingue-se da outra pela identidade pessoal e pelo grupo ou grupos sociais a que pertence. Esta realidade é demonstrada por Maalouf (2002), ao afirmar que remexe a sua memória para encontrar o maior número possível de elementos da sua identidade, reúne-os, alinha-os e não renega nenhum deles. Para o psicólogo social, Tajfel (1978: 63), " a identidade social é o conceito do indivíduo do qual deriva o seu conhecimento de pertença a um grupo ou mais grupos sociais, com o valor e o significado emocional ligado a essa pertença. "

A identidade do afrodescendente está ligada ao conhecimento e a consciência que o indivíduo tem de sua ascendência africana, ou como filho de imigrante africano que nasceu e vive fora da África e o significado emocional e avaliativo que resulta dessa ascendência, numa sociedade que lhe considera "o outro" e tolhe o exercício pleno dos seus direitos da cidadania. É neste contexto, que os afrodescendentes ainda que tenham a nacionalidade portuguesa identificam-se como africanos (angolanos, guineenses, cabo-verdianos). Os jovens quando afirmam ser cabo-verdianos ou guineenses expressam sentimentos de pertença aos grupos de suas origens materna ou paterna, dos quais têm referências de costumes e hábitos, embora possam não conhecer os respetivos países. As construções identitárias da africanidade derivam da percepção que os indivíduos têm deles próprios e como são representados na sociedade a que pertencem. No mesmo sentido, Hacking (1999), afirma que as identidades surgem de percepções individuais e construções sociais. A identidade de um indivíduo resulta da sua interação com o meio social (Berger e Lukmann, 2005), e uma vez cristalizada, é mantida ou modificada pelas relações sociais. Por exemplo, a angolanidade e a cabo-verdianidade como construções identitárias dos afrodescendentes de origem angolana e de origem cabo-verdiana, respetivamente, em Portugal, decorrem da percepção destes grupos acerca deles próprios e dos preconceitos raciais disseminados na sociedade portuguesa da qual fazem parte.

A identidade dos afrodescendentes é marcada pela diferença de ascendência, em relação a outras ascendências, a saber: europeia, americana, asiática e no caso concreto, pela diferença em relação ao português (europeu) e pela multiplicidade de pertenças (africana, portuguesa, guineense, cabo-verdiana, moçambicana, etc.). Ao afirmar a identidade afrodescendente busca-se a sua legitimação por referência à uma outra identidade. Pois, a identidade tanto ao nível pessoal como coletivo não é unilateral, mas sempre é definida em relação à outra diferente.

A diferença pode ser construída negativamente por exclusão ou marginalização daqueles indivíduos que são definidos como "outros" ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser considerada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora (Woodward, 2005: 50).

No passado, a diferença entre os afrodescendentes e os portugueses de origem foi construída de forma negativa, por exclusão ou marginalização daqueles. Hoje, deve ser considerada como fonte da diversidade e hibridismo. Neste sentido, políticas públicas racionais com medidas de acompanhamento podem transformar esta diversidade em riqueza cultural. Para esse fim, seria importante reavaliar e redefinir as práticas e os projetos sociais que requerem maior inclusão e integração dos afrodescendentes.

Os afrodescendentes têm utilizado vários meios de luta pelo reconhecimento e respeito dos seus direitos, a começar pela atribuição da nacionalidade portuguesa de origem. Em 2017, fizeram uma petição recolhendo assinaturas dos cidadãos, para impulsionarem os deputados da Assembleia da República a fazerem a revisão da Constituição e alteração da lei da Nacionalidade relativa à atribuição de nacionalidade portuguesa de origem, aos filhos de estrangeiros nascidos em Portugal. Em 2018, a Assembleia da República introduziu e aprovou alterações à lei da nacionalidade, tornando menos complexa a atribuição de nacionalidade aos filhos de estrangeiros nascidos em Portugal, o que abrange os afrodescendentes.

As fronteiras da identidade tendem a regredir ou ampliar consoante a aproximação ou afastamento entre as populações ou grupos sociais. A nacionalidade é uma das ferramentas de aproximação, isto é, se as pessoas têm a mesma nacionalidade e falam a mesma língua, sentem-se mais próximas uma da outra. Mas isso não basta, é necessário medidas corretivas de muitas práticas sociais discriminatórias contra os indivíduos ditos de "cor" ou negros, porque ainda que se identifiquem como portugueses são tratados como "outros."

Recentemente estive em debate a questão da introdução dos dados étnico raciais no próximo Recenseamento Geral da População (Censos 2021), considerada como a "melhor forma de tratar a diversidade e as desigualdades étnico-raciais", pelas organizações de combate ao racismo e dos Afrodescendentes em Portugal. Contudo, esta questão não é consensual entre as associações representativas dos grupos minoritários. Pois, em consulta efetuada às associações pelo Alto Comissariado para as Migrações, houve opiniões divergentes: os afrodescendentes entendem que é uma das formas de combater a discriminação racial, mas os ciganos entendem que poderá contribuir para a preservação de estigma contra à população cigana. Para o sociólogo e Professor Doutor, Rui Pena Pires, "*[...] não é possível combater o racismo e, em simultâneo, institucionalizar a classificação racial, pelo Estado, de todos e cada um dos cidadãos.*" Embora reconheça existência do racismo através de práticas e discursos raciais sistemáticos, mas entende que a racialização vai contribuir para legitimar e naturalizar as categorias raciais reforçando os fundamentos do racismo. Para ele, é necessário conhecer melhor o racismo e produzir informação útil que sustente políticas públicas de igualdade, sem racializar.

Para os defensores da racialização, o objetivo é desenvolver medidas públicas de combate às desigualdades raciais, com base nos dados estatísticos que clarifiquem melhor a situação racial. Pois, conforme o Secretário do Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel, a introdução de perguntas nos Censos, que permitam a classificação racial, servem para responder as seguintes questões: "quantos somos, onde vivemos e em que condições." Só a partir de dados concretos sobre as desigualdades raciais se podem promover políticas públicas de correção das injustiças sociais. Atualmente as referências

numéricas sobre os afrodescendentes e as desigualdades são apenas estimativas, sem precisão por falta de dados estatísticos.

Nesta divergência de opiniões, o Instituto Nacional de Estatística, órgão responsável pelo Recenseamento Geral da População, decidiu não acolher a proposta de introdução de pergunta sobre a origem étnica dos cidadãos nos Censos de 2021, inviabilizando a racialização. O Presidente do INE, Francisco Lima, afirma que se trata de *“uma questão complexa, que exige mais recolha de informação”*, e por outro lado, defende que os Censos são um recenseamento da população e não um instrumento para sua classificação. Os que são contra a racialização, defendem que as informações úteis para adoção de políticas públicas de combate ao racismo, podem ser obtidas através de inquéritos específicos que envolvam instituições académicas. Apontam como exemplo, o Reino Unido e a França, que são países da União Europeia, cuja produção de censos com dados estatísticos étnico raciais, não resultou em progresso no combate ao racismo.

Embora seja boa a intenção, o Recenseamento Geral da População a ser realizado tem as suas vantagens e desvantagens. Se por um lado, clarifica em termos quantitativos situações dos grupos sociais vítimas de discriminação, por outro lado, poderá ter efeitos sociais adversos, no sentido de disseminar preconceitos contra grupos racializados de origem não portuguesa. Será necessário trabalhar a questão de como o “outro” racializado será concebido no domínio psíquico e tratado na prática e nos discursos. Pois, o racismo tem sido evidenciado tanto pela sub-representação dos afrodescendentes e outras pessoas de origem africana, em vários setores da vida económica, social e política, assim como, através de discursos que tendem a minorizar determinados grupos de pessoas em razão de suas origens não europeias.

Se hoje há necessidade de identificar os grupos específicos para que seus direitos sejam respeitados e reconhecidos, no futuro a médio ou a longo prazo não haverá esta necessidade, quando todos aplicarem de forma voluntária a igualdade de direitos independentemente da cor ou origem das pessoas. Mas isso só será possível através da desconstrução de narrativas pejorativas contra negros e ciganos e educação para a cidadania e igualdade.

Revisitando a história da colonização, é bom lembrar, que nas ex-colónias portuguesas, houve racialização construída com base nas desigualdades sociais e raciais, e diferenças da cor da pele. Por exemplo, na então Guiné, quando se criou o Estatuto dos indígenas portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique em 1954, legitimou-se a divisão entre civilizados e indígenas e ao mesmo tempo, fez-se a racialização da população. Pois, os civilizados eram associados ao cristianismo e viviam nos centros urbanos, enquanto os indígenas eram identificados pelas suas origens étnicas, como: Papel, Balanta, Manjaco, Fula, Mandinga, etc. e viviam nos territórios periféricos. O estatuto do indigenato foi abolido em 1961, mas a racialização, aprofundou a diferença, que serviu apenas para disseminar o estigma contra determinados grupos étnicos e naturalizar o preconceito. Costuma-se dizer que a história não se repete, e esta certamente não irá repetir-se, porque os contextos e os fundamentos são sempre diferentes, mas é preciso que as pessoas a conheçam, porque o estado atual das coisas, ainda que de forma remota, tem uma relação com o passado.

Conclusão

As fronteiras da identidade entre portugueses europeus e os afrodescendentes em Portugal, tendem a manter ou a regredir conforme o distanciamento ou aproximação dos direitos entre estes e aqueles. Se se mantém a subalternização dos direitos dos afrodescendentes, mantêm-se as fronteiras da identidade; mas se forem atribuídos direitos iguais, as fronteiras da identidade regredem. O que demarca as fronteiras da identidade, neste caso, são atribuições diferenciadas dos direitos e práticas discriminatórias.

O ordenamento jurídico português não é discriminatório, porque garante a igualdade de direitos a todos os cidadãos. Mas as práticas sociais discriminatórias fomentaram as desigualdades e têm afetado os afrodescendentes, constituindo obstáculos aos seus sucessos escolares e socioprofissionais. Embora com a alteração da Lei da Nacionalidade registou-se algum progresso na atribuição da nacionalidade às pessoas de ascendência africana nascidas em Portugal, mas os casos do passado já consumaram e a lei não diz expressamente que retroage para abranger esses casos. Pois, se retroagisse tinha que estar explícito para fornecer instrumento legal aos abrangidos. Isto significa, que muitos afrodescendentes de nacionalidade estrangeira ou nacionalidade portuguesa adquirida nos termos da lei, mantêm-se com direitos inerentes às suas condições de estrangeiros ou portugueses naturalizados.

Por isso, são necessárias medidas políticas que promovam maior inclusão social de pessoas de ascendência africana, como recomenda a Comissão Europeia e a Organização das Nações Unidas, e aprofundar a revisão da lei da nacionalidade e outros instrumentos legais.

No domínio da educação há necessidade de investir no capital humano e material, porque os manuais escolares devem ser melhorados para incluir informação sobre a história da colonização portuguesa e da administração colonial, até agora ausentes nesses manuais. Pois, falar apenas das guerras coloniais e não falar dos precedentes da violência e da administração colonial, é falar apenas das consequências e não das causas do conflito. Todas essas informações devem ser feitas em linguagem pedagógica.

Referências bibliográficas

- Berger, P. L. e Luckmann, T. (2005), *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento* (25.ª ed.), Petrópolis: Editora Vozes.
- Castelo, C. (2007), *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto: Afrontamento.
- Hacking, I. (1999), *The social construction of what?* Cambridge: Harvard University Press.
- Hall, S. (2005), "Quem precisa da identidade?" in Tomas Tadeu da Silva *et al.* (orgs.), *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis: Editora Vozes, pp. 103-133.
- Machado, F. L. (2003), " Imigração e imigrantes em Portugal: Parâmetros de regulação e cenários de exclusão", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, pp.183-188.
- Maalouf, A. (2002), *As Identidades Assassinas* (2ª ed), Mirafleres: Difel (Obra original publicada em 1998).

- Martin, D. (1994) (dir.), *Cartes d'identité: Comment dit-on « nous » en politique ?* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Matos, P. F. (2009), "Estar aqui é como estar lá : A construção do imaginário imperial português ", in Mwewa Muleka et al. (edits.), *Sociedades desiguais : Género, cidadania e identidades*, São Leopoldo : Editora Nova Harmonia, pp. 111-133.
- Oliveira, C. R. e Pires, C. (2010), *Imigração e sinistralidade laboral, Estudo 41*, Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
- Sabatier, C- et al. (2002) (dirs.), *Identités, acculturation et altérité*, Paris : L'Harmattan.
- Tajfel, H. (1978), "Social Categorization, Social Identity and Social Comparison", in Henry Tajfel (ed.), *Differentiation Between Social Groups: Studies in social psychology of intergroup relations*, London: Academic Press.
- Tinhorão, J. R. (1988), *Os Negros em Portugal : Uma presença silenciosa*, Lisboa : Caminho.
- Westwood, S. e Rattansi, A. (1994) (edits.), *Racism, modernity, identity. on the Western Front*, Cambridge: Polity Press.
- Woodward, K. (2005), "Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual", in Tomaz Tadeu da Silva et al. (orgs.), *Identidade e Diferença. A Perspetiva dos Estados Culturais*, Petrópolis: Vozes, pp.7-72.

■ **Segundas gerações de Cabo-verdianos na Europa:
reforçando os laços com o país ancestral**
***Second generations of Cape Verdeans in Europe: rein-
forcing the ties with the ancestral land***

António A. da Graça e Bárbara Bäckström *

Resumo Este estudo tem como público-alvo as segundas gerações de Cabo-verdianos em Portugal, Holanda, Itália e França e visa analisar o reforço de seus laços com Cabo Verde. O estudo é de carácter exploratório, qualitativo e teoricamente ligado à integração, transnacionalismo, assimilação segmentada, identificação étnica e laços com o país ancestral. Os resultados obtidos quanto às relações com Cabo Verde permitem-nos identificar três grupos: o primeiro adota um sincretismo cultural; o segundo vai a Cabo Verde praticamente só para passar férias e se divertir; o terceiro demonstra um 'sentimento de pertença' para com o país ancestral e já conseguiu alcançar maiores níveis de formação e percurso profissional. Também demonstra muito maior interesse em contribuir para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Palavras-chave Segundas gerações, transnacionalismo, diáspora, cabo-verdianos, remessas, identidade.

Abstract This study has as target audience the second-generation of Cape Verdeans in Portugal, The Netherlands, Italy and France and aims to analyse the strengthening of their ties with Cape Verde. The study is exploratory, qualitative and theoretically linked to integration, transnationalism, segmented assimilation, ethnic identification and ties with their ancestral land. The results obtained regarding such relationships allow us to identify the following three groups: the first adopts a cultural syncretism; the second visits Cape Verde primarily for holidays and fun; the third demonstrates a 'sense of Belonging' towards their ancestral land and has achieved also much higher levels of education and professional career. It shows also much more interest to contribute to the development of Cape Verde.

Keywords Second generations, transnationalism, diaspora, Cape Verdeans, remittances, identity.

* CEMRI – Universidade Aberta, E-mail: gracaresearch@gmail.com

Introdução

Desde o início deste novo milénio, vimos assistindo a um interessante debate político e científico na Europa sobre o tema 'migração e desenvolvimento' (Haas, 2012) protagonizado, entre outros, por vários investigadores, políticos, agências de desenvolvimento e representantes de muitos governos Europeus. Trata-se mais concretamente do papel que as diásporas podem desempenhar no processo de desenvolvimento dos seus países de origem. Mas de que forma podem as diásporas contribuir para tal?

Os contributos das diásporas mais relevantes podem ser as seguintes (Binkerhoff, 2006). Em primeiro lugar, as remessas financeiras destacam-se como o tipo de apoio financeiro enviado aos respetivos familiares. Em segundo lugar, o investimento financeiro atinge diversas áreas e formas, tais como: criação de (pequenas) empresas; transportes e construções. Em terceiro lugar, a diáspora se destaca através da transferência de conhecimento e competências ao país de origem. Por último, as diásporas podem enviar as tais chamadas 'remessas coletivas' em forma de projeto sociais.

Paralelamente à contribuição das diásporas, é importante sublinhar o papel exercido pelos países de origem quanto à mobilização das suas potencialidades. Exemplificativo aqui tem sido o papel exercido pela China, Índia e Coreia de Sul (Plaza & Ratha, 2011). A República de Cabo Verde tem uma diáspora dispersada pelos quatro cantos do mundo e na sua Estratégia Nacional de Emigração e Desenvolvimento (ENED) reconhece o papel dos seus filhos no exterior quanto ao desenvolvimento do seu torrão de origem através, entre outros, da mobilização das suas competências e das dos seus descendentes qualificados que se encontram estabelecidos no exterior (2014: 8).

Mas a diáspora cabo-verdiana já contribui para o desenvolvimento do seu país de origem com um valor estimado em 12% do Produto Interno Bruto (PIB) anual desse mesmo país. No entanto, a maior parte dessa contribuição é enviada pelos cabo-verdianos estabelecidos nos países da União Europeia¹, sendo a grande maioria pelos cabo-verdianos estabelecidos nos seguintes países: Portugal, França, Holanda e Itália. Entretanto, Cabo Verde afirma-se como sendo uma 'Nação Global' e quer implementar os objetivos atrás expostos, mas a falta de estudos e de dados empíricos básicos são os grandes constrangimentos nesse domínio.

Visando ultrapassar gradualmente o fosso atrás mencionado e por encomenda da Organização Internacional das Migrações (OIM), fomos incumbidos de realizar um estudo de carácter exploratório sobre as segundas gerações de cabo-verdianos em Portugal, Holanda Itália e França (Graça, 2014). Traduzido numa linguagem metodológica de trabalho a pergunta de partida utilizada nesse estudo e a qual aqui retomamos foi a seguinte: como reforçar os laços da segunda geração de cabo-verdianos na Europa com Cabo Verde? No entanto, o grau de exequibilidade da mesma remeteu-nos para as seguintes questões complementares: Quais são as características socioeconómicas mais relevantes deste grupo-alvo? Como se identificam essas segundas gerações com Cabo Verde? Que tipo de laços mantém este grupo-alvo com Cabo Verde?

Para responder às perguntas atrás mencionadas, apresentaremos na próxima secção a fundamentação do enquadramento teórico. Na secção seguinte dedicaremos atenção aos

instrumentos de carácter metodológico. Os resultados conseguidos constituem a terceira secção e na parte final apresentaremos as nossas conclusões finais sobre o tema analisado.

Enquadramento teórico

Sobretudo em Portugal encontramos alguns trabalhos científicos sobre as segundas gerações de cabo-verdianos nesse mesmo país. Mas o mesmo não se pode dizer sobre outros países Europeus. Por isso, apresentamos neste parágrafo alguns pressupostos teóricos que, em termos relativos, nos possam ajudar nesta reflexão sobre o tema em estudo.

1. Integração social e assimilação segmentada

De acordo com a pergunta de partida, dedicamos neste estudo alguma atenção à integração dos jovens descendentes de cabo-verdianos nesses países Europeus. Assim, entende-se como segunda geração os filhos de emigrantes cabo-verdianos nascidos nos países europeus. Mas a integração é um conceito que não tem consenso no tratamento de âmbito científico porque varia, de um modo geral, conforme o país em questão e ainda de acordo com uma determinada época e contexto. Por isso, fazemos aqui uso do modelo analítico de Penninx baseado em três dimensões do mesmo conceito, isto é, dimensão socioeconómica, dimensão cultural e dimensão política (2005). No entanto, limitamo-nos aqui à primeira dimensão de integração enquanto fator relacionado sobretudo com as variáveis de formação e mercado de trabalho.

Em complementaridade com a componente de integração defendida por Penninx, fazemos aqui uso também da perspetiva teórica de *segmented assimilation* desenvolvida pelo sociólogo norte-americano, Alejandro Portes e investigadores a ele associados (Portes e Zhou, 1993; Rumbaut, 1994). Isso pelos seguintes motivos: enquanto a componente de integração ou inserção social de Penninx é analisada com base nas variáveis socioeconómicas do nosso grupo-alvo, a assimilação segmentada pressupõe que o mesmo processo não é homogéneo mas sim estratificado e complementarmente influenciado por uma série de outras variáveis, tais como, a origem étnica, classe social, área de residência e interação social.

Portanto, de acordo com Portes, a "segunda geração" pode percorrer três trajetos alternativos. Um deles é o que corresponde ao padrão homogéneo tradicional de aculturação dentro da sociedade Americana; o segundo, é o oposto ao anterior e conduz, por via de mobilidade social descendente, à pobreza e à diluição na subclasse autóctone; o terceiro, é o da mobilidade ascendente ultrapassando o padrão regular de integração e através, entre outros, do investimento do seu distinto capital humano e solidariedade comunitária (Portes, 1999: 101). O trajeto de assimilação descendente, que conduz os filhos de imigrantes a juntarem-se à subclasse autóctone, depende dos seguintes fatores: concentração nas zonas pobres das grandes cidades ficando assim em contacto direto com os jovens de minorias étnicas excluídas; desenvolvimento através de contactos sociais de padrões de valores e normas que os socializam na crença de que é impossível singrar na sociedade por mérito próprio (Portes, 1999: 101-105).

2. Integração vs transnacionalismo

Para além dos atrás realçados pressupostos teóricos, é de se perguntar se existe alguma vantagem ou não entre o grau de integração desses descendentes no país de acolhimento e a sua orientação simultânea através das relações transnacionais com o país dos seus progenitores. Durante as últimas décadas do século passado os dois fenómenos foram estudados distintivamente. Mas sobretudo na última década, assistiu-se a um interessante debate entre dois tipos de estudiosos de fenómenos migratórios. O primeiro grupo defende, de um modo geral, que a orientação e a participação ativa dos descendentes no país de origem é um fator que dificulta o seu próprio processo integrativo no país de acolhimento (Schrover, 2004; Waldinger & Fitzgerald, 2004). Um outro grupo de investigadores concluiu nos seus estudos que as relações transnacionais e a integração no país de acolhimento são processos simultâneos (Rogers, 2006; Gowricharn, 2009; Levitt, 2003). Quem tem razão? Até prova em contrário, a razão parece estar ao lado do último grupo que apresentou dados empíricos relativamente convincentes. Também uma conclusão importante de um outro estudo transnacional sobre três grupos de imigrantes nos Estados Unidos da América (EUA) é que os imigrantes melhor integrados no país de acolhimento e detentores de maior capital social, são aqueles que apresentam um maior grau de engajamento no país de origem (Portes, Escobar e Arana, 2008). Na mesma linha de orientação desse debate, um outro estudo sobre os cabo-verdianos na Holanda veio a confirmar também a simultaneidade entre os dois mesmos processos (Graça, 2010).

3. Identificação étnica e laços de relação com o país ancestral

Com base na análise de alguns trabalhos científicos, podemos sustentar que diversos fatores podem contribuir para que as segundas gerações de cabo-verdianos nos países em estudo se identifiquem como membros desse mesmo grupo étnico, o cabo-verdiano, e que se estabeleçam e (eventualmente) consolidem as suas relações com o país ancestral. Porém, antes de avançarmos com argumentos mais detalhados, achamos conveniente esclarecer aquilo que entendemos como 'grupo étnico'. De acordo com Barth, o grupo étnico é aquele que é constituído pelos membros dessa mesma categoria social, que se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem (1969: 10-11). Portanto, o conceito de 'grupo étnico' (o cabo-verdiano, neste caso) deve aqui ser entendido como um tipo de 'organização social' que possui características atribuídas a si próprias ou que lhe são atribuídas pelos outros grupos.

Assim, tanto a identificação étnica bem como o estabelecimento de relação com o país ancestral são influenciados por diversos fatores, mas neste estudo limitamo-nos aos três seguintes: o papel dos pais, o Crioulo como língua materna e o associativismo. Quanto ao papel dos pais recorremos a um estudo de Soehl e Waldinger e o qual foi levado a cabo sobre esse mesmo tipo de grupo-alvo (2012). Esses investigadores inspiraram-se na teoria sócio cognitiva de Albert Bandura (1986), segundo a qual a aprendizagem encontra-se baseada numa moldura contendo valores, competências, atitudes e lealdades contribuindo assim para o desenvolvimento da personalidade, percurso pessoal e da realização humana. Isso implica que a internalização de práticas sociais, tipos de hábitos e percursos surge como reprodução de padrões culturais transferidos, por exemplo, da

primeira para a segunda geração de imigrantes criando neles sentimentos de autoestima, identidade étnica e reforço de laços com o país ancestral.

Em relação ao domínio (fluyente) da língua do país ancestral vários estudiosos defendem que este é o instrumento mais importante de comunicação para moldar as fronteiras étnico sociais (conf. Fishman, 1989; Alba, 1990). Além disso, a língua também transfere ou cria diversos tipos de laços emocionais relativamente fortes. Outros investigadores defendem que a língua pode ser considerada uma expressão do mais alto grau de familiaridade e intimidade (conf., Brubaker et al., 2006: 254). Precisamente por essas razões, a língua do país ancestral produz a sensação de "sentir-se em casa", por exemplo, quando uma das segundas gerações visita seu país de origem étnica. Muitas vezes, é difícil sentir-se em casa e manter ou reforçar a relação de bom parentesco com os membros da família e com o país ancestral sem o (suficiente) domínio da língua materna dos pais (Soehl e Waldinger, 2012: 37).

Por último, temos o associativismo enquanto movimento formado por organizações sem fins lucrativos e de carácter social, cultural, desportivo, religioso ou filosófico. Nessas organizações destacam-se três dimensões principais, a saber: dimensão étnica, dimensão instrumental e dimensão transnacional. Quanto à primeira dimensão, estamos referindo as funções dentro do próprio grupo étnico tais como estruturas vitais de processos de socialização, de reforço de laços culturais comuns, de afirmação identitária, de solidariedade e de entreaajuda. A segunda dimensão diz respeito à característica dessas organizações como espaços privilegiados de intermediação junto dos poderes públicos, defesa de interesses dos seus membros nas sociedades recetoras e veículo privilegiado de mobilização social e política. A última dimensão tem a ver com atividades relacionadas com o país de origem e/ou com as outras comunidades da diáspora funcionando através, entre outros, dos seguintes eixos temáticos: elementos mediadores de produção e de reprodução de identidades, envio de remessas sociais contribuindo assim para o desenvolvimento local; o desenvolvimento da cidadania transnacional através dos jovens é já um fenómeno em crescimento e no que diz respeito ao desenvolvimento de algo no país ancestral (Bauböck e Faist, 2010).

Metodologia

Inicialmente, foi dada uma especial atenção à pesquisa bibliográfica de carácter geral mas orientada especificamente para este tema em apreço. Esse tipo de pesquisa revelou-se de grande importância pelos seguintes motivos: (i) permitiu-nos adquirir, na medida dos possíveis, um quadro atualizado de estudos de referência sobre a segunda geração e nossa orientação teórica sobre o tema; (ii) tornou-se possível a nossa elaboração da problemática e consequente modelo de análise do trabalho em questão; (iii) o quadro teórico e analítico resultante facilitou, por sua vez, a análise e verificação dos dados obtidos durante o processo de recolha. Mas o grande entrave com que deparámos durante os trabalhos de *desk research* foi a recolha de dados quantitativos e estatísticos, sendo a Holanda a única exceção positiva nesse sentido.

Como atrás mencionado, a nossa pesquisa foi realizada em Portugal, Holanda França e Itália. A opção por esses países, tal como atrás referido, tem a ver com a relevância dessas comunidades para o processo de desenvolvimento de Cabo Verde. Dado a várias limitações,

optámos pela priorização das cidades de maior concentração de cabo-verdianos nesses mesmos países. Por isso, em Portugal limitamo-nos à Área Metropolitana de Lisboa. Na Holanda concentramos na cidade de Roterdão onde residem acerca de 85% dos cabo-verdianos estabelecidos nesse mesmo país. Na França, para além de Paris, dada a sua bem maior concentração de cabo-verdianos, abordamos ainda alguns jovens através de inquéritos nas cidades de Marselha, Nice e Lion; na Itália foi dada grande prioridade à capital, Roma, onde se encontra concentrada a grande maioria de cabo-verdianos, bem como às seguintes cidades: Napoli, Milão e Palermo.

A abordagem e a mobilização dos entrevistados foram conseguidas da seguinte forma: entre 1994 a 2014 o investigador, António da Graça, desempenhou os dois seguintes cargos na prestimosa organização sediada em Lisboa, 'Associação Internacional Congresso de Quadros Cabo-verdianos na Diáspora': 1) membro da Direção durante dois mandatos; 2) membro do Conselho de Delegados durante todo o período acima mencionado. Esta oportunidade permitiu-lhe desenvolver relações de trabalho com dirigentes associativos e quadros desses países Europeus, sobretudo durante a realização dos cinco Congressos da mesma organização em 1994, 1998, 2002, 2006 e 2011. Isso permitiu-nos também o acesso e contacto com jovens da segunda geração mobilizando-os para as entrevistas necessárias. De excelente importância também para o nosso trabalho foi ainda o apoio prestado pelas Missões Diplomáticas e/ou Consulares de Cabo Verde nesses quatro países onde a pesquisa foi realizada.

Durante o estudo utilizamos como técnica de recolha de dados, em primeiro lugar, entrevistas em profundidade com três pessoas-chaves dos países em apreço. A seguir, eles guiaram-nos a alguns jovens para as nossas entrevistas nas cidades atrás citadas. Depois disso, esses mesmos jovens puseram-nos em contacto com outros através da técnica de amostragem conhecida por 'bola de neve'. A seleção de entrevistados nesses mesmos países foi feita, na medida dos possíveis, de forma transversal aos diferentes tipos de organizações, categorias sociais e locais de residência bem como às seguintes ilhas de origem dos seus pais: São Tiago, S. Vicente, Santo Antão e São Nicolau. Isso porque são essas as ilhas com maior quantidade de emigrantes residentes nos países onde foi realizado a nossa pesquisa. As entrevistas foram do tipo semiestruturado e os inquéritos foram enviados de forma digital. Para tal foi elaborado um guião com base nas perguntas-chave baseadas nas variáveis correspondentes aos mesmos temas.

Resultados empíricos

O objetivo principal desta secção é apresentar os resultados empíricos obtidos durante esta nossa pesquisa. Porém, antes de incidirmos sobre os mesmos resultados e para esclarecimento dos nossos leitores, daremos uma atenção relativamente breve às características mais relevantes dessas mesmas comunidades. A seguir, seguirão os resultados apurados no terreno.

1. Alguns dados relevantes sobre as quatro comunidades Portugal

Ainda antes dos anos 40 do século XX os cabo-verdianos começaram a estabelecer-se

em Portugal destacando-se, nesse período, apenas um pequeno grupo com instrução secundária e superior. Mas uma questão essencial do ponto de vista conceptual e crítico é o termo “comunidade cabo-verdiana” em Portugal. Quem pertence afinal a essa comunidade? Sustenta-se, regra geral, que pertencem a essa comunidade todos os naturais cabo-verdianos e seus descendentes que se identificam como tal. Entretanto, alguns autores defendem de forma acutilante e clara uma divisão analítica dessa comunidade cabo-verdiana em duas partes distintas: de um lado, aquilo que caracterizam como ‘elite’ cabo-verdiana; de outro lado, o dos imigrantes cabo-verdianos, vivendo a maioria nos bairros pobres da Área Metropolitana de Lisboa (Batalha, 2008: 27; Pires, 2009: 70). Dado limitações metodológicas e outras, cingimos aqui a análise a esta última componente.

Tabela 1 - Distribuição e totalidade de entrevistas feitas aos jovens de segunda geração

País	Cidade(s), e quantidade de entrevistados	Idade dos jovens	Quantidade segundo a ilha de origem dos pais	Quantidade total de entrevistados
Portugal	Área Metropolitana de Lisboa (36)	18-36 anos	12 de Santiago; 10 de S. Vidente; 8 de Santo Antão; 6 de S. Nicolau.	36
França	Paris = 8 Marselha = 4 Lion = 2 Nice = 2	18-36 anos	7 de Santiago; 4 de S. Vidente; 3 de Santo Antão; 2 de S. Nicolau.	16
Itália	Roma, Milão, Napoli e Palermo	18-36 anos	12 de São Nicolau; 6 de São Vidente; 3 de São Antão; 3 de Boa Vista.	24
Holanda	Roterdão e arredores	18-36 anos	7 de Santiago; 5 de São Vidente; 4 de Santo Antão; 3 de São Nicolau.	19
Totalidade de entrevistas				95

No entanto, esta comunidade é o resultado de um somatório de três fluxos migratórios (Batalha, 2008). O primeiro fluxo teve lugar entre 1960 a 1973 com a entrada de cabo-verdianos destinados à construção civil e obras públicas. Esse novo grupo de cabo-verdianos veio colmatar a falta de mão-de-obra deixada pela emigração portuguesa com rumo a vários países da Europa. Um segundo fluxo deu-se a partir da Independência de Cabo Verde em 1975 com um crescimento mais acelerado e mais alargado onde faziam parte, também, membros do movimento populacional de retorno das ex-colónias portuguesas em África. O terceiro fluxo diz respeito ao êxodo da década de 80 caracterizado por trabalhadores destinados principalmente às áreas de construção civil e obras públicas.

Quanto à questão espacial podemos avançar o seguinte: a maior parte dos trabalhadores cabo-verdianos imigrantes que chegou no primeiro fluxo migratório foi viver nas barracas

que as empresas de construção montavam nos próprios locais de construção. Na década de 1970-80 cerca de 90% desses imigrantes instalaram-se na Área Metropolitana de Lisboa (concelhos de Lisboa, Amadora, Oeiras e Loures). Ali a oferta de trabalho na construção civil e obras públicas era maior. Outros rumaram para o Algarve e um menor número para a região de Aveiro-Porto-Braga. Mas a partir da década de 1990 o governo e as autarquias financiaram, com dinheiros em parte vindos da União Europeia (UE), a construção de bairros sociais, onde atualmente vive a maior parte das famílias de imigrantes cabo-verdianos que anteriormente viviam nos bairros de lata (conf. Batalha, 2008).

Ao contrário dos assuntos atrás abordados, os dados numéricos sobre os cabo-verdianos em Portugal são matéria de relativa complexidade: a Embaixada de Cabo Verde em Lisboa contava em 2011 com 146.150 cabo-verdianos inscritos; mas o Anuário Estatístico do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) de 2010, publicado em 2012 e que só se refere a indivíduos de nacionalidade cabo-verdiana, apontava para o número de 43.510 indivíduos, acrescentando contudo que mais 4223 cabo-verdianos tinham solicitado o estatuto legal de residente; por último, os dirigentes associativos faziam estimativas que variavam entre 80 mil a 100 mil cabo-verdianos em Portugal.

Holanda

A emigração para Holanda pode ser dividida em dois fluxos migratórios principais (e.g., Graça, 2000; Pires, 2006). O primeiro fluxo teve início nos anos 50 do século passado, mas foi na década a seguir e na primeira metade dos anos setenta que aumentou significativamente a entrada de cabo-verdianos na Holanda. A grande maioria veio para trabalhar como marítimo e, como tal, foi absorvido pela marinha mercante holandesa e as de outras nacionalidades que necessitavam de mão-de-obra. O grupo que preferiu trabalhar nas fábricas holandesas e outras áreas afins dedicou-se já a isso nos anos 60 e continuou a aumentar até à primeira metade dos anos setenta. A maioria esmagadora desses cabo-verdianos, marítimos ou não, era constituída por pessoas com uma baixa formação escolar e praticamente sem qualificação profissional. O segundo fluxo migratório começou com o desencadear da crise de petróleo tendo aumentado de forma significativa com a Independência Nacional em 1975. Assim, nos anos 70 e 80 o número de cabo-verdianos aumentou de forma relativamente vertiginosa como consequência do processo atrás descrito, reagrupamento familiar daí decorrente e através dos tais chamados "casamentos de conveniência" contraídos, na maioria das vezes, entre raparigas cabo-verdianas vindas sobretudo da Itália, Portugal e França, dum lado, e Holandeses, doutro lado.

De acordo com dados do Centro de Estatísticas de Roterdão (COS) a 1 de Janeiro de 2014 esta comunidade contava com 21.494 cidadãos, sendo 11.754 (55%) pertencentes à primeira geração e os restantes 9.740 (45%) à segunda geração. A grande maioria desta comunidade está concentrada na cidade de Roterdão vivendo ali, a 1 de Janeiro deste ano de 2014, 15.302 cabo-verdianos, ou seja, 71% da mesma comunidade sendo a quantia de 43% pertencente à segunda geração nesta cidade. Como se pode notar, trata-se de uma comunidade com uma boa potencialidade numérica, levando em conta sobretudo as faixas etárias a partir de 20 anos. Em contrapartida, está patente o grau de envelhecimento da primeira geração. Para além de Roterdão, os cabo-verdianos residem

em vários concelhos limítrofes de Roterdão, tais como Schiedam, Vlaardingem, Hoogvliet, Spijkenisse e Barendrecht. Também estão espalhados em números de algumas centenas por várias outras cidades, por exemplo, Haia, Zaandam, Delfzijl e Amsterdão.

França

Apesar da presença de cabo-verdianos em França datar do século XIX, é a partir dos finais dos anos 50 do século passado que se regista uma maior intensificação de entrada de cabo-verdianos no mercado de trabalho nesse país. Um dos primeiros grupos é constituído pelas cabo-verdianas vindas de Dakar acompanhadas das respetivas patroas e gradualmente procedeu-se à reunificação familiar (L. Silva²). A partir de 1963 surge na zona leste da França, mais precisamente em Fameck-Mozelle, uma pequena colónia de emigrantes cabo-verdianos donde saíram vários elementos que participaram na luta de libertação da Guiné e Cabo Verde. Nos princípios dos anos setenta, chega uma nova vaga de emigrantes, agora via Portugal. Mas em 1974 a Europa fecha as portas à imigração. A crise do petróleo tinha sacudido as economias ocidentais e o Governo Francês esteve prestes a fazer regressar os imigrantes aos respetivos países. Graças à grande solidariedade do movimento associativo e dos partidos políticos opostos à política de expulsão dos imigrantes surgiu a legalização dos emigrantes cabo-verdianos em 1982. Isso foi fruto, entre outros, da vitória socialista nas eleições de 1981.

Em Janeiro de 2014 a Embaixada de Cabo Verde em Paris avançou-nos com dados relacionados a 29.000 cabo-verdianos inscritos nessa Missão, enquanto as estimativas de vários dirigentes associativos variavam entre 50.000 a 55.000 pessoas. Como se explica essa enorme disparidade numérica? Ela tem a ver com vários fatores: muitos cabo-verdianos não estão inscritos na Embaixada de Cabo Verde; existem cabo-verdianos detentores da nacionalidade francesa; também existem outros em situação de ilegalidade no país. Conforme apuramos junto dos nossos entrevistados e alguns documentos analisados, o maior número de cabo-verdianos encontra-se residindo em Paris e arredores (± 20.000). Outras estimativas dos nossos respondentes quanto ao número de cabo-verdianos nas outras cidades, são as seguintes: Marselha, 9000; Nice, 8000, Lyon, 7000. Os restantes cabo-verdianos estão distribuídos por outras cidades, tais como, Lille, Amiens, Creil, Mulhouse, Metz, Fameck. No entanto, existe ainda uma quantidade que trabalha nas minas de carvão e nas fábricas siderúrgicas de Moselle (Alsácia Lorena). Outra parte trabalha na construção civil (sobretudo homens) e nos trabalhos de serviços domésticos e apoio domiciliário (mulheres).

Itália

Foi em 1957 que foi recrutado pela tripulação da companhia aérea Alitalia um número bastante reduzido de raparigas cabo-verdianas para prestação de trabalho doméstico na zona de Latina, província de Roma (Monteiro, 1997: 339-340). Mas o fluxo migratório de recrutamento surgiria a partir de 1963 quando por intermediação de dois padres capuchinhos em São Nicolau, Cabo Verde, algumas raparigas da mesma ilha foram recrutadas para trabalharem como empregadas domésticas em casa de famílias pertencentes à classe média italiana. Depois deste primeiro contingente, outros grupos de S. Nicolau vieram dar corpo a essa cadeia migratória juntamente com raparigas das

ilhas de São Vicente, Santo Antão e Boavista. A maioria que emigrou para Itália tinha somente como capital escolar a escola primária, enquanto a restante era constituída por raparigas semiletradas ou iletradas.

Uma certa quantidade dessas raparigas já era mãe, na altura de saída, tendo os seus filhos ficado em Cabo Verde ao cuidado dos avós. Duas questões relevantes devem ser aqui acrescentadas. Primeiro, trata-se dum fluxo migratório quase que exclusivamente feminino. Segundo, para clarificar que estava-se perante duas modalidades desse mesmo processo migratório: a primeira situa-se até os fins dos anos 70 e a segunda tem a ver com a conseqüente estabilização do processo migratório tendo uma parte significativa dessas raparigas preferido, sobretudo a partir da segunda metade dos anos setenta, emigrar para outros países da Europa, sobretudo para a Holanda (conf. Monteiro, 1997: 343).

Ao longo das últimas décadas, o processo migratório cabo-verdiano para Itália aumentou-se de forma expressiva. Mas foi só na década de noventa do século passado que elas foram capazes de reconstruir as suas famílias, sendo uma grande quantidade delas de carácter monoparental. Com a reunificação familiar e filhos de casamentos mistos, que ao longo do tempo foram surgindo, constituiu-se aquilo que, para simplificação, se pode denominar de segunda geração de cabo-verdianos na Itália. Os dados da Embaixada e as estimativas dos dirigentes associativos apontam para uma totalidade de aproximadamente 10.000 pessoas. Em contrapartida, os dados estatísticos oficiais de 31 de dezembro de 2011 falam-nos de 5.223 cabo-verdianos.

Essa disparidade numérica tem a ver com o seguinte: só constam nas mesmas estatísticas os cabo-verdianos que se encontram legais nesse país; também são excluídas das estatísticas os cabo-verdianos de origem que tenham adquirido posteriormente a nacionalidade Italiana. Os dados desagregados permitem-nos fazer a seguinte leitura: perto de 2/3 da quantidade acima referida de cabo-verdianos pertence ao sexo feminino, enquanto o restante pertence ao sexo masculino. Mais de metade dos cabo-verdianos encontra-se estabelecida nas regiões centrais sendo a maior concentração na província de Roma. Outras províncias onde os nossos conterrâneos se encontram vivendo são as seguintes: Nápoles, Palermo, Florença, Génova, Bari, Turim e Pescara.

2. Percursos socioeconómicos

Na ausência de dados estatísticos e de estudos atuais e confiáveis, optamos pelos dados que conseguimos recolher em alguns documentos disponíveis, entrevistas e inquéritos. A partir da triangulação desses dados estabelecemos o percurso socioeconómico dos nossos entrevistados baseado numa certa categorização dos mesmos, dentro dos quatro países em estudo, nomeadamente o percurso de qualificação básica, mobilidade social descendente e mobilidade social ascendente.

A primeira categoria diz respeito ao nível escolar conseguido pelos adolescentes até a escola secundária para poderem seguir depois uma determinada formação profissional, ou seja, a média necessária para terminarem a escolaridade obrigatória. Mas com base na nossa triangulação atrás mencionada podemos inferir que acerca de um terço desse mesmo grupo em todos os países do nosso estudo não conseguiu atingir tal patamar.

Fatores determinantes para tal foram os seguintes: insucesso escolar, monoparentalidade, falta de acompanhamento escolar, baixo nível de escolaridade dos pais e tempo disponível dos mesmos.

É evidente que existe como alternativa, a possibilidade de alguma intermediação nesta fase de integração na sociedade onde nasceram. Mas constata-se, segundo vários entrevistados, sérios impedimentos, tais como, atividades ilícitas, comportamentos socialmente desviantes, delinquência, depauperização social, exclusão social, atitudes imediatistas e miméticas. Também de grande preocupação dentro deste grupo é a quantidade de desempregados que, segundo as estimativas dos nossos entrevistados, tende a atingir a maior parte dos jovens dessa camada nos mesmos países Europeus. No entanto, existe uma outra parte de jovens (sobretudo em Portugal) que só têm contratos de trabalho para um período de apenas algumas semanas ou meses. Também a oferta nos bairros é residual, realçam vários entrevistados.

Quinze jovens entrevistados por nós nesses diferentes países (3 na Holanda, 5 em Portugal, 3 na Itália e 4 na França) manifestaram o seu acordo quanto às posturas e fatores atrás mencionados. Exemplificativo das suas opiniões é o seguinte testemunho dum jovem de 23 anos e pertencente à segunda geração de cabo-verdianos na Itália:

"(...) muitos jovens cabo-verdianos preferem imitar os seus colegas italianos, moram nos mesmos bairros pobres, as mães não têm praticamente algum poder sobre eles e nem lhes podem ajudar (...) eles tomam esses seus colegas italianos como referência (...). Por isso, eles faltam aulas de forma regular, não estudam, envolvem-se até no uso de estupefacientes (...) ou adotam um certo tipo de comportamento desviante (...)". (Jovem cabo-verdiano de segunda geração em Roma)

Seguidamente, surge uma outra categoria durante a fase de integração socioeconómica. Esta é conhecida na teoria de Alejandro Portes (1996) como de 'mobilidade social descendente'. Esses jovens exercem, na sua grande maioria, trabalhos não qualificados ou como ajudantes das seguintes profissões: pedreiros, carpinteiros, mecânicos. Fatores determinantes para este grupo são os seguintes: baixa escolaridade e fraca coesão familiar; exclusão social, falta de apoio e orientação escolar, monoparentalidade, concentração nos bairros degradados. Para além disso, eles são detentores, regra geral, de uma postura imediatista, consumista e de grande apetência a instrumentos simbólico-culturais.

Embora este grupo possa contar na Holanda com a possibilidade de alguma formação profissional, existe ali também, para além dos desempregados, uma quantia razoável de jovens que são detentores do mesmo tipo de ocupações e praticamente nas mesmas áreas. As jovens do sexo feminino pertencentes a este grupo, embora em menor quantidade, encontram-se enquadradas nos mesmos níveis no setor da saúde. Posto isso, estão em clara desvantagem económica e profissional se os compararmos com os pais que, mesmo eventualmente sem diplomas oficiais, são mais valorizados pelo seu exemplar desempenho profissional nas várias empresas.

A seguir, e também de acordo com a teoria de Alejandro Portes (1996), encontramos nesses países do nosso estudo uma terceira categoria denominada de 'mobilidade social ascendente'. Uma das características mais relevantes desta categoria em relação às duas

outras que a precederam, é que esta é numericamente mais vasta e mais diversificada socialmente. Portanto, esses jovens conseguiram ultrapassar a posição dos pais alcançando os seguintes níveis de formação: intermédio, superior profissionalizante e/ou universitário. Algo muito interessante de ser aqui salientado é que muitos jovens conseguem alcançar níveis altos de formação na Holanda através do esquema que nesse país se chama de *stappelaar*³. Literalmente, trata-se de um nível de estudo conseguido gradualmente.

Independentemente do esquema atrás mencionado, podemos através dos nossos dados recolhidos inferir que esta categoria é bem mais elevada na Holanda e em Portugal do que na Itália e na França. De qualquer modo, na Holanda a grande maioria de dados estatísticos sobre esta mesma categoria pode ser recolhido e/ou consultado *online*. Em Portugal, existem também alguns estudos que poderiam ajudar neste ponto, mesmo que parcialmente. Apesar das suas apetências a instrumentos simbólico-culturais, imediatismo e atitudes de consumismo, a subcategoria intermediária masculina parece estar pouco atingida pelo desemprego, segundo as estimativas dos nossos respondentes. Os do sexo feminino trabalham sobretudo no setor da saúde, mediação, área social e vários outros tipos de serviço administrativo e comércio.

Por último, a componente formada pelos jovens com formação superior profissionalizante ou universitária é a parte mais abrangente da categoria geral que Alejandro Portes designou como de 'mobilidade social ascendente', porque são jovens detentores dum capital escolar e profissional bastante elevado e que exercem profissões muito mais bem posicionadas social e economicamente do que os seus pais. Para além disso, são esses jovens que começam a dar corpo à classe média cabo-verdiana na Holanda e em Portugal. Sobretudo o grupo com formação superior profissionalizante é muito mais visível nas comunidades⁴. Entretanto, o subgrupo de nível universitário tem ainda uma dimensão (bastante) mais reduzida e é relativamente menos visível nas suas comunidades.

Esses jovens são oriundos, muitas vezes, das camadas populares, passaram por períodos de grandes dificuldades económicas e sociais, mas conseguiram (gradualmente) bons desempenhos escolares que lhes proporcionaram um estatuto mais vantajoso do que os pais e do que o da maioria de outros jovens cabo-verdianos nesses dois países. Isso nos foi convictamente manifestado por 16 entrevistados, sendo 9 de Portugal e o restante da Holanda. O testemunho aqui abaixo é ilustrativo do que acabamos de apontar:

"Quando vim de Cabo Verde, fomos viver numa barraca, sem água nem luz. (...) Na escola primária eu aprendia rápido e os meus pais não falavam o Crioulo comigo. Eles temiam que isso dificultasse o meu desenvolvimento da língua Portuguesa (...). Hoje estou convicto de que a coesão social, os valores e princípios defendidos pelo meu agregado familiar é que fizeram uma grande diferença nas minhas prestações escolares. Por isso, tenho um grande orgulho por aquilo que a minha família me conseguiu transmitir (...). No oitavo ano escolar mudou a minha família dum barraca para outra. Isso contribuiu de forma muito negativa para os seus estudos (...). Desisti por algum tempo dos estudos (...) depois consegui concluir o meu curso de Direito." (Jovem de 34 anos, jurista de formação)

O testemunho desse jovem deixa claro o papel determinante dos seus pais e a da coesão social dentro da família quanto à formação escolar. Também a sua atitude perseverante

de vencer e a disciplina individual são outros fatores marcantes desta sua trajetória ascendente. Como nos disse o ex-Presidente da Federação das Organizações Cabo-verdianas em Portugal, Sr. Manuel Correia, este é um dos exemplos daquilo que ele intitula de "novos heróis" que vivem e trabalham na Área Metropolitana de Lisboa.

3. Identificação da Cabo-Verdiandade

Os fatores que contribuíram para a afirmação da cabo-verdianidade foram, sem dúvida, o contributo relevante dos pais, a língua Crioula e o associativismo. Passamos abaixo a abordar alguns resultados obtidos sobre esta temática.

Papel dos pais

A grande maioria dos nossos entrevistados garantiu-nos que os seus pais desempenharam um importante papel na transmissão das normas, valores, modalidade cultural, interação comunicativa, educação e apoios de diversa índole contribuindo assim para a identificação e afirmação cultural dos filhos. Outro grande exemplo é a grande oportunidade proporcionada pelos pais para conhecerem e visitarem o país ancestral. Na maior parte das vezes, isso reforça positivamente a identificação com Cabo Verde e aumenta a influência cultural dos mesmos através da criação das redes, contactos com amigos e familiares.

Crioulo

Sobretudo na Holanda, a grande maioria dos pais optou, desde o início, pela utilização do Crioulo como língua de comunicação com os filhos. O mesmo já não aconteceu em Portugal, França e Itália onde subsistia o raciocínio que o Crioulo transformava-se num sério entrave para a aprendizagem da língua do país anfitrião. Para além disso, Roterdão torna-se um centro de ação política e musical estando o Crioulo como a língua de comunicação por excelência. Por isso, acentuou-se nos jovens, uma identificação com o Crioulo, em particular, e como cabo-verdiano, em geral. Também contribuiu para um dupla identificação desses jovens da segunda geração: a holandesa e a cabo-verdiana.

Associativismo

Uma parte significativa do nosso grupo-alvo nesses países Europeus encontra-se envolvida no associativismo, cuja dinâmica contribui de forma significativa para a identificação étnica com Cabo Verde. Com base sobretudo nos dados dos nossos entrevistados, apresentamos a seguir o papel do associativismo nas seguintes quatro áreas.

Em primeiro lugar, trata-se da Associação Congresso Internacional de Quadros Cabo-verdianos com sede em Lisboa e que congrega organizações de vários países da nossa Diáspora e de Cabo Verde. Esta organização levou a cabo cinco Congressos, de 1994 a 2011. Um bom número de nossos entrevistados (7 de Portugal; 5 da Holanda; 4 da Itália e 4 da França) exaltou o grande impacto desses Congressos sobretudo para a sua identificação étnica. Exemplificativo foi o seguinte testemunho:

"Eu nasci no bairro 6 de maio, Cova da Moura (...). Mas a minha vida parece ter mudado completamente depois da minha participação no Congresso de Quadros

de 2002. Apesar de ser a primeira vez que eu pisava o solo de Cabo Verde, foi lá que eu me senti como autêntico cabo-verdiano e como homem realizado (...). Senti-me em casa, valorizado, senti-me reconhecido e foi lá que surgiu esse ponto de viragem na minha vida, foi lá que ganhei essa vontade de fazer algo para os outros (...) e sei que o meu futuro está incontornavelmente ligado a Cabo Verde, terra das minhas raízes (...)". (Jovem de 34 anos, quadro superior e coordenador do Programa Escolhas em Lisboa)

Os torneiros de futebol funcionaram como verdadeiros pilares de sociabilidade e cabo-verdianidade sendo os jovens de segunda geração as pedras basilares de tal. Só para dar um exemplo: esses torneios anuais de futebol conseguiam reunir anualmente, por exemplo, na Holanda, entre 10.000 a 12.000 cabo-verdianos.

Os vários projetos de cooperação internacionais à base de *'joint venture'* tais como: 1) o projeto de *Multimedia Centre* materializada entre organizações de cabo-verdianos na Itália, Portugal, Holanda e Cabo Verde; 2) o projeto entre a Associação de Talude, Loures, e a Associação Tabanka Onlus de Roma. Uma das dirigentes deste último projeto confessou-nos o seguinte: "no fim ficamos com o firme sentimento que isso tinha contribuído grandemente para o nosso fortalecimento de mais consciência e cabo-verdianidade".

Por último, tomamos aqui mais três exemplos: 1) a Semana de Cabo Verde em Paris, França, levada a cabo pela Casa de Cabo Verde e pela *Business Club* de Paris em cooperação com várias empresas e outras organizações cabo-verdianas; 2) as *'Vozes da Diáspora'* organizadas pela Associação de Mulheres Cabo-verdianas em Paris; 3) o Plano de Saneamento do Município de Santa Catarina em Cabo Verde que contou com o apoio e intermediação da Associação de Cabo-verdianos de Amiens.

4. Relações com Cabo Verde

Tal como atrás descrito, para além do associativismo existem mais dois fatores relevantes que podem ser considerados como pedras basilares no que diz respeito às características socioculturais dessas segundas gerações de cabo-verdianos: trata-se do papel dos pais durante a fase de socialização e aculturação dos filhos e do Crioulo como língua étnica e instrumento principal que exerceu o papel unificador catalisador dessas segundas gerações. Aliás, o Crioulo é aquilo que alguém qualificou algures como a "alma da cabo-verdianidade" e que funciona como símbolo indispensável da nossa identificação cultural e de demarcação de fronteiras entre 'nós' e 'eles', de acordo com a asserção teórica sobre etnicidade defendida por Frederik Barth (1969). Portanto, a pergunta de crucial importância aqui é a seguinte: que tipo de relação existe atualmente entre esses jovens de segunda geração e o país ancestral, Cabo Verde? Em resposta a tal, limitamo-nos às três categorias seguintes.

Postura sincrética

De acordo com os nossos entrevistados em Portugal existe nesse país uma certa quantidade de jovens de segunda geração que demonstra uma identificação sincrética e baseada parcialmente em duas identidades: a dos 'africanos' que ali nasceram; e a portuguesa. Face a tal, os jovens cabo-verdianos sentem-se relativamente perdidos

enquanto tal e, ao mesmo tempo, rejeitados pela sociedade portuguesa. Essa mesma categoria na Itália, segundo os nossos dados recolhidos, não se identifica com Cabo Verde. A título de exemplo, entrevistamos um jovem de 15 anos que, na frente do seu pai, nos disse que não se sente como cabo-verdiano. Disse que se sente mais ligado aos seus amigos italianos. O curioso é que fala crioulo sem (muita) dificuldade. Esse grupo de jovens na Itália apresenta características bastante iguais à uma categoria bastante restrita de jovens na Holanda. Trata-se, neste último país, sobretudo de jovens com comportamentos desviantes e mais ligados a um meio sintético cultural formado por holandeses/ou de outros grupos étnicos. Na França esta mesma categoria adota uma postura assimilacionista, rejeita liminarmente a sua origem cabo-verdiana, não fala e não quer aprender o crioulo. Pior ainda: tenta demonstrar que é *tout court* um cidadão francês em todas as dimensões, recorrendo ao artifício anatómico e/ou genético identificando-se como um francês originário de Guadalupe ou Martinica.

Benefício material e momentâneo

A maioria de jovens na Holanda pertence a esta categoria e vê Cabo Verde como um país ideal, um 'paraíso' onde podem encontrar o sol, mar e praias maravilhosas, festivais de boa música e carnaval. Mas acrescentam imediatamente que "lá é um paraíso" apenas para "passar férias", não para ir lá viver. Parcialmente, pode-se inferir uma certa dupla identificação: dum lado, identificam-se como cabo-verdianos quando estão lá de férias; mas a maior identificação deles é com a Holanda, país onde nasceram e se criaram. Os da Itália também gostam de ir a Cabo Verde, mas o interesse desse tipo de jovens é mais relacionado com o divertimento. Vão para Cabo Verde em visitas turísticas e praticamente não se importam com informações de carácter geral sobre Cabo Verde. Alguns até recusam na Itália identificar-se como cabo-verdianos, porque sentem-se envergonhados, esclarece um dos nossos entrevistados. Alguns deles falam pouco ou não dominam quase nada o crioulo. Esta categoria parece ser, em termos numéricos, a mais expressiva nesse país. Na França esta categoria é composta por um certo número de jovens relativamente bem integrados na sociedade francesa em termos socioeconómicos, desloca-se a Cabo Verde regularmente para passar férias, tem limitadas dificuldades de comunicação com outros cabo-verdianos na sua língua de origem e manifesta interesse em manter relações com Cabo Verde. Uma parte desse grupo encontra-se ligada ao associativismo, direta ou indiretamente, ou tem ligações regulares com a área musical cabo-verdiana. Os jovens desta categoria em Portugal conseguem ir a Cabo Verde como turistas e identificam-se simbolicamente com o país de origem dos seus progenitores. Falam o crioulo (de forma fluente ou não), adoram a música, gastronomia e outros símbolos culturais de referência de Cabo Verde, mas o grau de conhecimento sobre a história e génese cultural de Cabo Verde é, regra geral, muito residual. Ao mesmo tempo, identificam-se de forma assumida como portugueses e (muito) menos como luso-cabo-verdianos. Esses jovens têm também, muitas vezes, uma imagem muito paradisíaca sobre Cabo Verde, uma espécie de identificação romântica e imaginária desse país e isso provoca, algumas vezes, um choque cultural ao gozar o período de férias ou curta estadia.

Sentimento de pertença

Finalizamos esta secção dando atenção a um grupo de jovens que tem um tipo de

identificação com Cabo Verde que preferimos chamar de “sentimento de pertença” ou então, *‘sense of belonging’*, bastante usado em Inglês. A grande maioria deles vive na Holanda e Portugal e uma boa parte da mesma é detentor, regra geral, dum capital humano e cultural de nível médio ou superior. Outros deles estão ou estiveram ligados ao associativismo e/ou atividades musicais. Têm também um certo apego à língua e cultura cabo-verdianas. Mais do que as outras categorias, esse grupo demonstra um grande interesse para dar o seu contributo ao desenvolvimento de Cabo Verde. Alguns até se identificam mais como cabo-verdianos do que como portugueses ou como holandeses. Portanto, está claro aqui uma dupla identificação. Mas existe uma certa “cumplicidade patriótica” com Cabo Verde, pois apesar de não enviarem remessas financeiras, acreditam, sentem-se comprometidos com o futuro de Cabo Verde e vão a Cabo Verde de forma relativamente frequente. A título de exemplo descrevemos o exemplo dum jovem quadro que participou ativamente no III Congresso de Quadros Cabo-verdianos da Diáspora de 2002 tendo como tema central “As segundas gerações da Diáspora Cabo-verdiana”. O entrevistado informou-nos o seguinte:

“(...) tive um prazer e emoção indescritível ao pisar, pela primeira vez, o aeroporto da Praia, Cabo Verde (...) foram fascinantes as reuniões com jovens vivendo em Cabo Verde e outros vindos de vários países da nossa Diáspora bem como os momentos recreativos e de convívio durante o Congresso. Ao voltar a Lisboa e tocado no fundo da alma pela forma como fomos bem recebidos e valorizados pelos mais altos dirigentes da Nação e não só na ‘Terra da Morabeza’, senti-me -se no grande dever de servir a minha comunidade em Portugal em particular, e Cabo Verde em geral.” (Jovem quadro superior de Lisboa)

Conclusões

Começamos este artigo interrogando-nos como devem ser reforçadas as relações entre o nosso grupo-alvo na Europa e o seu país ancestral, Cabo Verde. De importância para ser aqui salientado é que os resultados obtidos nos quatro diferentes países foram analisados e apresentados de forma comparativa. Portanto, as duas principais perguntas que aqui se põem agora são as seguintes: quais foram os resultados mais relevantes obtidos nas áreas atrás mencionadas? Quais são as conclusões finais deste nosso exercício?

Quanto aos percursos socioeconómicos dos jovens nesse conjunto de países europeus, devemos clarificar o seguinte: os resultados transversalmente obtidos, permitiram-nos identificar três categorias quanto ao percurso de jovens nesse domínio em questão, ou seja, uma categoria significativa de jovens que não conseguiu terminar a escolaridade obrigatória⁵, a categoria social descendente e a categoria social ascendente. Dado o seu grau de insucesso escolar, a primeira categoria vive praticamente no desemprego e é afetada, na maioria das vezes, por atitudes miméticas e imediatistas bem como diversos males sociais, tais como, comportamentos desviantes, exclusão social e alguma delinquência. Isso é válido para todos os quatro países em estudo.

A categoria de ‘mobilidade social descendente’ é aquela que não conseguiu singrar durante o seu percurso de integração social, ocupando uma posição profissional não qualificada no mercado de emprego, que é inferior à dos pais. Isso tem a ver não só com

o baixo grau de escolaridade obtido, mas também com a sua concentração nos bairros degradados, exclusão social e atitudes desviantes que afetam grandemente a sua posição nesse campo de ação. Esse grupo parece ser (bastante) menor na Holanda. Por isso, consideramos que o uso deste conceito de 'assimilação segmentada' de Portes contribuiu complementarmente como uma grande mais-valia quanto à comparação do grau de integração entre a primeira geração e a segunda geração nesses países Europeus.

De acordo com os dados recolhidos, a categoria de 'mobilidade social ascendente' é numericamente (bastante) superior às outras que a precederam e tem um carácter socialmente diversificado. Nesta área podemos distinguir três subtipos em termos de formação e percurso profissional: intermédio, superior profissionalizante e universitário. De relevância para ser aqui acrescentado é o seguinte: os jovens pertencentes aos dois últimos subtipos se encontram em grande maioria nos dois países seguintes: Portugal e Holanda. Portanto, é nesses países onde esses dois subgrupos se destacam pela positiva, não só na área profissional, mas também no domínio social dando lugar à consolidação duma certa 'classe média' cabo-verdiana neste componente da diáspora.

No que diz respeito às relações dos jovens nesses países Europeus com o seu país ancestral, identificamos também as seguintes três categorias, a primeira adota uma postura híbrida ou sincrética em termos culturais, pois, na sua grande maioria, não se identifica como cabo-verdiano; a segunda mantém um contacto regular com Cabo Verde, mas esta relação é puramente de carácter simbólico material, pois é basicamente orientado para passar férias, divertimento durante os carnavais ou festivais de música. Mas é na última categoria onde encontramos jovens que demonstram o bem conhecido 'sentimento de pertença' para com Cabo Verde. Muitas vezes, trata-se de jovens detentores dum capital humano e cultural de nível médio ou superior. Muitos deles se encontram ligados ao associativismo, dominam regularmente o Crioulo e demonstram um grande interesse em dar o seu (eventual) contributo para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Como interpretar os nossos resultados face aos estudos de outros investigadores nesta matéria? Sobretudo os trabalhos de Soehl & Waldinger (2012) confirmam na sua grande totalidade, o papel dos pais e língua materna nos vários percursos dos jovens deste estudo. Uma outra grande referência nossa comparativa é o estudo de T. Reynolds (2008) no tocante, por exemplo, ao 'mito de retorno' como forma de capital transmitida da primeira para a segunda geração e que leva esses jovens a se identificarem à terra ancestral como lar espiritual e cultural. O seu estudo também demonstra igualmente que esses jovens são, regra geral, portadores de um nível superior ou universitários e que o capital social é uma das ferramentas principais do trajeto deles. Peggy Levitt conclui também num seu estudo que os jovens vivendo entre a pressão dos Estados Unidos, dum lado, e a cultura dos pais, doutro lado, acabam por criar as suas próprias práticas culturais e participar nos países ancestrais, tais como, República Dominicana, Oeste da Índia, América do Sul, Paquistão e Gujarati. De elevada importância nesse sentido é o bom capital escolar e cultural desses jovens (Levitt: 2009: 1239). Mas os descendentes de cabo-verdianos oriundos da Holanda queixam-se de uma certa subvalorização na sua terra ancestral pelo seu fraco domínio do Português. Algo praticamente idêntico se passa com os jovens caribenhos que ao regressarem aos países ancestrais só conseguem um enquadramento parcial porque dizem ser vítimas várias vezes de discriminação e exclusão

racial (Reynolds: 2008:26). Na linha deste raciocínio defende Batalha que a comunidade cabo-verdiana em Portugal muito ganharia se houvesse uma segunda geração bilingue, fluente em Crioulo e em Português, capaz de estabelecer a ligação cultural e económica entre esses dois países, Cabo Verde e Portugal (2004: 330). Também os estudos de Giorgas (2008), Phillips & Potter (2009) demonstram estar em grande sintonia geral com esses nossos resultados obtidos.

Finalizamos convencidos das grandes limitações deste nosso tipo de estudo. Apesar disso, os resultados atrás apontados nos autorizam a sustentar que sobretudo a atrás mencionada terceira categoria estabelecida em Portugal e na Holanda deverá vir a constituir uma bela oportunidade quanto ao reforço de laços desses descendentes cabo-verdianos na Europa com o país ancestral. O aproveitamento dessa potencialidade pode tornar-se uma grande mais-valia levando em conta que a componente da diáspora cabo-verdiana na Europa está cada vez mais envelhecida e que o paradigma das remessas está a ser ultrapassado, cada vez mais. Portanto, que esse potencial seja devidamente mobilizado!

Notas

¹ A totalidade desses cabo-verdianos, segundo as estimativas, é acerca de 300.000.

² Vd. Luís Silva, no jornal cabo-verdiano, *A Semana*, Praia, 5 de Abril de 2009, em <https://www.asemana.publ.cv/?A-emigracao-como-primeiro-exercicio-de-libertacao-da-mulher-cabo-verdiana>.

³ Trata-se aqui da possibilidade aproveitada na Holanda por muitos jovens da segunda geração para a sua ascensão a níveis mais altos de formação académica e/ou profissional.

⁴ Segundo os nossos entrevistados, os jovens do sexo masculino se encontram mais nas áreas seguintes: técnica, indústria, ICT e eletrónica. Um bom número de raparigas trabalha sobretudo na área de saúde e outras profissões afins, tais como, professoras, assistentes sociais e mediadoras.

⁵ As estimativas dos nossos entrevistados apontam para acerca de um terço.

Referências bibliográficas

- Alba, R.D. (1990), *Ethnic identity: The transformation of white America*, Yale University Press.
- Bauböck, R., Faist, T. (2010) (Eds.), *Diaspora and Transnationalism: Concepts, Theories and Methods*, IMISCOE Research, Amsterdam University Press.
- Bandura, A. (1986), *Social Foundations of Thought and Action: A Social Cognitive Theory*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Barth, F. (1969), *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*, Waveland Press, U.S.A.
- Batalha, L. (2008), "Cabo-verdianos em Portugal: "Comunidade" e Identidade.", in Góis, P. (ed.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração Cabo-verdiana em Lisboa*, pp. 25-36. Disponível aqui.
- Batalha, L. (2004), "Contra a corrente dominante: história de sucesso entre cabo-verdianos da segunda geração", *Etnográfica*, vol. VIII (2), pp. 297-333.
- Brinkerhoff, J. M. (2006), "Diasporas, Skills, Transfer, and Remittances: Evolving Perceptions and Potential", in C. Wescot e J. Brinkerhoff (eds.), *Converting Migration drains into gains*, Manila Philippines: Asian Development Bank, pp. 1-32.

- Brubaker, R., Feischmidt, F., Fox, J. e Grancea, L. (2006), *Nationalist Politics and Everyday Ethnicity in a Transylvanian Town*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- ENED. (2014), Ministério das Comunidades, Cabo Verde.
- Fishman, J.A. (1989), *Language and ethnicity in minority perspective*, Psycnet.apa.org.
- Giorgas, D. (2008), "Transnationalism and Identity among Second generation Greek-Australians", in H. Lee (ed.), *Ties tot the Homeland*, Cambridge Scholars Publishing.
- Graça, A.A. (2014), *Segunda geração de Cabo-verdianos na Europa e o reforço de seus laços com Cabo Verde*, Coleção Estudos - 1, Ministério das Comunidades, Cabo Verde.
- Graça, A. A. da (2010), *Etnische zelforganisaties in het integratieproces. Een case study in de Kaapverdische gemeenschap in Rotterdam*, Proefschrift. Ridderprint Offset drukkerij, Ridderkerk.
- Graça, A. A. (2000), *A Dinâmica Organizativa de Cabo-verdianos na Holanda*. ANAIS, AECCOM, 2 (1) pp. 81-104.
- Gowricharn (Ed.) (2009), *Ontwikkelingssamenwerking en integratie*, Koninglijke Van Gorcum. Assen. The Netherlands, pp. 109-128.
- Haas, H. de (2012), "The Migration and Development Pendulum: A Critical View on Research and Policy", in *International Migration*, Vol. 50 (3), Oxford U.K., pp. 9-25.
- Levitt, P. (2009), "Roots and Routes: Understanding the lives of the Second Generation Transnationaly", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 35, Nr. 7, pp.125-242.
- Levitt, P. (2003), "Keeping Feet in Both Worlds: Transnational Practices and Immigration Incorporation in the United States", in: C. Joppke e Morawska (Eds.) *Toward Assimilation and Citizenship. Immigrants in Liberal Nation-States*, Palgrave Macmilan, pp.177-194.
- Monteiro, C. A. (1997), *Comunidade Imigrada. Visão Sociológica. O caso da Itália*, Gráfica do Mindelo Lda., S. Vicente Cabo Verde.
- Penninx, R. (2005), *Integration processes of migrants: research findings and policy challenges*, Paper for European Population Conference, Demographic Challenges for Social Cohesion, Strasbourg.
- Pires, D. (2006), *Nha Tambor: Onderzoek naar het cultureel erfgoed van Kaapverdianen in Rotterdam*, Stichting Avança.
- Pires, S. (2009), *A segunda Geração de Imigrantes em Portugal e a Diferenciação do Percorso Escolar: Jovens de origem cabo-verdiana versus jovens de origem hindu-indiana*, Tese 23, Observatório das Migrações, Lisboa, ACIDI. Disponível aqui.
- Phillips, J., Potter, R.B. (2009), "Questions of Friendship and Degree of transnationality among Second Generation Return to Barbados", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Volume 35, 4, pp.669-688.
- Plaza, S. e Ratha, D. (Eds.) (2011), *Diaspora for Development in Africa*, The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, Washington DC. U.S.
- Portes, A. (1999), *Migrações Internacionais. Origem, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta.
- Portes, A., Escobar, C. e Arana, R. (2008), "Bridging the gap: transnational and ethnic organizations in the political incorporation of immigrants in the United States", *Ethnic and Racial Studies*, 31, (6), pp. 1065-1090.
- Portes, A. (2004), "Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo Imigrante", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 73-93.
- Portes, A. (Ed.) (1996), *The New Second Generation*. New York, Russell Foundation.

- Portes, A. & Zhou, M. (1993), "The New Second Generation: Segmented Assimilation and its Variants.", *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 530, pp.74-96.
- Reynolds, T. (2008), *Ties That Bind: Families, Social Capital and Caribbean Second-Generation Return Migration*, London South Ban University, London.
- Rogers, R.R. (2006), *Afro-Caribbean Immigrants and the Politics of Incorporation. Ethnicity, Exception, or Exit*, Cambridge, University Press.
- Rumbaut, R.(1994), "The Crucible Within: Ethnic Identity,Self-Esteem and Segmented Assimilation Among Children of Immigrants", *International Migration Review*, 28 (4), pp.748-794.
- Schrover, M. (2004), "De grenzen van het Deuschtum. Duitse immigranten in het negentiende-eeuwse Nederland", in: L. Lucassen (Red.) *Amsterdam worden: migranten, hun organisaties en inburgering 1600-2000*, Amsterdam: Vossiuspers UvA, pp. 127- 145.
- Soehl, T. e Waldinger, R. (2012), "Inheriting the Homeland? Intergenerational Transmission of Cross-Border Ties in Migrant Families¹", *American Journal of Sociology* , 118, (3), pp. 778-813.
- Waldinger, R. e Fitzgerald, D. (2004), "Transnationalism in Question", *American Journal of Sociology*, 109, pp.1177-1195.

Um retrato social do racismo para com os afrodescendentes em Portugal

A social portrait of racism towards afrodescendants in Portugal

Tiago Santos*

Resumo Num momento histórico em que o racismo e a discriminação têm vindo a ser cada vez mais discutidos pela opinião publicada em Portugal, sobretudo no que diz respeito à produção de estatísticas que possam ser úteis para apreciar a extensão destes dois fenómenos e divisar estratégias para os combater, este artigo visa contribuir para o debate demonstrando: 1) que em ambos os casos – racismo e discriminação – o objeto de estudo são os cultivadores de um ou os perpetradores da outra e não as suas vítimas; 2) que, por conseguinte, as estratégias de observação dos cientistas sociais no estudo destes fenómenos devem centrar-se naqueles e não nestas últimas; 3) que existem já dados, tanto publicados como de acesso público, que permitem identificar fatores preditivos do racismo; 4) que apontar com precisão a discriminação a partir de dados preexistentes é menos plausível, dado o inquérito por questionário – o paradigma dominante da ciência social quantitativa – ser uma metodologia que não se presta à aferição de comportamentos; 5) que é possível identificar os fatores preditivos do racismo no sentido de elaborar estratégias de campanha especificamente direcionadas para os segmentos do público nos quais este aflora a superfície.

Palavras-chave Racismo; discriminação; Portugal; segmentação; direcionamento.

Abstract In a historical moment in which racism and discrimination are a growing part of the discussion in Portuguese published opinion, chiefly in what concerns the production of statistics that may be useful in determining the extent of these phenomena and to devise strategies to combat them, this paper aims at contributing to the debate by demonstrating: 1) that in both cases – racism and discrimination – the object of study is the set of people who cultivate one or the perpetrators of the other and not their victims; 2) that it follows that the observation strategies deployed by social scientists should target the former categories of people and not the latter; 3) that data already exist, both published and of public access, that allow the identification of factors that are predictive of racism; 4) that pinpointing discrimination from existing data is less likely, given that survey research – the dominant paradigm of quantitative social science – is a poor indicator of behaviour; 5) that it is possible to identify the aforesaid predictors of racism in order to enable the specific targeting of campaigns towards the segments of the public in which it surfaces.

Keywords Racism; discrimination; Portugal; segmentation; targeting.

* Equipa do Observatório das Migrações (tiago.santos@acm.gov.pt).

■ Um retrato social do racismo para com os afrodescendentes em Portugal

Tiago Santos

Introdução

Estando este artigo a ser publicado num número temático da revista Migrações sobre afrodescendentes, é apropriado que comecemos por discutir a própria noção de afrodescendente. Idealmente, poderemos desse modo produzir uma definição operacional que balize as subsequentes opções metodológicas que importa fazer. Em 2012 surgiu um número temático similar nos *Cadernos de Estudos Africanos*. Teve por objetivo declarado “recolher e publicar resultados de pesquisas sobre a situação presente de populações naturais ou provenientes de África estabelecidas em Portugal, incluindo os respetivos descendentes”. O organizador reconhece que se trata de um “universo muito amplo e heterogéneo”, sendo que “a população de origem africana e afrodescendente em Portugal é numerosa embora difícil de quantificar, uma vez que as estatísticas de imigração e relativas a estrangeiros residentes no país não dão conta da enorme parcela daqueles que possuem nacionalidade portuguesa” (Vasconcelos, 2012). Face ao exposto, duas coisas são desde logo perceptíveis: antes de mais, que se trata de uma questão complexa, não sendo fácil trabalhar na base da noção de afrodescendente; mas também, que o tema liga umbilicalmente com a introdução de novas categorizações nas estatísticas oficiais, em particular com a recolha de dados étnico-raciais que tem vindo a ser recentemente objeto de discussão pública.

A Organização das Nações Unidas tem vindo a ser a mais notável proponente da noção de afrodescendente, nomeadamente por via da Declaração de Durban e respetivo Programa de Ação, adotados a 8 de setembro de 2001 naquela cidade da África do Sul, da Resolução 2002/68 da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, adotada a 25 de abril de 2002, da Resolução adotada pela Assembleia Geral a 18 de dezembro de 2009 (A/RES/64/169), e da Resolução adotada pela Assembleia Geral a 23 de dezembro de 2013 (A/RES/68/237), entre outros documentos. Ainda assim, todos estes textos eludem a tarefa de definir o termo. O Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACNUDH) refere, num folheto informativo relativo à Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024, os descendentes dos escravos africanos deslocados para as Américas, e os imigrantes intercontinentais mais recentes como parte de um grupo heterogéneo, com diversas histórias, experiências e identidades, que é contido unido pela constante negação da realização plena dos seus direitos humanos (EACNUDH, s.d.). Este texto é interessante sobretudo na medida em que reconhece que o trabalho social de definir quem são os afrodescendentes é uma prerrogativa dos atores sociais que os oprimem, tema ao qual voltaremos nesta introdução. Por sua vez, também o Parlamento Europeu enfatiza a pluralidade dos afrodescendentes e a complexidade da questão, “considerando que, para além do termo «afrodescendente», também se utilizam expressões como «afro-europeus», «africanos europeus» ou «negros europeus», «afrocaribenhos» ou ainda «caribenhos negros», referindo-se a pessoas nascidas na Europa, com cidadania europeia ou que vivem na Europa e que têm antepassados africanos ou são descendentes de africanos...” (Resolução do Parlamento Europeu, de 26 de março de 2019, sobre os di-

reitos fundamentais dos afrodescendentes na Europa [2018/2899(RSP)]). Em todos estes documentos, o termo é empregado de forma casual mas consistentemente associada às questões do racismo e da discriminação. Isto sugere que seja uma *proxy*, eufemismo, ou equivalente com conotação positiva de termos "pesados" tais como "raça", cor, ou fenótipo.

É certo que a própria escolha de étimos na composição da expressão "afrodescendentes" parece apontar noutro sentido, nomeadamente no da genealogia como sendo o campo lexical a ter em conta. Se assim fosse, a definição operacional de afrodescendente poderia recorrer à investigação genealógica para determinar quem deveria ou não ser incluído nesta categoria. O problema com esta via é que partindo de generalidades como as ilustradas no parágrafo precedente, sem limite temporal ou geracional preciso, virtualmente toda a população é afrodescendente e a categoria não tem préstimo analítico nem poderia ter implicações sociais. Por redução ao absurdo, sabendo-se que em 1551 haveria 10.000 escravos africanos em Lisboa (Oliveira, 1987); que a população estimada da cidade nessa época era de 100.000 pessoas (Donovan, 2004); que uma geração são grosso modo 25 anos, pelo que uma criança nascida em 2019 terá 2 pais, 4 avós, 8 bisavós, 16 trisavós,... e 524.288 ascendentes diretos em 1544; podemos concluir que os ascendentes diretos de uma tal criança em meados do século XVI terão sido cinco vezes mais numerosos do que a população de Lisboa nessa época, 10% da qual eram escravos africanos. Mesmo sendo certo que esta simplificação é abusiva (porque a cidade não é um sistema fechado; nem toda a gente se reproduz; os pares de progenitores não se formam ao acaso; etc.), resulta inverosímil que a vasta maioria da população atual não seja afrodescendente no sentido lato de ter, algures na sua árvore genealógica, um ascendente africano. É pois forçoso concluir que o princípio ativo da afrodescendência enquanto princípio de categorização social não será, ao contrário do que a expressão sugere, a genealogia.

Acresce a esta complexidade que a afrodescendência é plural e apresentar-se-á sob um aspeto ou outro conforme o olhar que sobre ela incida. Por um lado, enquanto termo que designa um grupo ao qual é negada a realização plena dos seus direitos humanos, é um vocábulo polido, de uso sociologicamente muito reduzido e sem tradição ao nível das representações coletivas, que dificilmente será utilizado ao nível de qualquer situação concreta de racialização ou discriminação mas que podemos adotar se desejarmos estudar o fenómeno sem reproduzir uma linguagem derogatória ou com muito lastro. Nesse sentido, a afrodescendência será algo que se concretiza de forma contingente, interação a interação, movendo-se a fronteira de modo a em determinada situação incluir ou excluir indivíduos concretos, sem que isso contudo negue o efeito geral de opressão. Dito de outro modo, na ótica racista e na prática discriminatória a afrodescendência estará ligada não apenas ao fenótipo que serve como estímulo mas sobretudo à forma como este é processado e mobilizado ao nível de interações concretas, o que embora tenda a funcionar de forma previsível e sistemática tem sempre o potencial de surpreender e desconcertar (e.g., Champion, 2019).

Por outro lado, a afrodescendência é útil para os ativistas no ponto de vista de um essencialismo estratégico, permitindo-lhes desenhar uma grande coligação social (e.g., Rocha, 2010) a partir da pluralidade de identidades – etnias, nacionalidades, etc. – com as quais as pessoas efetivamente se identificam e que utilizam para fazer sentido do seu quotidiano. Vale de Almeida faz notar que *"uma vez estabelecida uma classificação dos níveis de*

identidade social, a Diferença pode ser estrategicamente mobilizada para se transformar em factor de reivindicação, em factor de reconhecimento das desigualdades criadas pela identificação da Diferença" (Almeida, 2007). Ou seja, as minorias racializadas ou etnicizadas poderão adotar estrategicamente o essencialismo a favor das suas agendas, à semelhança do que Spivak propôs originalmente no combate ao sexismo (Spivak e Grosz, 1985) mas veio a renegar por constatar que degenerava em legitimação de um essencialismo acrítico (Danius, Jonsson e Spivak, 1993). Neste sentido, afrodescendente é um termo positivo e agregador usado como alternativa a outros que têm uma carga derogatória ou são divisores, uma imagem de marca que pode ser associada a um caderno de reivindicações e a um projeto de mudança social. Se o propósito deste artigo fosse investigar o processo de construção social e política da categoria de afrodescendente – processo esse do qual a própria edição de um número temático de uma revista científica faz parte –, acompanhando o modo como vai paulatinamente fazendo o caminho que vai de grupo "em si" a grupo "para si", seria de adotar esta segunda perspectiva sobre a afrodescendência.

Porém, sendo o propósito deste artigo contribuir para a discussão do tema dos afrodescendentes em Portugal na ótica do racismo e da discriminação sofridos por esta categoria da população, o ponto de vista a adotar deverá ser o primeiro, com ênfase na cognição e comportamento dos protagonistas do racismo e da discriminação. Tal determinará a escolha da informação a tratar muito em função do que as pessoas que responderam aos inquéritos que nos servem de base afirmam relativamente a pessoas que lhes são descritas como sendo de outra "raça", etnia, ou cor, sendo seguro que o grupo de referência nestas circunstâncias será, por excelência, mesmo quando omissos, o dos afrodescendentes, nos quais se focam aliás os inquéritos de vitimização que têm vindo a ser realizados (e.g., FRA, 2010; FRA, 2017). Assim, pode-se considerar que a discussão aqui desenvolvida toca em três dos temas enunciados no convite à apresentação de originais para o presente número temático: os conceitos, categorias e dimensões analíticas usados para construir social e cientificamente a problemática dos afrodescendentes em Portugal; os desafios com categorias raciais e étnicas, e dilemas estatísticos inerentes ao desenvolvimento de trabalho conceptual ou empírico neste domínio; e, sobretudo, o racismo e a discriminação que efetivamente incidem sobre as pessoas racializadas.

Tal como o título indica, este artigo traça um retrato social do racismo em Portugal. O consenso na opinião publicada e na comunidade científica é que há pouca informação sobre o racismo e a discriminação no contexto deste país, e que a produção dessa informação é um passo necessário no combate a estes fenómenos. Esta questão tem vindo a ganhar destaque na agenda pública ao longo dos anos, muito em resultado das recomendações de agências internacionais tais como o Comité da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI), ou o Grupo de Trabalho de Peritos em Pessoas de Descendência Africana do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, e do cada vez maior protagonismo dos movimentos sociais, que reclamam do Estado o reconhecimento claro de que estes problemas existem, constituem um atentado aos direitos fundamentais, e exigem a elaboração de políticas públicas claras e específicas.

O problema social e político adquiriu as suas atuais proporções por via de um percurso histórico que sendo específico ao país não deixa de apresentar similaridades a outros ca-

sos, nomeadamente o francês. Neste último país, conceitos de tal forma entranhados que constituem a matriz da própria identidade nacional tanto ou mais do que a liberdade, a fraternidade e a igualdade têm sido utilizados instrumentalmente para justificar a recusa do Estado em reconhecer a segmentação da população de acordo com linhas étnicas, "raciais" e religiosas. A laicidade e o republicanismo franceses têm em Portugal equivalência funcional no lusotropicalismo, ideologia tornada hegemónica pelo Estado Novo (1926-1974) e segundo a qual a colonização Portuguesa seria um caso excecional na medida em que, ao invés da segregação racial praticada pelos demais colonizadores europeus, o português teria praticado uma benévola miscigenação sexual, social e cultural (Castelo, 1998). Tendo esta tese se tornado efetivamente hegemónica sob o Estado Novo, mesmo a Revolução de 25 de Abril de 1974 foi incapaz de lhe pôr fim. Este é ainda hoje o ponto de vista dominante e reproduzido pelo sistema de ensino, como o mostram os resultados de análises de conteúdo de manuais escolares (e.g., Mendes e Valentim, 2012; Araújo e Maeso, 2012). Ora, um corolário inescapável do lusotropicalismo é que a assimilação bem-sucedida de pessoas racializadas depende apenas do mérito individual, uma vez que o racismo não existe (Reiter, 2005).¹ Argumentos deste tipo têm sido esgrimidos ao longo dos anos para recusar fazer o que presentemente não se afigura mais adiável.

Outra racionalização que emerge frequentemente para a pobreza de estudos nesta área é a ideia de que haveria entraves legais à recolha de dados para o estudo do racismo e da discriminação que decorreriam da própria Constituição da República Portuguesa. Como o veio mostrar o parecer do Serviço Jurídico e Contencioso do Instituto Nacional de Estatística sobre as eventuais limitações à recolha de dados étnico-raciais, datado de 25.06.2018 e anexo ao sumário do trabalho do Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões Étnico-Raciais, esse obstáculo sempre foi um tigre de papel. Contudo, ainda que essa hipotética impossibilidade de categorizar estatisticamente as pessoas que poderão ser racializadas e discriminadas impedisse a caracterização dessas pessoas, tal em nada estorvaria o estudo do racismo e da discriminação. As categorias que interessam para o estudo destes fenómenos são as utilizadas por quem racializa e discrimina, não as que possam resultar da autoidentificação das eventuais vítimas. Ou seja, o que tem consequências diretas não é a categorização que resulta da autoidentificação mas sim a que resulta da heterocategorização pela maioria sociológica. Em casos históricos infames como as leis de Nuremberga, na Alemanha Nazi, ou a regra de uma única gota, no Sul segregacionista dos Estados Unidos da América antes das mudanças legislativas promulgadas sob o presidente Johnson, por exemplo, essa categorização é formal e burocraticamente inscrita no próprio aparelho do Estado. Num contexto como o Portugal do princípio do século XXI, só pode ser encontrada nas representações sociais e nas práticas de quem racializa e discrimina. Os dados que importa tratar neste campo do conhecimento são pois relativos à maioria sociológica, às suas atitudes e aos seus comportamentos.

Uma caracterização das pessoas que se autoidentificam com determinada categoria pode hipoteticamente – se ignorarmos tudo o que em termos éticos, metodológicos e políticos se lhe opõe – descrever desigualdades persistentes. Mas tais desigualdades persistentes são resultado de processos de reprodução social que operam nas sociedades e não prova de racismo ou discriminação (e.g., Baganha et al., 2000, Bovenkerk, 1992): as sucessivas gerações de uma qualquer família pobre tendem a permanecer nessa situação (e.g., Bourdieu e Passeron, 1970) mesmo quando o seu fenótipo é o maioritário. É ainda de apontar

que sendo a nacionalidade, tal como foi já referido, efetivamente volátil e, como tal, inadequada à monitorização do que se possa passar com as pessoas de origem africana, a autoidentificação étnico-racial o é ainda mais, variando muito as respostas conforme as circunstâncias (e.g. Simpson e Akinwale, 2007; Saperstein e Penner, 2012). Usada na área do racismo e da discriminação, a autocategorização dilui o fenómeno produzindo falsos negativos (pessoas que se tomam por parte da maioria mas que não serão necessariamente vistas desse modo) e falsos positivos (pessoas que “passam” aos olhos da maioria apesar de se autoidentificarem com uma minoria). Finalmente, é inquietante observar que a própria busca de uma variável que seja estável e nos permita um “correto” enquadramento das pessoas nas categorias revela uma clara preferência essencialista da parte de quem tem a intenção de analisar.

Será ainda de referir entre os constrangimentos ao desenvolvimento desta área científica e de política pública que os financiamentos têm falhado em materializar-se, tanto a nível nacional como comunitário. É por exemplo notório que embora o conceito-chave ao nível da gestão da diversidade resultante dos fluxos migratórios na União Europeia seja o de integração – definido nos Princípios Básicos Comuns para a Política de Integração dos Imigrantes na União Europeia como “um processo dinâmico e bidirecional de adaptação mútua de todos os imigrantes e residentes nos Estados-Membros” – os indicadores anexos à Declaração de Saragoça contemplam apenas a observação dos nacionais de países terceiros e não também a dos próprios cidadãos dos Estados-membros, juntando desse modo a vigilância ao rol das assimetrias preexistentes. Acresce que a redação do normativo do principal financiamento comunitário no domínio da integração, o Fundo para o Asilo, a Imigração e a Integração, se encontra de tal forma focada nos grupos-alvo exigidos ao nível dos indicadores comuns e de realização física², nomeadamente os nacionais de países terceiros, que inviabiliza a realização de estudos e iniciativas que contemplem a metade do processo de integração que diz respeito à sociedade de acolhimento (ver em particular o anexo IV ao regulamento do fundo, bem como a alínea c) do seu artigo 6.º).

Por conseguinte, a investigação sobre racismo e, em particular, discriminação racial em Portugal tem permanecido algo estagnada. Machado, Azevedo e Matias incluem estes temas numa secção da sua bibliografia temática intitulada “Coexistência e representações interétnicas, racismo” (Machado *et al.*, 2009). Da análise dessa rubrica constata-se que nos nove anos cobertos pela série houve um total de 88 publicações, o que dá uma média de dez publicações por ano, sendo o mínimo e o máximo anual registados de quatro e dezanove publicações, respetivamente. A tendência de evolução não é muito pronunciada, traduzindo-se num acréscimo de uma publicação por ano. Em síntese, os resultados deste corpo de literatura refutam cabalmente a tese do lusotropicalismo e mostram que no que toca a racismo Portugal é um país como os outros.

O presente artigo aprofunda a questão por via da identificação dos segmentos mais vocais da população maioritária e de fatores que ajudam a prever quem possa admitir, respondendo a um inquiridor, que pensa e sente desse modo. Com esta informação em mãos deverá ser mais fácil aos decisores políticos delinear políticas públicas remediais. Do mesmo modo, a identificação de diferentes fatores preditivos do racismo pode ajudar a direcionar estratégias de persuasão específicas aos diversos segmentos, potenciando a intervenção ao nível de cada qual e ajudando a racionalizar o emprego de recursos com o

fim de mitigar o problema. Contudo, tal abordagem terá óbvios limites, apesar do esforço que foi feito no sentido de focar mais processos do que sujeitos, por não acomodar bem o papel do racismo estrutural na sociedade portuguesa.

Metodologia

Sendo o objetivo declarado deste artigo traçar um retrato social do racismo em Portugal recorrendo a estatísticas preexistentes, é porém importante explicar a razão pela qual a discriminação – que sendo um comportamento e não uma atitude é necessariamente mais virulenta e deixa marcas mais visíveis – tem de ficar em grande parte fora do enquadramento. A verdade é que as potencialidades dos dados preexistentes em termos do estudo do racismo são significativamente maiores do que em termos do estudo da discriminação. Sendo o racismo, segundo as suas muitas definições, uma atitude, uma preferência, uma ideia, uma sensibilidade, uma representação, uma maneira de ver o mundo, etc., resulta claro que é o tipo de fenómeno subjetivo ou intersubjetivo que – embora haja outras vias, como o teste de associação implícita (Greenwald, McGhee e Schwartz, 1998) – se presta a ser investigado colocando perguntas a pessoas. Dito de outro modo, no caso do racismo, sendo este por definição uma coisa subjetiva – e, como tal, inobservável – o investigador não tem alternativa a fazer fé nesses narradores de si próprios pouco fráveis que são os seres humanos. Já o estudo da discriminação, sendo esta uma prática ou comportamento observável, pode e deve utilizar métodos de mensuração mais rigorosos. O seu estudo através de entrevistas em geral e dos inquéritos por questionário, sejam eles aplicados por via de amostras representativas ou recenseamentos, sofrerá sempre a panóplia de vieses que resultam de perguntar a pessoas sobre os seus comportamentos ou os comportamentos de terceiros ao invés de as observar enquanto fazem o que efetivamente fazem. Mesmo investigadores e entidades que apoiam a sua prática sobretudo em inquéritos reconhecem que a leitura de tais dados carece de ser complementada por medições objetivas da discriminação (e.g., Malheiros e Esteves, 2013; FRA, 2018).

Em termos internacionais essa mensuração objetiva cada vez mais assume a forma do que, a partir dos anos sessenta do século XX, no Reino Unido se convencionou chamar de testes situacionais (*situation testing*) e se desenvolveu também paralelamente nos Estados Unidos da América sob o nome de estudos em auditoria (*audit studies*). O cerne deste método consiste em criar pares equivalentes de candidatos a uma qualquer situação – mais frequentemente um emprego ou a locação de um alojamento – que diferem significativamente apenas no fator face ao qual se pretende testar a existência ou não de comportamento discriminatório por parte de quem faz a triagem. Submetendo à seleção dessa agência um número suficiente de tais pares é possível demonstrar de forma estatística se opera ou não um processo discriminatório. Em 2017 mais de um quarto dos Estados-membros da União Europeia tinham já realizado tais testes (Farkas, 2017), sendo que na Holanda e em Malta tal se processou sob a chancela de organismos para a igualdade (*equality bodies*) e noutros Estados-membros por iniciativa de outros organismos públicos (Farkas, 2017). Em vários Estados-membros, como por exemplo a Bélgica, a República Checa, a Finlândia, a França, a Holanda, a Hungria, e a Suécia, os testes de discriminação são inclusive aceites em tribunal como meio de prova de discriminação (FRA, 2018), havendo uma clara tendência na jurisprudência para a sua aceitação como meio de

prova em tribunal (Makkonen, 2016). Aliás, a própria qualidade da informação produzida por esta via tem vindo a melhorar (Farkas, 2017). Dada a incipiência da aplicação dos testes de discriminação em Portugal apesar do encorajamento das agências internacionais (e.g., EUMC, 2006; OCDE, 2008), os únicos dados sistemáticos acerca de práticas ou comportamentos discriminatórios que existem são os das queixas, que foram 179 em 2017 e 346 em 2018, traduzindo variações anuais de 50% e 93%, respetivamente (CICDR, 2018; CICDR, 2019). Contudo o número de queixas que é registado depende não apenas da frequência deste tipo de comportamentos na sociedade mas também da reconhecida indisponibilidade das vítimas para as apresentar (e.g., Makkonen, 2016), para a qual não deixará de contribuir o descrédito face ao seguimento que uma eventual queixa possa ter no sistema judicial (Santos, 2019).

Por conseguinte, o acervo estatístico preexistente em termos de discriminação não oferece as mesmas possibilidades que o filão dos inquéritos que de algum modo abordam a questão do racismo. Como tal, no que toca ao estudo da discriminação as opções são ou trabalhar em termos de discriminação percebida e autorreportada pelas vítimas – o que, como foi argumentado acima, é uma forma enviesada de chegar à questão –, ou usá-las parcimoniosamente, como abaixo fazemos com os dados do EU-MIDIS, e aguardar desenvolvimentos ao nível dos testes de discriminação em Portugal. As boas notícias são que ao longo dos últimos anos se têm vindo a registar movimentos no sentido positivo protagonizados por investigadores nacionais (nomeadamente, Dias *et al.*, 2009; Malheiros e Fonseca, 2011; e Góis *et al.*, 2018). Por enquanto, todavia, a única opção possível no contexto deste artigo será minerar os dados de inquéritos relativos a racismo.

1. EU-MIDIS

Não havendo nos grandes inquéritos internacionais regulares, tal como o Eurobarómetro ou o Inquérito Social Europeu, sobreamostragem de afrodescendentes, estes tendem a ser representados nas diferentes amostras nacionais em função da sua efetiva proporção na população-alvo. Isto significa que as bases amostrais que poderiam permitir conhecer e dar voz aos afrodescendentes são reduzidas, ferindo quaisquer análises de problemas de representatividade. Face a este estado de coisas, a Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA) promoveu em 2008 o Inquérito sobre Minorias e Discriminação na União Europeia (EU-MIDIS) precisamente com o objetivo de produzir informação acerca de várias minorias através de amostras dedicadas que permitam ver nitidamente o que as subamostras reduzidas de outras fontes podem apenas indiciar. Nessa sua primeira edição e no que respeita ao foco deste artigo, as pessoas a entrevistar tinham de se auto-identificar como africanas subsarianas, serem residentes (*de facto* e não *de jure*) há pelo menos um ano, terem 16 e mais anos de idade, e dominarem a língua do país o suficiente para poderem responder. O procedimento de amostragem adotado foi de tipo aleatório, sendo que em Portugal se realizaram 510 entrevistas.

Na segunda edição deste inquérito (EU-MIDIS II), realizada entre 2015 e 2016, o critério de inclusão passou a ser a naturalidade do próprio e dos seus progenitores (sendo condição suficiente, em termos de elegibilidade para o estudo, que um destes tivesse nascido na África subsaariana). A amostra é assim de imigrantes subsarianos e seus descendentes.

Em Portugal foram realizadas 525 entrevistas. As diferenças metodológicas entre as duas edições, das quais a referida é apenas o melhor exemplo, são demasiado grandes para encorajarem comparação direta. No caso português em concreto, com a dissolução tardia do império colonial e o repatriamento de populações de antigos colonos e seus descendentes, o critério adotado na mais recente vaga do inquérito poderá ser permeável à inclusão de pessoas que não partilhem a experiência de constante negação da realização plena dos seus direitos humanos que é referida pela ONU (EACNUDH, s.d.) como agregadora da categoria de afrodescendente.

Embora ambas as vagas deste inquérito tenham recolhido dados de caracterização (e.g., sexo, idade, religião, condição perante o trabalho, emprego/desemprego, rendimento do agregado familiar, anos de escolaridade, língua mãe, tempo de residência, cidadania, naturalidade, naturalidade dos pais, fenótipo negro na ótica do entrevistador), as respetivas disseminações de dados, em relatórios ou exploradores *online*, deram pouco destaque a esta questão, havendo grandes lacunas. É expectável que no futuro próximo estas lacunas venham a ser preenchidas pelo inquérito que o INE irá realizar em resultado das conclusões do Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões Étnico-Raciais, criado pelo Despacho n.º 7363/2018, e por melhor arquivamento das bases de dados da FRA em repositórios públicos *online*. Dados os referidos entraves metodológicos à comparabilidade e o carácter lacunar da informação publicada, a opção neste artigo foi pela utilização da informação relativa à razão percecionada para a discriminação sentida como contraponto ao que aqui é revelado, com base noutras fontes, sobre o racismo e a discriminação na ótica de quem os protagoniza.

2. ESS

Em Portugal é realizado regularmente um grande inquérito internacional que se presta bem ao propósito de traçar um retrato social do racismo neste país: o Inquérito Social Europeu (ESS). Trata-se de um inquérito académico internacional bienal, aleatório e representativo das pessoas com 15 ou mais anos de idade, independentemente da sua nacionalidade, cidadania ou língua falada. Da sua própria natureza de inquérito resulta que os resultados serão sempre estimativas, visto que são baseados em respostas de uma amostra da população e depois extrapolados para o total do universo. Quanto a este, é composto de todos os residentes, independentemente da sua nacionalidade ou estatuto migratório. É preciso também ter presente que a informação foi obtida entrevistando pessoas, o que significa que as respostas não traduzem a realidade mas sim uma combinação da forma como as pessoas percecionam a realidade, do que estão dispostas a responder a um inquiridor, e ainda de outros fatores interferentes. Todas as afirmações feitas ao longo deste artigo serão pois qualificadas pelo facto de assentarem em estimativas obtidas com base no que as pessoas disseram aos entrevistadores.

Dito isto o tratamento dos dados que se segue assentou num plano modesto e pragmático. Ao nível do ESS, a análise focou-se na sétima vaga, relativa a 2014, por esta combinar as vantagens de ser relativamente atual (a vaga mais recente é a oitava, realizada em 2016), e ter perguntas sobre racismo (Vala e Pereira, 2018; Ramos, Pereira e Vala, 2019). Partindo desse trabalho preexistente foi então possível realizar uma série de cruzamen-

tos *bivariados* com outras variáveis, prestando especial atenção – por razões práticas de segmentação de públicos-alvo – àquelas cujas categorias são utilizadas no direcionamento (*targeting*) da publicidade na Internet. Após o escândalo da Cambridge Analytica,³ as opções que surgem facilmente acessíveis aos gestores de páginas são algo mais limitadas do que foram noutros tempos (desapareceu nomeadamente do Facebook a possibilidade de direcionar publicidade com base no que aquela firma designava por *multicultural affinity*), mas incluem, ainda assim, sexo, idade, ramo de negócio ou indústria, e região. A análise limitar-se-á a estas variáveis, bastando isso para demonstrar a exequibilidade da abordagem (*proof of concept*).

As análises foram conduzidas sobre a edição 2.2 dos dados da sétima vaga do ESS, recorrendo ao uso do ponderador pós-estratificação com vista à correção dos vieses decorrentes de diferentes probabilidades de seleção, de erros de amostragem, e de vieses com origem nas não respostas (ESS, 2014). Posteriormente, os casos em análise foram filtrados em função de corresponderem a inquéritos realizados em Portugal. Optou-se por não filtrar os casos de modo a excluir quem não nasceu em Portugal (os alóctones), os estrangeiros, ou até mesmo as pessoas que se dizem parte de um grupo discriminado, visto que embora o racismo que tem respaldo histórico e implicações sistémicas ao nível da sociedade seja o das maiorias sobre as minorias, o racismo subjetivo aparenta ser uma constante universal decorrente de limitações estruturais dos próprios processos cognitivos humanos (Tajfel, 1982-1983, Elias, 2000).

Trabalhando a partir das três perguntas sobre a hipotética existência de “raças” ou grupos étnicos por natureza menos inteligentes,⁴ “raças” ou grupos étnicos por natureza mais trabalhadores,⁵ e culturas muito melhores do que outras⁶ não foi possível construir uma escala aditiva com um α de Cronbach superior a 0,7, ou seja com uma fidedignidade (noção estatística que significa que os diferentes itens de uma escala aditiva estarão a medir a mesma coisa) aceitável. Dadas as circunstâncias, optou-se por trabalhar ao nível da pergunta sobre a hipotética existência de “raças” ou grupos étnicos por natureza menos inteligentes do que outros, visto ser de respaldo biológico e oferecer a mais rude e inequívoca expressão da crença em questão. Manifestar ou não esta crença será pois a questão estruturante no desenvolvimento da análise neste artigo. Todavia esta opção tem inconvenientes que não podem deixar de ser referidos: por um lado, é das três questões aquela na qual menos pessoas deixam entrever racismo, ou seja, corresponde a uma estimativa mais conservadora do fenómeno; por outro, o facto de ser uma pergunta dicotómica que contempla apenas as respostas “sim” e “não” presta-se a pensar o racismo de forma também ela dicotómica e essencialista, exorcizando-o para o leitor como algo que só pode existir nos outros e que os caracteriza intrinsecamente. Ora, não apenas esta representação configura ela própria uma espécie de racismo social como nada poderia estar mais longe da realidade, visto ser o racismo algo difuso, imanente, profundamente enraizado nos processos cognitivos e de sociabilidade humana (e.g., Tajfel, 1982-1983; Elias, 2000), e claramente presente naqueles que se possam tomar por sem mácula, como o mostram os testes de associação implícita (e.g., Greenwald, McGhee e Schwartz, 1998). Assim, há que ter em conta que não há dois grupos, mas apenas um que se distribui ao longo de um espectro e que esse espectro não é de maior ou menor racismo mas sim de assunção explícita ou manifesta do mesmo. Nesse sentido, houve cuidado na redação deste texto em evitar resvalar para

um uso descuidado do rótulo "racista" e optou-se por formulações alternativas com ênfase no caráter processual e contingente do objeto de estudo.

Em termos de análise, quando a segunda variável é também de natureza categorial, utilizamos o teste do χ^2 de Pearson e, no caso de haver muitas células com contagens esperadas inferiores a cinco, o teste exato de Fisher. No caso de a segunda variável ser ordinal, utilizamos o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis. No caso de a segunda variável ser contínua, recorreremos à ANOVA. Nos níveis de mensuração superiores fomos também usando o teste do χ^2 de Pearson, de modo a assinalar relações não lineares. Na análise das tabelas de contingência recorreremos aos residuais padronizados como forma de identificar onde se encontram as maiores diferenças (desvios face à hipótese nula de não associação entre as variáveis).

Resultados

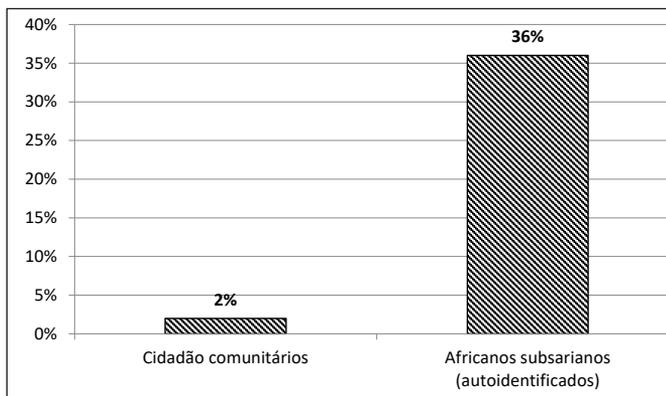
1. Voz aos afrodescendentes

No que respeita à sua impressão das experiências recentes de discriminação pelas quais pudessem ter passado e, mais concretamente, no que diz respeito às razões (*grounds*) que as vítimas imputavam aos autores da discriminação que sentiram, o EU-MIDIS de 2008 continha uma pergunta utilizada num Eurobarómetro desse mesmo ano. Desse modo é possível comparar as estimativas pontuais da prevalência das diversas razões nas populações a que as amostras de cada um dos inquéritos dizem respeito. Atendendo à forma como os dados vieram a ser publicados nos respetivos relatórios, compararemos aqui apenas os dados relativos à "origem étnica". No relatório relativo ao Eurobarómetro 296 (TNS, 2008), as modalidades de resposta surgem isoladas, sendo aqui considerada a que corresponde estritamente a "origem étnica". Contudo, no relatório referente ao EU-MIDIS (FRA, 2010) as categorias surgem combinadas doutro modo, pelo que aqui surgem somados os resultados para as seguintes razões: "discriminado(a) apenas devido à sua origem étnica", e "discriminado(a) devido à sua origem étnica e também por outras razões" (traduções do autor). O intuito dos redatores do relatório EU-MIDIS terá sido entrever a expressão da discriminação múltipla. Constata-se a olho nu que a prevalência da discriminação com base na origem étnica nas pessoas que se autoidentificam como africanas subsarianas era, em 2008, muitíssimo maior (34 pontos percentuais) do que a registada entre os cidadãos comunitários residentes.

Também no EU-MIDIS II, cujo trabalho de campo decorreu em 2015 e 2016, se perguntou acerca das razões que na perceção das vítimas poderão subjazer à discriminação sentida. Esta questão foi colocada a propósito dos diversos domínios onde a discriminação poderia ter ocorrido. Os resultados reproduzidos abaixo são os mais exaustivos publicados (FRA, 2017) e agregam informação relativa aos seguintes domínios do quotidiano: a busca de trabalho, o trabalho propriamente dito, a educação (enquanto progenitor ou encarregado de educação), e a habitação. A limitação das razões apresentadas deriva de opções metodológicas da FRA, que teve em conta a pequenez das bases suprimindo os resultados baseados em menos de vinte observações não ponderadas e qualificando de pouco fiáveis os resultados baseados em de 20 a 49 casos, que são apresentados entre parêntesis. Os 12 países participantes nos quais foram inquiridos imigrantes subsarianos e seus descen-

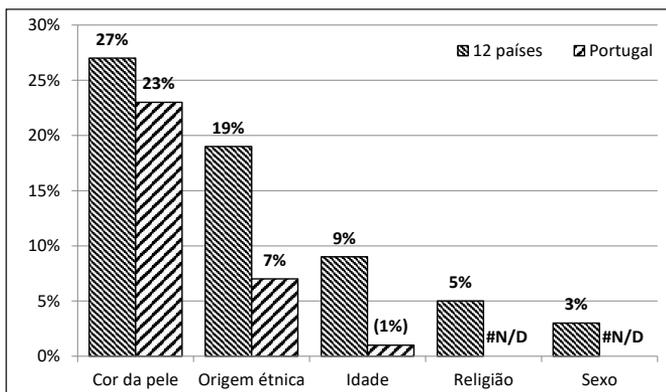
dentos são a Alemanha, Áustria, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Portugal, Reino Unido, e Suécia. Não sendo os dados apresentados de forma que seja fácil produzir um teste estatístico, resulta todavia claro da observação dos resultados que em Portugal a origem étnica é menos apontada como razão para a discriminação sofrida do que no conjunto dos países nos quais foram inquiridos imigrantes subsarianos e seus descendentes, o que pode corresponder ao confluir de efeitos entre países, e entre domínios. A lacuna que vai da cor da pele para a origem étnica enquanto razões para a discriminação é em Portugal de 16 pontos percentuais, enquanto no conjunto dos 12 países é de apenas oito pontos percentuais.

Gráfico 1. Pessoas que se sentiram discriminadas ou perseguidas nos últimos 12 meses por motivo da sua origem étnica em Portugal em 2008⁷



Fontes: TNS (Eurobarómetro 296) e FRA (EU-MIDIS).

Gráfico 2. Razões apontadas pelas vítimas imigrantes subsarianas e seus descendentes para a sua discriminação em quatro domínios do quotidiano nos cinco anos anteriores em 2015-2016⁸

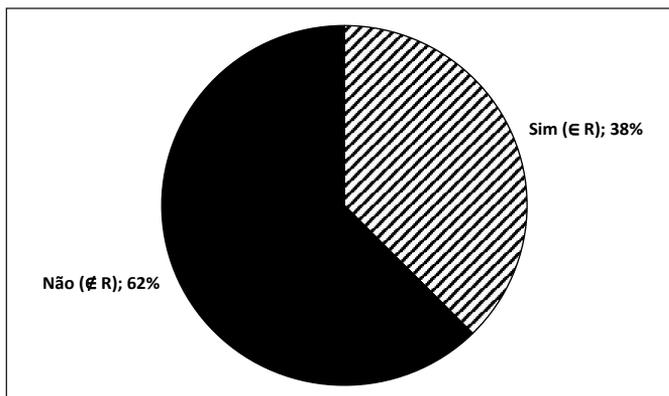


Fonte: FRA (EU-MIDIS II).

2. Racismo

Quando confrontadas com a questão "Acha que há raças ou grupos étnicos que são por natureza menos inteligentes do que outros?", 38% das pessoas inquiridas em Portugal respondem que sim, evidenciando desse modo a sua adesão a uma crença estruturante do racismo biológico.⁹ Por outro lado, 62% das pessoas respondem que não. A comparação entre as pessoas que manifestam esta crença (€ R) e as que não o fazem (≠ R) é o fio condutor desta análise na medida em que estrutura a presente apresentação de resultados. Note-se ainda que as percentagens referidas acima são percentagens válidas, calculadas após a exclusão dos casos omissos referentes a esta pergunta, que à partida totalizavam 3% do total. A questão relativa à existência de "raças" ou grupos étnicos naturalmente mais trabalhadores, que surge imediatamente a seguir no questionário, foi respondida na positiva por 67% dos inquiridos, o que corresponde a 93% dos que creem na existência de diferenças naturais em termos de inteligência mais 50% dos que não admitiam tal coisa, sendo esta diferença estatisticamente significativa (valor de p abaixo de 0,01 no χ^2 Pearson). Falando já não em "raças" mas sim em culturas, 55% dos entrevistados responde que algumas são muito melhores do que outras, sendo este valor obtido pela confluência de 78% das pessoas que acham que há "raças" ou grupos étnicos naturalmente menos inteligentes e 42% das pessoas que negam a existência de tais diferenças, sendo também esta diferença estatisticamente significativa (valor de p abaixo de 0,01 no χ^2 Pearson).

Gráfico 3. População que crê haver raças ou grupos étnicos naturalmente menos inteligentes¹⁰

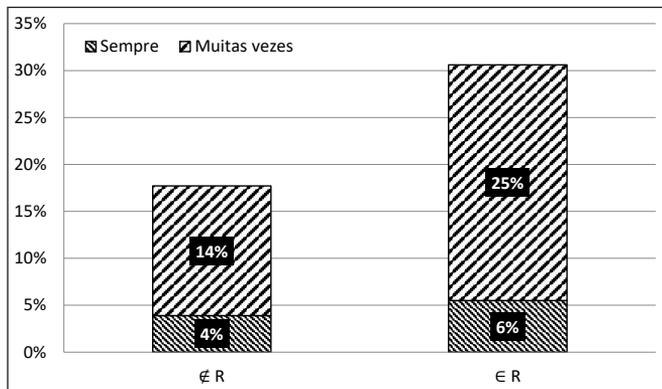


Fonte: Inquérito Social Europeu (ESS7, 2014).

3. Rendimentos

O racismo surge positivamente associado a uma maior frequência de dificuldades económicas graves pela família da pessoa entrevistada enquanto esta ou este crescia (valor de p abaixo de 0,01 no teste de Kruskal-Wallis).

Gráfico 4. Frequência de dificuldades económicas graves na família enquanto crescia¹¹

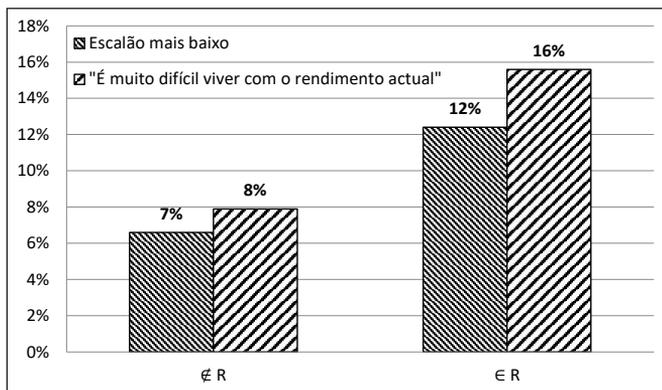


Fonte: Inquérito Social Europeu (ESS7, 2014).

Cerca de 31% dos que creem na existência de diferenças naturais entre "raças" ou grupos étnicos experienciaram tais dificuldades "sempre" ou "muitas vezes", enquanto o valor correspondente para as pessoas que não manifestam essa crença é de apenas 18%.

Quanto ao rendimento do atual agregado familiar, eram colocadas neste inquérito duas perguntas: uma de cariz mais objetivo, que pedia o posicionamento em termos de escalões de rendimento, e uma de cariz mais subjetivo, em que se pergunta se o rendimento em questão permite viver confortavelmente ou se é difícil fazê-lo.

Gráfico 5. Prevalência dos rendimentos familiares mais baixos, medida de forma objetiva e subjetiva¹²



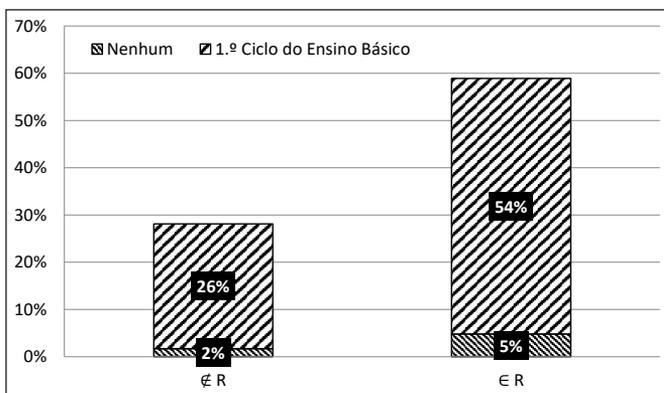
Fonte: Inquérito Social Europeu (ESS7, 2014).

O racismo surge associado (valores de p abaixo de 0,01 no teste de Kruskal-Wallis) a ambas estas grandezas no sentido de corresponder a um menor rendimento. Enquanto 12% das pessoas que creem na existência de "raças" ou grupos étnicos naturalmente inteligentes se situam no escalão de rendimentos mais baixo, apenas 7% das pessoas que não partilham dessa crença têm idêntico posicionamento. Em termos subjetivos, isto traduz-se em 16% do primeiro grupo considerar muito difícil viver com o rendimento atual, enquanto apenas 8% do segundo grupo avalia desse modo a sua situação.

4. Educação

A educação revela-se muito imbricada com o racismo (valor de p abaixo de 0,01 no teste de Kruskal-Wallis), com 59% das pessoas que admitem crer na existência de "raças" ou grupos étnicos naturalmente menos inteligentes a não terem mais do que o primeiro ciclo do ensino básico, enquanto o valor correspondente para as pessoas que não manifestam essa crença é de 28%. A diferença em termos de anos completos de escolaridade é estatisticamente significativa (valor de p abaixo de 0,01 na ANOVA), sendo a média de sete no caso das pessoas que creem na existência de "raças" ou grupos étnicos naturalmente menos inteligentes e de dez no caso das pessoas que não partilham dessa crença.

Gráfico 6. Grau de escolaridade¹³



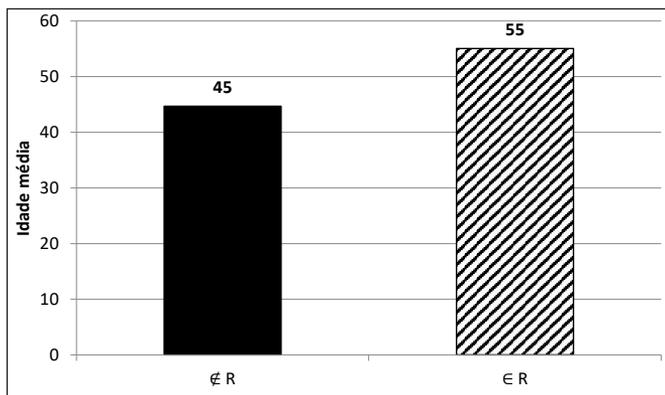
Fonte: Inquérito Social Europeu (ESS7, 2014).

5. Sexo e Idade

Embora o sexo não surja associado ao racismo (o valor de p relativo ao χ^2 Pearson encontra-se acima de 0,05), é particularmente de notar a associação entre racismo e idade (valor de p abaixo de 0,01 na ANOVA), sendo que são as pessoas mais velhas que tendem a crer na existência de "raças" e grupos étnicos naturalmente inferiores: a média destas é de 55 anos de idade, enquanto no grupo que nega a existência de tal coisa a média das idades é de 45 anos. Esta diferença etária tem como impacto mais óbvio a existência de

uma maior proporção do primeiro grupo (42%) que tem por principal fonte de rendimento as pensões (o valor correspondente no segundo grupo é 24%).

Gráfico 7. Idade média



Fonte: Inquérito Social Europeu (ESS7, 2014).

6. Meio

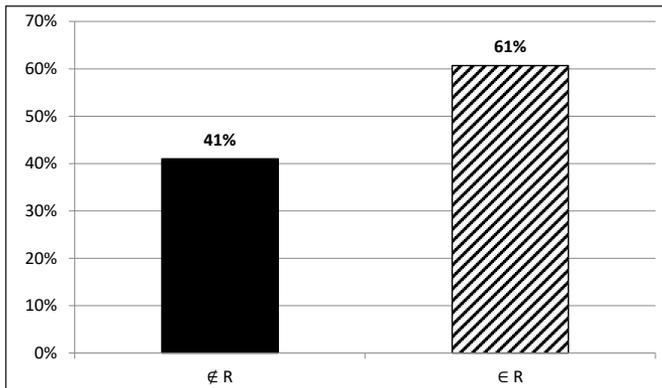
O racismo surge associado à vida num ambiente menos urbano (valor de p abaixo de 0,01 no teste de Kruskal-Wallis), sendo que 33% das pessoas que não acreditam na existência de diferenças naturais entre "raças" ou grupos étnicos vivem numa grande cidade ou nos seus subúrbios, enquanto apenas 24% das pessoas que acreditam nessa diferença vivem em tais ambientes.

Atendendo à maior diversidade existente nas grandes cidades, não é pois de surpreender que o racismo surja também associado à diversidade racial e étnica percebida pelo entrevistados no seu contexto residencial (valor de p abaixo de 0,05 no teste de Kruskal-Wallis) e que essa associação tenha o sentido de o racismo tender a florescer em contextos percecionados como etnicamente homogéneos. Sendo essa coexistência condição necessária à convivência, observa-se também que a frequência de contactos esporádicos com pessoas de "raça" ou grupo étnico diferente, a avaliação que é feita desses mesmos contactos, e a existência de efetivas relações de amizade com tais pessoas também surge associada negativamente ao racismo (valores de p abaixo de 0,01 no teste de Kruskal-Wallis).

Ainda ao nível das sociabilidades, constata-se que o número de pessoas com as quais se "pode conversar sobre assuntos íntimos e pessoais" se encontra associado (valor de p no teste de Kruskal-Wallis inferior a 0,01) ao racismo, tendendo as pessoas que creem na existência de "raças" ou grupos étnicos naturalmente menos inteligentes a terem menores círculos de pessoas com quem podem conversar. Por sua vez, também a regularidade da participação subjetiva em atividades sociais, em comparação com outras pessoas da

mesma idade, é menor entre as pessoas que creem na inferioridade de determinadas "raças" ou grupos étnicos (valor de p no teste de Kruskal-Wallis inferior a 0,01).

Gráfico 9. Nenhum amigo próximo de outra "raça" ou grupo étnico¹⁴

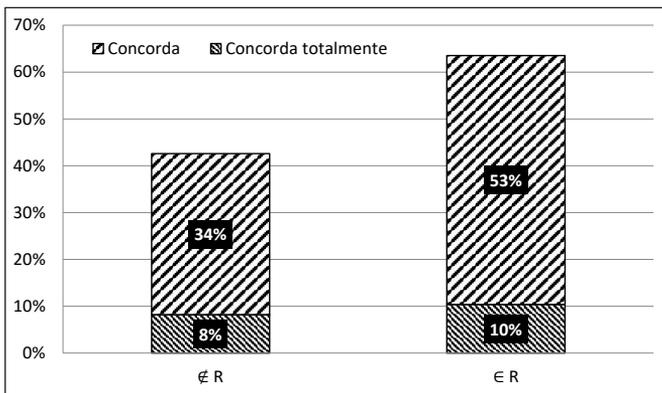


Fonte: Inquérito Social Europeu (ESS7, 2014).

7. Visão do mundo

A preferência por uma certa homogeneidade cultural surge positivamente associada ao racismo (valor de p abaixo de 0,01 no teste de Kruskal-Wallis), sendo que mais de metade (63%) das pessoas que creem na existência de "raças" e grupos étnicos naturalmente inferiores concorda ou concorda totalmente que é "melhor para um país quando quase todos têm os mesmos costumes e tradições", enquanto apenas cerca de duas em cada cinco (42%) das pessoas que não têm essa crença concordam ou concordam muito com essa opinião.

Gráfico 10. É melhor para um país quando quase todos têm os mesmos costumes e tradições¹⁵

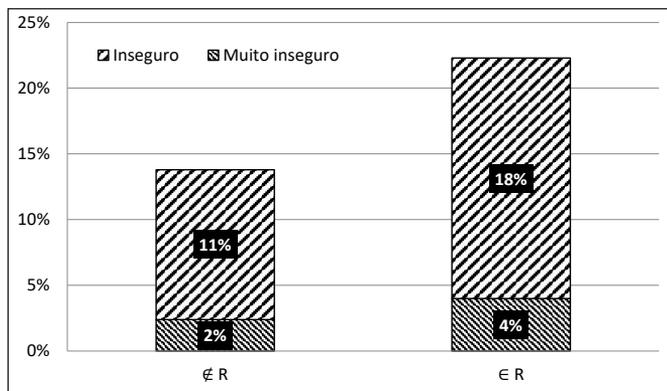


Fonte: Inquérito Social Europeu (ESS7, 2014).

No que respeita à confiança e honestidade atribuídas à generalidade das pessoas, é observável uma significativa diferença em função da assunção explícita do racismo biológico: 25% das pessoas que assumem achar que há "raças" ou grupos étnicos menos inteligentes pensam "que todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas", sendo esse o ponto extremo de uma escala com 11 posições, enquanto apenas 13% das pessoas que não assumem achar que há "raças" ou grupos étnicos menos inteligentes têm a mesma posição e a média para o conjunto dos inquiridos é de 18% (esta associação é tida por estatisticamente significativa [p abaixo de 0,05] tanto em termos do χ^2 de Pearson [nominal por nominal], como do teste de Kruskal-Wallis [nominal por ordinal], como do tau-c de Kendall [ordinal por ordinal]). No que respeita às perguntas sobre a honestidade das pessoas e quanto a estas tentarem ou não aproveitar-se do respondente, continua a haver picos nas modalidades de resposta que representam o extremo do pessimismo antropológico nas respetivas escalas – "tentam aproveitar-se de mim" e "as pessoas estão preocupadas com elas próprias" – (valor de p relativo ao χ^2 de Pearson abaixo de 0,05 e residuais padronizados nestas células que se destacam claramente), mas essa associação não permanece estatisticamente significativa quando são utilizados métodos que levam em conta o carácter ordinal das escalas. Tal sugere que a relação existe mas não é linear. Estas três perguntas não mostraram ser combináveis num índice aditivo com um α de Cronbach meritório.

A informação recolhida no questionário também permite constatar que não havendo associação entre racismo e vitimização em termos de furto ou roubo (valor de p acima de 0,05 no χ^2 de Pearson), há todavia uma clara associação positiva ao sentimento de insegurança (valor de p no teste de Kruskal-Wallis inferior a 0,01) que leva a percentagem de pessoas a sentirem-se inseguras ou muito inseguras a subir nove pontos percentuais.

Gráfico 11. Insegurança no bairro depois de escurecer¹⁶

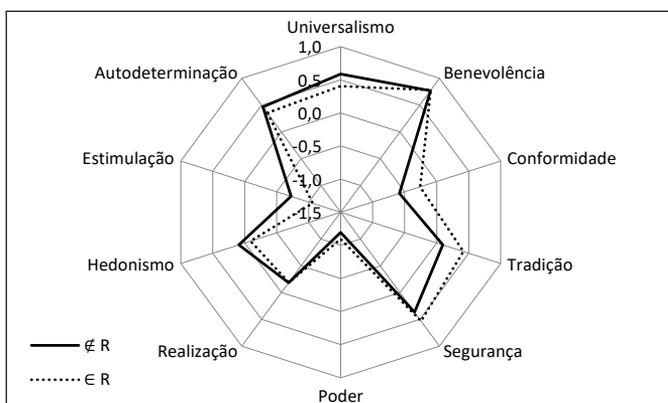


Fonte: Inquérito Social Europeu (ESS7, 2014).

O questionário incluía ainda 21 perguntas que permitem construir a escala de valores humanos de Schwartz. Tendo seguido as instruções de cálculo para fins do ESS (Sch-

wartz, s.d.), foi possível apurar resultados centrados para os dez valores: conformidade; tradição; benevolência; universalismo; estimulação; hedonismo; realização; poder; e segurança. Deste leque de valores, o único que não se encontra de todo em relação estatisticamente significativa com o racismo é a realização (valor de p acima de 0,05 na ANOVA). A benevolência e o poder também não se encontram associados ao racismo, mas cada um destes índices tem um indicador que se relaciona de forma estatisticamente significativa com aquele fenómeno (valores de p no teste de Kruskal-Wallis inferiores a 0,05). No caso da benevolência, o racismo surge paradoxalmente positivamente associado à importância atribuída pelos respondentes a ajudar os que os rodeiam e à sua preocupação com o bem-estar daqueles outros. No caso do poder, a associação do racismo é à importância atribuída a que os outros tenham respeito aos entrevistados, a que as pessoas façam o que ela ou ele diz. Quanto aos três valores cujos índices surgem positivamente associados ao racismo, estes são a conformidade, a tradição e a segurança (valores de p abaixo de 0,01 na ANOVA). Todos estes três valores integram uma ideia de ordem superior que costuma ser designada por conservação. Os restantes valores: universalismo, hedonismo, autonomia e estimulação encontram-se negativamente associados ao racismo. Os dois últimos valores referidos integram uma ideia de ordem superior que costuma ser designada por abertura à mudança. O racismo pode assim ser interpretado como uma ideologia conservadora e avessa à mudança.

Gráfico 12. Valores¹⁷



Fonte: Inquérito Social Europeu (ESS7, 2014).

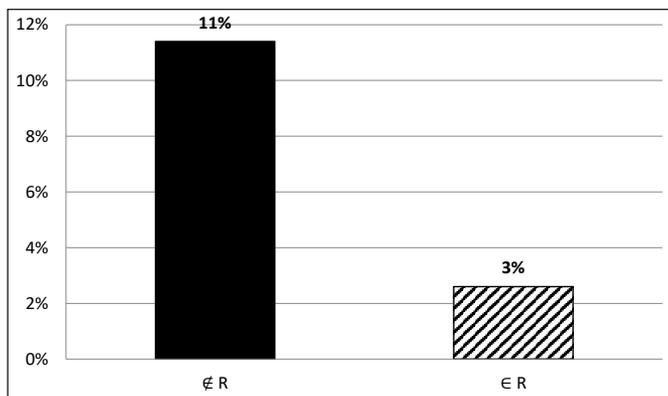
8. Política e políticas

O interesse na política foi aferido com base numa escala com quatro posições. As diferenças entre os dois grupos em análise são estatisticamente significativas (valores de p relativos ao teste de Kruskal-Wallis e ao χ^2 de Pearson abaixo de 0,01). Entre as pessoas que creem na existência de "raças" ou grupos étnicos menos inteligentes, são 38% as que afirmam ter "nenhum interesse" na política, enquanto o valor correspondente para

as pessoas que não partilham aquela crença é de apenas 26%. As seis perguntas que se seguem no questionário dizem respeito a vários aspetos da integração política dos respondentes, são respondidas em escalas de 0 a 10 e podem ser agregadas com sucesso num índice aditivo (α de Cronbach de 0,836). Consta-se então que embora a integração política do conjunto dos respondentes seja de 2,8, em média, numa escala de 0 a 10, o valor é significativamente menor (p abaixo de 0,05 na ANOVA) no grupo definido pela crença na existência de "raças" ou grupos étnicos naturalmente menos inteligentes, cifrando-se nestes a média em 2,4 enquanto no outro grupo chega aos 3,1.

Atendendo aos valores apurados, é surpreendente que o racismo surja positivamente associado ao voto nas últimas eleições legislativas (valor de p relativo ao χ^2 de Pearson abaixo de 0,01). No entanto, 73% das pessoas que creem na existência de "raças" ou grupos étnicos naturalmente menos inteligentes votaram, superando não apenas o conjunto dos entrevistados, 66% dos quais votaram, mas sobretudo as pessoas que não partilham essa crença, das quais apenas 62% votaram. Estes valores têm em parte origem na não elegibilidade para votar de 11% das pessoas que não creem na existência de "raças" ou grupos étnicos naturalmente menos inteligentes, inelegibilidade essa que surge associada sobretudo ao escalão etário (65% dos inelegíveis tem entre 15 e 19 anos de idade). Excluindo os inelegíveis da análise constata-se que a relação deixa de ser estatisticamente significativa (valor de p relativo ao χ^2 de Pearson acima de 0,05).

Gráfico 13. Inelegibilidade para votar¹⁸



Fonte: Inquérito Social Europeu (ESS7, 2014).

Discussão

Que significa tudo isto? A grande prevalência da discriminação étnica em Portugal resulta evidente da comparação entre os dados do Eurobarómetro e do EU-MIDIS. Acresce que em Portugal, mais do que no conjunto dos 12 países onde em 2015-2016 o EU-MIDIS II inquiriu africanos subsarianos, a discriminação é sobretudo uma questão de cor da pele. Do

lado da população em geral, os dados do ESS mostram que cerca de duas em cada cinco pessoas crê na existência de "raças" naturalmente menos inteligentes, o que tomámos por indicador de racismo.

A associação do racismo à idade é consistente com a persistência de uma herança ideológica do Estado Novo, sobretudo naqueles que foram alvo de socialização primária sob aquele regime. Não tendo havido uma descolonização efetiva das mentalidades – facto desde logo patente na lei da nacionalidade contemporânea da descolonização no sentido estrito (Decreto-Lei n.º 308-A/75, de 24 de junho), que excluiu deliberadamente os afro-descendentes (Almeida, S. J., e Santos, A. 2014) – e continuando a escola Portuguesa no pós 25 de Abril a reproduzir a narrativa lusotropicalista em piloto automático, a sociedade nunca recebeu um sinal inequívoco de rutura com o passado e a mudança que houve surgiu gradualmente por via da formação das novas gerações no contexto dos processos de modernização e de integração europeia.

Dito isto, o referido efeito da idade – há um acréscimo de dez anos de idade média associado à crença na existência de "raças" ou grupos étnicos naturalmente menos inteligentes – tem ambiguidades. É difícil, no âmbito do plano de tratamento de dados que presidiu à preparação deste artigo, perceber em que medida essa diferença é explicável em termos de um efeito intergeracional – resultando a maior escolarização numa diminuição da expressão do racismo com a sucessão das gerações, por exemplo –, ou de uma evolução no contexto do ciclo de vida – tornando-se as pessoas mais conservadoras à medida que vão envelhecendo, por exemplo.

É também de notar a associação do racismo aos valores de conservação, nomeadamente a conformidade, tradição, e segurança. Tendo sido observado que o racismo está também associado à importância atribuída pelos respondentes a ajudar os que os rodeiam e à sua preocupação com o bem-estar daqueles outros, é possível que este aparente paradoxo possa ser mobilizado para o desenvolvimento de estratégias argumentativas assentes na regra de ouro e noutras premissas éticas.

Por sua vez, o padrão de associação do racismo a rendimentos mais modestos durante o período formativo; a menor rendimento na atualidade; e a uma educação truncada mostra que este é em grande parte uma questão de classe. Constatá-lo tem a virtude de nos ajudar a perceber que o racismo tal como o conhecemos é contextual e que se o queremos realmente combater não basta julgá-lo com base nos pressupostos posicionais das pessoas que se preocupam com tais coisas, mas é necessário realizarmos um esforço para compreender (*verstehen*) o sentido que faz na experiência das pessoas que o protagonizam.

Vimos também que em termos de contexto social, o racismo floresce num meio menos urbano e mais socialmente homogéneo. Está também associado à escassez de contactos com pessoas de outros grupos, a redes de amigos mais limitadas e a menor participação subjetiva em atividades sociais. Sendo certo que correlação não é causalidade, é possível que preferências racistas resultem em segregação social, mas também é possível que seja o desconhecimento prático do outro a alimentar o preconceito, sendo nesse caso a rejeição mais de um outro imaginado do que de um outro experienciado, ou mesmo que todos estes fenómenos sejam influenciados por fatores terceiros tais como, por exem-

plo, a idade. Seja como for, aumentar os contactos entre grupos, nomeadamente através da redução da segregação residencial e social seria sempre positivo, bem como o seria o aumento da representação das minorias racializadas nos meios de comunicação de massas, como o recomenda o 11.º parágrafo da Resolução do Parlamento Europeu, de 26 de março de 2019, sobre os direitos fundamentais dos afrodescendentes na Europa (2018/2899(RSP)).

Não será demais enfatizar que, atendendo à falta de experiência do outro referida, o racismo e concomitante visão do mundo sombria não são verosimilmente resultado de experiências adversas concretas. O mesmo se passa aliás com o sentimento de insegurança que surge associado ao racismo, uma vez que este se estabelece sem que ao racismo esteja também associada uma maior vitimização em termos de furtos e roubos efetivos. Independentemente, mal não faria em termos de redução do racismo intervir ao nível do pessimismo antropológico e do sentimento de insegurança generalizados, seja por via de campanhas seja regulando a comunicação social de tipo tabloide.

Não sendo de todo o papel deste artigo tomar partido na oposição entre os valores alternativos de conservação e abertura à mudança, constatou-se contudo que o racismo é atraído pelo primeiro polo e repellido pelo segundo. Por sua vez, a relativa ausência de tração política do racismo em Portugal pode ser melhor compreendida em termos da sua associação ao desinteresse pela política e à passividade. No entanto, este voltar de costas à política é contrabalançado pelo facto de o racismo surgir associado ao voto, essencialmente devido ao facto de as pessoas que menos creem na existência de “raças” ou grupos étnicos naturalmente menos inteligentes não terem ainda idade para votar. Reduzir a idade mínima requerida para que uma cidadã ou cidadão seja elegível para votar teria pois o efeito de reduzir o papel que o racismo poderá potencialmente vir a desempenhar ao nível político.

Conclusão

Parece pertinente invocar neste remate a parábola dos cegos que tentam descrever um elefante tocando apenas numa parte específica do seu corpo e que não conseguem chegar a um consenso. É contudo incerto se nessa alegoria o racismo seria o próprio elefante ou apenas um dos aspetos parcelares de um fenómeno mais vasto, fosse ele os processos de alteração em geral ou mesmo a própria organização social. A primeira perspetiva, se nos dermos ao trabalho de procurar reconstruir o puzzle, dá-nos o almejado retrato do racismo que em Portugal não tem a ciência ou a paciência de se camuflar: coisa vocalizada sobretudo de pessoas mais velhas, pobres, pouco educadas, isoladas nas margens das grandes cidades, e avessas à mudança. Numa palavra, o perfil assim revelado corresponde ao das pessoas que no referendo realizado no Reino Unido a 23 de junho de 2016 votaram a favor do Brexit (Alabrese et al., 2019). Na segunda perspetiva, o racismo tal como aqui o entrevimos é um aspeto parcelar de um todo mais abrangente, talvez mesmo da regra segundo a qual “Um homem é um lobo, não um homem, para outro homem que ele ainda não conheceu” (Plauto, 2003), mas o pessimismo antropológico, como vimos, vai de par com o racismo, pelo que é melhor não irmos por aí.

Notas

¹ Note-se que esta racionalização da persistência de desigualdades que, ainda que permaneçam por documentar estatisticamente, são flagrantes tem o efeito paradoxal de, partindo da negação do racismo, resultar na afirmação dos seus pressupostos.

² Não confundir com os anteriormente mencionados indicadores de integração. Os agora referidos são de natureza burocrática e permitem quantificar o contributo de um dado projeto para o objetivo geral do fundo.

³ Escândalo político ocorrido em 2018, resultando da revelação de que a informação pessoal constante dos perfis que milhões de pessoas mantêm no Facebook havia sido utilizada pela firma Cambridge Analytica para direcionar propaganda política especificamente afinada para as persuadir a determinado comportamento político que interessava aos seus clientes.

⁴ A formulação exata da pergunta encontra-se *online* no site do ESS, aqui.

⁵ A formulação exata da pergunta encontra-se *online* no site do ESS, aqui.

⁶ A formulação exata da pergunta encontra-se *online* no site do ESS, aqui.

⁷ Não nos foi possível encontrar online ou na documentação publicada uma versão portuguesa do questionário do EU-MIDIS, mas no Eurobarómetro a formulação exata da pergunta encontra-se online no site do GESIS, aqui.

⁸ Não tendo sido possível encontrar online ou na documentação publicada uma versão portuguesa do questionário do EU-MIDIS II, uma tradução possível das suas formulações no questionário em Inglês será "Gostaria agora de lhe colocar algumas questões sobre a discriminação [NO CONTEXTO]. Nos últimos cinco anos em Portugal (ou desde que se encontra em Portugal), alguma vez se sentiu discriminado(a) [NO CONTEXTO] por qualquer uma das seguintes razões? Diga-me todas as que se possam aplicar". As respostas então disponibilizadas eram "a cor da sua pele", "ser imigrante subsariano ou descendente de imigrantes subsarianos", "a sua religião ou crenças religiosas", "a sua idade", "o seu sexo ou género", "ter uma deficiência", "a sua orientação sexual", "outra", e "não me senti discriminado(a)" (traduções do autor).

⁹ Como foi já demonstrado noutras pesquisas, o resultado relativo a Portugal em termos de racismo biológico afasta-se preocupantemente da generalidade dos resultados obtidos nos restantes países que participaram no inquérito com estas mesmas perguntas (Vala e Pereira, 2018; Ramos, Pereira e Vala, 2019).

¹⁰ A formulação exata da pergunta encontra-se *online* no site do ESS, aqui.

¹¹ A formulação exata da pergunta encontra-se *online* no site do ESS, aqui.

¹² A formulação exata da pergunta encontra-se *online* no site do ESS, aqui.

¹³ A formulação exata da pergunta encontra-se *online* no site do ESS, aqui.

¹⁴ A formulação exata da pergunta encontra-se *online* no site do ESS, aqui.

¹⁵ A formulação exata da pergunta encontra-se *online* no site do ESS, aqui.

¹⁶ A formulação exata da pergunta encontra-se *online* no site do ESS, aqui.

¹⁷ A formulação exata da pergunta encontra-se *online* no site do ESS, aqui.

¹⁸ A formulação exata da pergunta encontra-se *online* no site do ESS, aqui.

Referências

- Alabrese, E., Becker, S. O., Fetzner, T., e Novy, D. (2019), "Who voted for Brexit? Individual and regional data combined", *European Journal of Political Economy*, 56, pp. 132-150.
- Almeida, M. V. (2007), "Da Diferença e da Desigualdade: Lições da Experiência Etnográfica", in AAVV, *A Urgência da Teoria*. Lisboa: Tinta da China, pp. 75-108.
- Almeida, S. J. e SANTOS, A. (2014, abril 25), Almeida Santos: "Fui fundamentalmente um legislador". *Pública*.
- Araújo, M., e Maeso, S. R. (2012), "History textbooks, racism and the critique of Eurocentrism: beyond rectification or compensation", *Ethnic and Racial Studies*, 35(7), pp. 1266-1286.
- Baganha, M. I., Marques, J. C., e Fonseca, G. (2000). *Is an Ethclass Emerging in Europe? The Portuguese Case*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Bourdieu, P.; e Passeron, J.-C. (1970), *La Reproduction. Éléments d'une Théorie du Système d'Enseignement*. Paris : Les Éditions de Minuit.
- Bovenkerk, F. (1992). *A Manual for International Comparative Research on Discrimination on the Grounds of "Race" and Ethnic Origin: Testing Discrimination in Natural Experiments*. Genebra: OIT.

- Campion, K. (2019), "You think you're Black?" Exploring Black mixed-race experiences of Black rejection", *Ethnic and Racial Studies*, 42(16), pp. 196-213.
- Castelo, C. (1998), *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933 - 1961)*. Porto: Afrontamento.
- CICDR (2018), Relatório Anual 2017. *Igualdade e Não Discriminação em Razão da Origem Racial e Étnica, Cor, Nacionalidade, Ascendência e Território de Origem*. Lisboa: ACM.
- CICDR (2019), Relatório Anual 2018. *Igualdade e Não Discriminação em Razão da Origem Racial e Étnica, Cor, Nacionalidade, Ascendência e Território de Origem*. Lisboa: ACM.
- Danius, S; Jonsson, S; e Spivak, G. C. (1993), "An Interview with Gayatri Chakravorty Spivak", *boundary 2*, 20 (2), pp. 24-50.
- Dias, B., Silva, E., Kumar, R., e Ralha, T. (2009), *Acesso dos imigrantes aos serviços bancários em Portugal*, volume 36 da Coleção Estudos do Observatório das Migrações. Lisboa: ACIDI.
- Donovan, W. (2003), "Lisbon", in Dewald, J. (Ed.) *Europe 1450 to 1789: Encyclopedia of the Early Modern World*. Nova Iorque: Charles Scribner & Sons.
- EACNUDH (s.d.), *People of African Descent*. Genebra: ONU.
- Eikemo, T. A. ; Huijts, T.; Bambra, C.; Mcnamara, C.; Stornes, P.; e Balaj, M. (2016), *Social Inequalities in Health and their Determinants: Topline Results from Round 7 of the European Social Survey*. Londres: ESS ERIC.
- Elias, N. (2000 [1976]), "Introdução: Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders" em Elias, N. e Scotson, J. L., *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 19-50.
- ESS (2014), Weighting European Social Survey Data.
- EUMC (2006), *The annual report on the situation regarding racism and xenophobia in the member states of the EU*. Viena: Áustria.
- Farkas, L. (2017), *Analysis and comparative review of equality data collection practices in the European Union. Data collection in the field of ethnicity*. Directorate-General for Justice and Consumers. Luxemburgo Serviço das Publicações da União Europeia.
- FRA (2010), *EU-MIDIS European Union Minorities and Discrimination Survey. Main Results Report*. Viena Áustria. Luxemburgo Serviço das Publicações da União Europeia.
- FRA (2017), *EU-MIDIS II Second European Union Minorities and Discrimination Survey. Main Results*. Luxemburgo Serviço das Publicações da União Europeia.
- FRA (2018), *Fundamental Rights Report 2018*. Luxemburgo Serviço das Publicações da União Europeia.
- FRA (2019), *Fundamental Rights Report 2019*. Luxemburgo Serviço das Publicações da União Europeia.
- Góis P. (coord.) et al. (2018), *Inserção laboral de imigrantes e portugueses de origem estrangeira: uma aproximação às práticas de discriminação no mercado de trabalho*, Volume 64 da Coleção Estudos do Observatório das Migrações. Lisboa: ACM.
- Greenwald, A. G.; Mcghee, D. E.; e Schwartz, J. L. K. (1998), "Measuring individual differences in implicit cognition: The implicit association test", *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol 74(6), pp. 1464-1480.
- Machado, F. L., Azevedo, J., e Matias, A. R. (2009). *Bibliografia e filmografia sobre imigração e minorias étnicas em Portugal (2000-2008)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Makkonen, T. (2016) *European handbook on equality data. 2016 revision*. Luxemburgo: Gabinete de Publicações da Comissão Europeia.

- Malheiros, J. e Esteves, A. (coords.) (2013), "Perceção sobre situações de Discriminação em Portugal", in *Diagnóstico da situação da população imigrante em Portugal: características, problemas e potencialidades, Coleção Portugal Imigrante*. Lisboa: ACIDI, pp. 198-214.
- Malheiros, J. e Fonseca, L. (coord.) (2011), "Discriminação de base étnica no acesso ao mercado de arrendamento - um ensaio sobre a situação na área metropolitana de Lisboa", in *Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal*, volume 48 do Observatório da Imigração, 48, Lisboa: ACIDI, pp. 98-108.
- Mendes, V. M. e Valentim, J. P. (2012), "O luso-tropicalismo nos manuais de História e de Português do ensino primário português no período colonial: um estudo exploratório", *Psicologia e Saber Social*, 1(2), pp. 221-231.
- OCDE (2008). *Jobs for immigrants*. Vol. 2: Labour market integration in Belgium, France, the Netherlands and Portugal. Paris: OCDE.
- Oliveira, C. R. (1987), *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contêm algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Plauto, T. M. (2003 [194 A.E.C.]), *A Comédia dos Burros*. Lisboa: Edições 70.
- Ramos, A.; Pereira, C. R.; e Vala, J. (2019), "The impact of biological and cultural racisms on attitudes towards immigrants and immigration public policies", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, DOI: 10.1080/1369183X.2018.1550153
- Reiter, B. (2005), "Portugal: national pride and imperial neuroses", *Race & Class*, 47(1), pp. 79-91.
- Rocha, J. G. (2010), "De preto à afrodescendente: implicações terminológicas", *Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, XIV(04), pp. 899 – 907.
- Santos, T. (2019), "Discriminação em razão da origem racial, étnica ou migratória nos países da União Europeia: percepções e experiências reportadas em inquéritos", *Boletim Estatístico OM N.º 5, Coleção Imigração em Números* (coordenação de Catarina Reis Oliveira), Lisboa: Observatório das Migrações.
- Saperstein, A., e Penner, A. M. (2012), "Racial fluidity and inequality in the United States", *American Journal of Sociology*, 118(3), pp. 676-727.
- Schwartz, S. (s.d.), *Computing Scores for the 10 Human values. European Social Survey*.
- Simpson, L., e Akinwale, B. (2007), "Quantifying stability and change in ethnic group", *Journal of Official Statistics*, 23(2), 185-208.
- Spivak, G. C., e Grosz, E. (1985), "Criticism, feminism, and the institution", *Thesis Eleven*, 10-11(1), pp. 175-187.
- Tajfel, H. (1982-1983 [1981]), *Grupos Humanos e Categorias Sociais: Estudos em Psicologia Social* (2 volumes). Lisboa: Livros Horizonte.
- TNS (2008), *Special Eurobarometer 296. Discrimination in the European Union: Perceptions, Experiences and Attitudes*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Vala, J., e Pereira, C. R. (2018), "Racisms and normative pressures: a new outbreak of biological racism?", in Lobo, M. C.; Silva, F. C.; e Zúquete, J. P. (eds.) *Changing Societies: Legacies and Challenges. Citizenship in Crisis* (Vol. 2), Lisboa: ICS, pp. 217-248.
- Vasconcelos, J. (2012), "Africanos e Afrodescendentes no Portugal Contemporâneo: Re-definindo práticas, projetos e Identidades", *Cadernos de Estudos Africanos*, 24(1), pp. 15-23.

■ **O ativismo negro em Portugal:
dinâmicas e reivindicações**
Black activism in Portugal: dynamics and claims
Ana Caroline Trindade dos Santos* e Pedro Vasconcelos**

Resumo O presente artigo tem como objetivo apresentar uma linha histórica das lutas antirracistas impulsionadas pela sociedade civil portuguesa através das movimentações políticas de duas associações: SOS Racismo e a DJASS. A partir dos percursos trilhados pelas associações antirracistas, em tempos diferenciados, vamos compreender as mudanças no movimento associativo, organizado em torno da população imigrante, e nas suas estratégias de mobilização política a partir dos confrontos “ideológicos” com o Estado português e suas ações de integração, em nome de uma multiculturalidade. Os sujeitos políticos organizados reivindicam o direito de imigrar e de ter na sociedade recetora políticas públicas acolhedoras que lhe garantam status de cidadão nacional.

Palavras-chave Associativismo, lutas antirracistas, imigrantes, cidadão nacional.

Abstract This article aims to present a historical timeline of antiracist struggles promoted by Portuguese civil society through the political movements of two associations: SOS Racismo and DJASS. From the paths traced by antiracist associations, at different times, we will understand the changes in the associative movement, organized around the immigrant population, and its strategies of political mobilization emanating from the “ideological” confrontations with the Portuguese State, and its actions of in the name of multiculturalism. Organized political subjects claim the right to immigrate and have welcoming public policies in the host society that guarantee national citizenship status.

Keywords Associativism, antiracist struggles, immigrants, national citizen.

*ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa, Emails: actss1@iscte-iul.pt e linetrindadess@yahoo.com.br

** ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa, Email: pedro.vasconcelos@iscte-iul.pt

■ O ativismo negro em Portugal: dinâmicas e reivindicações

Ana Caroline Trindade dos Santos e Pedro Vasconcelos

Introdução

As configurações da sociedade civil no século XXI devem ser analisadas a partir dos resultados do processo de globalização, fenómeno mundial que teve o papel central na internacionalização da economia, da política e das redes de sociabilidade humana, nomeadamente na passagem do século XX para o XXI. A globalização pode ser entendida como um processo de transformação das relações sociais e produtivas em escala planetária cujas barreiras entre os Estados-Nação foram ultrapassadas e possibilitaram a construção de uma rede mundial de relações económicas e socioculturais cuja dimensão política será a principal mediadora dos interesses locais e globais. Giddens (2004) afirma que as causas para a globalização podem ser destacadas por três pilares: as mudanças políticas, os fluxos de informação e as empresas transnacionais.

O alto fluxo de imigração para Portugal não é um fenómeno recente e as leituras demarcam que o crescimento do fluxo migratório viria a acontecer após o 25 de abril de 1974, momento de reconstrução da democracia com o encerramento da guerra pelas independências dos cinco países africanos que foram colonizados por Portugal durante o século XX. Para Filice (2017), o processo migratório em Portugal pode ser compreendido em três principais fases e seu resultado trouxe o multiculturalismo como categoria analítica para dar conta das complexidades étnico raciais que permeiam as relações sociais portuguesas.

Numa primeira leva, além dos portugueses, tratou-se de imigrantes oriundos de Angola e Moçambique e, nos anos subsequentes, também Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os cabo-verdianos, depois dos brasileiros, seriam a maior presença de falantes da língua portuguesa em Portugal, formando a chamada "primeira onda de imigração". A segunda onda foi construída por asiáticos e um "terceiro ciclo" migratório, sobretudo nos anos noventa traduziu-se na imigração do Leste Europeu. Estas presenças formam o caldo racial de maior destaque e compõem faces do quadro étnico-racial presentes em Portugal, interpretado por diversos dos seus analistas sociais como multiculturalismo. (Filice, 2017: 82).

Esses fatores provocam mudanças nas relações sociais e estruturais na sociedade portuguesa e segundo Ferguson (2016: 75) essas mudanças são consequências das políticas neoliberais implementadas no Estado Providencia em que é possível constatar "em toda a Europa o crescimento do racismo e da xenofobia, desde o racismo oficial 'soft', que implica em culpar de alguma forma os imigrantes pela crise global do capitalismo, até ao Nazismo organizados em países como a Grécia e a Hungria." No contexto lusófono são os imigrantes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e os grupos dos povos ciganos que sofrem historicamente discriminações étnico raciais, além da xenofobia.¹

Ao aprofundarmos a análise sobre os fluxos migratórios e a realidade portuguesa, a literatura nos indica que os contextos migratórios estão relacionados com o

aprofundamento das desigualdades, como fator preponderante de motivação para a saída, e também com as diásporas globais. Nomeadamente em Portugal, os processos migratórios que envolvem os/as portugueses/as numa perspetiva de emigração para áreas com potencial de maior empregabilidade. Já as diásporas globais dizem respeito aos imigrantes que passaram por um processo de “dispersão de uma população étnica a partir de sua terra natal para áreas estrangeiras, muitas vezes forçada ou em circunstâncias traumáticas” (Giddens, 2004: 262). O autor destaca que a redistribuição das populações, via diáspora, traz na história resultados relacionados diretamente ao genocídio dos judeus e à escravidão dos africanos.

A partir de Giddens (2004) compreendemos que os processos das diásporas não são estáticos e possuem características territoriais e socioeconómicas que os diferenciam nas suas complexidades políticas, no entanto, partilham alguns elementos que os distinguem enquanto diásporas. Entre esses destacamos: um movimento voluntário ou forçado da terra natal para uma nova ou novas regiões, memória partilhada da terra natal; um compromisso com a sua preservação e a crença na possibilidade de um eventual retorno; uma identidade étnica forte sustentada ao longo do tempo e da distância; um sentido de solidariedade com os membros do mesmo grupo étnico que também vivem em áreas de diáspora; uma certa tensão em relação às sociedades hospedeiras; um potencial para contribuições valiosas e criativas para sociedades hospedeiras pluralistas (Cohen, 1997, *apud* Giddens, 2004:265).

Ao analisar os processos das diásporas que envolve os povos africanos e seus descendentes, espalhados mundialmente pelo processo de colonização, as discussões sobre a temática demonstram que o conceito tem “uma conotação negativa ligada à dispersão forçada, à vitimização, à alienação, etc.” (Almeida, 2014: 144). Nesse sentido, a conceção sobre diáspora se amplia e possibilita uma reflexão sobre os processos de imigração transnacionais e seus resultados na atualidade e a persistência histórica de negação do direito de sobreviver com dignidade e a cidadania das comunidades negras na diáspora.

Esses fatores provocam mudanças nas relações sociais e estruturais na sociedade portuguesa e segundo Ferguson (2016: 75) essas mudanças são consequências das políticas neoliberais implementadas no Estado Providencia em que é possível constatar “em toda a Europa o crescimento do racismo e da xenofobia, desde o racismo oficial ‘soft’, que implica em culpar de alguma forma os imigrantes pela crise global do capitalismo, até ao Nazismo organizados em países como a Grécia e Hungria.” No contexto português são os imigrantes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), bem como os ciganos quem mais sofre com discriminações étnico raciais e a xenóforas.

Nesse cenário a mobilização dessas comunidades, ou pelo menos de alguns protagonistas oriundos dessas comunidades, em torno de um ativismo social étnico, por meio de associações, ergue uma sociedade civil mobilizada para exercer pressão política sobre o Estado português no horizonte de construir estratégias de integração e de mobilidade social ascendente na sociedade portuguesa. Com o intuito de compreender as lógicas da sociedade civil a partir das associações que combatem as expressões do racismo em Portugal (especificamente contra a população afrodescendentes portuguesa², em

sua maioria oriunda dos PALOP), realizamos uma aproximação através de inserção nas atividades das entidades organizadas e entrevistas com dois ativistas oriundos de associações que combatem a discriminação e preconceito étnico-racial em Portugal – SOS Racismo e a DJASS – Associação de Afrodescendentes.

O associativismo afrodescendente em Portugal: etapas e processos

A combinação do fenómeno migratório e o crescimento do associativismo étnico em Portugal se revelou como uma ação política de defesa dos processos de integração dos sujeitos à realidade do país recetor, em que houve a consolidação de redes de solidariedade "espontâneas" organizadas pelos próprios imigrantes, especificamente os imigrantes africanos da primeira geração. A base teórica para analisar o papel do associativismo na sociedade civil e sua real função na inclusão de comunidades de imigrantes africanos na sociedade portuguesa foi construída a partir da conceção ampliada de Estado e suas determinações socioeconómicas no modelo do Estado-Providência adotado por Portugal no período democrático pós-1974.

Nas décadas seguintes a Revolução dos Cravos, os dados censitários contabilizaram uma mudança significativa no contingente de imigrantes africanos residentes em Portugal. Segundos dados dos censos de 2001 os cinco primeiros países de nacionalidade dos imigrantes foram: Angola (37.014), Cabo Verde (33.145), Brasil (31.869), Guiné-Bissau (15.824) e França (15.359). Em 2011 ocorre uma alteração de posições em que imigrantes de países europeus ocupam o terceiro e o quinto lugar: Brasil (109.787), Cabo Verde (38.895), Ucrânia (33.790), Angola (26.954) e Roménia (24.356). (Delgado, 2014).

Com uma crescente população de imigrantes africanos e seus filhos nascidos em Portugal, o quadro de demandas ao acesso das políticas sociais aumenta, a exemplo das necessidades em saúde, educação, habitação, emprego e segurança social, surgindo vinculadas as discriminações sofridas pelas minorias étnicas, conforme apontam Carita e Rosendo (1993: 139) ao elencarem seis aspetos que confirmam as discriminações: falta de acesso aos lugares de decisão nos sindicatos obrigando os cidadãos a formar organizações próprias para salvaguardar seus direitos, e em Portugal temos as associações de imigrantes; acesso desigual ao mercado de trabalho ficando com os empregos com piores remunerações e sentindo dificuldades de promoção; taxa de desemprego mais elevada; segregação residencial e habitacional; segregação educacional; e diferenciação perante a lei.

O movimento associativo demonstra ser a principal via de mobilização e articulação para pressionar o governo a criar e melhorar ações públicas para uma integração dos afrodescendentes portugueses e da primeira geração de imigrantes. A organização das ações coletivas na sociedade civil portuguesa por parte dos imigrantes e dos afrodescendentes portugueses se inserem no associativismo enquanto diretriz de suporte teórico para as ações políticas em torno da integração na sociedade acolhedora. Gohn (2008) ao estudar os paradigmas europeus sobre os movimentos sociais destaca duas grandes linhas de abordagens explicativas para as ações de reivindicação construídas pelos atores sociais posteriormente ao maio de 1968, sendo elas a neomarxista e a

culturalista-acionalista que se consagram no que a literatura brasileira trata sobre os Novos Movimentos Sociais (NMS)³ na Europa. De acordo com Scherer-Warren (2005) os NMS almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado e sociedade civil, bem como no seu interior nas relações de força entre os opostos da contradição de classe na sociedade.

Os Novos Movimentos Sociais recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais – existentes ou a ser adquiridos para suas clientelas. Eles usam a mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas buscam, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil (Gohn, 2008: 125).

A linha teórica de análise conceitual sobre a sociedade civil e o papel do Estado como responsável pelo gerenciamento da vida em sociedade se apoia nos escritos de António Gramsci que defende ser o Estado uma instituição formada por duas principais esferas de intervenção: a sociedade civil e sociedade política. Simionatto (1999: 68) ao fazer uma interlocução da teoria de Gramsci ajuda-nos a distinguir que a sociedade civil pode ser compreendida como “um conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida quotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado de instituições e ideologias nas quais as relações se organizam” já a sociedade política pode ser indicada “como um conjunto de aparelhos através do qual a classe dominante exerce a violência, ocorre a ditadura da dominação na coerção”. (ibidem). A concepção de Estado ampliado de Gramsci envolve uma relação dialética entre a sociedade civil e a sociedade política que pode ser atualizada no contexto das sociedades globalizadas atuais. A questão da dominação exercida pelo Estado deve ser compreendida a partir do poder de coerção (ideológico e de aparatos institucionais como por exemplo a polícia) para manutenção da “paz social”.

As associações podem ser consideradas “núcleo fundamental da sociedade civil, transpõem para o espaço público os problemas vividos pelos indivíduos na esfera privada, reformulando-os em problemas sociais, que serão objeto de discussão pública alargada, em grande parte através dos meios de comunicação social” (Viegas, 2014: 38). Segundo esse mesmo autor as associações tomam para si o processo de intermediar as demandas dos grupos locais com o Estado que pode ou não atender suas reivindicações.

No caso específico da vida associativa relacionada aos imigrantes africanos em Portugal, o número não despidendo de associações de imigrantes e seus descendentes⁴, a estrutura jurídica e normativa construída pelo governo português através do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), que inclui a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), e do Serviço Estrangeiros e Fronteiras (SEF), demonstram a urgência e seriedade com que são tratadas as demandas das comunidades africanas. No entanto, Albuquerque (2008) sustenta que o Estado ao exercer sua função pode tanto incorporar as demandas, apresentadas democraticamente pela sociedade civil, por exemplo políticas públicas que possibilitem a real integração dos afrodescendentes portugueses ou opostamente incorporar os indivíduos singulares na burocracia dos aparelhos estatais. “O Estado pode proporcionar (ou não) determinados recursos às organizações de migrantes;

a sua ação pode incidir na criação de canais específicos que favoreçam a participação, tendo por base uma categorização de base étnica que, por sua vez, condiciona a expressão de identidades coletivas por parte dos imigrantes, ou, numa visão oposta, a incorporação é estruturada em função do indivíduo e as ligações entre o Estado e as organizações de imigrantes são menos institucionalizadas". (Soysal, 1994, *apud* Albuquerque, 2008:75).

As instituições e associações da sociedade civil entrevistadas têm suas reivindicações centradas no combate ao racismo e na integração dos cidadãos oriundos dos PALOP no acesso aos direitos sociais e na luta pelo fim da discriminação étnico-racial presente no dia-a-dia dos afrodescendentes portugueses. Com tempos de atuação diferenciados, o SOS Racismo e a DJASS se constituem em duas associações portuguesas com enfoques diferenciados, para tratar das questões referentes ao preconceito, xenofobia e discriminação racial em Portugal.

A partir das entrevistas realizadas com membros das associações foi possível construir uma linha de análise sobre as entidades da sociedade civil em três fases distintas: a primeira entre 1974 a 1986; a segunda fase entre o final da década de 1980 e toda década de 1990; a terceira marca os anos 2000. Essa cronologia demonstra que as ações coletivas que envolvem os imigrantes e seus descendentes foram marcadas quer pelos processos pós-revolucionário e de estabilização democrática, quer pela conjuntura de entrada do país na União Europeia, bem como as suas dinâmicas presentes já neste século. De acordo com Albuquerque (2008:72) "a pertença de Portugal à União Europeia tem influenciado a produção legislativa relativa à gestão dos fluxos e à integração dos imigrantes, determinada pela exigência de uniformização de políticas de imigração".

A primeira fase será denominada como "fase de inverno" entre 1974 e 1986 será caracterizado pelo período após as independências reconhecidas dos países africanos, desencadeadas no seguimento do 25 de abril de 1974. Esse período pode ser também caracterizado como a primeira fase de imigrantes que chegam a Portugal oriundos dos países africanos recém independentes, com uma maior concentração de cabo-verdianos, e se caracteriza como o primeiro grande momento da presença de comunidades negras na sociedade portuguesa contemporânea. Mendes (2010: 233) caracteriza o surgimento das associações como fase de emergência que foi impulsionada pela "falta de apoio das autoridades portuguesas", procurando os primeiros imigrantes "acolher e integrar os seus conterrâneos". A ativista da DJASS relata essas características no seu depoimento:

"Muitas associações de base local e associações supostamente de migrantes, estavam mais a lutar pelos direitos das pessoas e não tanto pelo racismo. Viam que as pessoas não tinham direitos nenhum, a educação, habitação era tudo mais complicado e então a luta contra o racismo em si ficou mais apagada, no meu ponto de vista." (Ativista da DJASS, 07/04/2017).

Carita e Rosendo (1993) identificam o associativismo étnico enquanto um instrumento aglutinador das expectativas e exigências dos imigrantes nas sociedades de acolhimento, com a formação de uma importante rede que permite uma melhor fixação na nova realidade nacional em contextos migratórios, ou seja, "a imigração não constitui, portanto, um processo ou opção livre e simples, uma vez que segue modelo de repetição e comportamento inconsciente, sendo essencial no processo migratório o acesso a amigos,

familiares e conhecidos já instalados no país [...]". (Carita e Rosendo, 1993: 139). Nessa primeira fase temos por parte das associações ações de garantia do acesso aos direitos sociais e preservação das identidades culturais de origem das comunidades de imigrantes algo que marcou indelevelmente a constituição e organização das primeiras associações que surgem em Portugal e se confrontam de forma imediata com ambiguidades na própria condição de imigrante. Conforme relata ativista entrevistada:

Essa realidade vai mudar porque... essa leva, depois dela resulta uma primeira geração de imigrantes, que é aquela que nasce finais de 70, ali uma mistura entre retornados e imigrantes de fato. Depois começa a entrar no espaço da sociedade como a escola, no trabalho, começa a haver presença dos miúdos, jovens negros no sistema escolar, na comunidade escolar, eles começam a ser visíveis, mas invisíveis. Depois nisso esses jovens deparam de fato com o que é a verdadeira face racista do país, né? Eles são na verdade todos catalogados como estrangeiros, apesar de terem nascidos cá. Ou seja, a sua filiação geográfica cultural é nas colônias, não é no território nacional. O que fazem delas crianças com menos direitos, com menos possibilidades, com trajetos sociais escolares mais acidentados, e daí nasce uma consciência da diferença. (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017).

As ambiguidades constantes porque passam os imigrantes são apresentadas por Carita e Rosendo (1993) como inseridas no processo dialético de preservação das suas identidades culturais de origem e de desconstrução das mesmas para facilitar seu processo de integração na nova sociedade. Essas ambiguidades são percebidas e reconhecidas por parte do Estado português através da legalização das associações, mas como uma forma contida de ação política por parte dos imigrantes de 1ª geração que consolidam a primeira fase organizativa das comunidades negras africanas em Portugal.

O imigrante encontra-se constantemente perante ambiguidades: entre a sociedade que não é a sua, que não reconhece como sendo sua, e que também não o reconhece como sendo seu elemento de direito e a sua sociedade natal na qual não se encontra como membro efetivo, presente e participante. Cria-se então uma relação ambígua entre sociedade de origem e sociedade onde vive e trabalha (Carita e Rosendo, 1993:140).

No final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX temos a segunda fase caracterizada pelas associações de imigrantes e a participação da juventude através do *Hip Hop* com destaque para o papel da cultura como instrumento de mobilização. O cariz cultural a partir do surgimento de diversas associações de imigrantes e o cariz político expressam as reivindicações das precárias condições sociais e de invisibilidade de uma geração de filhos e filhas nascidas em Portugal. Mendes (2010: 233) destaca que essa segunda fase tem um elemento integrador dos imigrantes a partir "da afirmação das associações como agentes da integração econômica dos imigrantes" e da consolidação e amadurecimento do movimento associativo a partir da sua formalização legal no final da década de 1990.

O combate ao racismo aqui em Portugal há alguns anos atrás na década de 80, foi algo mais forte do que é neste momento. Não sei porque, na altura também havia muita campanha mundial a nível europeu que era "todos diferentes e todos iguais" e nessa altura com essa campanha muitas associações apareceram e combateram o racismo, pediram a integração de toda a gente, a respeitar toda a

gente, principalmente os mais pequenos. E nessa altura havia muitas associações, eu mesma fiz parte de uma associação de jovens, eu era jovem nessa altura, e que se chamava Cabo Jovem e nosso intuito era esse mesmo, era com os jovens de segunda geração tentar mobilizar através do associativismo. (Ativista da DJASS, 07/04/2017).

A fala da ativista da DJASS sobre sua inserção no movimento associativo na época da juventude demarca as características da segunda fase do associativismo dos imigrantes em Portugal: o cariz político e cultural. A legitimação de Portugal enquanto um país membro da Comunidade Europeia obriga o Estado português a construir estratégias de acolhimento, num primeiro momento, e de políticas de integração a partir do duplo movimento de pressão por parte do Parlamento Europeu e das comunidades de imigrantes que crescem ao acompanhar as ondas de imigração que povoam Portugal a partir da década de 1990. Mendes (2010) destaca o quantitativo de associações surgidas nesse cenário: "Em 1990 apenas existiam 10 associações e em 1996 esse número tinha subido para 78, com exceção da Casa do Brasil, todas as associações eram africanas, em particular cabo-verdianas e angolanas. Atualmente existem 124 associações de imigrantes reconhecidas pelo Alto Comissariado para o Diálogo Intercultural (ACIDI) e um número indeterminado de outras associações que, não sendo reconhecidas pelo Estado português como associações de imigrantes, desenvolvem atividades no âmbito de apoio aos cidadãos autóctones que residem na sua área de influência". (Mendes, 2010: 234).

Pereira (2010: 237) ilustra o cenário conjuntural e o papel político das associações em sua segunda fase de efervescência em Portugal e destaca à "medida que vão se consolidando começam a intervir e a reivindicar direitos plenos de cidadania. É, pois, através dessa intervenção que se tem conseguido fazer ouvir as suas vozes junto da sede de poder.". Ou seja, se na primeira fase fica expresso que a necessidade de organização de associações coletivas refletiu a entrada de imigrantes e seus processos ambíguos de adaptação à sociedade de acolhimento, a segunda fase por sua vez demarca um processo de politização e pulverização de ações políticas por parte dos imigrantes, cujos filhos são intitulados de 2.^a geração de imigrantes.

É no percurso conjuntural da segunda fase que temos a instauração em 1996, pelo Decreto-Lei n.º 3-A/96, do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas que teve no início estatuto equiparado a subsecretário de Estado com dependência direta do Primeiro-Ministro. E também com o Decreto-Lei n.º 115 em 1999 que se regulamentam as associações a partir de um regime jurídico para as associações de imigrantes. No entanto, diante dos desafios apresentados pela tarefa de criar mecanismos de integração da população de imigrantes e seus descendentes nascidos em Portugal, em 2002 foi criado um Alto Comissariado com estruturas de caráter interdepartamental de apoio ao governo nas matérias de imigração e minorias étnicas. Em 2005 essa instância assume a natureza de serviço de coordenação e em 2007 ocorre uma grande fusão de todas as áreas que tratava de assuntos ligados a imigração e minoria étnica com centralidade na reformulação do Alto-Comissariado que passa para a nomenclatura de Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Em 2014 existe a última reformulação de nomenclatura e mudanças no seu estatuto passando a chamar-se ACM – Alto Comissariado para as Migrações.

Todas essas mudanças legais são um reflexo da complexificação das relações sociais e das dinâmicas sociopolíticas que perpetuam o quotidiano de não integração dos imigrantes e dos seus descendentes na sociedade portuguesa como cidadãos. Como nos relata uma das entrevistadas:

O Estado criou uma estrutura chamada ACM, tem vários nomes mas agora se chama ACM, começou por ser chamar de Alto Comissariado para Imigração e Melhorias Étnicas e passou para Alto Comissariado para o Diálogo Intercultural ACDI e agora chama-se Auto Comissariado para as Migrações, durante toda a evolução, ou seja a própria evolução da nomenclatura da instituição tem um objetivo político e o que aconteceu foi que esta estrutura que supostamente é para responder os problemas, pronto, do déficite de igualdade que se depara as comunidades, acabou por atomizá-los fazendo o seguinte de ir buscar os melhores recursos humanos do movimento do associativismo e colocá-lo como mediador entre o Estado e as comunidades. Significou que capturou a sua voz e depois tem uma função absolutamente maquiavélica que é dar uma cara lavada ao racismo institucional que é então temos aqui os pretinhos a fazer a triagem, então a queixar-se o que mais outra vez. (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017).

No cariz cultural teremos uma série de Associações que variam suas intervenções na perspetiva recreativa e na perspetiva política de aglutinação de uma juventude oriunda dos bairros sociais da grande Lisboa que encontrou no *Rap/Hip Hop* canal de organização e diálogo com a sociedade portuguesa através da música:

E nós começamos a ter o movimento do hip-hop, década de 80, finais de 80 e início de 90, muito marcado com a necessidade de afirmação da sua negritude no espaço público. Tivemos uma das, na minha opinião, isso sobretudo é muito subjetivo, mais para mim um dos rappers mais importante dessa fase é o General D, houve vários [...] houve vários aqui, mas para mim o mais contundente e mais conseqüente tanto no espaço e no tempo foi o General D, ele teve, aliás... ele teve na origem na direção do SOS Racismo logo no início, portanto o SOS Racismo tem 25 anos, 26 agora, portanto é só parar para tu ver que ele teve essa consciência política de ser. (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017).

O movimento *Hip Hop* pode ser considerado um canal de comunicação da juventude afrodescendente portuguesa, os imigrantes de segunda geração, de reagir ao descontentamento das desigualdades sociais produzidas no cenário de contradições que permeiam suas vidas (Contador, 2001). Será na terceira fase do associativismo imigrante que a ação coletiva dos ativistas afrodescendentes portugueses eclode em várias frentes de mobilização. Nuno e Raposo (2018) analisam as desigualdades sociais a partir das desigualdades de classe e as práticas de ação coletiva de jovens afrodescendentes residentes nos bairros periféricos da grande Lisboa.

Ao analisar o modo pelo qual as desigualdades de classes constroem ou potenciam a capacidade para agir, discute-se a hipótese de as relações entre as desigualdades de classes e a ação coletiva produzirem regularidades e contrarregularidades, estas últimas visíveis em "cidadanias insurgentes" (Holston, 2013). Procura-se compreender a ação coletiva considerando as condições sociais dos atores, observáveis a partir das escalas de análise europeia, nacional, local e individual. " (Nunes e Raposo, 2018: 211).

A terceira fase é, então, demarcada pelo discurso político de afirmação da identidade negra e está alocada na história na primeira década dos anos 2000 com o surgimento da *Plataforma Gueto*, no concelho de Amadora, e a *Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal* (PERCIP). As duas plataformas podem ser compreendidas como estratégias de aglutinação das demandas políticas comuns entre as associações. Essa fase é considerada a mais importante no que diz respeito a organização de plataformas políticas que forneceram diretrizes para as ações coletivas “através da participação política e cívica dos imigrantes” e marcar um processo de rutura nas orientações para a denúncia das ações de discriminações realizadas tanto por agentes públicos, e seu aparato institucional, como por cidadãos comuns que reproduzem preconceitos e discriminações raciais.

O surgimento da Plataforma Gueto⁵ foi uma resposta aquilo que era o vazio em que se encontrava a representatividade das organizações antirracistas e nomeadamente no que toca as comunidades negras. Eu sou suspeito, porque faço parte de uma organização que não é uma organização de afrodescendentes, mas é uma organização antirracista, pronto, mas eu tenho que reconhecer isso, é um facto, tinha surgido várias associações de jovens ligados a intervenção da juventude nas comunidades, mas não tinham nem essa projeção e nem tinham essa orientação estratégica. Quando surge a PG surge claramente numa dimensão de dizer: nós estamos aqui, não queremos... queremos ser representados por nós próprios, queremos ser a nossa própria voz, não queremos que alguém seja a nossa voz. Isso é uma ruptura de todos os níveis, ruptura significativa, eu acho que esse surgimento foi muito, muito importante também para, primeiro equacionar toda a retórica antirracista tanto do mainstream político como da própria extrema esquerda, onde eu faço parte também (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017).

Nessa fase de crescente politização temos também a plataforma PERCIP com perfil político mais formalizado e interconectado às estruturas do Estado português Mendes (2010: 236) afirma que “a PERCIP [...] nasceu da necessidade de dar voz e protagonismo aos destinatários (passivos e divididos) das políticas de imigração e para potenciar a intervenção social e política do movimento associativo imigrante em Portugal”. A autora destaca ser recente a iniciativa de aglutinar as comunidades de imigrante plurais em um projeto como a plataforma, mas, a iniciativa demonstra uma maturidade no movimento associativo frente as investidas do Estado português por meio do ACIDI em influenciar as ações políticas das associações:

Face a influência que o ACIDI, IP exerce sobre a maioria das associações de imigrantes, por via da dependência financeira destas, bem como sua recente estratégia de invasão nas áreas de intervenção, que por excelência são foro do associativismo imigrante torna, ainda mais pertinente o reforço das estruturas organizativas através de projetos independentes e com capacidade para unir o movimento associativo imigrante em Portugal. (Mendes, 2010: 236).

Apesar das diretrizes políticas diferenciadas entre as duas plataformas citadas no texto, uma mais direcionada para o ativismo antirracista, outra de reivindicação identitária (também antirracista) é perceptível a politização das ações coletivas ao mesmo passo em que o Estado cria uma estrutura jurídico e política para incorporar as solicitações

da população imigrante como também abarcar, em seu aparato institucional, os sujeitos políticos organizados.

Uma quarta fase pode neste momento estar em plena construção, pela radicalização reivindicativa das tendências verificadas na fase anterior. As suas características centrais são a crescente participação de uma juventude de afrodescendentes que coloca o debate das discriminações étnico raciais “em cima da mesa” exigindo por parte dos governos ações que ampliem o acesso aos direitos sociais, melhoria das condições de vida, cumprimento nas legislações que tratam sobre o racismo e mudanças na Lei de Nacionalidade com uma campanha massiva intitulada: “Quem nasce em Portugal é português e ponto final!”. Uma outra pauta de convergência na luta das associações nessa atual fase é o reconhecimento por parte do Estado português da existência de pessoas negras portuguesas a partir da recolha de dados censitários e/ou administrativos ético-sociais (recolha e categorização populacional que se tornou interdita após o fim da ditadura e império colonial, que utilizava tais classificações com fins claramente discriminatórios) que permitam conhecer estatisticamente quantos portugueses afrodescendentes existem na atualidade.

Essa fase atual é uma fase de efervescência da afirmação da identidade negra no espaço público em vários campos, o que não era nas outras fases. Aqui é em vários campos, a presença dos negros a sua vontade, a sua capacidade de penetrar em vários espaços e aparecer em vários campos foi maior e mais evidente, e a visibilidade dessa efervescência também foi mais evidente. Não era uma coisa que acontecia, não eram que os movimentos não estavam, ou como você dizia que eram visivelmente invisível, e isto mudou por várias circunstâncias, porque na área por exemplo da cultura de massas, as telenovelas, começamos a ter protagonistas negros a aparecer em horário nobre, inclusive em canais conservadores, TVI que é um canal próximo da Igreja, a SIC que é um canal mais próximo da centro-direita, mas que começam a aparecer figuras importantíssimas desta cultura de massas, consumo de massas, como telenovelas e começa a haver jovens negros a afirmar em várias formas de organização da sociedade civil: na moda, na escrita, nas exatas e nas suas áreas de expressão e até na mobilização política. (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017).

A principal característica da atual fase do movimento associativo imigrante é sua construção ser pautada por uma pluralidade de militantes jovens, parte deles oriundos dos bairros periféricos dos arredores de Lisboa, cujas vivências locais foram demarcadas pela vida associativa dos seus pais e com trajetos escolares avançados, se diferenciando da maioria das famílias imigrantes que, “enfrentam, contudo, obstáculos que marcam o modo como acedem à escola (nem sempre o mais vantajoso), tais como o desconhecimento sobre a organização dos ciclos [...] ou os seus direitos e deveres, para além das dificuldades linguísticas.” (Hortas, 2013; Seabra, 2010, *apud* Seabra et al, 2018).

Os ativistas entrevistados destacam que essa quarta fase se diferencia pela necessidade de pautar a “identidade negra” ou afrodescendente como forma de construir uma outra narrativa histórica sobre a questão racial na sociedade acolhedora e começar a encarar o racismo como elemento real construído no quotidiano das relações sociais portuguesas.

Os autores Nuno e Raposo (2018: 217) ao tratarem das desigualdades de classe e relacioná-las as práticas de ação coletiva demonstram um perfil de ativistas “criadores de novos espaços de ação coletiva, eles intervêm artística e politicamente com o intuito de se contraporem às lógicas de subalternidade que os marginalizam, abrindo caminho para uma “cidadania insurgente”⁶,

Agora parece que está a ressurgir um bocadinho, surgiu a DJASS, a AfroLins, surgiram outras associações que nós tentamos, queremos falar do racismo. Porque em Portugal o racismo é encarado como algo que não existe, se não existe não vai discutir, não pode discutir uma coisa que não existe, né? Para quê? Então o racismo é visto como..., quem discute o racismo está a arranjar problemas, discutir o que não existe, está à procura de discutir algo que não existe. Então nós surgimos nessa meta de tentar falar do racismo, tentar mostrar que existe racismo, e esse racismo institucional é transversal a toda sociedade, os portugueses gostam muito de dizer cá “Ah! Eu cá não sou racista, eu até tenho amigos pretos!” Dizem muito isso... “Ah! Tenho amigos pretos, amigos brasileiros, não sei o quê” e dizem que não são racistas, mas não percebem que as atitudes que são racistas, que mesmo a forma de não dizer nada e de não fazerem nada é racismo porque eles estão a compactuar com o racismo e deixar que isso aconteça. (Ativista da DJASS, 07/04/2017).

O cenário atual é de configurações de novas organizações associativas que acompanham as formas de comunicação via mídias sociais na construção de uma cena virtual de aglutinação dos afrodescendentes portugueses que pautam questões relacionadas ao combate do racismo, da xenofobia e do machismo. Iniciativas como “Roda das Pretas”⁷; o áudioblog Rádio AfroLis; a Associação de Mulheres Negras, Africanas e Afrodescendentes em Portugal (FEMAFRO); a Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana (PADEMA) e o Núcleo de Estudantes africanos da Faculdade de Direito de Lusófona (NEA).

Atuação das associações antirracistas em Portugal e a busca de políticas de integração

Os aspetos elencados acima fazem parte das pautas de mobilização das associações analisadas. Estas centralizam suas intervenções na denúncia e no combate contra as discriminações étnico raciais e do racismo sedimentado na sociedade portuguesa, cuja formação socio-histórica não pode ser pensada sem tomar em consideração a expansão imperial e colonização, o tráfico de negros africanos escravizados e a escravidão como modo de produção generalizado.

A partir das entrevistas realizadas com ativistas nos meses de março e abril de 2017 foi possível construir uma linha de análise sobre o movimento associativo e os formatos de construção das ações coletivas que envolvem o quotidiano político das associações. A aproximação com as entidades da sociedade civil foi feita através de inserção nas atividades organizadas por estas entidades o que possibilitou o mapeamento de instituições governamentais que trabalham diretamente com a população que vivenciam preconceitos raciais na região da grande Lisboa⁸ e realização das entrevistas semiestruturadas com representantes das associações que responderam positivamente os contactos eletrónicos, a DJASS e o SOS Racismo.

O SOS Racismo em Portugal teve sua fundação em dezembro de 1991 impulsionado pelo clima de comoção resultante do assassinato de José Carvalho, militante do Partido Revolucionário Socialista, perpetrado por um grupo de *skinheads*, de extrema-direita em dezembro de 1989. Este assassinato é considerado o primeiro crime motivado explicitamente por ideologias racistas em Portugal. Em 1995 ocorre o assassinato do jovem afrodescendente Alcino Monteiro, levado a cabo um grupo de jovens pertencentes à organização de extrema-direita nacionalista e racista Movimento da Ação Nacional (MAN) que fora extinto em 1992 pelo Tribunal Constitucional a pedido da Procuradoria-Geral da República, (Monteiro, 2014). No cenário de consolidação da democracia em Portugal o surgimento do SOS Racismo desponta como um alerta para o silêncio sobre temas considerados tabus, como o racismo e a xenofobia, como nos relata um dos nossos entrevistados sobre o cenário de comoção em torno do combate antirracista e antifascista que nasce o SOS Racismo:

(SOS Racismo) surge num contexto bastante particular, um ano antes tinha havido um assassinato de Zé Carvalho um militante de extrema esquerda, antirracista e antifascista conhecido e foi morto pelos skinheads precisamente por causa disso. E aí começa a ideia de se criar o SOS Racismo e é um contexto histórico particular porque era para 1990 era vinte anos depois das Independências, ou seja, era um país que estava a sarar a sua dor, seu luto colonial [até hoje], não conseguem, eu digo isso sempre, não fizeram a catarse histórica, não houve sobre o colonialismo nem sobre a escravatura nenhuma, aliás a prova disso é que eles (portugueses) têm dificuldade de discutir racismo, escravatura então nem se fala. (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017).

Em 2016, 25 anos após a inauguração do SOS Racismo, têm início os trabalhos da DJASS (Associação de Afrodescendentes) que tem o diferencial das outras associações por englobar explicitamente a questão dos afrodescendentes com o objetivo de alargar o círculo de associados e se diferenciar das associações de imigrantes. O cenário de diversidade étnica e multicultural em que Portugal está inserido reflete a estrutura complexa da sociedade portuguesa.

A Djass surgiu para combater o racismo e toda a forma de discriminação contra os negros e afrodescendentes, pronto, nós incluímos o Afrodescendentes. Primeiro... nós queremos que fosse só negros? Deixamos de fora todos que não se consideram negros! Se é afrodescendente toda a gente que sente afrodescendente, mesmo que seja português e branco de pele, mas que seja descendente de um africano e que sente e saiba que de alguma forma é afrodescendente tem lugar em nossa Associação. Nós queremos abarcar toda a gente, assim tem os brasileiros, muitos não se consideram negros, mas são afrodescendentes, abarcamos pessoas do Norte da África, que não são negros, mas são afrodescendentes, pessoas das Antilhas, pronto, tudo que abarca o afrodescendente nós queremos incluir, por isso é que fizemos não uma Associação de negros, mas Associação de afrodescendentes o mais geral possível. (Ativista da DJASS, 20/04/2017).

Assim, no universo associativo dos imigrantes portugueses, nomeadamente dos PALOP, temáticas como o preconceito étnico-racial e seus desdobramentos estão a emergir de um cenário de invisibilidade e a constituição de novas associações com o perfil político e

cultural da DJASS demonstram esse cenário, conforme descreve na entrevista a ativista: *Então a DJASS, dentro dessa filosofia de afrodescendentes o que nós queremos é discutir o racismo, trazer para a praça pública, chamar atenção para o racismo que existe, chamar atenção para os negros portugueses que existem e não são categorizados porque em Portugal não há recolha de dados étnicos, baseada na etnia e na cor da pele. Então o que é que acontece, pessoas como eu e muita gente que conheço, que não nasci cá, mas vivo a muitos anos, meus pais eram portugueses porque estavam nas ex-colônias e eram portugueses na altura e com a descolonização ficaram portugueses automaticamente os filhos ficamos portugueses também, mas eu sou negra, para os portugueses eu sou portuguesa, portanto eu entro nas estatísticas dos portugueses, mas eles não sabem, não contam os portugueses negros que existem. Então pessoas como eu que sou negra e portuguesa não apareço em lado nenhum, nós somos contados como portugueses ponto.* (Ativista da DJASS, 20/04/2017).

A discussão sobre o preconceito étnico-racial e o formato que a sociedade portuguesa trata essa questão perpassa por dualidades no reconhecimento do seu passado histórico enquanto estado nação colonizador, responsável pelo tráfico de pessoas negras africanas. E, na contemporaneidade, a necessidade de construir estratégias nacionais eficazes que desmistifiquem o idealismo harmónico de uma colonização pensada como “suave”, para quebrar os processos de invisibilidade das desigualdades sociais, económica e culturais em que estão inseridos os afrodescendentes portugueses.

Santos (2011: 142) destaca que “descolonizar é um imperativo bem difícil de se concretizar” devido ao lugar que o passado histórico que o colonialismo representa para Portugal. O colonialismo deve ser compreendido como “toda relação de opressão assente na inferioridade supostamente natural, racial ou étnico cultural do oprimido.”. Na análise das áreas de atuação das duas associações pesquisadas encontramos um reflexo do autor acima citado ao verificarmos a existência de três pontos em comum: visibilidade do racismo em Portugal, a cultura de valorização dos afrodescendentes e a educação. Nos trechos a seguir podemos acompanhar essas linhas de atuação:

Quando surgimos decidimos fazer três coisas: uma delas é dizer que o racismo não era uma questão moral é uma questão política, e enquanto tal, obriga ao confronto ideológico. Na altura isso era uma posição, ainda hoje, é uma posição que é muito pouco aceite, porque para os antirracistas moralistas isto é um exagero. Porque consideram que o racismo é simplesmente uma coisa entre bons e maus não é uma coisa estrutural, ou seja, vamos lá com a catequese, com isso e tal há umas pessoas que são más outras são boas e entre as pessoas más são racistas porque são más. Depois temos os negacionistas, que dizem que vocês estão a levantar fantasmas, Portugal, como vocês sabem, foi um dos países que teve a melhor colonização e foi toda a literatura lusotropicalista sobre a bondade do colonialismo português, a sua diferença [em relação à colonização] espanhola. Toda missão civilizadora e de amizade que estavam impregnadas no colonialismo português, depois eles usavam uma frase que era essa coisa de “nós fizemos a nova raça, o novo homem, então não podemos ser racistas”. Bom e na altura decidimos que não estávamos para isso, para essa conversa mole. (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017)

A centralidade do racismo estrutural denunciado pelas associações corrobora o pensamento de Rex ao afirmar que a abordagem dos grupos étnicos e relações raciais deve incluir referências à estrutura política e econômica da sociedade onde se inserem, às diferenças entre diferentes grupos étnicos e suas relações com esta estrutura e ainda a questões relacionadas com a estratificação social dessa sociedade e seus reflexos nos grupos étnicos (Rex, 1986, *apud* Carita e Rosendo, 1993:138). As diferenças étnicas entre os países que formam a comunidade de afrodescendentes em Portugal não devem ser ignoradas. A ativista da DJASS faz observações com relação a uma homogeneidade imposta pelos portugueses que desrespeita as particularidades de cada nação africana:

O que nós queremos é chamar a atenção e mostrar o que é que existe e o que se faz para os negros e afrodescendentes, o que eles estão a fazer a nível de espetáculos, música, cinema que há, só que aqui não se ouve. Tirando Funaná e Quizomba as pessoas basicamente não sabem mais nada, é moda as pessoas dançam, ouvem músicas angolana e africana, mas dizem que é africana e é angolana, Angola é um país não é África, não é? Mas consideram africana como se fosse tudo, enquanto há N tipos de músicas em África. (...) tem o Funaná de Cabo Verde, tem a Marabenta de Moçambique, há N (enes), mas pronto, eles acham que estão a dançar música africana. Chamar atenção para isso que a outros tipos de músicas, outros tipos de expressões culturais e África é um continente com mais de 50 países, portanto nós queremos chamar atenção para isso. Tirar aquela coisa de que África é um país, não? É um continente como a Europa é um continente, tu saís da fronteira para a Espanha e é diferente, África é a mesma coisa de Angola para Moçambique é longe, de Angola para outro país passa a fronteira, é outra língua, outra cultura, portanto é para ser tratado como um continente e não como um país. (Ativista da DJASS, 20/04/2017).

Desta forma, as discriminações étnico raciais combatidas pelas duas associações na sociedade portuguesa demonstram como o racismo é presente no quotidiano das relações sociais e sua atualização se dá através da manifestação do colonialismo,

Na versão que lhe dá a modernidade ocidental, o racismo deriva da geminação do colonialismo com o capitalismo. É hoje uma das presenças mais insidiosas do colonialismo do nosso tempo porque atua nas instituições e fora delas, porque existe no nível interno e no nível das relações internacionais, porque se disfarça frequentemente de antirracismo bloqueando assim a luta contra ele. Está nos livros de história, nos noticiários, na repressão policial, nos preconceitos semânticos (frases e piadas racistas), nos preconceitos da suspeita (o ethnic profiling – a cor da pele como sinal automático de perigo – tanto no recrutamento de pessoal como no aluguel de casas), na desvalorização ou repressão da diversidade cultural, nos transportes públicos, no quotidiano das relações interindividuais. (Santos, 2011: 142).

Conclusões

O movimento associativo de imigrantes e afrodescendentes, na sua relação com o Estado português e toda estrutura jurídica e política construída para a integração dos imigrantes e dos afrodescendentes, produziu dois principais resultados que demonstram algum

antagonismo na relação entre Estado e movimento associativo negro. Esse antagonismo não é total, as formas de incorporação das associações em plataformas de consulta, mesmo tendo dimensões de enquadramento e controle, são também mecanismos de auscultação.

O primeiro resultado decorre no processo de acirramento das disputas pela direção das associações de imigrantes a partir da postura do Estado em capitanear membros das comunidades para o seu aparato institucional. O que resulta, de forma simultânea, no processo de desmobilização dos imigrantes de outras vias de participação política na sociedade portuguesa, qual seja as associações com viés cultural e assistencial.

O segundo resultado confere a dinâmica acelerada dos processos de mudanças nas relações sociais provocadas pelos fluxos de imigrantes e sua permanência na sociedade portuguesa, tendo como reflexo novas formas de articulações políticas que desenham novas ações coletivas. A DJASS é um dessas articulações, pois tem no seu nascedouro propostas de intervenções que são multiplicadas por outras associações cujos protagonistas contestam, de forma plural e diversificada, a subalternidade dos imigrantes e afrodescendentes portugueses. O que produz estratégias de resistências aliadas ao campo da construção de identidades culturais diante dos persistentes ataques de racismo e xenofobia na sociedade multicultural portuguesa.

Notas

¹ Com relação a xenofobia vamos conceituar de acordo com a discussão realizada por Cabecinhas (2008: 168), a autora destaca que, “xenofobia é definida como “aversão ou hostilidade manifestada a pessoas ou coisas estrangeiras” (*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia de Ciências de Lisboa, 2001: 3792). Essa aversão ou antipatia pode ser traduzível em percepções ou comportamentos e tem sempre um denominador comum: manifesta-se em relação a indivíduos de uma nacionalidade diferente da do próprio, isto é, estrangeiro, por isso alguns autores preferem termos mais abrangentes como heterofobia, que se refere à hostilidade manifestada a indivíduos que são percebidos como diferentes.”. Em razão da situação de discriminação étnico racial pela qual passam os ciganos portugueses.

² No corpo do texto utilizaremos o termo imigrantes africanos da primeira geração para denominar o grupo de pessoas nascidas em países do continente Africano que migraram para Portugal. Para os filhos dos cidadãos imigrantes da primeira geração que nasceram em Portugal, mas não possuem o estatuto de cidadão nacional, utilizaremos a expressão afrodescendentes portugueses.

³ “De forma geral, quando se fala em movimentos sociais a partir dos anos 70, a teoria que vem à mente é a dos Novos Movimentos Sociais, porque foi construída a partir da crítica a abordagem clássica marxista e graças a ela desenvolveu-se um intenso debate com o paradigma acionalista norte-americano. Apesar de ter influenciado vários trabalhos na América Latina, ela não teve a hegemonia nas diretrizes teóricas dos trabalhos lá desenvolvidos, dividindo o espaço com as teorias neomarxistas.” Gohn (2008:119).

⁴ Em lista fornecida pelo site do ACM contabilizou-se 100 Associações “Representativas dos imigrantes e seus descendentes” a partir da Lei 11/99 de 03 de agosto.

⁵ A Plataforma Gueto se autodeclara um “movimento social negro que combate o racismo e defende a autodeclaração de todos os povos através da resistência anti-imperialista/capitalista, anticolonialista e antirracista.” (Página do Facebook), tem início das suas atividades na década de 2000 e utiliza a veia cultural do *Hip Hop* bem como as mídias sociais para artigos de intelectuais negros e jornal de elaboração própria para denunciar as ações repressivas sofridas pelas comunidades afrodescendentes que vivem nas áreas periféricas das cidades que formam a grande Lisboa.

⁶ Para os autores a “cidadania insurgente” é construída a partir de um “sentimento de injustiça perante as desigualdades sociais e a precarização de direitos sentidas por grupos socioeconomicamente vulneráveis também pode estimular uma “cidadania insurgente” que questiona a subalternização das suas vidas [...]” (Nuno e Raposo, 2018: 223)

⁷ A Roda das Pretas não pode ser caracterizada como uma Associação, até porque ela não se constitui legalmente para tal, e sim como uma ação política realizada por um coletivo de mulheres negras feministas que combatem o racismo e suas atividades tem os objetivos de servirem como espaço de reflexão sobre políticas, identidades e representatividade e seu meio de comunicação e contacto é exclusivamente pelas mídias sociais (Facebook).

⁸A observação participante foi a técnica de pesquisa de campo adotada para uma aproximação com os cidadãos e cidadãs que vivenciam e combatem as discriminações étnico raciais no seu cotidiano a partir da inserção em atividades organizadas por Associações que pautam a discussão étnico-racial em Portugal, especificamente as atividades ocorridas em Lisboa e Amadora, que foram: Roda das Pretas, DJASS, FEMAFRO, Plataforma Gueto e SOS Racismo.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, R. (2008), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade – Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia especialidade Sociologia das Migrações, Universidade Aberta.
- Almeida, M. S. (2014), "Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo.", *Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro* – n.34, v. 12, Rio de Janeiro, pp. 131-154.
- Basso, P. (2013). *Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje.* "Intermitências da crise e questão social: uma interpretação marxista. 1.ª ed. João Pessoa: Editora da UFPB. 331 páginas.
- Cabecinhas, R. (2008). "Racismo e Xenofobia: a actualidade de uma velha questão". *Comunicación e Cidadanía*, n. 2. Disponível aqui (consultado em 19/03/2019).
- Carita, C. e Rosendo, V. N. (1993), "Associativismo cabo-verdiano em Lisboa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13, pp. 135-152.
- Contador, A. (2001), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Delgado, A. (et al.) (2014). "Caracterização da população estrangeira a residir em Portugal com base no Censo 2011." In: *Revista de Estudos Demográficos* n.º 53. 2014, Instituto Nacional de Estatística, IP.
- Ferguson, I. (2016). "A esperança acima do medo: o ensino do Serviço Social rumo a 2025". In: Braz, M. et al. (2016). *Serviço Social Portugal – Brasil: formação e exercício profissional em tempos de crise*. Campinas: Papel Social.
- Filice, R. C.G. (2017). "Tecendo redes antirracistas: África (s), Brasil e Portugal". In: Jesus, D. et al. *Racistas são os outros: contribuição ao debate lusotropicalista em África, Brasil e Portugal*. Salvador: Afirma-se.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Gomes, S. V. (2016). *NU BAI: Promoção da Saúde no Bairro Alto da Cova da Moura*, Dissertação de Mestrado em Serviço Social pelo Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE-IUL.
- Gohn, M. G. (2008). *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hespanha, P. (1999). "Em torno do Papel Providencial da Sociedade Civil Portuguesa" em *Cadernos de Política Social* N.º 1 – Redes e Políticas de Solidariedade, Lisboa, APSS – Associação Portuguesa de Segurança Social.
- Hortas, M.J. (2013), *Educação e Imigração: a Integração dos Alunos Imigrantes nas Escolas do Ensino Básico do Centro Histórico de Lisboa*, Coleção Estudos, 50, Lisboa: ACIDI. Disponível aqui.
- Mendes, F. R.. (2010). "Reflexões sobre o movimento associativo imigrante em Portugal.". In: Beja Horta, A. (org.) *Revista Migrações*, N.º 6, abril 2010, Observatório das Migrações, pp. 233-236. Disponível aqui.

- Monteiro, F. (2014). "A vítima perfeita." In: <https://observador.pt/especiais/alcindo-monteiro/> (consultado em 02/06/2017).
- Nuno, N. e Raposo, O. (2018). "Desigualdades de classes e práticas de ação coletiva: escalas de análises." in *Desigualdades Sociais: Portugal e Europa*. Lisboa: Mundo Sociais.
- Pereira, F. (2010). "Associativismo migrante e participação política: que respostas para os novos tempos? " In: Beja Horta, A. (org.) *Revista Migrações*, N.º 6, abril 2010, Observatório das Migrações, pp. 237-240. Disponível aqui.
- Santos, B. S. (2011), *Portugal: ensaios contra a autoflagelação*. São Paulo: Cortez.
- Scherer-Warren, I. (2005), *Redes de Movimentos Sociais* (3ª edição). São Paulo: Edições Loyola.
- Seabra, T. (et al.) (2018). "Imigração e escolaridade: Trajetos e condições de integração", *Desigualdades Sociais: Portugal e Europa*. Lisboa: Mundo Sociais.
- Seabra, T. et al. (2016). *Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao Ensino Superior*. Coleção Estudos, 57, Observatório das Migrações, Lisboa. Disponível aqui.
- Simionatto, I. (1999). *Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez.
- Simionatto, I. (2009). "Classes subalternas, lutas de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana". *Revista Katalysis*. Florianópolis, v. 12, p. 41-49, jan/jun.
- Viegas, J. L. (2014). "Implicações Democráticas das Associações Voluntárias: O caso português numa perspectiva comparativa europeia". *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46, 2004, pp.33 – 50.

■ **A participação de jovens afrodescendentes em associações de imigrantes em Portugal: repercussões no envolvimento escolar**
The participation of Afro-descendants in immigrant associations in Portugal: repercussions on school engagement

Carolina Jardim* e Sofia Marques da Silva**

Resumo Este artigo pretende analisar diferentes formas de participação associativa de jovens afrodescendentes em Portugal, bem como as relações do seu envolvimento *escolar* com a sua experiência de participação e com o seu contexto familiar. Para este efeito, através de uma abordagem qualitativa, selecionou-se um conjunto de três associações de imigrantes africanos e realizou-se um conjunto alargado de entrevistas a quatro técnicos e onze jovens afrodescendentes com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos. Os resultados indicam que as associações de imigrantes são apropriadas pelos jovens enquanto espaços lúdicos de lazer, convívio, prática desportiva e voluntariado. Para além disso, estes contextos desempenham um importante papel educativo, contribuindo, em alguns casos, para o forte envolvimento escolar dos jovens.

Palavras-chave Participação cívica, associativismo imigrante, jovens migrantes, envolvimento escolar, Portugal

Abstract This article intends to analyze the different forms of associative participation of young Afro-descendants in Portugal as well as the relationships of their school engagement with their experience of participation and with their family context. For this purpose, through a qualitative approach, we selected a set of three associations with Afro-descendants and we carried out a broad set of interviews with four technicians and eleven Afro-descendant young people aged between 15 and 25 years. The results indicate that immigrant associations are appropriated by young people as spaces to leisure, socializing, practice sports and volunteering. Moreover, these associative contexts play an important educative role, contributing, in some cases, to the strong school engagement of young people.

Keywords Civic participation, immigrant associativism, migrant youth, school engagement, Portugal

* CIIE – Centro de Investigação e Intervenção em Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal. carolina@jardim@gmail.com

** CIIE – Centro de Investigação e Intervenção em Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal. sofiamsilva@fpce.up.pt

A participação de jovens afrodescendentes em associações de imigrantes em Portugal: repercussões no envolvimento escolar

Carolina Jardim e Sofia Marques da Silva

Introdução

Nos últimos 20 anos, a promoção da participação cívica juvenil tem tido um lugar de destaque na agenda política da Juventude da União Europeia. O crescente interesse político e académico por este tema nasce da constatação científica de que as gerações mais jovens, em comparação com as gerações passadas, são civicamente menos envolvidas ou estão menos inclinadas a participar na política convencional (Andolina *et al.*, 2003; Zukin, *et al.*, 2006). Os jovens estão insatisfeitos e desencantados com as formas convencionais de participação política, preferindo envolver-se em movimentos sociais, organizações locais e associações juvenis (Menezes, 2010; Cammaerts *et al.*, 2013; Chou *et al.*, 2017) ou em práticas mais informais, como é o caso do voluntariado (Jardim e Silva 2016, 2018). Assim, ao mesmo tempo que há um declínio ou recessão de formas tradicionais de participação política verifica-se uma contínua emergência, expansão e reconhecimento de novos e diversificados modos de participação alternativos ao sistema democrático formal e respetiva política eleitoral.

D'Ambrosi e Massoli (2012) sugerem que estamos perante uma fase da democracia caracterizada por uma esfera pública diferente, sendo que os jovens preferem criar oportunidades de participação que respondam aos seus interesses e necessidades. Por exemplo, ao mesmo tempo que estão num ambiente físico, os jovens socializam em espaços digitais, onde oportunidades de aprendizagem cívica podem ocorrer (Mirra e Garcia, 2017). Face a este novo retrato, o comportamento cívico passou a ser discutido de uma maneira mais ampla, incluindo diferentes tipos de ação cívica como o voluntariado ou ações comunitárias que pretendem ajudar os outros ou alcançar um bem público (Voight e Torney-Purta, 2013).

Ora a participação cívica e política de jovens com origem migrante tem sido considerada uma dimensão crucial para a promoção de sua integração, inclusão e para o desenvolvimento de vínculos comunitários (Eggert e Giugni, 2010; Guo, 2014; Global Migration Group, 2014). No entanto, esta área de investigação ainda é pouco estudada, tanto a nível nacional (Fernandes-Jesus, 2013; Ribeiro *et al.*, 2015) como internacionalmente (Stepick *et al.*, 2008; Lee e Pritzker, 2013; Born *et al.*, 2015; Ishizawa, 2015).

De acordo com Kelly (2009), envolver jovens com origem migrante em atividades de participação cívica aumenta os seus níveis de confiança interpessoal e social, tornando-os mais envolvidos na comunidade e na sociedade em geral e, por isso, melhor integrados e incluídos. Ao participarem coletivamente com outras pessoas, os migrantes podem encontrar novas formas de se relacionarem, recriando um sentido de comunidade (Becerra, 2014). As associações de imigrantes, em particular, são consideradas como um contexto crucial para o estudo da participação e integração dos migrantes na sociedade de acolhimento (Schrover e Vermeulen, 2005). Na verdade, a mobilização política, social e cívica

de imigrantes ocorre essencialmente através desses contextos (Teixeira e Albuquerque, 2005). No entanto, tal como demonstra Horta (2010), a análise das práticas associativas dos jovens com origem imigrante é ainda muito escassa e, dada a sua importância, merece uma maior visibilidade na agenda científica. Deste modo, a pertinência social e científica desta investigação justifica-se pela necessidade de produzir conhecimento no campo educativo sobre as diferentes formas de participação associativa de jovens afrodescendentes em Portugal e sobre a influência da mesma no envolvimento escolar.

O associativismo imigrante

A integração de pessoas com origem migrante – cujas culturas, línguas, religiões e valores podem diferir marcadamente das do país de acolhimento – permanece atualmente um dos principais desafios das sociedades europeias (Grzymala-Kazłowska e Phillimore, 2017), e uma das questões centrais na agenda política europeia, quer por razões económicas como sociais (OECD/European Union, 2015). A integração implica que os imigrantes e descendentes sejam membros integrais das sociedades em que vivem, tendo o mesmo acesso que os cidadãos nativos a recursos ou oportunidades sociais, como educação, emprego e outras instituições sociais (Alba e Foner, 2017).

Ora a integração é também uma preocupação do Estado português. Portugal registou nos últimos 30 anos um assinalável aumento da imigração e, por essa via, é inegável a crescente multiculturalidade da sociedade portuguesa (Scaglione, 2010). Segundo os Censos 2011 residiam em Portugal 394.496 estrangeiros, representando 3,7% do total de residentes do país. O grupo dos imigrantes dos países da América do Sul (29,1%) constitui-se como o mais representativo, logo a seguir estão os imigrantes dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), com 24,4%, e os países da União Europeia, com 24,0% (INE, 2012). A política portuguesa de integração de imigrantes e descendentes adota como referência orientadora o modelo intercultural que preconiza a relação e interação dialogante entre as diferentes culturas que compõe a sociedade (Malheiros e Esteves, 2013; Costa, 2015; Rocha-Trindade, 2015).

Ora as associações de imigrantes têm um papel fundamental nos processos de integração e de socialização dos imigrantes e seus descendentes, nomeadamente nas práticas de entreajuda e solidariedade e no reforço de laços culturais comuns (Albuquerque, 2002; Oliveira e Gomes, 2014; Babis, 2016). Sardinha (2009: 76), define o termo associação de imigrantes como "uma organização formada por indivíduos que se definem conscientemente como membros de um grupo etno-cultural (baseado, por exemplo, em variáveis como país de origem, herança comum, língua, religião, consciência do grupo, etc.) dentro de um contexto maior". São dois os seus grandes objetivos: a preservação de uma identidade étnico-cultural que fomenta o vínculo entre os imigrantes e descendentes e o país de origem, e a integração no país de acolhimento (Albuquerque *et al.*, 2000; Pereira, 2007; Sardinha, 2010).

A participação associativa tem sido teoricamente relacionada com o conceito de capital social de Putnam (2000, 1993), definido como um conjunto de disposições de reciprocidade e confiança estabelecidas através das relações horizontais entre indivíduos.

A título de exemplo, Albuquerque (2013), ao estudar a participação associativa de jovens descendentes de imigrantes em Portugal, conclui que o associativismo juvenil, ao promover a socialização, o estabelecimento de redes sociais e a aprendizagem de competências sociais e cívicas, promove a aquisição de capital social e cultural, constituindo-se como um meio de educação não formal e de exercício de uma cidadania ativa.

Dada a relevância que a participação associativa pode desempenhar, e tendo em consideração que as associações são “comunidades de escolha” em vez de “comunidades de destino” (Hirst, 1996), pretendemos entender como e por que razões os jovens se envolvem em associações de imigrantes e qual a influência do seu envolvimento associativo no envolvimento escolar dos jovens. Neste sentido, por um lado iremos analisar as estratégias e oportunidades de participação que as associações de imigrantes desenvolvem para responder às necessidades e interesses dos jovens com origem migrante. Por outro lado, importa saber que significados os/as jovens afrodescendentes atribuem ao seu envolvimento associativo e, por outro lado, qual a influência da participação associativa e da cultura familiar no tipo de envolvimento escolar que os jovens manifestam.

Métodos

Este artigo é parte de um estudo de maiores dimensões ainda a decorrer sobre a participação associativa de jovens com origem migrante em Portugal. O estudo abrange nove associações de imigrantes localizadas no norte, centro e sul de Portugal: quatro associações constituídas por jovens afrodescendentes e cinco associações constituídas por jovens descendentes de imigrantes da Europa de Leste. A opção por nove contextos associativos permite-nos ter uma compreensão abrangente do associativismo imigrante em Portugal, assim como da diversidade de modos de participação de jovens com origem imigrante que vivem em diferentes contextos sociais e geográficos. No entanto, para este artigo, dada a diversidade de temas analisados, decidimos apenas selecionar três associações de imigrantes afrodescendentes.

Para alcançar uma maior aproximação possível ao ponto de vista do indivíduo, procurando saber como é que se constrói e atribui significado à experiência social, privilegiou-se a metodologia qualitativa e a entrevista como método principal. A opção metodológica pelas entrevistas justifica-se pela necessidade de ouvir as experiências e perspetivas quer da liderança e técnicos das associações quer dos jovens (Clough e Nutbrown, 2012). Na verdade, os estudos científicos sobre a participação cívica juvenil privilegiam frequentemente as perspetivas dos adultos sobre o que os jovens devem fazer como agentes cívicos, ao invés de perguntar aos jovens como é que eles que se envolvem ou que tipos de oportunidades de aprendizagem cívica experienciam (Mirra e Garcia, 2017). Neste sentido, este artigo, ao incluir a voz de jovens afrodescendentes oferece uma melhor compreensão sobre o modo como se envolvem em diferentes formas de participação associativa e sobre as repercussões da mesma participação no seu envolvimento escolar.

O processo de recolha de dados começou por uma pesquisa documental para mapear as associações de imigrantes em Portugal. Após o seu mapeamento, optou-se por selecionar

9 associações com diferentes localizações geográficas e com membros de diferentes origens étnico-culturais, nomeadamente jovens afrodescendentes e jovens descendentes de imigrantes da Europa de Leste. De seguida, visitámos as 9 associações de imigrantes e realizámos entrevistas individuais a 23 coordenadores/técnicos associativos bem como entrevistas individuais e em grupo a um total de 52 jovens afrodescendentes e do Leste Europeu com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos. Este artigo foca-se apenas em 4 entrevistas individuais feitas a 4 líderes associativos e em 9 entrevistas em grupo a 11 jovens afrodescendentes.

As três associações de afrodescendentes deste estudo são compostas por crianças, jovens e adultos de etnias diferentes e localizam-se no Sul do país. A associação caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém (A1), criada em 1983 é composta por membros portugueses, imigrantes e descendentes (de origem africana, de Leste Europeu, brasileira, de etnia cigana) e localiza-se em Sines. A associação Lusocaboverdeana (A2) criada em 2001 é composta por membros afrodescendentes (cabo-verdianos, angolanos e guienenses) e portugueses e localiza-se em Sintra. Por último, a associação Assomada (A3), criada em 1999, é constituída por membros afrodescendentes (maioritariamente cabo-verdianos) e localiza-se em Carnaxide. De seguida, passo a descrever os participantes seleccionados das três associações de imigrantes (Tabela 1). Para garantir o anonimato, os nomes dos jovens e dos líderes associativos são fictícios.

Tabela 1 - Descrição dos participantes do estudo

Nome do participante	Idade	País de nascimento	País de nascimento dos pais	Associação
Jovens				
João	16	Portugal	Cabo Verde	
Gonçalo	17	Portugal	Cabo Verde	A1
Sara	20	Portugal	Angola e Moçambique	
Pedro	17	Cabo Verde	Cabo Verde	
Duarte	18	São Tomé e Príncipe	São Tomé e Príncipe	A2
Tiago	18	Portugal	Cabo Verde e Guiné Bissau	
Lara	19	Portugal	Guiné Bissau	
Sofia	16	Portugal	Cabo-verde	
Maria	16	Portugal	Portugal e Moçambique	A3
Joana	18	Portugal	Cabo-verde	
Mafalda	23	Portugal	Cabo-verde	
Liderança da associação				
Isabel	36	Cabo Verde	Cabo Verde	A1
Mário	24	Cabo Verde	Cabo Verde	A2
Diana	29	Portugal	Portugal	
Conceição	54	Cabo Verde	Cabo Verde	A3

Resultados

1. A preocupação das associações de imigrantes com os jovens

As associações em estudo pretendem responder a um perfil particular de jovens afrodescendentes: jovens com percursos de insucesso escolar, jovens que não estudam, não trabalham nem estão em formação (A1 e A2), e jovens com baixa autoestima e desinteresse em progredir os estudos (A1, A2 e A3).

Diana - Estes jovens têm falta de autoestima e baixas expectativas, e uma descrença nas suas capacidades o que leva a que não acreditem que consigam estudar mais, e ir para a universidade, por exemplo, é algo inacessível. Muitos destes jovens logo a partir do 7.º ano não se interessam pela escola ou começam a dar problemas, e os professores rapidamente os transferem para cursos profissionais.

Conceição - Os jovens têm uma enorme descrença nas suas capacidades de progredir os estudos com sucesso. Muitas vezes os jovens usam a frase "Ah, a faculdade não é para mim" ou então dizem que não vão para a universidade porque não tem dinheiro para pagar. São raros os jovens que conseguem alcançar o ensino superior.

Isabel - Os nossos jovens em Portugal estão desacreditados deles próprios, independentemente da nacionalidade. Porque eles não sabem o que querem e não têm objetivos.

Para responder a este perfil de jovens as associações em estudo tem determinados objetivos e atividades.

Em suma, para além da preocupação com a integração social de imigrantes e descendentes, as associações de imigrantes desenvolvem estratégias de inclusão educativa dirigidas aos jovens. A A1 para além do apoio escolar e apoio na escolha de opções de formação e emprego, promove o voluntariado juvenil. A A2, através de um projeto financiado pelo programa Escolhas, que visa a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis (ACM, 2015), oferece aos jovens apoio escolar e apoio na escolha de opções de formação e emprego. Para além disso, pretende atrair os jovens através do desenvolvimento de atividades lúdicas, de um espaço físico de inclusão digital e de oportunidades de mobilidade nacional e internacional. Já a A3 oferece a jovens raparigas a oportunidade de praticarem um desporto federado: o andebol. Tendo em consideração as atividades que as associações desenvolvem importa perceber os tipos de envolvimento associativo juvenil bem como os sentidos que os jovens atribuem à sua própria participação.

2. Tipos de envolvimento associativo de jovens afrodescendentes

2.1. Envolvimento lúdico: espaço de encontro, convívio e jogo

Segundo Sardinha (2009), a atração fundamental que leva os indivíduos a participar em associações de imigrantes é a herança e identidade cultural compartilhada. No entanto,

no que se refere aos jovens em estudo, o que os leva a participar não é o vínculo cultural ou étnico, mas a possibilidade de conviver, conhecer novas pessoas, desfrutar de um momento lúdico através de atividades desportivas e, no caso dos rapazes, jogar jogos virtuais. Para além disso, os/as jovens definem simbolicamente a associação como “casa” ou “família”, manifestando um sentimento de pertença à associação. Este é criado através da identificação e vínculo emocional com as pessoas que frequentam esse contexto. May (2013) define este sentimento de pertença como sentir-se à vontade consigo mesmo e com os seus contextos sociais, culturais, relacionais e materiais. Este sentimento, definido por Baumeister e Leary (1995) como sentir-se aceite e apreciado pelo resto do grupo ou comunidade é particularmente importante para o bem-estar psicológico e social do indivíduo.

Tabela 2: Caracterização dos objetivos e serviços das associações de imigrantes

	Objetivos	Serviços
Associação Assomada (A3)	<ol style="list-style-type: none"> 1. a integração social de imigrantes e descendentes 2. promover a ocupação estruturada do tempo livre de jovens e crianças 3. prevenir o insucesso escolar 	<ol style="list-style-type: none"> 1. apoio na resolução de problemas jurídicos de legalização e regularização de documentação; 2. jiu-jitsu para crianças e andebol para crianças e jovens raparigas 3. apoio escolar para crianças e acompanhamento dos resultados escolares
Associação Luso-caboverdiana de Sintra (A2)	<ol style="list-style-type: none"> 1. a integração social de imigrantes e descendentes 2. promover oportunidades de inserção laboral 3. promover a ocupação estruturada do tempo livre de jovens e crianças 4. prevenir o insucesso escolar 5. promover a inclusão digital 6. promover a mobilidade nacional e internacional 	<ol style="list-style-type: none"> 1. apoio na resolução de problemas jurídicos de legalização e regularização de documentação; apoio social; 2. apoio e promoção ao emprego e à formação. 3. espaço físico com atividades lúdicas, bem como a possibilidade de praticar kickboxing e futebol semanalmente 4. apoio escolar e apoio na procura e escolha de opções de formação e emprego 5. formações no âmbito das TIC 6. passeios a diferentes regiões de Portugal e intercâmbios internacionais
Associação cabo-verdiana de Sines e Santiago do Cacém (A1)	<ol style="list-style-type: none"> 1. a integração social de imigrantes e descendentes 2. promover oportunidades de inserção laboral 3. promover a ocupação estruturada do tempo livre de jovens e crianças 4. prevenir o insucesso escolar 5. promover o voluntariado jovem 6. promover o diálogo intercultural 	<ol style="list-style-type: none"> 1. apoio na resolução de problemas jurídicos de legalização e regularização de documentação; apoio social 2. apoio e promoção ao emprego e à formação. 3. espaço lúdico 4. apoio escolar para crianças e jovens; Apoio na procura e escolha de opções de formação e emprego 5. atividades de voluntariado. 6. atividades de demonstração da cultura africana (workshops de dança africana); atividades direcionadas para o ensino escolar para discutir temáticas como a diversidade cultural, o estereótipo, a discriminação.

Gonçalo – *A associação é bastante importante porque quando saímos da escola reunimo-nos todos aqui e não estamos fechados em casa. Sentimo-nos em casa aqui. Vimos à associação para conversar e jogar playstation. Entrevistadora – E vocês passam muito tempo a jogar playstation? João – Sim, até costumamos pedir mais 5 minutos para jogar. Gonçalo – Temos um espaço só nosso onde jogamos e até uma certa hora ninguém nos incomoda. Somos uma família. Estamos sempre muito juntos. E o nosso companheirismo é muito importante. Aqui aprendemos a relacionarmo-nos com pessoas de todas as idades, porque há atividades e festas que fazemos em que também estão crianças e adultos.*

Duarte – *A associação é a nossa segunda casa. É um local de convívio do pessoal, onde nos encontramos quase todos os dias para combinar cenas, como jogar à bola. Também conhecemos pessoas novas.*

Tiago – *Antes de trabalhar eu estava sempre aí, a jogar matrecos ou ping pong. Praticava kikboxing e também futebol. Ganhei amigos novos graças à associação e ultrapassei as minhas dificuldades de relacionamento, porque eu antes era uma pessoa mais fechada. E graças aos dois intercâmbios internacionais em que participei para além de melhorar o inglês, também conheci pessoas de diferentes culturas e países. Quando acabar este ano vou fazer mais um intercâmbio.*

Lara – *O que me motiva a vir à associação é estar com as pessoas, conviver. Quando comecei a vir cá ao espaço lúdico, há cerca de um ano, fiz mais amizades com as pessoas aqui da zona o que me ajudou na minha integração para conhecer mais pessoas.*

Para os/as jovens, a associação assume a sua importância enquanto “microespaço de convivência” (Wessendorf, 2016), sendo frequentada diariamente principalmente pelos rapazes. Ao promover “interações positivas” e a extensão de relações sociais, quer seja através do desporto, atividades lúdicas, festas ou intercâmbios nacionais e internacionais, as associações facilitam a integração social dos jovens (Fong e Shen, 2016). Para além disso, estes contextos, ao fomentar relações monoculturais, interculturais e intergeracionais, permitem dissipar barreiras ao relacionamento intercultural como sentimentos xenófobos, preconceitos e estereótipos (Orton, 2012), facilitando assim a construção de um maior sentimento de pertença à comunidade local e à sociedade.

2.2. *Envolvimento desportivo*

No caso das jovens da associação 3, a participação associativa traduz-se na prática de um desporto federado (o andebol) que inclui a competição no campeonato português de andebol.

Joana – *O andebol para mim é tudo. Já jogo há 10 anos. Ou seja, desde os 8 anos. E já estou há dois anos na seleção de Cabo Verde. No ano passado fomos ao campeonato africano e este ano também. E já viajei muito graças ao andebol. Eles pagam-me as viagens. Fui a Senegal, Costa de Marfim, Guiné.*

Maria – *A associação é importante para mim para praticar desporto, para conviver com a minha equipa, viajar e conhecer jovens de outras equipas e fazer novas amizades.*

A prática desportiva, ao promover interações e a relações interculturais entre jovens de diferentes origens geográficas, sociais, culturais e étnicas, propicia o desenvolvimento do capital social "*bridging*" (Putnam, 2000), facilitando a integração social das jovens (Doherty e Taylor, 2007; Burrmann *et al.*, 2017). Para além disso, visto que visto as comunidades imigrantes quando imigram tem a tendência de se concentrarem no mesmo espaço geográfico (Sowell, 1996; Alba e Foner, 2017), as oportunidades de competir num campeonato de andebol, é uma oportunidade de ouro para as jovens saltarem os muros do seu contexto social e viajarem por Portugal, prevenindo assim que se vivam situações de segregação sócio espacial, ou de isolamento social (Garcia *et al.*, 2000; Cui, 2015).

2.3 Envolvimento cívico - oportunidade de fazer voluntariado

Para além do envolvimento lúdico, há jovens que participam de forma mais ativa na associação, nomeadamente em atividades de voluntariado.

João - Ajudamos a associação em coisas que eles pedem. Gonçalo - Sempre que nos pedem ajuda nós não dizemos que não. Quando há festas nós podemos pôr aqui uma mãozinha.

Sara - Quando é preciso ajudar, a direção pede-nos ajuda. Elas chamam-me porque elas sabem que eu adiro e desdobro-me e faço e mil e uma coisas para poder estar sempre presente. Antes de ir para a universidade, as pessoas daqui da associação já sabiam que eu gostava de artes. E sempre puxaram muito por mim. Diziam-me: "olha agora tu é que vais fazer estes cartazes para nós espalharmos por aí. Agora tu é que vais fazer os cartões de visita". A associação sempre me motivou e deu-me muita autonomia. Tudo o que seja a parte criativa pedem-me a mim para fazer. Eu estava na faculdade e a presidente ligava-me a perguntar se no fim de semana eu vinha a Sines para fazerem uma atividade com os miúdos e eu dizia: "claro que sim". E este meu envolvimento deu-me um à vontade para conviver, para fazer, para resolver problemas e para lidar com pessoas diferentes.

No caso seguinte, as jovens atletas da Associação 3, para além de serem jogadoras de andebol tem a oportunidade de serem treinadoras de andebol de crianças.

Sofia - Enquanto treinadora ajudo os outros a aprender aquilo que eu aprendi. Eu tento passar-lhes valores como o espírito de equipa, a coragem, a confiança.

Mafalda - Ser treinadora ajudou-me a ser mais responsável e a desenvolver a minha autoconfiança. Nós temos responsabilidade de ter tudo pronto para um jogo: temos que preparar a viagem, preparar a equipa, o equipamento.

Os discursos acima mencionados revelam que o envolvimento em atividades de voluntariado, ao fomentar a responsabilização e a liderança dos jovens em atividades da associação, promove o conhecimento e empoderamento pessoal. Este empoderamento é alcançado porque os/as jovens tem oportunidade de exercer iniciativa, liderar e criar de forma colaborativa diferentes atividades (Tsekoura, 2016). Neste processo, podem expressar e desenvolver competências pessoais e interpessoais. No caso da Sara, o voluntariado deu-lhe mais autonomia bem como uma maior facilidade em se relacionar com os outros e resolver problemas. No caso da Mafalda e da Sofia, a oportunidade de

liderarem treinos de andebol, assume uma importância educativa porque para além de ensinarem um desporto e os valores do mesmo, desenvolvem competências como a confiança e responsabilidade pessoal.

3. Correlações e repercussões entre a participação associativa e o envolvimento escolar dos jovens afrodescendentes

Estudos recentes revelam que crianças e jovens com origem migrante carregam o peso de várias desvantagens, desigualdades e penalizações (Fangen, 2010; Gerritsen e Maier, 2012; Hammarén, 2014), enfrentando frequentemente dificuldades em pertencer à sociedade de acolhimento, bem como situações de discriminação, hostilidade e exclusão (Katarzi, 2017; Fassetta, 2015; Lee e Pritzker, 2013). Para além disso, os/as jovens com origem migrante continuam a enfrentar desvantagens na educação. Em média, em todos os países europeus da OCDE os filhos de imigrantes tendem a ter um desempenho escolar pior do que os filhos de não-imigrantes. Por outro lado, é mais provável que filhos de imigrantes estejam no grupo de jovens à margem do mercado de trabalho – isto é, aqueles que têm poucos anos de escolaridade, não estudam, não trabalham nem estão em formação (Global Migration Group, 2014). A negligência da aprendizagem, as desvantagens de classe social, as barreiras linguísticas, as expectativas da família e os processos sociais de segregação e estigmatização são dificuldades acrescidas no seu percurso educativo (Essomba, 2014). Segundo Alba e Foner (2017), nas sociedades ocidentais os filhos de famílias imigrantes com baixo nível socioeconómico, com algumas exceções, como os bengaleses e os paquistaneses da Grã-Bretanha, têm níveis mais altos de abandono escolar e resultados mais baixos no ensino secundário em relação à maioria nativa.

Os estudos científicos demonstram que o atual abandono escolar é frequentemente o culminar de um longo processo de "*disengagement*" escolar (Makarova e Herzog, 2013; Costa *et al.*, 2013). Axelson e Flick (2011) demonstram que o envolvimento escolar está relacionado com o envolvimento – comportamental, emocional e cognitivo – bem como com o interesse, e vinculação que os estudantes têm nos seus cursos, e nas suas instituições de instrução. Por último, Pattie Johnston e outros colegas investigadores (2015) afirmam que o envolvimento escolar está relacionado com a automotivação dos estudantes, que é fruto de um desejo de aprender e alcançar objetivos.

Ora a participação em atividades extracurriculares, como é o caso da participação associativa, está associada ao aumento da realização educacional, reduzidos problemas de comportamento, melhores atitudes em relação a objetivos educativos, e redução da probabilidade de abandonar a escola (Peguero, 2011). Sendo assim, importa perceber qual é a importância que os/as jovens atribuem ao apoio educativo oferecido pelas associações e que tipo de influência este apoio têm no seu envolvimento escolar.

3.1. Forte envolvimento escolar: Preocupação e motivação em ter sucesso escolar e em estudar para além do ensino obrigatório

As jovens da A3 que têm um envolvimento desportivo, manifestam, na maioria, um forte envolvimento escolar. São várias as razões: os treinadores acompanham os seus

resultados escolares e preocupam-se com o seu sucesso escolar. A título de exemplo, ter bons resultados escolares influencia positivamente a possibilidade de as atletas treinarem e jogarem no campeonato. Como iremos constatar, esta estratégia motiva as jovens a terem um maior sucesso escolar.

Maria - Já houve um tempo em que quem tinha mais de 3 negativas tinha a possibilidade de ter a ajuda de uma senhora que nos dava explicações e apoio no estudo. E enquanto não subíssemos as notas não podíamos jogar nos jogos do campeonato. Os nossos treinadores diziam que nós ficávamos demasiado empenhadas no treino. E que em primeiro lugar está a escola. E esta estratégia ajudou-me a melhorar o rendimento na escola.

Sofia - O facto de estar aqui no andebol também me ajudou a estar mais comprometida, responsável e disciplinada com a escola porque eu para poder vir treinar tenho que ter boas notas. Os treinadores perguntam-me.

No que se refere à A1, o apoio escolar, a preocupação com o percurso escolar dos jovens e o encorajamento por parte da liderança da associação pela progressão nos estudos influencia positivamente o seu *envolvimento* escolar:

João - A associação preocupa-se com o nosso percurso escolar. Costumam perguntar como é que vai a escola, e as notas. Perguntam-nos se temos dúvidas. Se quisermos estudar elas ajudam-nos e isso ajuda-nos.

Sara - A presidente da associação fez muita força para eu ir para a universidade. Perguntava-me: "então, já trataste das coisas para ir para a universidade? Já tens casa?" A associação faz isto com todos. Querem saber como é que está a escola...

Os jovens da A1 e da A3 que para além de um envolvimento lúdico têm um envolvimento cívico, participando em ações de voluntariado, revelam um forte envolvimento escolar, manifestando interesse e motivação em investir no percurso escolar e em progredir os estudos para além do ensino obrigatório. O João e o Gonçalo desejam ir para a universidade e a Sara, já licenciada, quer continuar a investir na sua formação académica. A Sofia e a Mafalda, que são voluntariamente treinadoras de andebol de crianças na associação, também demonstram interesse em investir no seu percurso escolar. Por outro lado, o Tiago da A2, que se envolve na associação de uma forma lúdica, participando em vários intercâmbios internacionais, também deseja enveredar pelo ensino superior, sendo que ao mesmo tempo que estuda, trabalha para futuramente conseguir pagar as propinas.

João - E eu quero ir para a universidade. Gonçalo - eu também gostava.

Sara - Eu acabei a licenciatura mas quero continuar a estudar. Adoro estudar. não continuei logo, porque tive necessidade de parar para perceber o que é que é o mundo do trabalho. E também não tinham que ser os meus pais a continuar a pagar-me os estudos. Gostava de fazer mestrado não dentro de design.

Tiago - Eu estou a trabalhar porque eu quero ir para a universidade e preciso de dinheiro para ir para a faculdade e também para tirar a carta. Se tiver dinheiro até ao 12.º para ir para a faculdade vou. Mas se não tiver, trabalho mais um ano.

Sofia - Os meus dois grandes objetivos são levar longe os meus estudos e o andebol. Eu já joguei na seleção de Cabo Verde de andebol de praia e andebol normal. Ainda não sei para que curso vou na universidade.

Mafalda - *Arrependo-me de não ter continuado a estudar. Eu optei por não ir para a faculdade depois do 12.º ano porque achava que estava cansada. Eu sempre gostei de estudar. Eu gostava de tirar um curso superior em desporto ou educação. Ainda sou novinha por isso ainda posso ir.*

3.2. Fraco envolvimento escolar: falta de identificação com o sistema de ensino, desinteresse em estudar e enveredar pelo ensino superior

A associação 2 oferece apoio escolar, e ajuda os jovens a construir currículos e a procurar percursos de formação e de emprego. No entanto, como refere o técnico Mário, os jovens não participam no apoio escolar e, como iremos constatar, esta falta de participação reflete-se negativamente no envolvimento escolar de alguns jovens.

Mário - *Nós acompanhamos os jovens através do apoio escolar, fora deste bairro. Mas estes jovens não vão para lá. Não se interessam. Dizem que lá em cima é muito longe. E quando têm algum trabalho para fazer vêm ter comigo.*

Em geral os/as jovens deste estudo denotam uma falta de identificação com o ensino regular, mais precisamente um desinteresse pelas aulas, que "não cativam" ou são "muito teóricas". Para além disso, alguns jovens, nomeadamente os da A2, denotam dificuldades escolares nas disciplinas de português e matemática. Ora a perda de interesse e motivação pelo ensino regular e pela própria aprendizagem leva a que alguns jovens faltem à escola, o que em alguns casos culmina em reprovações. De forma a contornar este desinteresse pelo ensino regular, a maioria dos/as jovens opta por enveredar pelo ensino profissional, que é elogiado por privilegiar a componente prática em detrimento da componente teórica.

Lara - *Eu não tenho nada contra a escola. Até é agradável estar com os amigos e conhecer novas pessoas. O problema são as aulas que são bué chatas. Os professores hoje em dia, não sabem cativar os alunos. Eles chegam às aulas e põe-se a escrever ou metem-se a falar. E eu também tenho muitas disciplinas e é bué cansativo. É muita matéria. Eu estou em economia e acho muito difícil porque não sou boa a matemática. Mas para o ano vou para um curso profissional de cozinha. Uma das vantagens destes cursos é que não é só teoria. Pelo contrário, temos oportunidade de praticar. E dá-nos mais vontade de estudar.*

Pedro - *Ainda estou no 8.º ano. Reprovei este ano por faltas a português e matemática. Tenho mais dificuldades nestas disciplinas.* Entrevistadora - *Na escola onde estás, a tua turma, não se entreejudam?* Pedro - *Não. Na turma ao invés de ajudarem, ficam a gozar os outros.* Entrevistadora - *Mas porque é que faltas às aulas?* Pedro - *Porque não tenho motivação nem vontade. Por isso ficava em casa a dormir ou com os amigos. E às vezes também tinha treinos de futebol no horário da escola. No 9.º ano vou para um curso profissional relacionado com desporto porque é mais fácil para mim.*

Joana - *Eu não gostava do ensino regular. Não me identificava. Não gosto de matemática. No ano passado chumbei por faltas por isso optei pelo curso profissional. Eu faltava porque não me cativava a escola. Não tinha motivação. Este ano é o terceiro ano em que estou no 9.º ano.*

Nos seguintes discursos, o Duarte e o Pedro manifestam vários argumentos para justificar o seu desinteresse por enveredar pelo ensino superior. Por exemplo, o argumento “estudar não dá dinheiro” revela que prosseguir os estudos é uma opção pouco apelativa, que não compensa o esforço ou o investimento visto que ter sucesso académico ou uma licenciatura não é considerada uma garantia de emprego. Como tal, ir trabalhar ou enveredar por um curso profissional surge como o caminho mais fácil para entrar na terra dos seus sonhos: o mundo do trabalho. Somando a estas razões, a falta de apoio dos colegas na escola ou as dificuldades de aprendizagem, contribuem para uma descrença nas próprias capacidades individuais para conseguir ter um percurso educativo de sucesso. Por último, o facto de na comunidade em que os jovens se inserem serem escassos os exemplos de pessoas que enveredaram pelo ensino superior, contribui para que o seu interesse em investir num percurso escolar e académico se esfrie. Assim, o 12.º ano surge como destino final.

Entrevistadora – *Vocês querem ir para a universidade?* Duarte – *Eu não... A universidade é cara, é preciso pagar. Trabalhar dá dinheiro... E estudar, não dá dinheiro. E às vezes não vais ter dinheiro, e vais ficar à toa... E eu conheço pessoas que já acabaram a universidade e depois trabalham na Worten.* Pedro – *Eu acho que a universidade não é para mim. Acho que não tenho cabeça para aprender aquela matéria. Só vou estudar até ao 12.º ano.* Entrevistadora – *E vocês tem amigos que estão na faculdade?* Pedro – *Não...* Duarte – *Eu conheço um rapaz...*

Lara – *Eu não quero ir para a universidade. Agora estou no 10.º ano e já está a ser muito difícil, eu duvido muito que eu consiga continuar a estudar e ir para a universidade. Se o secundário é difícil imagina na universidade, onde são muito mais exigentes. Não vou conseguir. Ainda por cima eu já reprovei. Por isso no mínimo o 12 ano tenho que fazer.*

Por outro lado, quando os/as jovens investem num percurso desportivo com vista a uma futura carreira profissional desportiva, o percurso escolar acaba por passar para segundo plano, como é o caso da Joana que participa na equipa de andebol da associação 3 e na seleção nacional de Cabo Verde.

Joana – *Eu interesse-me mais pelo andebol do que pela escola. A minha ambição é o andebol. Quero ser jogadora de andebol profissional.*

4. A influência da família no envolvimento escolar dos jovens - a ausência de uma “cultura educativa” familiar

Nos países da Europa Ocidental, a maioria dos filhos de pais imigrantes com baixo estatuto socioeconómico são desfavorecidos no campo da educação. Isto porque as suas famílias têm baixos níveis de qualificação académica e são frequentemente incapazes de oferecer aos seus filhos a devida orientação e apoio escolar (Alba e Foner, 2017). De facto, os níveis de educação e a condição socioeconómica dos pais parecem ter uma forte influência no desempenho educacional dos seus filhos (Global Migration Group, 2014). Aliás, a origem social parece ser uma explicação importante para as diferenças dos resultados escolares entre nativos e alguns grupos étnicos minoritários (Lindemann e Saar, 2012). Para além

disso, algumas características da família, incluindo a interação verbal e afetiva entre pais e filhos, a extensão da disciplina e controlo, as expectativas e crenças dos pais em relação ao sucesso dos seus filhos contribuem para o seu sucesso educacional (Feinstein *et al.*, 2008). Tendo em consideração estes dados, importa perceber a influência da família no envolvimento escolar dos jovens.

Na perceção da liderança das três associações, a maioria dos jovens em estudo não têm uma "cultura educativa familiar", isto é, pertencem a famílias com um estatuto socioeconómico baixo e com poucas qualificações académicas. Somando a estes fatores, a falta de acompanhamento familiar do percurso escolar dos seus filhos, as baixas expectativas dos pais em relação ao sucesso escolar dos filhos, e a desvalorização familiar do próprio estudo e das qualificações académicas, influencia negativamente o interesse, o compromisso e o investimento que estes jovens depositam na escola.

Isabel – A maioria destes jovens não tem acompanhamento dentro de casa. Não porque os pais não queiram, mas porque não têm conhecimento para os ajudar porque têm pouca escolaridade. Para além disso, muitos dos jovens são subestimados pelos pais, e dizem aos seus filhos: tu tens é que ir trabalhar, não precisas de estudar porque o estudo não te vai levar a nada.

Diana – Os jovens são influenciados pelos pais, que vieram para cá para trabalhar e então, até podem querer que os filhos estudem, mas estudar para além do 12.º ano ninguém tem grandes expectativas que possa acontecer. Nem os pais nem os filhos. E estudar nem sequer é bem visto.

Conceição – O não encontrar referencias no seio do agregado familiar ou na comunidade, contribui para que sejam poucos os que chegam ao ensino superior.

a) A família não resiliente face ao insucesso escolar e a família que encoraja os jovens a investir nos estudos

O testemunho dos seguintes jovens, demonstra que as suas famílias não são resilientes face ao seu insucesso escolar, aconselhando-os a procurar emprego caso não tenham sucesso na escola.

Joana – O meu avô disse-me: se a escola já não está a dar, vai trabalhar. Mas eu disse-lhe que não, que tenho que continuar na escola porque ainda sou nova para trabalhar.

Duarte – A minha mãe disse-me se eu não estiver bem na escola para ir trabalhar.

Entrevistadora – E os teus pais não te dizem nada por faltares às aulas? Duarte – Não.

Por outro lado, como podemos ver nos seguintes discursos, os jovens que manifestam interesse em investir nos seus percursos escolares e em prosseguir os estudos são aqueles cujas famílias acompanham o seu percurso escolar, e estabelecem algumas exigências como forma de disciplina para promover o sucesso escolar dos seus filhos. Por exemplo, a Sofia e a Mafalda para poderem ir treinar andebol na associação têm que estudar e ter bons resultados escolares.

Sara – *Foi o meu irmão mais velho que me picou para eu ir para a universidade. A minha mãe tem mais escolaridade que a média das pessoas aqui do bairro, e também me motivou a ir para a faculdade e a pagar as propinas.*

Tiago – *A minha mãe quer que eu estude. Ela só tem o 9.º ano e arrependeu-me muito de não ter continuado a estudar. Então ela está a sempre a dar-me na cabeça para eu estudar.*

Sofia – *Tenho que dar satisfações aos meus pais para poder vir treinar. Tenho que ser mais disciplinada e responsável na escola para poder vir aos treinos*

Mafalda – *A associação sempre foi um motivo para eu estudar. Para poder vir aos treinos tinha que estudar, ter boas notas e fazer algumas coisas em casa. A minha mãe dizia-me: “se queres ir ao andebol tens que fazer isto e aquilo”.*

Conclusão

O discurso dominante sobre a participação assume que os seus benefícios são inquestionáveis para a sociedade e para o indivíduo (Fernandes-Jesus, 2013). A participação cívica pode promover o desenvolvimento da confiança interpessoal e de competências pessoais, cívicas e sociais (Putnam, 2000; Schimdt *et al.*, 2007), assumindo um papel crucial no desenvolvimento de um sentimento de pertença, respeito pelos outros e responsabilidade social (Fahmy, 2006). No entanto, é claro que experiências de participação não são inerentemente boas (Azevedo, 2009), podendo ter efeitos indesejáveis ou negativos quer sobre os indivíduos, quer sobre as comunidades, por exemplo, reforçando estereótipos e preconceitos (Fernandes-Jesus *et al.*, 2012; Menezes, 2010).

Este estudo em particular, revela que a participação associativa é uma experiência benéfica para os/as jovens, quer a nível social quer a nível educativo. As associações de imigrantes atraem os/as jovens enquanto espaços lúdicos de lazer e convívio. E é nestes contextos associativos que o desporto, em particular, e o lazer em geral, assumem uma importância social, pois a construção de laços e relacionamentos significativos tem o potencial de desenvolver capital social, dando acesso a uma rede de recursos e apoio que, de outro modo, estes jovens não teriam (Glover, 2018). O envolvimento num desporto federado, em particular, não se reduz meramente à prática de um desporto. O andebol oferece a oportunidade de conviver, viajar, conhecer jovens de outras localidades bem como participar na seleção de Cabo Verde. Por conseguinte, os contactos interculturais que o desporto e as atividades lúdicas promovem proporcionam oportunidades de aprendizagem relacional e cultural (Stodolska, 2015). Por outro lado, as atividades de voluntariado promovidas por estes contextos associativos assumem um valor educativo significativo pois oferecem aos jovens a possibilidade de serem os criadores e líderes de atividades, tendo em consideração os seus interesses e competências pessoais. Na perceção dos/das jovens este envolvimento voluntário desenvolve as suas competências de liderança, autonomia, confiança e responsabilização.

No que diz respeito à preocupação educativa das associações, os jovens revelam que a associação é importante por diferentes razões: por encorajá-los a obter bons resultados escolares e a progredir na formação académica, pelo apoio escolar que disponibilizam, pelo apoio na procura e escolha de opções de formação e emprego, e na construção

de currículos. De facto, os resultados demonstram que as estratégias educativas desenvolvidas pelas associações têm uma influência positiva no envolvimento escolar dos jovens. No entanto, a falta de uma cultura educativa familiar e a falta de participação de alguns jovens nas atividades educativas das associações (como o apoio escolar), acaba por enfraquecer o envolvimento escolar de alguns jovens.

No geral, os/as jovens que se envolvem na associação apenas de forma lúdica, e que para além de não frequentarem o apoio escolar da associação não tem o apoio e incentivo familiar para estudar e investir no seu percurso escolar, manifestam um fraco/baixo envolvimento escolar. A falta de identificação com o ensino regular e as dificuldades escolares a matemática e a português tem uma importância significativa na diminuição da motivação e do interesse pela aprendizagem escolar e pela possibilidade de enveredar pelo ensino superior, que é aliás visto como um destino inalcançável.

Já os/as jovens que, por um lado, se envolvem na associação através do voluntariado ou de experiências internacionais como intercâmbios juvenis e, por outro lado, usufruem do apoio escolar da associação e do incentivo da família, demonstram um forte envolvimento escolar. Este forte envolvimento manifesta-se na preocupação com o sucesso escolar e no interesse e motivação em prosseguir e investir no próprio percurso académico. Por exemplo, o Tiago para poder enveredar pelo ensino superior trabalha enquanto termina o ensino obrigatório para conseguir pagar futuramente as propinas.

Por último, as jovens atletas que tem um envolvimento desportivo, manifestam um forte envolvimento escolar, com exceção da Joana. São vários os fatores que contribuem para tal: o próprio desporto e o acompanhamento do percurso escolar por parte dos treinadores contribuem para a disciplina e maior compromisso com o sucesso escolar e, por outro lado, as jovens têm um apoio e incentivo familiar para continuar a estudar. Uma das exceções deste perfil é a Joana, que manifesta um fraco envolvimento escolar, porque para além de não se identificar com o ensino regular e ter dificuldades de aprendizagem a Português e Matemática, provém de uma família que não é resiliente face ao seu insucesso escolar, encorajando-a a optar pelo inserção no mercado do trabalho em detrimento de um percurso escolar.

Em suma, este estudo permite-nos, em primeiro lugar, corroborar outros estudos relativos à importância das atividades extracurriculares (Peguero, 2011) e das relações sociais positivas e de apoio (Garcia-Reid *et al.*, 2013) para criar incentivos convincentes para frequentar a escola, envolver-se no processo de aprendizagem, e trabalhar para alcançar o sucesso académico. Para além disso concluímos que apesar do papel central que as associações de imigrantes exercem no envolvimento escolar juvenil, a família ainda exerce uma forte influência no compromisso, interesse e expectativas que os jovens têm em relação à própria aprendizagem e à formação académica. Neste sentido, consideramos fundamental que as associações que têm uma preocupação educativa com esta população juvenil desenvolvam estratégias que estejam além do mero apoio escolar e da oferta de opções de formação e emprego. Por exemplo, um trabalho de desconstrução das descrenças em relação à utilidade da educação, bem como um trabalho de construção de expectativas escolares e académicas e de competências de resiliência para ajudar os jovens a lidar com o insucesso.

Referências Bibliográficas

- ACM (2015), *Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020*. Disponível aqui.
- Alba, R. and Nee, F. (2017), *Strangers no more. Immigration and the challenges of integration in North America and Western Europe*, New Jersey: Princeton University Press.
- Albuquerque, R.; Ferreira, L.; Viegas, T. (2000), *O fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Albuquerque, R. (2002), "Dinâmicas Associativas e Comunidades Imigrantes". In S. Racismo (Ed.). *A Imigração em Portugal. Os movimentos Humanos e Culturais em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo, 366-381.
- Albuquerque, R. (2013), *Associativismo, capital social e mobilidade: contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal*, Tese 41 da Coleção Teses do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI. Disponível aqui.
- Andolina, M. W., Jenkins, K., Zukin, C., & Keeter, S. (2003), "Habits from home, lessons from school: Influences on youth civic engagement", *Political Science and Politics*, Vol. 36:2, pp. 275-280.
- Axelson, R. D. e Flick, A. (2011), "Defining Student Engagement", *Change: The Magazine of Higher Learning*, Vol. 43:1, pp. 38-43.
- Azevedo, M. C. R. N. (2009), *Experiências de participação dos jovens: um estudo longitudinal sobre a influência da qualidade da participação no desenvolvimento psicológico*, Porto: Universidade do Porto.
- Babis, D. (2016), "Understanding Diversity in the Phenomenon of Immigrant Organizations: A Comprehensive Framework". *Journal of International Migration and Integration*, Vol. 17:2, pp. 355-369.
- Baumeister, R. F. e M. R. Leary (1995), "The need to belong: desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation", *Psychological Bulletin*, Vol. 117:3, pp. 497-529.
- Becerra, V. Q. (2014), "Performing Belonging in Public Space: Mexican Migrants in New York City", *Politics & Society*, Vol. 42:3, pp. 331-357.
- Born, M.; Marzana, D.; Alfieri, S. e Gavray, C. (2015), "If It Helps, I'll Carry On": Factors Supporting the Participation of Native and Immigrant Youth in Belgium and Germany", *The Journal of Psychology*, Vol. 149:7, pp. 711-736
- Burmann, U.; Brandmann, K.; Mutz, M. e Zender, U. (2017), "Ethnic identities, sense of belonging and the significance of sport: stories from immigrant youths in Germany", *European Journal for Sport and Society*, Vol. 14:3, pp. 186-204.
- Cammaerts, B.; Bruter, M.; Banaji, S.; Harrison, S. e Anstead, N. (2013), "The Myth of Youth Apathy: Young Europeans' Critical Attitudes Toward Democratic Life 1", *American Behavioral Scientist*, Vol XX(X), pp. 1- 20.
- Chou, M.; Gagnon, J.; Hartung, C. e Pruitt, L. (2017) *Young People, Citizenship and Political Participation. Combating Civic Deficit?*, London: Rowman & Littlefield.
- Clough, P. e Nutbrown, C. (2012), *A student's guide to methodology justifying enquiry* 3rd ed., Los Angeles, Sage.
- Costa, P. M. (2015), "O interculturalismo político e a integração dos imigrantes: o caso português", *Política & Sociedade*, Vol. 14: 30.

- Costa, I.; Loureiro, A.; Silva, S. M. e Araújo, H. C. (2013), "Perspectives of portuguese municipal education officers on school disengagement". *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 40, pp. 165-185.
- Cui, D. (2015), "Capital, distinction, and racialized habitus: immigrant youth in the educational field", *Journal of Youth Studies*, Vol.18:9, pp. 1154-1169.
- D'Ambrosi, L. e Massoli, L. (2012), "Bridging and bonding connections beyond the web: youth movements and civic engagement", *International Review of Sociology: Revue Internationale de Sociologie*, Vol. 22:3, pp. 530-551.
- Doherty, A., e Taylor, T. (2007), "Sport and physical recreation in the settlement of immigrant youth", *Leisure/Loisir*, Vol. 31, pp. 27-55.
- Eggert, N. e Giugni, M. (2010), "Does associational involvement spur political integration? Political interest and participation of three immigrant groups in Zurich". *Swiss Political Science Review*, Vol. 16:2, pp. 175-210.
- Essomba, M. À. (2014), "Sirius Network Policy Brief Series". Issue n. 1, 1-8.
- Fahmy, E. (2006), *Young citizens: young people's involvement in politics and decision making*, Hampshire: Ashgate.
- Fangen, K. (2010), "Social exclusion and inclusion of young immigrants. Presentation of an analytical Framework". *Young*, Vol 18:2, pp. 133-156.
- Fassetta, G. (2015), "Communicating attitudes: Ghanaian children's expectations and experiences of Italian educational institutions". *Childhood*, Vol. 22:1, pp. 23-38.
- Feinstein, L., K. Duckworth; R. Sabates (2008), *Education and the Family: Passing Success across the Generations*, Abingdon: Routledge.
- Fernandes-Jesus, M., Malafaia, C., Ribeiro, N., Ferreira, P. D., Coimbra, J. L., e Menezes, I. (2012), "Diversidade na Participação Cívica e Política". In I. Menezes, N. Ribeiro, M. Fernandes-Jesus, C. Malafaia & P. D. Ferreira (Eds.), *Agência e Participação Cívica e Política: Jovens e Imigrantes na Construção da Democracia*, Porto: Livpsic/Legis Editora, pp. 95-143.
- Fernandes-Jesus, I. M. (2013), *Diversity in civic and political participation: participation experiences among young people, immigrants and women*. University of Porto.
- Fong, E.; Shen, J. (2016), "Participation in Voluntary Associations and Social Contact of Immigrants in Canada", *American Behavioral Scientist*, Vol. 60:5-6, pp. 617-636.
- Garcia, J. L.; Jerónimo, H. M.; Norberto, R. e Amaro, M. I. (2000), *Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*, Oeiras: Celta.
- Garcia-Reid, P.; Peterson, C. H.; Reid, R. J. (2013). "Parent and Teacher Support Among Latino Immigrant Youth: Effects on School Engagement and School Trouble Avoidance", *Education and Urban Society* Vol. XX(X), pp. 1-16.
- Gerritsen, D.; Maier, R. (2012), "Young migrants and discourses on young migrants in the Netherlands", *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, Vol. 33:7, pp. 665-678.
- Global Migration Group (2014), *Migration and Youth: challenges and opportunities*. United Nations Children's Fund.
- Glover, T. D. (2018), "All the Lonely People: Social Isolation and the Promise and Pitfalls of Leisure", *Leisure Sciences*, Vol. 40:1-2, pp. 25-35.
- Grzymala-Kazłowska, A., e J. Phillimore (2017), "Introduction: Rethinking Integration. New Perspectives on Adaptation and Settlement in the Era of Super-Diversity." *Journal of Migration and Ethnic Studies*, Vol. 44:2, pp. 179-196.
- Guo, S. (2014), "Immigrants as active citizens: exploring the volunteering experience of

- Chinese immigrants in Vancouver", *Globalisation, Societies and Education*, Vol. 12:1, pp. 51-70.
- Hammarén, N. (2014), "Identities at Stake: Young Adult Migrants and Strategies for Resisting Future Unemployment", *Young*, Vol. 22: 3, pp. 203-225.
- Hirst, P. (1996), *Associative Democracy. New forms of economic and social governance*. Polity Press: Oxford.
- Horta, A. P. (org.) (2010), *O associativismo imigrante*, Revista Migrações do Observatório da Imigração, 6, Lisboa: ACIDI. Disponível aqui.
- Kelly, D. C. (2009), "In Preparation for Adulthood Exploring Civic Participation and Social Trust Among Young Minorities", *Youth & Society*, Vol. 40, 526-540.
- INE (2012), *A população estrangeira em Portugal - 2011*. Disponível aqui.
- Jardim, C.; Silva, S. M. (2016), "Experiências de jovens no Serviço Voluntário Europeu", *Educação Sociedade e Culturas*. Vol. 49, pp. 73-92.
- Jardim, C.; Silva, S. M. (2018), "Young People Engaging in Volunteering: Questioning a Generational Trend in an Individualized Society", *Societies*, pp. 1-11.
- Ishizawa, H. (2015), "Civic Participation through Volunteerism among Youth across Immigrant Generations", *Sociological Perspectives*, Vol. 58:2, pp. 264-285.
- Johnston, P.; Beaudoin, C.; Jones, L.; Waggett, R. (2015), "Student Engagement or Simply Participation: How Does a Beginning Teacher Know?", *Kappa Delta Pi Record*, Vol. 51:2, pp. 90-92.
- Katartzis, E. (2017), "Young migrants' narratives of collective identifications and belonging", *Childhood*. Pp. 1-13.
- Lee, S. e Pritzker, S. (2013), "Immigrant youth and voluntary service: Who serves?" *Journal of Immigrant and Refugee Studies*, Vol. 11:1, pp. 91-111.
- Lindemann, K. e Saar, E. (2012), "Ethnic inequalities in education: second-generation Russians in Estonia", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 35:11, pp. 1974-1998.
- Malheiros, J. M. e Esteves, A. (2013), *Diagnóstico da população imigrante em Portugal. Desafios e potencialidades*, Coleção Portugal Imigrante do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI. Disponível aqui.
- Makarova, E. e Herzog, W. (2013), "Hidden school dropout among immigrant students: a cross-sectional study", *Intercultural Education*, Vol. 24:6, pp. 559-572.
- May, V. (2013), *Connecting Self to Society. Belonging in a changing world*. New York: Palgrave Macmillan.
- Menezes, I. (2010), "Da (inter)acção como alma da política: para uma crítica da retórica «participatória» nos discursos sobre os jovens". In Pais, Machado & Ferreira, Vitor Sérgio (ed), *Jovens e Rumos*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 333 - 351.
- Mirra, N.; Garcia, N. (2017), "Civic Participation Reimagined: Youth Interrogation and Innovation in the Multimodal Public Sphere", *Review of Research in Education*, Vol. 41, pp. 136-158.
- Pereira, F. C. (2007), *Associativismo migrante e participação cívica: dinâmicas organizativas das associações de imigrantes angolanos, guineenses e europeus de leste na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).
- OECD/European Union (2015), *Indicators of Immigrant Integration 2015: Settling In*, OECD Publishing, Paris.
- Oliveira, C. R. (coord.) Gomes, N. (2014), *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal*. Relatório Estatístico Decenal do Observatório das Migrações, Coleção *Imigração em números*. Lisboa: ACM. Disponível aqui.

- Orton, A. (2012), *Buiding migrants' belonging through positive interactions. A Guide for Policy-Makers and Practitioners*. Council of Europe.
- Peguero, A. A. (2011), "Immigrant Youth Involvement in School-Based Extracurricular Activities", *The Journal of Educational Research*, Vol. 104:1, pp. 19-27.
- Putnam, R. (2000), *Bowling alone*. New York: Simon & Schuster.
- Putnam, R., Leonardi, R. e Nanetti, R.Y. (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Ribeiro, N; Malafaia, C; Neves,T; Ferreira, P. e Menezes, I. (2015), "Constraints and opportunities for civic and political participation: perceptions of young people from immigrant and non-immigrant background in Portugal", *Journal of Youth Studies*, Vol. 18:6, pp. 685-705.
- Rocha-trindade, M. B. (2015), *Das Migrações às Interculturalidades*, Porto: Edições Afrontamento.
- Sardinha, J. (2009), *Immigrant Associations, Integration and Identity Angolan, Brazilian and Eastern European Communities in Portugal*, IMISCOE Dissertations. Amsterdam University Press, Amsterdam.
- Sardinha, J. (2010). "Estratégias identitárias e esquemas de integração: os posicionamentos das associações angolanas, brasileiras e da Europa de Leste em Portugal", em Horta, A. P. B. (org.), Número Temático Associativismo Imigrante, *Revista Migrações do Observatório da Imigração*, 6, Lisboa: ACIDI, pp. 59-80. Disponível aqui.
- Schrover, D. e Vermeulen, F. (2005), "Immigrant Organisations", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 31:5, pp. 823-832.
- Stepick, A., Stepick, C. e Labissiere, Y. (2008), "South Florida s immigrant youth and civic engagement: major engagement: minor differences", *Applied Development Science*, Vol. 12:2, pp. 57-65.
- Scaglione, A. O. (2010), *A identidade na encruzilhada: jovens descendentes de imigrantes e os seus processos identitários*. ISCTE.IUL.
- Schmidt, J.A; L. Shumow e H. Kackar (2007), "Adolescents' participation in service activities and its impact on academic, behavioral, and civic outcomes", *Journal of Youth and Adolescence*, Vol. 36, pp. 127-140.
- Sowell, T. (1996), *Migrations and cultures. A world view*. Basic Books: New York.
- Stodolska, M. (2015), "Recreation for all: providing leisure and recreation services in multi-ethnic communities", *World Leisure Journal*, Vol. 57:2, pp. 89-103.
- Teixeira, A. e Albuquerque, R. (2005), *Active Civic Participation of Immigrants in Portugal*. Oldenburg: Carl Von Ossietzky Universitat.
- Tsekoura, M. (2016), "Spaces for Youth Participation and Youth Empowerment: Case Studies from the UK and Greece",. *Young*, Vol. 24:4, pp. 326-341.
- Voight, A. e Torney-Purta, J. (2013), "A Typology of Youth Civic Engagement in Urban Middle Schools", *Applied Developmental Science*, Vol. 17:4, pp. 198-212.
- Wessendorf, S. (2016), "Settling in a Super-Diverse Context: Recent Migrants' Experiences of Conviviality", *Journal of Intercultural Studies*, Vol. 37:5, pp. 449-463.
- Zukin, C., Keeter, S., Andolina, M., Jenkins, K., e Delli-Carpini, M. X. (2006). *A new engagement? Political participation, civic life, and the changing American citizen*, Oxford, UK: Oxford University Press.

■ **Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva:
uma intervenção de enfermagem comunitária
com jovens descendentes de imigrantes dos PALOP**
*Sexual and Reproductive Health Promotion:
a community nursing intervention with young people des-
cending from immigrants of official Portuguese-
-speaking countries (PALOP)*

Helena Borges Manuel*

Resumo Neste artigo apresenta-se um projeto de intervenção em enfermagem comunitária que teve como finalidade a promoção da saúde sexual e reprodutiva de jovens descendentes de imigrantes dos PALOP que frequentam o Clube de Jovens da Outurela. Foi desenvolvido de acordo com a metodologia do Planeamento em Saúde, tendo sido realizadas 16 entrevistas semiestruturadas com vista ao diagnóstico da situação. Os resultados da análise de conteúdo revelam que estes jovens recorrem pouco aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, existindo lacunas a nível dos seus conhecimentos sobre o assunto. Foi implementada uma estratégia de educação para a saúde, que incluiu a realização de cinco atividades com os jovens, o que permitiu o aumento dos seus conhecimentos, promotores de uma sexualidade saudável.

Palavras-chave Enfermagem comunitária, intervenção comunitária, metodologia do Planeamento em Saúde, promoção da saúde sexual e reprodutiva, jovens descendentes de imigrantes dos PALOP.

Abstract This article presents a project of community intervention aiming at the promotion of sexual and reproductive health of young people descending from immigrants of official Portuguese-speaking countries (PALOP), who belong to the "Clube de Jovens da Outurela" (Youth Club of Outurela). It was developed in the field of community nursing, in accordance with the Health Planning methodology, and 16 semi-structured interviews were carried out to diagnose the situation. The results of the content analysis revealed that young people do not often seek sexual reproductive health services and that their level of knowledge in this respect has gaps. An educational strategy for health was implemented and five activities were carried out with the young people, thus making it possible for them to increase their knowledge, which will promote healthy sexuality.

Keywords Community nursing, community intervention, Health Planning methodology, sexual and reproductive health promotion, young people descending from immigrants of official Portuguese-speaking countries (PALOP).

* Enfermeira no ACES de Cascais / ARSLVT e Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) da Universidade Aberta. Email: lenaborges@netcabo.pt

Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva: uma intervenção de enfermagem comunitária com jovens descendentes de imigrantes dos PALOP

Helena Isabel Borges Manuel

Introdução

A prática de Enfermagem em Saúde Comunitária tem como finalidade a promoção, preservação e manutenção da saúde de populações, através da prestação de cuidados a indivíduos, famílias e grupos, tendo em conta o efeito do seu estado de saúde na saúde da comunidade como um todo (Stanhope e Lancaster, 2011).

Neste artigo é apresentado um projeto de intervenção comunitária realizado no decurso do estágio que integra o Curso de Mestrado em Enfermagem Comunitária da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (ESEL).

O projeto foi desenvolvido segundo a metodologia do Planeamento em Saúde (Imperatori e Giraldes, 1993; Tavares, 1992). Foi implementado entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, e teve como objetivo geral contribuir para a capacitação de jovens descendentes de imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), da faixa etária dos 15-30 anos, que frequentam o Clube de Jovens da Ourela, através da aquisição de conhecimentos com vista à promoção da saúde sexual e reprodutiva.

O presente artigo inicia-se com a abordagem de alguns aspetos relativos à saúde sexual e reprodutiva e a sua relação com a imigração, seguindo-se uma breve caracterização da população imigrante residente em Portugal e no concelho de Oeiras. Termina-se com a descrição da metodologia utilizada e o desenvolvimento das várias etapas do processo de planeamento em saúde.

Saúde sexual e reprodutiva: algumas perspetivas

A saúde e o bem-estar sexual e reprodutivos são essenciais para que as pessoas tenham vidas sexuais responsáveis, seguras e satisfatórias, requerendo uma abordagem positiva da sexualidade humana e a compreensão dos complexos fatores que moldam o comportamento sexual (World Health Organization [WHO], 2016a).

Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento que teve lugar no Cairo, em 1994, a saúde reprodutiva foi definida como

‘um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não a mera ausência de doença ou enfermidade, em tudo o que respeita ao sistema reprodutivo e às suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, por consequência, que as pessoas sejam capazes de ter uma vida sexual satisfatória e segura e que tenham capacidade para procriar e decidir livremente sobre se, quando e como o querem fazer. Implícito está o direito dos homens e mulheres a serem informados e a

terem acesso a métodos de planeamento familiar seguros, eficazes e aceitáveis à sua escolha, assim como a outros métodos de regulação da fecundidade que não sejam contra a lei, e o direito de acesso a serviços apropriados de cuidados de saúde que permitam às mulheres ter uma gravidez e um parto em segurança, proporcionando aos casais a melhor probabilidade de terem um filho saudável (WHO, 2006: 4, tradução nossa):

Em linha com esta definição, os cuidados de saúde reprodutiva constituem um conjunto de métodos, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivos, através da prevenção e resolução de problemas, dando respostas adequadas às necessidades que vão surgindo, nesta área, ao longo do ciclo de vida. Também incluem a "saúde sexual, cujo propósito é a melhoria da vida e das relações pessoais, e não o mero aconselhamento e cuidados relacionados com a reprodução e as doenças sexualmente transmissíveis" (WHO, 2006: 4, tradução nossa).

Segundo a Direcção-Geral da Saúde [DGS] (2008), os objetivos dos cuidados de saúde reprodutiva são os seguintes: promover a vivência da sexualidade de forma saudável e segura; regular a fecundidade segundo o desejo do casal; preparar para uma maternidade e paternidade responsáveis; reduzir a mortalidade e a morbilidade materna, perinatal e infantil; reduzir a incidência das infeções sexualmente transmissíveis (IST) e as suas consequências, e melhorar a saúde e o bem-estar da família.

A contraceção é essencial para promover a saúde sexual e reprodutiva, o desenvolvimento social e uma garantia para a autonomia dos cidadãos. De acordo com a DGS (2015), o acesso universal a consultas de planeamento familiar e a métodos contraceptivos constitui uma forma privilegiada de diminuir as gravidezes indesejadas. Neste enquadramento, a lista de contraceptivos para disponibilização gratuita no Serviço Nacional de Saúde tem sido progressivamente alargada, no sentido de assegurar a sua diversidade, permitir uma escolha adaptada a um maior número de utentes, garantir a liberdade de escolha e uma maior adesão à terapêutica. Esta lista inclui a contraceção hormonal oral (pílula), a contraceção hormonal injetável, o implante, os preservativos (masculino e feminino), o Dispositivo Intrauterino (DIU), o Sistema Intrauterino (SIU), os métodos definitivos (laqueação de trompas e vasectomia), os métodos de abstinência periódica/autocontrolo da fertilidade (também designados de "métodos naturais") e a contraceção de emergência. Outros métodos, como o adesivo e o anel vaginal, podem ser adquiridos em farmácias.

Um estudo sobre as práticas contraceptivas das mulheres em Portugal (Sociedade Portuguesa da Contraceção e Sociedade Portuguesa de Ginecologia, 2015) mostra que 94% das mulheres com vida sexual ativa usam contraceção; no entanto, são revelados alguns dados preocupantes, destacando-se os seguintes: 6% das adolescentes não usam contraceção; o número de mulheres que usa a pílula de forma irregular (mais de um esquecimento por mês/esquecimento em todos os ciclos) é superior a 40% nas utilizadoras com idade inferior a 29 anos; 40% das mulheres com vida sexual ativa e a usar contraceção não frequentaram no último ano uma consulta de planeamento familiar (90% adolescentes; 50% entre os 20 e 29 anos); embora a educação sexual seja considerada obrigatória no plano curricular das escolas desde 2009, em 2015 apenas

67,4% dos alunos referiram ter acesso a educação sexual/informação sobre contraceção e prevenção de IST.

Estes factos podem explicar muitas das gravidezes indesejadas, parte das quais leva à interrupção voluntária da gravidez (IVG). Segundo a DGS (2017), em 2016 foram realizadas em Portugal 15 959 interrupções de gravidez ao abrigo da Lei n.º 16/2007, 96,6% das quais por opção da mulher nas primeiras 10 semanas. O grupo etário dos 20-24 é aquele em que se verificam mais interrupções de gravidez (22,98% do total). Nas jovens dos 15-19 anos ocorreram 1595 interrupções de gravidez (9,99% do total), e nas menores de 15 anos 39 (0,24% do total), verificando-se uma ligeira diminuição em relação ao ano anterior em ambos os grupos. Quanto à distribuição por nacionalidades não portuguesas, a cabo-verdiana foi a mais numerosa, com 594 interrupções da gravidez por opção da mulher (3,85% do total).

Em todo o mundo, estima-se que surjam anualmente 357 milhões de novos casos de quatro IST curáveis em pessoas dos 15-49 anos: clamídia (131 milhões), gonorreia (78 milhões), sífilis (6 milhões) e tricomoníase (143 milhões). A prevalência de IST virais também é elevada, estimando-se em cerca de 417 milhões o número de casos de herpes genital e aproximadamente 291 milhões de mulheres infetadas pelo papiloma vírus humano (HPV) (WHO, 2016b). Em Portugal, verifica-se o aumento de algumas IST, tendo sido notificados 468 casos da gonorreia em 2015, mais 262 do que em 2014, e 791 casos de sífilis, mais 424 do que no ano anterior (DGS, 2016).

A infeção pelo VIH mantém-se como um importante problema global de saúde pública, com 36,7 milhões de pessoas infetadas em finais de 2016, incluindo 1,8 milhões de novos casos (WHO, 2018). Em Portugal, foram notificados 1030 casos de infeção pelo VIH em 2016, tendo a taxa mais elevada de novos diagnósticos (26,1/105 habitantes) sido registada no grupo etário dos 25-29 anos, predominando a transmissão sexual (96,8%). Portugal foi o país de naturalidade indicado em 68,4% dos 978 novos casos com informação disponível. Dos 309 indivíduos nascidos noutra país, 68,9% eram originários de países da África subsariana e 22,7% de países da América latina. Em 17,7% dos novos casos houve um diagnóstico concomitante de SIDA, com 260 novos casos de SIDA em indivíduos com idade superior a 15 anos (2,5/105 habitantes), tendo a maior taxa ocorrido no grupo etário 40-49 anos (Departamento de Doenças Infeciosas - Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge; Programa Nacional para a Infeção VIH, SIDA e Tuberculose - Direção-Geral da Saúde, 2017).

Um estudo sobre o comportamento dos adolescentes portugueses revela um incremento das relações sexuais associadas ao consumo de álcool e uma diminuição do uso de preservativo, o que aumenta o risco de IST: mais de um em cada cinco não usaram preservativo na sua "primeira vez", e 7,9% não sabem se usaram ou não. Nas últimas relações sexuais que tiveram, 20,3 % não usaram preservativo e 9,3% não sabem. Os principais motivos apresentados foram o facto de não terem pensado nisso, não terem preservativos consigo, estes serem caros e terem bebido álcool em excesso (Matos et al., 2015).

O aconselhamento e as abordagens comportamentais integram a prevenção primária das IST, bem como das gravidezes não desejadas, abrangendo a educação sexual, o aconselhamento pré e pós-teste, a promoção do sexo seguro e o uso do preservativo, a educação e o aconselhamento adaptados às necessidades dos adolescentes e intervenções dirigidas especificamente a populações chave e vulneráveis (WHO, 2016b). Além disso, encontram-se disponíveis vacinas muito eficazes e seguras para duas IST: hepatite B e HPV, que estão incluídas no Programa Nacional de Vacinação português.

Para que, desde cedo, as crianças e os jovens comecem a zelar pela sua saúde sexual, há que fornecer informação necessária e pertinente para as diferentes faixas etárias, que seja culturalmente relevante e cientificamente correta, de modo a desenvolver competências que permitam, no presente e no futuro, que os indivíduos se sintam seguros nas suas decisões. É reconhecida a necessidade e a importância da educação sexual em meio escolar por entidades internacionais e também pelo governo português, através da Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto.

Os resultados de um estudo sobre educação sexual mostram que os amigos e as mães dos jovens portugueses são os principais agentes de comunicação sobre temas relacionados com a sexualidade, embora com estas últimas só uma minoria, sobretudo do sexo feminino, os consiga abordar. O pai surge como interlocutor privilegiado sobretudo para os rapazes. Os professores são também fontes importantes de informação, tendo os profissionais de saúde um peso menor. Quanto aos conhecimentos dos jovens, os temas mais deficitários são as questões práticas referentes aos métodos contraceptivos e a informação sobre IST, à exceção da infeção pelo VIH/SIDA (APF-ICS, 2008).

Outro estudo, realizado em escolas do concelho de Oeiras, revela que a educação para a saúde assume sobretudo uma vertente médico-sanitária, associada a uma aquisição de conhecimentos sobre reprodução e à prevenção de comportamentos de risco, em detrimento das restantes dimensões da sexualidade – psicológicas, espirituais, sociais, económicas, políticas e culturais. Os resultados obtidos apontam para a necessidade de implementar estratégias que promovam um papel mais ativo dos alunos neste processo e que permitam, para além da aprendizagem de conhecimentos alicerçados em evidências científicas, a aquisição de competências de comunicação, de pensamento crítico, de resolução de problemas, de negociação, de respeito mútuo e de cooperação (Dias e Matos, 2013).

Imigrantes e saúde sexual e reprodutiva

Vivemos atualmente na era de maior mobilidade humana registada na história, tendo o número total de migrantes internacionais atingido os 258 milhões em 2017 (United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2017).

Trata-se de um fenómeno complexo, que resulta de uma multiplicidade de fatores que incluem conflitos, desastres naturais ou degradação ambiental, perseguição política, pobreza, discriminação, falta de acesso a serviços básicos e procura de novas oportunidades, nomeadamente em termos de trabalho e/ou educação (International Organization for Migration [IOM], 2013).

A proteção dos direitos humanos dos migrantes, incluindo o direito à saúde, tem sido progressivamente reconhecida e ascendido na agenda internacional. No momento atual, é globalmente aceite que as políticas e estratégias devem ser sensíveis à diversidade cultural e adaptadas aos diversos contextos que surgem com o fenómeno migratório, a fim de serem dadas respostas eficazes às necessidades dos indivíduos e populações (IOM, 2013). Nesse sentido, as necessidades de saúde dos imigrantes estão incluídas nos planos, políticas e estratégias nacionais de vários países, incluindo Portugal.

Existe uma relação complexa entre o processo migratório e o estado de saúde da população imigrante. Os imigrantes são considerados, de uma forma geral, saudáveis; no entanto, ao chegarem aos países de acolhimento enfrentam frequentemente constrangimentos de diversa ordem e tornam-se vulneráveis a uma série de ameaças à sua saúde física e mental. Os fatores de risco incluem a pobreza, o estigma, a discriminação, a exclusão social, a língua e diferenças culturais, a separação da família e das normas socioculturais, as barreiras administrativas e o estatuto legal, sendo este frequentemente o fator de acesso determinante aos serviços sociais e de saúde (WHO, 2010).

Os resultados de estudos efetuados em Portugal também revelam que a população imigrante apresenta uma maior vulnerabilidade a determinados problemas de saúde. As condições socioeconómicas desfavoráveis e a precariedade laboral têm um impacto substancial na saúde, uma vez que podem limitar a capacidade de o imigrante aceder aos serviços e de suportar os custos associados aos cuidados de saúde. Adicionalmente, neste contexto de vulnerabilidade social a saúde não é por alguns considerada prioritária, o que reduz a adoção de práticas preventivas. Outros fatores, nomeadamente individuais e culturais, também desempenham um papel importante, pelo que se deve reconhecer a população imigrante como heterogénea e, por isso, considerar-se cada grupo individualmente. Experiências anteriores relacionadas com os cuidados de saúde nos países de origem podem ajudar a explicar as diferenças entre grupos (Andrade, 2008; Bäckström, 2009; Dias *et al.*, 2018; Fonseca *et al.*, 2005).

Embora a acessibilidade seja um aspeto fundamental da saúde dos imigrantes, diversos estudos nacionais e internacionais revelam a existência de desigualdades, barreiras estruturais, organizativas, socioeconómicas e discriminação no seu acesso aos serviços de saúde (Andrade, 2008; Cashman *et al.*, 2011; Dias *et al.*, 2009, 2018; Fonseca *et al.*, 2005, Gascón, 2011; Oliveira e Gomes, 2018; Rechel *et al.*, 2011; Schoevers *et al.*, 2010; Sebo *et al.*, 2011; Shangase e Egbe, 2015; WHO, 2010).

O direito à proteção da saúde é garantido a todos os cidadãos estrangeiros, mesmo em situação irregular, que chegam a Portugal e que aqui decidem permanecer ou residir. Embora tenham vindo a ser desenvolvidas várias medidas tendentes a melhorar a acessibilidade dos imigrantes aos serviços de saúde, a análise da informação recolhida levou a Entidade Reguladora da Saúde (2015) a concluir que se mantêm barreiras no acesso aos cuidados de saúde por parte destes cidadãos, que se prendem com dificuldades linguísticas, diferenças culturais, problemas socioeconómicos, mas também com constrangimentos a nível informático, na referenciação destes utentes e na prescrição de medicamentos.

O número de mulheres migrantes tem aumentado nos últimos anos, o que introduz preocupações, pois frequentemente as migrações no feminino representam maiores riscos e vulnerabilidades (Smith e Qian, 2010; UNFPA, 2006). Falta de oportunidades, pobreza, limitado acesso aos serviços públicos, discriminação, exposição à violência, falta de compreensão das suas necessidades específicas e desconhecimento dos seus sistemas de crenças e valores são alguns aspetos que, associados às iniquidades de género, aumentam a sua suscetibilidade a problemas de saúde (Dias *et al.*, 2009). Alguns estudos revelam piores indicadores de saúde associados às mulheres imigrantes no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva, quando comparados com os das mulheres dos países de acolhimento (Machado *et al.*, 2007; Reeske e Razum, 2011; UNFPA, 2006).

As crianças e os jovens de origem imigrante que são criados nos países de acolhimento também enfrentam desafios consideráveis, uma vez que são confrontados com diferentes culturas e sistemas de valores – um fora de casa e outro no seu interior, não sendo fácil corresponder às expectativas de ambos e desempenhar os papéis prescritos por cada um deles. Este processo não afeta apenas a primeira geração, continuando de alguma forma a verificar-se nas gerações seguintes. Em muitos países, estas crianças e jovens apresentam, em média, maior risco de pobreza, maior dificuldade de acesso a cuidados de saúde, pior desempenho escolar, taxas de criminalidade mais elevadas e acabam por desempenhar profissões de estatuto social mais baixo do que os autóctones (Fonseca *et al.*, 2005). Há estudos que revelam que os imigrantes de segunda geração apresentam uma situação de saúde mais desfavorável relativamente aos nativos (Giuntella, 2013).

Segundo Frasquilho (1996, citado por Matos *et al.*, 2004), os jovens de origem africana apresentam características associadas a estilos de vida que envolvem risco, tais como provir de famílias com baixo nível socioeconómico e educacional e de famílias monoparentais, sendo sujeitos a pressões específicas como a aculturação, a discriminação, o racismo, o desenraizamento, a intolerância e o preconceito.

Um estudo de Évora (2007) revela que jovens de origem cabo-verdiana a viver em Portugal possuem um conhecimento generalista sobre o risco da SIDA e o funcionamento do VIH, não demonstrando iniciativa de aproximação à informação sobre o assunto, que é obtida através dos amigos, da televisão, na escola ou em serviços de saúde. Embora o preservativo seja conhecido por todos, a sua utilização é rara, ocorrendo somente em situações consideradas de grande perigo. Outro estudo realizado por Andrade (2008), relativo às práticas de saúde de imigrantes provenientes dos PALOP e seus descendentes, revela que 49% nunca utilizam o preservativo, e entre os que têm esta preocupação apenas 19,3% o utilizam sempre. De acordo com os dados resultantes de estudos comparativos efetuados por Matos *et al.* (2008, 2017), os adolescentes migrantes de origem africana residentes em Portugal apresentam, comparados com os adolescentes portugueses, uma iniciação sexual mais precoce e menor utilização do preservativo, factos que aparecem de algum modo associados a um maior abandono da escola e à procura de uma alternativa à escola, através de uma tentativa de constituir família. Também revelam menos hábito de conversas com os seus pais relacionadas com questões sexuais.

Há evidências de que o comportamento sexual é condicionado pelos preceitos/normas sociais do país de origem (Alvarez-Nieto *et al.*, 2015; Saurina *et al.*, 2010; Wray *et al.*, 2014).

A situação de imigração também leva, por seu lado, a modificações nas representações e práticas de saúde sexual e reprodutiva (Loeber, 2008; Manuel, 2007; Maternowska *et al.*, 2014; Minnis *et al.*, 2010).

No desenvolvimento de programas de promoção da saúde sexual e reprodutiva, Rocha *et al.* (2012) consideram ser fundamental compreender os diversos fatores envolvidos nesta temática e a complexidade das situações em que os imigrantes negociam os seus comportamentos sexuais, podendo agir de forma a promover ou impedir a proteção da sua saúde. Apesar do comportamento individual ser determinante no âmbito da vulnerabilidade a situações de risco, as decisões envolvem um complexo contexto ambiental, pelo que, para garantir mudanças comportamentais eficazes e sustentadas, é necessário trabalhar na promoção de competências cognitivas e socioemocionais, mas também na ativação dos recursos de apoio nos contextos em que os imigrantes estão inseridos.

No que respeita aos adolescentes, Matos *et al.* (2004) sugerem uma intervenção de educação para a saúde preferencialmente preventiva, no âmbito da comunidade, nos contextos mais frequentados como a escola, os centros de juventude, os centros de saúde e a família. Referem ainda que, para a elaboração esclarecida de programas de intervenção na comunidade que promovam os comportamentos de saúde e apoiem a implementação e manutenção de estilos de vida saudáveis tendo em conta as diferenças socioculturais, é necessário partir de um estudo prévio que permita conhecer a situação real atual.

As intervenções devem, assim, adequar-se às diferenças e às necessidades específicas de cada grupo, adotando uma abordagem holística da saúde sexual e reprodutiva (DeSantis *et al.*, 1999; Dias *et al.*, 2009, 2010; Manuel, 2007; Maternowska *et al.*, 2014; Sebo *et al.*, 2011; Sawleshwarkar *et al.*, 2013). Esta estratégia poderá favorecer a aceitação das ações implementadas por parte das populações imigrantes e, conseqüentemente, aumentar a sua eficácia.

A população imigrante residente em Portugal e no concelho de Oeiras

De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2017), em 2016 deu-se uma inversão da tendência de decréscimo da população estrangeira residente, que se verificava desde 2010, com um aumento de 2,3% face a 2015, totalizando 397 731 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência. Confirmou-se, igualmente, o aumento na concessão de novos títulos de residência (acrécimo de 24,0%, totalizando 46 921 novos residentes). Os resultados também indicaram a deteção de mais cidadãos estrangeiros em situação irregular. Embora apresentando uma redução face ao ano anterior, mantém-se a estrutura das três nacionalidades mais representadas, sendo a brasileira a principal, com um total de 81 251 cidadãos (20,4%), seguindo-se a cabo-verdiana, com 36 578 (9,2%) e a ucraniana (34 490 (8,7%)). O continente que mais desceu foi o africano (-5,7%), com especial incidência nos PALOP, cuja aquisição da nacionalidade portuguesa constituirá a principal causa para este facto. O sexo feminino mantém-se como maioritário (51,5%) (SEF, 2017).

O concelho de Oeiras pertence à Área Metropolitana de Lisboa e tem 173 339 habitantes, sendo 80 071 do sexo masculino e 93 268 do sexo feminino (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2016). Uma proporção considerável da população é imigrante, sendo 5,4% dos residentes estrangeiros (Tavares, 2015).

Segundo Mendes (2011), identificam-se em Oeiras dois momentos distintos ao nível dos fluxos migratórios: um primeiro fluxo de oriundos dos PALOP, especialmente de Cabo Verde, iniciou-se após 1974 e tem vindo a decrescer gradualmente. Esta população instalou-se inicialmente em bairros de barracas e reside atualmente em bairros municipais espalhados pelo concelho. Ao nível da estrutura etária, situa-se maioritariamente em idade ativa; no entanto, devido à longa permanência em Portugal, coexistem já três gerações, correspondendo a jovens (filhos e netos da primeira geração) e a reformados; e um segundo fluxo, iniciado nos anos 90 do século XX, é constituído por provenientes do Brasil, da Ásia e dos Países da Europa de Leste.

Metodologia

Este projeto foi desenvolvido de acordo com a Metodologia do Planeamento em Saúde (Imperatori e Giraldes, 1993; Tavares, 1992), que compreende as seguintes etapas: diagnóstico da situação, determinação de prioridades, fixação de objetivos, seleção de estratégias, preparação operacional - programação e avaliação.

A intervenção realizada no âmbito deste projeto teve lugar na Outurela/Portela, em Carnaxide, abrangendo os bairros Alto dos Barronhos, Encosta da Portela, Outurela-Portela, Páteo dos Cavaleiros e São Marçal. A seleção destes bairros deveu-se ao facto de nesta zona existir grande concentração de imigrantes e seus descendentes, oriundos dos PALOP, e por se tratar de uma população com necessidades acrescidas em termos de promoção da saúde.

A população alvo foi constituída pelos descendentes de imigrantes provenientes dos PALOP que frequentam o Clube de Jovens da Outurela. Foi selecionada uma amostra intencional de 16 jovens, obedecendo aos seguintes critérios de inclusão: encontrarem-se na faixa etária dos 15-30 anos, serem filhos ou netos de naturais dos PALOP, e estarem disponíveis para participar no estudo. Os critérios de exclusão foram os seguintes: Não residirem nos bairros selecionados e terem filhos.

Tendo em vista a definição do contexto de intervenção, contactaram-se diversas instituições e efetuaram-se quatro entrevistas a informantes chave. Optou-se então por uma parceria com o Clube de Jovens da Outurela para a realização do projeto, contando com o apoio da equipa do Projeto Entrecul E6G, integrado no Programa Escolhas do Alto Comissariado para as Migrações. Seguiu-se a colheita de dados através da realização de entrevistas semiestruturadas aos jovens selecionados para a amostra.

Neste processo, foram prosseguidos alguns procedimentos éticos. Encontrando-se o Clube de Jovens da Outurela na dependência da Câmara Municipal de Oeiras, foram dirigidos pedidos formais à Chefe da Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude, a fim de

serem autorizados o acesso aos dados sobre a população e a utilização das instalações. Para dar cumprimento à proteção dos jovens entrevistados foi solicitado, por escrito, o seu consentimento informado e a autorização para a sua gravação áudio. Foi igualmente solicitada, por escrito, autorização aos encarregados de educação para a participação dos jovens menores de 18 anos nas entrevistas. Estas foram gravadas, transcritas e analisadas através da técnica da análise de conteúdo segundo Bardin (2009) e Vala (1986). Na apresentação dos resultados optou-se pelo uso de pseudónimos, de forma a não identificar os entrevistados.

Resultados das entrevistas

Caracterização sociodemográfica

Os jovens participantes no projeto são todos solteiros, maioritariamente estudantes (n=11) e do sexo masculino (n=11). Têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, situando-se a média nos 19 anos. Os anos de escolaridade frequentados variam entre o 5.º e o 12.º + 3 anos, situando-se os anos de escolaridade concluídos entre o 4.º e o 12.º + 3 anos. Exceto dois deles, todos os restantes são adeptos de uma religião, sendo maioritariamente católicos (n=12), e dois Testemunhas de Jeová. A língua materna da maioria dos jovens é o crioulo (n=8), seguindo-se o português (n=7), e um refere o manjaco, da Guiné-Bissau. O tempo de residência em Portugal varia entre 7 e 24 anos, situando-se a média nos 14 anos. A maioria nasceu em Portugal (n=10), alguns em Cabo-Verde (n=4) e na Guiné-Bissau (n=2). Os seus progenitores são maioritariamente cabo-verdianos, tendo diversas profissões que incluem, no caso dos pais, operários fabris, da construção civil e serralheiros, e no caso das mães empregadas domésticas/limpeza, cozinheiras e lojistas. Alguns encontram-se desempregados ou reformados.

Acessibilidade a serviços de saúde sexual e reprodutiva

A grande maioria dos jovens referiu nunca ter recorrido a serviços de saúde sexual e reprodutiva (n=13). Os restantes foram ao Centro de Saúde (n=3), dos quais dois para pedir esclarecimentos e solicitar métodos contraceptivos, e uma jovem para iniciar a pílula com a finalidade de regular os ciclos menstruais.

"Já [recorri ao serviço de planeamento familiar no Centro de Saúde] (...) para prevenir (...) nas relações sexuais e nessas coisas (...) para não engravidar (...). Fui eu que marquei. [Quem me disse que existia foi] a minha mãe. (...). Foi a enfermeira [quem me atendeu] mas depois passei para a médica. (...). Correu bem. Ela deixou-me muito à vontade. Pude fazer todas as perguntas (...). Sim [Fui bem esclarecida]" (Maria, 17 anos).

"Sim [Recorri ao serviço de planeamento familiar do Centro de Saúde] (...) para tomar a pílula para regular o ciclo menstrual. (...). Eu só comecei a tomar porque tenho um quisto no ovário. (...). Tinha muitas dores" (Naomi, 15 anos).

Noções e práticas de saúde sexual e reprodutiva

Dos 16 jovens, apenas um nunca teve namorado/a. A idade de início das relações sexuais variou entre os 10 e os 19 anos, situando-se a média nos 15 anos. A maioria (n=11) já teve relações sexuais, referindo nunca ter ocorrido gravidez.

"[Tive relações sexuais] muitas vezes, [pela primeira vez aos] 10 anos. (...). Nenhuma [das minhas namoradas engravidou]" (Ivanildo, 24 anos).

"Já [tive relações sexuais] (...) [pela primeira vez] aos 18 anos. (...) Não [nunca engravidei]" (Edna, 24 anos).

Embora a saúde sexual e reprodutiva integre várias dimensões da sexualidade humana, não limitada apenas aos seus aspetos biológicos e fisiológicos, mas englobando também as vertentes emocionais e afetivas, a maioria dos jovens associam-na à prevenção da gravidez e/ou de IST (n=9), alguns entendem-na como sinónimo de relações sexuais (n=5), outros desconhecem o seu significado (n=2).

"É tentar não ter infeções e isso... não apanhar doenças e não engravidar" (Alcindo, 17 anos).

"É ter relações sexuais com a parceira ou parceiro" (Paulo, 19 anos).

"Não sei mesmo. Eu sei muito pouco sobre isso" (Edna, 24 anos).

No que respeita aos métodos contraceptivos, o preservativo é o único conhecido por todos os jovens. Alguns também referem o implante (n=4), a pílula (n=3), a pílula do dia seguinte (n=1), o DIU (n=1) e o adesivo (n=1).

"Por enquanto não [conheço mais nenhum método contraceptivo além do] preservativo e pílula" (Ivanildo, 24 anos).

"[Conheço] o preservativo. Aquela coisa que mete no braço... a vacina... esqueci o nome" (Marcelo, 15 anos).

"O preservativo masculino. (...) O DIU ou como é que isso se chama... tem aquele penso, acho que é penso; tem o que se mete no braço que é do tamanho de uma agulha... não me lembro de mais" (Maria, 17 anos).

Metade destes jovens não tem preferência por qualquer método contraceptivo (n=8); alguns preferem o preservativo (n=7), e apenas um a pílula.

"O preservativo, porque é mais seguro e a pílula não protege das infeções" (Alcindo, 17 anos).

"Eu prefiro a pílula porque assim eu sei quando vem a menstruação. (...) Não [uso sempre o preservativo]. Por isso o preferido é a pílula" (Maria, 17 anos).

A maioria dos jovens (n=12) refere já ter adquirido métodos contraceptivos em diversos locais que incluíram, entre outros, o Centro de Saúde (n=4), a escola (n=4), a farmácia (n=3), o supermercado (n=1), e o Centro Comercial (n=1).

"[Arranjo os preservativos] na farmácia (...) ou compro nos supermercados. (...)

*Sim (...) deram-nos na escola" (Paulo, 19 anos).
"Comprávamos [na farmácia] ou íamos ao Centro de Saúde pedir [preservativos]"
(Edna, 24 anos).*

Embora nem todos os jovens tenham utilizado o preservativo, consideram-no importante para prevenir a gravidez e as IST.

*"Sim [é importante] para não ter uma gravidez indesejada [e] para não ter doenças (...) como a SIDA" (Aida, 15 anos).
"Claro que é importante [usar preservativo] para não engravidar e não apanhar doenças daquelas que se transmitem e podem matar sexualmente" (Ivanildo, 24 anos).*

A IST mais referida é a infeção pelo VIH/SIDA (n=14). Alguns também mencionam a gonorreia (n=2), a hepatite (n=2), e o cancro do colo do útero (n=1). Revelam, em geral, estar pouco informados sobre o assunto.

*"[Conheço só a] SIDA. (...) Transmite-se pela saliva e pelas relações sexuais" (Sandro, 19 anos).
"SIDA, gonorreia... Eu sabia várias, só que já me esqueci dos nomes. (...). [A SIDA] (...) Acho que sim [só se transmite por via sexual]. (...) Acho que vai matando as células. (...) Não [tem cura]. Por enquanto. (...) É [grave]. (...) [A gonorreia] acho que é igual. (...) Essa não sei [se tem cura]" (Arlindo, 20 anos).
"A SIDA, a hepatite... foram aquelas que me ficaram assim na memória. (...) Se o meu namorado tiver SIDA e fizer sexo comigo, eu apanho. (...) Também se transmite] através de beijos, não?! Acho que sim. (...) Não faço ideia [do que provoca no organismo do doente]. (...) Sei que é grave. Já vi filmes e documentários sobre isso. Provoca cansaço, vômitos... Não [tem cura]. (...) Tem que ir ao médico. (...) Não sei [se tem tratamento (...)] Sobre a hepatite sei (...) que é uma das doenças transmissíveis e não sei mais nada" (Edna, 24 anos).*

Quanto aos meios de prevenção de IST, todos os jovens referem a utilização do preservativo, mas alguns consideram que outros métodos contraceptivos, como a pílula, também as previnem (n=2). A vacinação é mencionada por um dos jovens, e outro inclui a realização de análises e exames.

*"[As IST podem ser prevenidas] através dos métodos contraceptivos. (...) Acho que sim [todos], a pílula também" (Paulo, 19 anos).
"Cancro no colo do útero [previne-se] com o preservativo (...) com a pílula e também vacinando. (...) Vacina do colo do útero" (Aida, 15 anos).
"[As IST previnem-se] usando preservativo e confiando na pessoa com quem se está. (...) [Para confiar no meu namorado] deve ir às consultas. (...) Ele diz que sim [fez exames e análises]" (Edna, 24 anos).*

A maioria dos jovens referiu não concordar com a IVG (n=10), sendo alguns a favor de uma forma geral (n=3), e outros apenas em determinadas circunstâncias (n=3).

"Acho que as mulheres não deviam fazer [aborto] porque estão a matar uma vida. Estão a tirar a vida de uma criança inocente, independentemente de ter sido uma violação ou não" (Naomi, 15 anos).

"Isso depende dos casais... há aqueles que não têm condições para ter filhos... Sim [Nesses casos concordo com o aborto]" (Alcindo, 17 anos).

"Eu não sou contra mas também depende dos casos. Acho que quando uma pessoa sabe que o filho vai nascer deficiente e não tem essas condições para tratar do filho acho que deve abortar. Também quando uma pessoa é violada e sente aquele...como é que se diz, raiva, e sabe que não vai conseguir criar aquele filho, acho que também deve abortar" (Edna, 24 anos).

Verifica-se, em geral, um grande desconhecimento quanto ao enquadramento legal da IVG em Portugal.

"Não [sei qual é a lei da IVG em Portugal]. (...) Acho que não permite, digo eu" (Maria, 17 anos).

"Acho que [a lei] não permite. (...) Não podem fazer aborto. É crime. Dá dois ou três anos de cadeia. Quem faz isso, faz escondido e com remédios" (Ivanildo, 24 anos).

"Pelo que eu vejo na TV, se for violação ou abusos sexuais, eles deixam; mas se não for isso não deixam" (Naomi, 15 anos).

Formação/informação sobre saúde sexual e reprodutiva

A maioria dos jovens obteve informações sobre saúde sexual e reprodutiva através de profissionais de saúde, sobretudo no âmbito da Saúde Escolar (n=13). Metade deles faz referência aos professores (n=8), o que está em grande parte relacionado com a inclusão do sistema reprodutor no programa curricular de algumas disciplinas. Alguns discutem estes assuntos com os amigos/colegas (n=8), outros com familiares (n=5). Estes resultados realçam a importância do papel da escola na educação sexual.

"[Obtive estes conhecimentos] na escola [com a enfermeira]. (...) Este ano com a minha Diretora de Turma. (...) [Ela falou] sobre prevenção... sobre o uso de preservativo e também sobre a gravidez" (Zico, 15 anos).

"Eu falo dessas coisas com a minha mãe. (...). [Ela falou-me] (...) do aparelho no braço. (...) [Na escola] com as minhas colegas. (...) Sim [já tive sessões na escola com enfermeiras (...)] e em Ciências" (Maria, 17 anos).

"[Obtive estes conhecimentos] na escola com professores e também com a enfermeira que veio de fora. (...) Com os amigos falo normalmente (...) para mim é mais fácil falar (...) desses assuntos do que com os meus pais" (Paulo, 19 anos).

Alguns jovens consideram o seu nível de formação/informação sobre saúde sexual e reprodutiva razoável (n=6), outros bom ou muito bom (n=5), e um número menos significativo básico ou baixo (n=4).

"[A minha formação/informação sobre saúde sexual e reprodutiva é] mais ou menos. Foi só o que aprendi na escola. Posso não estar dentro de algumas coisas agora" (Zico, 15 anos).

"[Considero-me] bem informado [sobre saúde sexual e reprodutiva]" (Roberto, 21 anos).

Quanto à percepção dos jovens sobre o seu interesse e necessidades de formação/informação sobre saúde sexual e reprodutiva, a maioria (n=11) não especifica e considera ter interesse ou necessidades formativas sobre o assunto em geral, alguns (n=4) sentem maiores necessidades no que respeita às IST, e também é feita referência aos métodos contraceptivos.

"Gostava de saber mais sobre as doenças transmissíveis. Só conheço essas duas [SIDA e hepatite] e eu sei que há mais" (Edna, 24 anos).

"Há coisas que queria saber e não sei. (...) Aquela de se poder ir ao hospital fazer não sei o quê para não engravidar. (...) [Sobre] as doenças também" (Keila, 15 anos).

Identificação dos problemas e diagnósticos de enfermagem

Na análise dos dados, foram identificados os seguintes problemas:

1. Dos onze jovens que já tiveram relações sexuais, oito nunca recorreram a serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR), e sete não obtiveram métodos contraceptivos no centro de saúde.
2. Nove jovens associam a saúde sexual e reprodutiva à prevenção da gravidez e/ou de IST. Para cinco deles a SSR é sinónimo de relações sexuais, e dois desconhecem o seu significado.
3. Todos os jovens referem conhecer o preservativo, quatro o implante, três a pílula, um a pílula do dia seguinte, um o DIU e um o adesivo. Nenhum dos jovens demonstra conhecer o anel vaginal, o método injetável, os espermicidas, os métodos naturais e os definitivos.
4. Dos onze jovens que já tiveram relações sexuais, um nunca usou qualquer método contraceptivo.
5. Dois jovens não identificaram qualquer IST. A infeção pelo VIH/SIDA é a mais conhecida, sendo mencionada por catorze jovens, mas estes revelam poucos conhecimentos sobre a mesma. Um também refere o cancro do colo do útero, dois a gonorreia, dois a hepatite e um a infeção urinária.
6. Todos os jovens referem a utilização do preservativo como meio de prevenção das IST, mas dois deles incluem outros métodos contraceptivos.
7. Sete jovens desconhecem o enquadramento legal da IVG em Portugal, e os restantes mostram ter conhecimentos incompletos ou incorretos sobre o assunto.
8. Existe uma discrepância entre os conhecimentos revelados pelos jovens e a sua autoavaliação quanto aos mesmos. Seis consideram que o seu nível de formação/informação sobre saúde sexual e reprodutiva é "razoável", cinco "muito bom" ou "bom", quatro "básico" ou "suficiente", e um reconhece ser "baixo".
9. Todos os jovens apresentam necessidades formativas. Onze referem interesse e/ou necessidades de formação/informação sobre SSR em geral, três especificamente sobre IST, um sobre IST e métodos contraceptivos, e um sobre consequências das relações sexuais sem preservativo.

O diagnóstico de enfermagem é a classificação atribuída por um enfermeiro à decisão sobre um fenómeno que constitui o foco das intervenções de enfermagem. Este instrumento constitui o ponto de partida para a seleção das intervenções de enfermagem a implementar e definição dos resultados a atingir (International Council of Nurses – ICN, 2011). Dos problemas identificados no grupo de jovens resultaram os seguintes diagnósticos de enfermagem:

1. Comportamento de procura de serviços de saúde sexual e reprodutiva comprometido;
2. Défice de conhecimento sobre o âmbito da saúde sexual e reprodutiva;
3. Défice de conhecimento sobre métodos contraceptivos;
4. Défice de conhecimento sobre IST;
5. Défice de conhecimento sobre IVG.

Determinação de prioridades

A determinação de prioridades corresponde à segunda etapa do processo de planeamento em saúde, que consistiu na hierarquização dos problemas identificados na etapa anterior (Imperatori e Giraldes, 1993; Tavares, 1992). Neste projeto houve recurso à técnica da escala de medida linear, efetuada por um grupo de quatro membros selecionados para este efeito. Uma vez que a totalidade dos problemas identificados e correspondentes diagnósticos de enfermagem se encontram interligados, decidiu-se intervir em todos.

Fixação de objetivos

A terceira etapa do processo consistiu na fixação dos objetivos do projeto.

Objetivo geral: Contribuir para a capacitação dos jovens descendentes de imigrantes dos PALOP, da faixa etária dos 15-30 anos, que frequentam o Clube de Jovens da Outurela, através da aquisição de conhecimentos que visem a promoção da saúde sexual e reprodutiva (SSR).

Objetivos específicos: Capacitar os jovens para:

- Compreenderem o âmbito da SSR;
- Identificarem e caracterizarem os métodos contraceptivos;
- Demonstrarem a utilização correta do preservativo masculino;
- Identificarem, caracterizarem e saberem prevenir as IST;
- Conhecerem o enquadramento legal da IVG em Portugal;
- Conhecerem os procedimentos para a realização da IVG;
- Conhecerem os principais recursos de SSR existentes na sua área de residência;
- Recorrerem aos serviços de SSR existentes na sua área de residência.

Objetivos operacionais: Que três quartos dos jovens presentes nas atividades:

- Sejam capazes de identificar quatro componentes da sexualidade;
- Sejam capazes de identificar dois direitos sexuais e reprodutivos;
- Reconheçam os objetivos e os princípios dos cuidados de SSR /planeamento familiar;
- Sejam capazes de identificar e caracterizar quatro métodos contraceptivos;

- Sejam capazes de demonstrar corretamente a utilização do preservativo masculino;
 - Sejam capazes de identificar e caracterizar três IST;
 - Saibam como prevenir as IST;
 - Sejam capazes de identificar pelo menos dois critérios para realizar a IVG de acordo com a legislação portuguesa;
 - Saibam onde é realizada a consulta prévia à IVG.
- Que todos os jovens presentes nas atividades:
- Sejam capazes de identificar os principais recursos de SSR existentes na sua área de residência;
 - Saibam recorrer aos serviços de SSR existentes na sua área de residência.

Seleção de estratégias

A seleção de estratégias é a quarta etapa do planeamento em saúde, na qual é concebido o processo mais adequado para reduzir os problemas de saúde prioritários, propondo-se formas de atuação que permitam alcançar os objetivos fixados (Imperatori e Giraldes, 1993).

Neste projeto de intervenção comunitária, as estratégias desenvolvidas têm subjacente o Modelo de Promoção da Saúde de Nola Pender, estabelecido sobre a conceção de promoção da saúde, entendida como as atividades voltadas para o desenvolvimento de recursos que mantenham ou intensifiquem o bem-estar da pessoa. De acordo com este modelo, a intervenção visa modificar as cognições e afetar o comportamento através da perceção dos benefícios do comportamento de promoção da saúde, diminuindo as barreiras à ação e aumentando a autoeficácia percebida. Para tal, o prestador de cuidados deve funcionar como elemento influenciador, capacitando para a tomada de decisões congruentes com comportamentos promotores de saúde. Através da implementação deste modelo, pretende-se alcançar um comportamento de promoção de saúde com resultados positivos para a saúde da população alvo: melhoria da saúde, reforço da capacidade funcional e aumento da qualidade de vida. Este depende do compromisso com o plano de ação, ou seja, são as intervenções que possibilitam que a pessoa mantenha o comportamento de saúde esperado (Pender *et al.*, 2006).

A educação para a saúde é essencial uma vez que a promoção, a manutenção e o restabelecimento da saúde sexual e reprodutiva exigem que os jovens recebam informação compreensível sobre o assunto, tendo sido delineada uma estratégia centrada na sua capacitação através de atividades de aprendizagem. Com as atividades desenvolvidas, selecionadas de acordo com os resultados das entrevistas e as características do grupo, procurou-se orientar os jovens relativamente à SSR, dando ênfase aos benefícios de um determinado comportamento, nomeadamente no que diz respeito à prevenção de IST e gravidez não desejada. Para fomentar nestes jovens um compromisso com o plano de ação, estabeleceu-se com eles uma relação de proximidade, quer a nível individual através das entrevistas e de conversas informais, quer do grupo. Tal como é proposto por Nola Pender, foi-se incentivando constantemente um comportamento de promoção da saúde através da compreensão dos benefícios para a ação. Tentou-se, assim, realizar uma intervenção que fosse ao encontro dos desejos, valores e necessidades pessoais

dos jovens, adotando uma abordagem holística que permitiu desenvolver competência cultural, conceito que recebeu o importante contributo da Teoria do Cuidado Cultural de Leininger (2001, 2002).

Tendo presente o Modelo de Competência Cultural de Campinha-Bacote (2003, 2011), iniciou-se o processo com os primeiros 'encontros culturais' na comunidade, que permitiram validar, refinar ou modificar conhecimentos previamente adquiridos sobre valores, crenças e práticas existentes sobre os diversos grupos culturais. A partir daí, trabalharam-se os outros constructos. O 'desejo cultural' traduziu-se na motivação para querer ser culturalmente competente, respeitando as diferenças e mostrando disposição para aprender com o grupo. Também foi importante ter 'consciência cultural', ou seja, fazer um autoexame e explorar o próprio *background* cultural para compreender as bases do comportamento e o modo como este poderia inibir ou facilitar a relação com os jovens. O 'conhecimento cultural' foi fundamental, tendo-se pesquisado e obtido conhecimentos sobre valores, crenças e comportamentos dos elementos do grupo, mas também da comunidade onde se encontram inseridos, tendo presente que nenhum indivíduo é um estereótipo da sua cultura de origem. Procurou-se, também, adquirir alguma 'perícia cultural' por via da recolha de dados relativos aos problemas apresentados, que levaram aos diagnósticos e à formulação de uma estratégia de intervenção mutuamente aceitável e culturalmente relevante. Este processo requereu, por sua vez, o estabelecimento de uma boa relação com os jovens, valorizando-os, respeitando-os e apoiando-os.

Preparação operacional

Esta etapa corresponde à operacionalização da intervenção (Tavares, 1992). Em função dos objetivos operacionais previamente estabelecidos, foram desenvolvidas cinco atividades, que consistiram em quatro sessões de Educação para a Saúde (EpS) e uma visita ao Centro de Saúde, com as características apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1 - Caracterização das atividades desenvolvidas

Atividades	Duração (minutos)	N.º de jovens presentes
1ª - Sessão de EpS sobre o conceito de SSR	90	13
2ª - Sessão de EpS sobre contraceção	90	11
3ª - Sessão de EpS sobre IST	90	20
4ª - Sessão de EpS sobre gravidez não planeada e recursos de SSR	70	13
5ª - Visita ao Centro de Saúde de Carnaxide	90	10

Para a operacionalização de cada uma das sessões de EpS foi elaborado um Plano de Sessão, tendo os seus conteúdos sido direcionados para os problemas e diagnósticos de enfermagem previamente identificados através da análise das entrevistas.

Avaliação

A avaliação é a última etapa do processo, integrando-se também em cada uma das ante-

riores, e resulta da mobilização de indicadores, que representam os dados observáveis e mensuráveis das variáveis do projeto (Tavares, 1992).

Todas as atividades planeadas foram realizadas, pelo que o indicador de processo neste âmbito é de 100%. Quanto à percentagem de jovens presentes nas atividades, variou entre 31% e 69%. Alguns não chegaram a participar em qualquer atividade, o que se deveu a incompatibilidades de horário, e em todas estiveram presentes outros jovens que demonstraram interesse em assistir, maioritariamente do sexo masculino.

Relativamente à avaliação da consecução dos objetivos operacionais, no final de cada atividade foram colocadas oralmente questões ao grupo de participantes, através de jogos. Os resultados são apresentados no Quadro 2, verificando-se que os objetivos foram atingidos na totalidade.

Quadro 2 - Atividades, objetivos operacionais e avaliação

Atividades	Objetivos operacionais	Avaliação
Sessão de EpS sobre o conceito de SSR	Que três quartos (75%) dos jovens participantes presentes na atividade: -Sejam capazes de identificar quatro componentes da sexualidade; -Sejam capazes de identificar dois direitos sexuais e reprodutivos; -Reconheçam os objetivos e os princípios dos cuidados de SSR/Planeamento familiar.	100% 100% 100%
Sessão de EpS sobre contraceção	Que três quartos (75%) dos jovens participantes presentes na atividade: -Sejam capazes de identificar e caracterizar quatro métodos contraceptivos; -Sejam capazes de demonstrar corretamente a utilização do preservativo masculino.	100% 75%
Sessão de EpS sobre IST	Que três quartos (75%) dos jovens participantes presentes na atividade: - Sejam capazes de identificar e caracterizar três IST; - Saibam como prevenir as IST.	100% 100%
Sessão de EpS sobre gravidez não planeada e recursos de SSR	Que três quartos (75%) dos jovens participantes presentes na atividade: - Sejam capazes de identificar pelo menos dois critérios para realizar a IVG de acordo com a legislação portuguesa; - Saibam onde é realizada a consulta prévia à IVG.	100% 100%
Visita ao Centro de Saúde de Carnaxide	Que todos (100%) os jovens participantes presentes na atividade: - Sejam capazes de identificar os principais recursos de SSR existentes na sua área de residência; - Saibam recorrer aos serviços de SSR existentes na sua área de residência.	100% 100%

Para avaliar a satisfação dos participantes com as atividades desenvolvidas, foram aplicados questionários individuais e anónimos aos jovens no final de cada atividade, definindo-se indicadores cuja avaliação é apresentada no Quadro 3:

Quadro 3 – Indicadores de satisfação

Indicadores	Atividades	Avaliação
1 - Percentagem de participantes que gostaram das atividades realizadas	1ª	100%
	2ª	100%
	3ª	100%
	4ª	100%
	5ª	100%
2 - Percentagem de participantes que ficaram com as suas dúvidas esclarecidas	1ª	81%
	2ª	100%
	3ª	100%
	4ª	100%
	5ª	100%
3 - Percentagem de jovens que consideraram a atividade adequada aos conteúdos	1ª	91%
	2ª	100%
	3ª	100%
	4ª	100%
	5ª	100%
4 - Percentagem de participantes que consideraram a atividade adequada à compreensão do tema	1ª	100%
	2ª	88%
	3ª	100%
	4ª	100%
	5ª	100%
5 - Percentagem de participantes que consideraram a duração da atividade adequada	1ª	36%
	2ª	50%
	3ª	100%
	4ª	100%
	5ª	100%

Seguem-se alguns comentários dos jovens:

- *"Foi muito esclarecedor, ganhei mais informação na área da sexualidade."*
- *"Todas as dúvidas que tinha foram esclarecidas."*
- *"Porque serviu para me esclarecer muitas dúvidas que tinha."*
- *"Gostei de aprender."*
- *"Porque é bom saber coisas novas."*
- *"Porque foi interessante."*

Face aos resultados obtidos, pode afirmar-se que a avaliação global do projeto é positiva.

Conclusão

Este projeto foi desenvolvido com vista à capacitação de um grupo de jovens descendentes de imigrantes, população que, pela sua vulnerabilidade, apresenta necessidades de saúde específicas, nomeadamente no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva.

A adoção de uma abordagem holística permitiu lidar com as diferenças e as necessidades específicas dos jovens e desenvolver competência cultural, tentando realizar uma intervenção de enfermagem que fosse ao encontro dos seus desejos, valores e necessidades pessoais.

Esta estratégia de intervenção teve por base o Modelo de Promoção da Saúde de Nola Pender (Pender *et al.*, 2006), sendo a educação para a saúde uma componente essencial do processo. Com as atividades desenvolvidas pretendeu-se orientar os jovens relativamente à saúde sexual e reprodutiva, dando ênfase aos benefícios de um determinado comportamento, nomeadamente no que diz respeito à prevenção de IST e gravidez não desejada. Para fomentar nestes jovens um compromisso com o plano de ação, estabeleceu-se com eles uma relação de proximidade, incentivando um comportamento de promoção da saúde através da compreensão dos benefícios para a ação.

Com este projeto procurou-se obter uma melhoria da saúde da população alvo através da identificação das necessidades/problemas de saúde sexual e reprodutiva dos jovens, da participação na sua orientação em busca de soluções para esses problemas, e da promoção da sua capacitação para a adoção de comportamentos saudáveis, mediante o aumento da literacia em saúde. Os ganhos em saúde originados por este projeto foram, conseqüentemente, ter proporcionado ao grupo alvo mais informação sobre saúde sexual e reprodutiva, promotora de uma sexualidade saudável.

Referências bibliográficas

- Alvarez-Nieto, C., Pastor-Moreno, G., Grande-Gascón, M. L. e Linares-Abad, M. (2015), "Sexual and reproductive health beliefs and practices of female immigrants in Spain: a qualitative study", *Reproductive Health*, 12, pp. 79-89.
- Andrade, I. M. (2008), *Geografia da saúde da população imigrante na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).
- APF- Associação para o Planeamento da Família e ICS - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2008), *A educação sexual dos jovens portugueses - conhecimentos e fontes*. Disponível aqui (em 30/10/2016).
- Bäckström, B. (2009), *Saúde e Imigrantes: As Representações e as Práticas sobre a Saúde e a Doença na Comunidade Cabo-Verdiana em Lisboa*, Coleção de Teses do Observatório da Imigração, Vol. 24, Lisboa: ACIDI. Disponível aqui.
- Bardin, L. (2009), *Análise de Conteúdo* (Ed. revista e atualizada), Lisboa: Edições 70.
- Campinha-Bacote, J. (2003), *The Process of Cultural Competence in the Delivery of Healthcare Services: A culturally competent model of care*, Cincinnati, OH: Transcultural C.A.R.E. Associates.
- Campinha-Bacote, J. (2011), "Coming to Know Cultural Competence: An Evolutionary Process", *International Journal for Human Caring*, 15 (3), pp. 42-48.
- Cashman, R., Eng, E., Simán, F. e Rhodes, S. D. (2011), "Exploring the sexual health priorities and needs of immigrant Latinas in the Southeastern United States: a community-based participatory approach", *AIDS Education and Prevention*, 23 (3), pp. 236-248.
- Departamento de Doenças Infecciosas - Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge; Programa Nacional para a Infecção VIH, SIDA e Tuberculose - Direção-Geral da Saúde

- (colab.) (2017), *Infeção VIH e SIDA: a situação em Portugal a 31 de dezembro de 2016*, Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP. Disponível aqui (data da consulta: 19/05/2018).
- DeSantis, L., Thomas, J. T. e Sinnett, K. (1999), "Intergenerational Concepts of Adolescent Sexuality: Implications for Community-Based Reproductive Health Care with Haitian Immigrants", *Public Health Nursing*, 16 (2), pp. 102-113.
- Dias, S. F., Rocha, C. F. e Horta, R. (2009), *Saúde sexual e reprodutiva de mulheres imigrantes africanas e brasileiras: um estudo qualitativo*, Coleção de Estudos do Observatório da Imigração, vol. 32, Lisboa: ACIDI. Disponível aqui.
- Dias, S., Gama, A. e Rocha, C. (2010), "Perspectives of African and Brazilian immigrant women on sexual and reproductive health", *The European Journal of Contraception and Reproductive Health Care*, 15, pp. 255-263.
- Dias, S. e Matos, M. G. (2013), "Educação Sexual em Meio Escolar: percepção dos alunos", *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 4 (2), pp. 51-71. Disponível aqui (em 30/10/2016).
- Dias, S. (coord.), Gama, A., Silva, A. C., Cargaleiro, H., Horta, R., Lemos, M. e Martins, M. R. (2018), *Atitudes e representações face à saúde, doença e acesso aos cuidados de saúde nas populações imigrantes*, Coleção de Estudos do Observatório das Migrações, vol. 62, Lisboa: ACM. Disponível aqui
- Direção Geral da Saúde (2008), *Saúde Reprodutiva. Planeamento Familiar* (Ed. revista e atualizada), Lisboa: DGS.
- Direção-Geral da Saúde (2015), Orientação n.º 010/2015 de 29/10/2015, *Disponibilidade de métodos contraceptivos*. Disponível aqui (em 30/01/2016).
- Direção-Geral da Saúde (2016), *Doenças de Declaração Obrigatória 2012-2015: Volume 1- Portugal*, Lisboa: DGS. Disponível em: www.dgs.pt (em 19/05/2018).
- Direção-Geral da Saúde (2017), *Relatório dos Registos das Interrupções da Gravidez - Dados de 2016*, Lisboa: DGS. Disponível aqui (em 13/05/2018).
- Entidade Reguladora da Saúde (2015), *Acesso a Cuidados de Saúde por Imigrantes*, Porto: Entidade Reguladora da Saúde. Disponível aqui (em 20/01/2018).
- Évora, I. (2007), *Comportamento de prevenção ao HIV/SIDA entre jovens de origem cabo-verdiana em Portugal*, II Encontro Internacional, Migrantes Subsaharianos na Europa - SociNova, Odivelas, 25 de Maio de 2007, Lisboa: CEa - Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Disponível aqui (em 26/03/2016).
- Fonseca, M. L. (coord.), Ormond, M., Malheiros, J., Patrício, M. e Martins, F. (2005), *Reunificação familiar e imigração em Portugal*, Coleção de Estudos do Observatório da Imigração, vol. 15, Lisboa: ACIME. Disponível aqui
- Gascón, M. L. (2011), "El abordaje de la salud sexual y reproductiva en mujeres inmigrantes desde un enfoque de género", *Cultura de los Cuidados*, 30, pp. 45-51.
- Giuntella, O. (2013), *Why Does the Health of Immigrants Deteriorate? Evidence from Birth Records*, Discussion Paper No. 7588. Bonn: The Institute for the Study of Labor (IZA). Disponível aqui (em 28/10/2016).
- Imperatori, E. e Giraldes, M.R. (1993), *Metodologia do Planeamento da Saúde: manual para uso em serviços centrais, regionais e locais* (3ª ed.), Lisboa: Escola Nacional de Saúde Pública.
- Instituto Nacional de Estatística (2016), *Retorno de Informação Personalizada dos Municípios*. Disponível aqui (em 21/04/2017).
- International Council of Nurses - ICN (2011), *CIPE Versão 2 - Classificação Internacional*

- para a Prática de Enfermagem (H. Castro, Trad.), Lisboa: Ordem dos Enfermeiros.
- International Organization for Migration (2013), *International Migration, Health and Human Rights*. Disponível aqui (em 10-01-2016).
- Lei n.º 16/2007 de 17 de Abril (2007), Exclusão da ilicitude nos casos da interrupção voluntária da gravidez, *Diário da República* 1ª série, N.º 75 (17-04-2007), pp. 2417-2418.
- Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto (2009), Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar, *Diário da República* 1.ª série, N.º 151 (06-08-2009), pp. 5097-5098.
- Leininger, M. (ed.) (2001), *Culture Care Diversity and Universality: A Theory of Nursing*, Sudbury, MA: Jones and Bartlett Publishers.
- Leininger, M. (2002), "Essential Transcultural Nursing Care Concepts, Principles, Examples, and Policy Statements", in M. Leininger e M. McFarland (org.), *Transcultural Nursing: Concepts, Theories, Research & Practice* (3rd ed.), New York: McGraw-Hill Medical Division, pp. 45-69.
- Loeber, O. (2008), "Sexual and reproductive health issues of Turkish immigrants in the Netherlands", *The European Journal of Contraception and Reproductive Health Care*, 13 (4), pp. 330-338.
- Machado, M. C.; Santana, P.; Carreiro, H.; Nogueira, H.; Barroso, R. e Dias, A. (2007), "Cuidados de saúde materna e infantil a uma população de imigrantes", *Migrações*, 1, pp. 103-128. Disponível aqui
- Manuel, H. I. B. (2007), *Conhecimentos, Atitudes e Práticas sobre Planeamento Familiar de Mulheres Timorenses residentes em Portugal*, Coleção de Teses do Observatório da Imigração, Vol. 8, Lisboa: ACIME. Disponível aqui
- Maternowska, M. C., Withers, M. e Brindis, C. (2014), "Gender, masculinity and migration: Mexican men and reproductive health in the Californian context", *Culture, Health & Sexuality*, 16 (8), pp. 989-1002.
- Matos, M. G., Gonçalves, A. e Gaspar, T. (2004), "Adolescentes estrangeiros em Portugal: Uma questão de saúde", *Psicologia, Saúde & Doenças*, 5 (1), pp. 75-85.
- Matos, M. G., Gaspar, T., Simons-Morton, B., Reis, M. e Ramiro, L. (2008), "Communication and Information About "Safer Sex." Intervention Issues Within Communities of African Migrants Living in Poorer Neighbourhoods in Portugal", *Journal of Poverty*, 12 (3), pp. 333-350.
- Matos, M. G., Simões, C., Camacho, I., Reis, M. e Equipa Aventura Social (2015), *A Saúde dos Adolescentes Portugueses em tempos de recessão: Dados nacionais do estudo HSBC de 2014*, Lisboa: Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais/IHMT/UNL e FMH/Universidade de Lisboa. Disponível aqui (data da consulta: 15/06/2016).
- Matos, M. G., Gaspar, T. e Branquinho, C. (2017), "Comportamentos de saúde e bem-estar de adolescentes portugueses e estrangeiros residentes em Portugal em contextos de recessão económica", *Migrações*, 14, pp. 24-36.
- Mendes, M. M. F. (coord.) (2011), *Diagnóstico da População Imigrante no Concelho de Oeiras: Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento Local*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.). Disponível aqui (em 15/03/2016).
- Minnis, A. M., Doherty, I., van Dommelen-Gonzalez, E., Cheng, H., Otero-Sabogal, R. e Padian, N. S. (2010), "Immigration and Sexual Partner Risk Among Latino Adolescents in San Francisco", *Journal of Immigrant Minority Health*, 12, pp. 900-908.

- Oliveira, C. R. e Gomes, N. (2018), *Migrações e Saúde em números: o caso português*, Caderno Estatístico Temático # 2, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações (coord. C. R. Oliveira), Lisboa: ACM. Disponível aqui
- Pender, N. J., Murdaugh, C. L. e Parsons, M. A. (2006), *Health promotion in nursing practice* (5ª ed.), New Jersey: Pearson Prentice Hall.
- Rechel, B., Mladovsky, P., Devillé, W., Rijks, B., Petrova-Benedict, R. e McKee, M. (2011), "The future of migrant health in Europe", in B. Rechel *et al.* (org.), *Migration and Health in the European Union*, European Observatory on Health Systems and Policies, New York: Open University Press, pp. 245-250. Disponível aqui (em 28/01/2016).
- Reeske, A. e Razum, O. (2011), "Maternal and child health – from conception to first birthday", in B. Rechel *et al.* (org.), *Migration and health in the European Union*, New York: Open University Press, pp. 139-154. Disponível aqui (em 28/01/2016).
- Rocha, C. M. F., Darsie, C., Gama, A. e Dias, S. (2012), "Migração Internacional e Vulnerabilidade em Saúde: Tópicos sobre as políticas de Saúde e de Saúde Sexual e Reprodutiva em Portugal", *Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde - Hygeia* 8 (15), pp. 190-200. Disponível aqui (em 26/03/2016).
- Saurina, C., Vall-Llosera, L. e Saez, M. (2010), "A qualitative analysis of immigrant population health practices in the Girona Healthcare region", *BMC Public Health*, 10, pp. 379-390.
- Sawleshwarkar, S., Kakar, S. R., Jones, R., Lagios, K., Mindel, A. e Hillman, R. J. (2013), "Indian-born patients attending a sexual health clinic in Australia have differing characteristics to their Australian-born counterparts", *Internal Medicine Journal*, 43 (12), pp. 1327-1330.
- Schoevers, M. A., Van Den Muijsenbergh, M. E. T. C. e Lagro-Janssen, A. L. M. (2010), "Illegal female immigrants in The Netherlands have unmet needs in sexual and reproductive health", *Journal of Psychosomatic Obstetrics & Gynecology*, 31 (4), pp. 256-264.
- Sebo, P., Jackson, Y., Haller, D. M., Gaspoz, J-M e Wolff, H. (2011), "Sexual and Reproductive Health Behaviors of Undocumented Migrants in Geneva: A Cross Sectional Study", *Journal of Immigrant Minority Health*, 13, pp. 510-517.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2017), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2016*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Disponível aqui.
- Shangase, P. e Egbe, C. O. (2015), "Barriers to accessing HIV services for Black African communities in Cambridgeshire, the United Kingdom", *Journal of Community Health*, 40 (1), pp. 20-26.
- Smith, H. e Qian, X. (2010), "Migration and Women's Reproductive Health", in S. Malarcher (ed.), *Social determinants of sexual and reproductive health: informing future research and programme implementation*, Geneva: World Health Organization, pp. 93-111.
- Sociedade Portuguesa da Contraceção e Sociedade Portuguesa de Ginecologia (2015), *Avaliação das Práticas contraceptivas das Mulheres em Portugal 2015*. Disponível aqui (em 30/10/2016).
- Stanhope, M. e Lancaster, J. (2011), *Enfermagem de Saúde Pública: Cuidados de Saúde na Comunidade Centrados na População* (7ª ed.), Lisboa: Lusodidacta.
- Tavares, A. (1992), *Métodos e Técnicas de Planeamento em Saúde* (2ª ed.), Cadernos de Formação N.º 2, Lisboa: Ministério da Saúde – Departamento de Recursos Humanos da Saúde.
- Tavares, M. A. (coord.) (2015), *Plano Municipal de Oeiras para a Integração de Imigrantes 2015-2017*, Oeiras: Município de Oeiras. Disponível aqui (em 09/03/2016).

- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017), *International Migration Report 2017: Highlights* (ST/ESA/SER.A/404), New York: United Nations. Disponível aqui (em 03/03/2019).
- UNFPA (2006), *A state of the world population: A passage to hope*, New York: UNFPA. Disponível aqui (em 29/01/2016).
- Vala, J. (1986), "A Análise de Conteúdo", in A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais* (11ª ed.), Porto: Afrontamento, pp. 101-128.
- World Health Organization (2006), *Defining sexual health. Report of a technical consultation on sexual health 28-31 January 2002, Geneva*, Geneva: WHO. Disponível aqui (em 03/04/2016).
- World Health Organization (2010), *Health of migrants: The way forward – report of a global consultation, Madrid, Spain, 3-5 March*, Geneva: WHO. Disponível aqui (em 29/01/2016).
- World Health Organization (2016a), *Sexual and reproductive health*. Disponível aqui (em 03/04/2016).
- World Health Organization (2016b), *Global Health Sector Strategy on Sexually Transmitted Infections 2016-2021: Towards ending STIs*. Disponível aqui (em 19/05/2018).
- World Health Organization (2018), *HIV/AIDS: Key Facts*. Disponível aqui (em 19-05-2018).
- Wray, A., Ussher, J. M. e Perz, J. (2014), "Constructions and experiences of sexual health among young, heterosexual, unmarried Muslim women immigrants in Australia", *Culture, Health & Sexuality*, 16 (1), pp. 76-89.



migrações

www.om.acm.gov.pt

II. ENSAIOS

Afrodescendente no ritual das palavras e do silêncio *Afrodescendant in the ritual of words and silence*

Benalva da Silva Vitorio*

Resumo Em atenção à proposta do Observatório das Migrações "para assinalar a *Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024*", escrevi este artigo com objetivo de contribuir para a reflexão sobre esses sujeitos, em Portugal, que ainda padecem dos efeitos do colonialismo. Tomando a etnografia como abordagem metodológica, destaco a minha subjetividade e assumo as consequências desse trabalho, no qual integro as minhas experiências com a de outros afrodescendentes que, como donos da voz, somos capazes de romper as barreiras da invisibilidade e conjugar nacionalidade e cidadania plena, independente das nossas características fenotípicas. Assim, no ritual das palavras e do silêncio surge a perspectiva do futuro discursivo.

Palavras-chave Discriminação, intolerância, preconceito, convivência.

Abstract In consideration to the proposal of the Migration Observatory "to mark the International Decade of Afrodescendants 2015-2024", I wrote this essay with the objective to contribute to the discussion regarding those individuals who in Portugal still suffer under the effects of colonialism. Taking ethnography as methodological approach, I highlight my subjectivity and assume the consequences of this work, which I put my experiences and those of other afrodescendants, who, as voice owners, are capable of breaking the barriers of invisibility and conjugating full nationality, independently from our phenotypical characteristics. Thus, in the ritual of words and silence, a perspective emerges from the discursive future.

Keywords Discrimination, intolerance, prejudice, coexistence.

* Universidade Católica de Santos, Brasil. Email: benalvad@yahoo.com.br.

■ Afrodescendente no ritual das palavras e do silêncio

Benalva da Silva Vitorio

“Foi crescendo em mim a noção de que nasci cá e me considero portuguesa. Mas, as outras pessoas – as pessoas brancas – não me veem como fazendo parte do país” (Sofia lala Rodrigues, afrodescendente, filha de angolanos).

Tomo as palavras de Sofia, uma das 16 pessoas que ouviram a conferência da socióloga Cristina Roldão, na Universidade Nova de Lisboa, em junho de 2017, sobre o que a conferencista denominou *“racismo institucional”*, para iniciar o meu artigo, relatando o que vivenciei, recentemente, em Portugal.

Sentada na calçada, em uma das avenidas mais movimentadas de Lisboa, uma jovem estendia a mão direita no gesto de quem pedia ajuda. Na outra mão, segurava a bolsa de pano manchada de sangue. Em silêncio, acompanhava com o olhar suplicante as pessoas que passavam indiferentes à sua dor, ignorando o esforço de quem precisava se levantar depois de um tombo. Ao ajudá-la a erguer-se, notei a ferida sangrando na perna esquerda. Com dificuldade, ficou em pé, enxugou as lágrimas do rosto com a palma da mão e agradeceu meu gesto, afirmando: *“Se eu fosse branca, eles teriam me ajudado. Nós, como afrodescendentes, somos colocados à margem desta sociedade, onde somos vistos como intrusos, mesmo tendo nascido aqui. Obrigada por sua solidariedade”*.

O episódio referido acima aconteceu em novembro de 2017, no momento em que transcorria o congresso internacional “Comunicação, Diversidade e Tolerância”, na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa¹. Nesse evento acadêmico, na Divisão de Trabalho “Comunicação e Cidadania”, uma das participantes chamou a atenção para a incoerência da palavra “tolerância” no título do congresso, reiterada na chamada de trabalhos, em que a organização convida para o debate sobre *“o papel dos estudos da comunicação na promoção da tolerância e do respeito às diferenças”* (meu grifo). Ora, tolerância não condiz com respeito. Quem tolera não respeita a diversidade e as diferenças entre sujeitos, mas coloca barreiras no convívio com o Outro, ignorando que a solidariedade é o primado nas relações sociais.

Como afirmou Kardec (2002), *“a solidariedade liga as existências do ser, todos os seres do mesmo mundo e os seres de todos os mundos”*. Contudo, há quem discorde da visão otimista de Kardec sobre a solidariedade, como Real Ferrer (2003: 123), que classificou em duas espécies esse tipo de sentimento: a egoísta, quando o sujeito atua em favor do grupo em troca de algum benefício; a altruísta, quando se pratica a ação sem esperar qualquer benefício direto ou indireto, o que determina a verdadeira Sociedade Democrática.

Na minha concepção, solidariedade, como paradigma de pensamento social, representa ações voltadas à coletividade, sem visar vantagem pessoal, de maneira a permitir o equilíbrio entre os três postulados da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Assim, será possível que haja convivência pacífica entre *“sujeitos fragmentados”*, estreitando laços comuns entre Nós e os Outros, desfazendo estereótipos e preconceitos diante do Diferente, compreendendo como as “identidades culturais nacionais são afetadas ou deslocadas pelo processo de globalização” (Hall, 2000: 47).

Desde criança, aprendi com meus pais a importância de três povos, dos quais sou descendente: português, ameríndio e africano. Do lado materno, cultivei a herança portuguesa e procurei entender o legado indígena. De forma mais acentuada, preservo os valores que recebi do meu pai, descendente do continente africano, de onde partiu meu avô como escravo, em um navio negreiro, com destino ao Brasil. Da fusão entre autóctone e alóctone, costuro as pertencas da minha nacionalidade brasileira, considerando o hibridismo do meu país. Nesse sentido, concordo com Kamel (2006: 19) que, depois de ler Freyre (1933), concluiu que *"a nossa miscigenação não é a nossa chaga, mas a nossa principal virtude"*. E explica no que acredita:

[...] majoritariamente ainda somos uma nação que acredita nas virtudes da nossa miscigenação, da convivência harmoniosa entre todas as cores e nas vantagens, imensas vantagens, de sermos um país em que os racistas, quando existem, envergonham-se do próprio racismo. [...] aqueles que, como eu, são contra a transformação do Brasil numa nação bicolor e condenam a adoção de medidas racistas para combater o racismo não estão do outro lado. Estamos todos do mesmo lado. Mas temos soluções diferentes para o problema que aflige a todos (Kamel, 2006: 40-41).

Ao refutar estatísticas oficiais, *"que distorcem a realidade em favor de um Brasil bicolor"*, constituído por brancos e negros, Kamel (2006: 40) procura mostrar que, *"mais que ao racismo, a má situação do negro no Brasil se deve à pobreza e que não existem atalhos fáceis para superá-la, como cotas ou políticas assistencialistas"*. E aponta a educação como *"o único caminho seguro para que o país se torne mais justo"*. Ao seguir esse *"caminho seguro"*, superei as dificuldades como negra pobre.

Em minha constituição física, herdei do meu pai traços negros e superei preconceitos e estereótipos. Consegui o lugar que ocupo na sociedade brasileira sem recorrer a *"atalhos"*, seguindo o *"caminho seguro"* com o incentivo dos meus pais, a partir da relação com o Outro, alicerçada no respeito às diferenças. Ao assumir a africanidade, ou seja, raízes ou marcas culturais de origem africana, eu considero que a construção da minha identidade é de projeto, conforme os três modelos criados por Castells (2000: 24).

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostas a estes últimos; Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura social.

Na identificação com os povos que fazem parte da minha origem, compreendo o pensamento psicanalítico sobre a contradição da identidade, ou seja, que ela é formada ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, e não é inato, existente na consciência no momento do nascimento. Assim, a identidade está sempre *"em processo"*, sempre *"sendo formada"*, como explica Hall (2000: 39). Na sua concepção, em vez de falar

de identidade como algo acabado, deve-se considerar a *identificação* como "um processo em andamento". E esclarece:

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduo, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a "identidade" e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude.

Nesse processo identitário, como brasileira, ao conjugar nacionalidade e cidadania, foi possível provar o sabor da *identificação*, tanto em Portugal quanto em Moçambique, países em que morei e aprendi a arte da convivência com o Outro². Contudo, esse exercício requer paciência e sabedoria para que haja eficácia no que Maalouf (1999: 53) propõe como "*exigência de reciprocidade*", formulada em duas "*equações*" dirigidas a "*uns*" e aos "*outros*".

Quanto mais vos impregnardes da cultura do país de acolhimento, mais o podereis impregnar com a vossa. Quanto mais um imigrante sentir que a sua cultura é respeitada, mais ele se abrirá à cultura do país de acolhimento.

Mesmo sem ainda ter conhecimento da conceção acima, procurei pautar minha conduta no respeito ao Outro. Como imigrante, aprendi o segredo de conviver com a diferença e vivenciei a palavra-chave: reciprocidade. Nesse sentido, instintivamente, abri os braços e levantei a cabeça, constatando o que afirmou Maalouf (1999: 55): "*só se pode ter os braços abertos, se tiver a cabeça erguida*".

Mas, no começo da minha trajetória como imigrante, em Portugal, o impulso foi procurar abrigo na comunidade brasileira, vivendo de lembranças do meu país, cultivando ligações que persistiam. Aos poucos, consegui desvincular-me desse abrigo de aparente conforto entre Nós e passei a conviver com os Outros, de braços abertos e cabeça erguida. Mas, nem todos conseguem conjugar esses dois gestos. Geralmente, a tendência é procurar abrigo nas "*ilhas de semelhança e mesmidade em meio a um oceano de variedade e diferença*", disparando a mixofobia, como explica Baumann (2004: 133-5):

Quanto mais as pessoas permanecem num ambiente uniforme – na companhia de outras "como elas", com as quais podem "socializar-se" de modo superficial e prosaico sem o risco de serem mal compreendidas nem a irritante necessidade de tradução entre diferentes universos de significações – mais se tornam propensas a "desaprender" a arte de negociar um modus convivendi e significados compartilhados.

Em condições adversas, no período em que vivi no território do Outro (de 1971 a 1986)³, ao conjugar os dois gestos referidos acima nem sempre fui compreendida. Compreensão no sentido de reciprocidade, que implica conhecer o Outro para com ele conviver, assumindo e incorporando o princípio da diversidade humana. Acredito também que a reciprocidade implica, principalmente, o conhecimento e aceitação de si mesmo, como o poeta cubano Nicolás Guillén (2004) descreveu a geografia de seu corpo:

*Mi sangre navegable,
Mi geografía llena de oscuros montes.
De hondos y amargos valles
Que no están em los mapas (...).*

A partir dessa perspectiva, no presente artigo revisito situações de afrodescendentes em Portugal, no que diz respeito à nacionalidade e cidadania, em abordagem multidisciplinar, considerando experiências pessoais nos setenta e dois anos de vida como afrodescendente e pesquisadora sobre imigração⁴.

Assim, como abordagem metodológica, a recorrência à auto etnografia sustenta a construção desse relato sobre um grupo de pertença, a partir da minha visão de vida e de mundo, procurando evidenciar a reflexão, como Santos (2017: 218) aponta com base nos estudos de Salzman (2002: 806):

[...] a reflexividade assume um papel muito importante no modelo de investigação autoetnográfico, haja vista que a reflexividade impõe a constante conscientização, avaliação e reavaliação feita pelo pesquisador da sua própria contribuição/ influência/forma da pesquisa intersubjetiva e os resultados conseqüentes da sua investigação.

Com apoio nos princípios e procedimento da Análise de Discurso da Escola Francesa, tracei esse percurso seguindo o "ritual da palavra", como explica Orlandi (1999: 10):

Movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjugação e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é o ritual da palavra. [...] Diante de qualquer fato, de qualquer objeto simbólico somos instados a interpretar, havendo injunção a interpretar. Ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá.

Nesse meu percurso discursivo, o "ritual" compreende palavras e silêncios de afrodescendentes em Portugal, considerando características fenotípicas de sujeitos originários do Continente Africano. Embora os africanos não tenham abandonado suas raízes e não se renderam a outras culturas, decorrentes da Diáspora Negra⁵, sofreram e ainda sofrem preconceitos, que os colocam à margem da sociedade, de forma explícita ou implícita, desrespeitando seus direitos e seus sonhos.

[...] As aspirações dos homens negros devem ser respeitadas: a riqueza e a profundidade amarga da sua experiência, os tesouros desconhecidos da sua vida interior, as estranhas voltas da natureza que eles têm visto podem proporcionar ao mundo novas perspectivas e tornar seu afeto, sua vida e sua ação preciosos para todos os corações humanos. E para eles próprios, nesses dias que exasperam suas almas, a oportunidade de voar no pálido ar azul por sobre a fumaça é, para seus espíritos mais requintados, bênção e guarda para tudo aquilo que eles perdem na terra por serem negros (Du Bois, 1999).

A jovem que ajudei em uma das avenidas de Lisboa, como referido no início desse texto, contou-me que, às vezes, se revolta por ser filha de africanos e ter herdado a cor da

pele. O seu desabafo me fez lembrar o primeiro verso da poesia *Improviso do mal da América* de Mário de Andrade: "*Grito imperioso de brancura em mim...*". Por motivos que não insisti para justificar, a jovem pediu-me para não revelar seu nome, mas contou-me a sua história. Os pais, angolanos que vieram para Portugal no final da década de 80, se adaptaram no país em meio ao preconceito e submissão. Porém, ela não aceita o conformismo de seus pais e se considera "*marginalizada*" na sociedade portuguesa por ser negra. Revoltada com a situação de não pertencer, desabafou. "*Nasci aqui, tenho nacionalidade portuguesa. Mas, estou sempre à margem dessa sociedade. Sou invisível nesse país que perpetua o Colonialismo*".

Essa mesma linha de raciocínio pautou a conferência de Cristina Roldão, que discorreu sobre "*Perpetuação do Colonialismo: Afrodescendentes e o Acesso ao Ensino*". Com base em seu trabalho de campo, refletindo sua história de vida, a socióloga afrodescendente constatou que o número reduzido de portugueses negros nas universidades decorre "*das baixas expectativas que recebem da sociedade*" (CÂNCIO, 2017).

Nesse aspeto, há que se considerar que os afrodescendentes em Portugal, bem como no Brasil, carregam o legado do colonialismo, processo histórico complexo e política de Estado, como explica Ferreira (2014: 275). "*É sempre o Estado que vai condensar pressões sociais e econômicas e moldar o colonialismo. O colonialismo não pode ser separado do estatismo, ou seja, da propensão do Estado em expandir-se, conquistar e subjugar*".

Da mesma forma, a descolonização é complexa. Segundo Ferreira (2014: 278), esse processo representa "o fim de um governo estrangeiro e sua presença ostensiva dentro do território", mudando "a forma de acesso e competição por recursos materiais e simbólicos". Contudo, nem sempre os promotores dessa transformação consideram as condições socioeconômicas dos subjugados para que, com a descolonização, se tornem realmente "*livres*". Portanto, a concessão da liberdade, no meu entender, deve ser conjugada com oportunidades, principalmente no que concerne à educação, para que os descolonizados consigam ascensão econômica, realização profissional e, acima de tudo, respeito.

Essa minha concepção foi confirmada em dois momentos. No primeiro, quando trabalhei na Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, a cooperar na reconstrução do país, após a descolonização. Como pesquisadora, fiz parte de uma equipe estrangeira no desenvolvimento de projetos para a formação profissional de nacionais e constatei o crescimento dos envolvidos. No segundo, 2008, em Cascais. O funcionário negro que me atendeu em uma lanchonete, ao constatar a minha nacionalidade procurou saber mais sobre o Brasil, para onde pretendia emigrar. Contou-me que seu sonho era "*tirar o curso de Direito*", mas desistiu no segundo ano, devido à falta de dinheiro e sofrer preconceito por causa da cor da pele. O dono da lanchonete, português branco, que nos observava carrancudo, interrompeu nossa conversa e esbravejou: "*Anda lá, pá! Não vês que há fregueses esperando? Esses pretos não gostam de trabalhar*". Ao perceber que eu iria reagir ao insulto, o rapaz se afastou silencioso. Constatei, então, que na mesa ao lado da que eu estava sentada, outro funcionário e dois fregueses, brancos, conversavam sobre futebol. E não foram interrompidos. Antes de me retirar da lanchonete, sem nada consumir, parei diante do proprietário e agradeci a "*gentileza*" no atendimento. E ele ficou em silêncio.

Ao retornar a Lisboa, encontrei no comboio o rapaz que me atendeu na lanchonete. Perguntei-lhe o motivo pelo qual guardou silêncio diante da grosseria do patrão, ele respondeu: *"Deixa lá, senhora. Aqui somos tratados assim. Tenho nacionalidade portuguesa, mas sou negro. Situação como aquela me faz calar para garantir meu emprego"*. Pediu licença e se encaminhou para outro vagão.

Naquela relação entre patrão e empregado, branco e negro, respetivamente, observei o funcionamento da *"política do silêncio"*, ou seja, o *"silenciamento"*, como Orlandi (1995: 31) considera essa característica do silêncio na sua dimensão política, que *"pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)"*.

Compreendi, então, no ritual daquelas palavras e do silêncio, o sentido do sujeito associado à cor da pele. Se o negro, por um lado, é considerado preguiçoso; por outro, ele sente-se incapaz para reagir à injustiça, demonstrando conformismo diante do preconceito e da discriminação.

Respeitei a justificativa do rapaz porque passei por situação semelhante em Lisboa, quando me dirigia à sede da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), em 2005. Como não conseguia encontrar o endereço, entrei em uma tasca e pedi informação ao senhor branco que atendia no balcão. Ele me olhou de cima a baixo e virou as costas, ignorando o meu pedido. Retirei-me em silêncio e consegui a informação com a senhora negra que recolhia o lixo na rua.

Na situação acima, o silêncio foi além de sua dimensão política, ou seja, interpretei o silêncio como *"fundante"*, porque *"é a matéria significante por excelência, um continuum significante, o real da significação"*, de acordo com a premissa de Orlandi (1995: 31), ao explicar que *"o silêncio é o real do discurso"*.

O homem está "condenado" a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à "interpretação": tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico.

Interpretei o silêncio dos dois personagens daquela tasca, a partir das palavras de quem pedia uma informação, como *"o processo de significação, ou seja, o discurso"*. Porque, segundo Orlandi (1995: 33), na perspectiva da Análise de Discurso da Escola Francesa, *"o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor, no silêncio, o sentido é"*. Assim, aquele silêncio de ambas as partes significou as relações de força, sustentadas no poder dos diferentes lugares que ocupam na sociedade. Naquela tasca, o silêncio do homem a quem me dirigi para pedir uma informação significou o seu lugar de nacional (português) branco como sendo *"diferente"* do lugar de uma estrangeira (brasileira) negra, que não merecia a sua atenção, ou seja, tornei-me invisível. Por outro lado, atribui o sentido do meu silêncio como forma de deslocar-me do estereótipo da mulher brasileira naquele contexto do país⁶.

Desse modo, como os sentidos resultam de relações, o silêncio na tasca em Lisboa aponta também para a significação tanto da nacionalidade quanto da cidadania. Para Canclini

(1995: 22), a questão da cidadania deve ser deslocada da sua dimensão política – “os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território” – para contemplar também as práticas sociais e culturais “que dão dimensão ao pertencimento e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e satisfação de suas necessidades”.

Os afrodescendentes em Portugal, sejam brasileiros ou filhos e netos de africanos das ex-colônias, enfrentam problemas relacionados à cidadania, no âmbito político e sociocultural. Os primeiros conviveram e ainda convivem com estereótipos: mulheres sensuais, homens pagodeiros; os segundos carregam as marcas do colonialismo. Exemplo nesse sentido está na declaração da jovem que socorri em uma das avenidas de Lisboa. “Quando me refiro a nós, como afrodescendentes, estão também os brasileiros, vítimas de discriminação, principalmente as mulheres, acusadas de roubar o marido das portuguesas. Isso é injusto, porque entre nós há gente de toda espécie”.

Do discurso da jovem de 26 anos, vieram as lembranças de entrevistas que realizei com brasileiras em Portugal. Relatos de perseguição, insulto e até agressão, devido à nacionalidade. Eu, inclusive, passei por situações vexatórias, durante o trabalho de campo. Devido à minha nacionalidade, fui relacionada às atividades de brasileiras em casas de alterne, tanto por mulheres quanto por homens portugueses. Um deles, ao tomar conhecimento do meu trabalho de pesquisa, afirmou. “Vocês, brasileiras, deveriam estar todas trancadas nos alternes”. Minha resposta foi o silêncio...

Naquele contexto, não tive tempo nem paciência para retrucar com palavras ao estereótipo que se construiu sobre a minha nacionalidade. Teria que defender a concepção de que o estereótipo resulta da falta de conhecimento sobre o Outro, sendo mais fácil rotular do que compreender o Diferente.

Da mesma forma, o silêncio foi a minha reação ao ser cutucada com um objeto pontiagudo, no metro lotado em Lisboa. Não consegui identificar o agressor, mas ouvi o que ele disse: “Volte para a tua terra”. Como naquele momento, 1976, Portugal foi tomado pela onda dos “retornados”⁷, creio que o ato maldoso representava aviso de que os residentes nas ex-colônias, principalmente os não brancos, não eram bem-vindos ao país.

Agressão, invisibilidade, preconceito, discriminação. Essas e outras atitudes são algumas que, geralmente, atingem os afrodescendentes e representam a ponta mais visível do iceberg que esconde no seu bojo *apartheid* informal, tanto em Portugal quanto no Brasil. Mazelas decorrentes da expansão colonial portuguesa, marcada por tráfico negreiro, escravidão, imposição de valores exógenos a índios e africanos.

Contudo, no Século XXI há perspectiva de que os afrodescendentes alcancem o seu devido lugar nas sociedades, desde que haja reciprocidade na prática de ações, com base no respeito à diferença, que dignifiquem o Homem, independente da nacionalidade, origem e características físicas.

Nesse sentido, o Programa de Atividades da Década Internacional de Afrodescendentes representa uma das luzes capaz de quebrar a invisibilidade de sujeitos que carregam

a herança colonial. O Programa, que compreende o período de 2015 a 2024, aprovado pela Assembleia Geral das ONU, em 2013 (resolução 68/237), tem como tema "Povos Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento" e aponta como objetivos principais:

Promover o respeito, proteção e cumprimento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas afrodescendentes, como reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

Promover um maior conhecimento e respeito pelo patrimônio diversificado, a cultura e a contribuição de afrodescendentes para o desenvolvimento das sociedades;

Adotar e reforçar os quadros jurídicos nacionais, regionais e internacionais de acordo com a Declaração e Programa de Ação de Durban e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, bem como assegurar a sua plena e efetiva implementação.

Contudo, depende da vontade política nos três níveis (nacional, regional e internacional) para que se concretizem tais objetivos e o documento não se torne letra morta e fique esquecido na gaveta dos burocratas no poder das três instâncias.

Entre os presentes na conferência de Cristina Roldão sobre "*racismo institucional*", a iniciativa da ONU dividiu opiniões. Por um lado, despertou a esperança em Sofia Iala Rodrigues "*de que seja o princípio de uma nova era*"; por outro, suscitou dúvida em João Mendes, porque "*a maioria das pessoas não sabe*". Embora tenha louvado a iniciativa, ele considerou que a mesma "*está ainda um pouco verde*". Ao lembrar a posição do governo português em um relatório sobre discriminação enviado a ONU, no primeiro ano da Década dos Afrodescendentes, João Mendes questionou o seguinte:

"Como se explica que o Estado possa dar-se ao luxo de [...] elencar uma série de políticas dirigidas a imigrantes e ciganos e, quanto aos negros, declarar que esses beneficiam de uma 'abordagem holística', ou seja, não existem políticas específicas para eles?"

Para amadurecer a iniciativa da ONU e que a mesma frutifique em todos os países, principalmente aqueles que, no passado, foram Metrópole ou Colônia, é preciso eliminar os mecanismos de exclusão social que atingem os pobres, sejam brancos, negros, pardos⁸, amarelos, afrodescendentes, euro-afrodescendentes. Assim, para entrar em "*uma nova era*" considero fundamental combater o principal mecanismo de reprodução da pobreza, que é a educação pública de baixa qualidade.

Elevar a qualidade da educação pública requer medidas em diferentes dimensões, entre as quais, romper com paradigmas preconceituosos, baseados no senso comum. No Brasil, medidas, que considero paliativas, foram tomadas em gabinetes oficiais, distantes da realidade daqueles que sentem na pele as distorções entre brancos e negros. Uma dessas medidas foi a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial das escolas de Ensino Fundamental e Médio a temática "História e Cultura Afro-brasileira" (Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003). Sobre o assunto, Gentile (2005: 42) destaca a desvalorização dos conteúdos referentes a esse tema:

O pouco caso com a cultura africana se reflete na sala de aula. O segundo maior continente do planeta aparece em livros didáticos somente quando o

tema é escravidão, deixando capenga a noção de diversidade de nosso povo e minimizando a importância dos afro-descendentes.

A mesma lei estabeleceu 20 de novembro como "Dia da Consciência Negra", em homenagem a Zumbi, líder negro do Quilombo dos Palmares, que morreu em 1695 a lutar pela libertação do seu povo e contra o sistema escravista⁹.

Por discordar desse feriado e outras medidas oficiais, como "*reparação histórica*" da prática colonialista, que colocou o negro à margem da sociedade, escrevi artigo, do qual destaco algumas das minhas posições, no que diz respeito às "*ações afirmativas*" do governo brasileiro:

Não basta reivindicar "cotas" para se ingressar nas instituições públicas de ensino superior e no mercado de trabalho com a alegação de que a cor da pele é negra. Não basta determinar um dia no ano para se comemorar, por meio de feriado, a chamada "consciência negra". Até porque a consciência não tem cor. É preciso incentivar o conhecimento da nossa História e das histórias dos Outros que nos constituíram como Brasileiros. É preciso criar condições para que haja reflexão sobre os caminhos tortuosos da chamada "reparação histórica", ou seja, melhorar o sistema de ensino para que todos tenham oportunidade de "crescer" como brasileiro, independente da cor da pele, e comemorar todos os dias com trabalho, dignidade e consciência de que somos todos iguais em um país multicultural (Vitorio, 2011: A2).

A respeito do "*ser negro no Brasil*", que "*não é fácil*", Gullar (2007: E10) considera que "*a questão não está na minha consciência nem na tua*", que "*a questão não é racial, mas cultural e, sob este ângulo, creio, deve ser repensada*".

Provavelmente ao repensar as formas de discriminação no país, o governo português estabeleceu como objeto da Lei n.º 93, de 23 de agosto de 2017, "*o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate a qualquer forma de discriminação em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem*" (Capítulo I, Artigo 1.º). Sem fazer referência a nenhuma comunidade, consta na referida Lei, Artigo 2.º, que a mesma "*é aplicável a todas as pessoas singulares e colectivas, públicas e privadas*", no que diz respeito "*à proteção e benefícios sociais, à educação, ao acesso a bens e serviços e à cultura*", sem prejudicar "*a adoção de medidas de ação positiva destinadas a compensar desvantagens relacionadas no artigo anterior*".

Devido à generalização quanto aos beneficiários dessa Lei, creio que a mesma não atendeu às expectativas de afrodescendentes em Portugal, conforme opinião dos que entrevistei sobre o assunto, em novembro de 2017, durante o congresso referido acima. Do discurso dos entrevistados, compreendi o conflito de ser português e negro, o sentimento de não pertença ao país em que nasceram, onde não gozam do direito à cidadania plena. Como disse um deles, "*somos humanos, pessoas, temos nacionalidade, mas politicamente somos negros*".

Por mais que estejam imbuídos de boas intenções, os governantes não serão capazes de promover a convivência harmoniosa entre Nós e os Outros sem que haja "*um código de*

conduta [...] que proteja uns e outros" da discriminação, do preconceito, da invisibilidade (Maalouf, 1999: 52). Esse "código" é a reciprocidade no respeito entre as duas partes, desde que se conheçam para que se aceitem. Conhecer quem somos e quem é o outro, bem como os respetivos contextos, por meio da excelência na qualidade de ensino para todos: ricos e pobres; brancos, negros e miscigenados; nacionais e estrangeiros, eis o caminho para se construir identidade de projeto. Assim, acredito que seja possível transformar sociedade que exclui o Outro por seus traços fenóticos e promover a convivência com respeito à diferença.

Nesse sentido, considero que tal caminho seja mais produtivo do que o traçado por força da lei, por determinação oficial, por medidas coercitivas e ações afirmativas para reparar erros históricos e promover inclusão social. Como dono da voz e não a voz do dono, o afrodescendente e todos os que se consideram excluídos no meio em que vivem serão capazes, por meio do conhecimento, de romper barreiras da invisibilidade e conjugar nacionalidade e cidadania.

Como disse Gullar (2007: E10), "*o homem, filho da natureza como todos os demais seres, define e enriquece sua humanidade na medida mesmo em que supera impulsos egoístas e se reconhece no outro, irmão do outro, solidário e justo*". Assim, interrompo essa tessitura para dar lugar à reflexão daqueles que me acompanharam no ritual de palavras e silêncio, esperando que a minha contribuição promova futuro discursivo.

Notas

¹ XV Congresso Internacional IBERCOM, realizado de 16 a 18 de novembro de 2017, na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, no qual apresentei o artigo "O imigrante no meio acadêmico: estudo de caso", na Divisão Temática "Comunicação e Cidadania".

² Morei doze anos em Portugal e cinco em Moçambique. Da convivência com os nacionais desses países carrego traços culturais que confundem as pessoas quanto à minha nacionalidade.

³ Em Portugal, vivenciei a Revolução dos Cravos e acompanhei a queda do regime salazarista. Em Moçambique, cooperei na construção de um país esfacelado pela guerra colonial e dei à luz o meu filho, retomando a minha ancestralidade.

⁴ Pesquisas de Pós-Doutorado sobre Imigração Brasileira em Portugal, realizadas na Universidade de Coimbra (2005) e Universidade Aberta de Lisboa (2013).

⁵ Fenômeno que caracterizou a imigração forçada de africanos para diversas partes do mundo, com finalidade escravagista.

⁶ Vivi aquele acontecimento em 2005, quando realizei o trabalho de campo para pesquisa do meu primeiro pós-doutorado. Naquele contexto, circulava em Portugal a imagem da brasileira associada à prostituição.

⁷ A partir de 1975, generalizou-se a denominação de "retornados", no sentido pejorativo, aos residentes nas ex-colônias que se instalaram em Portugal, embora a maioria chegasse pela primeira vez no país.

⁸ No meu registo de nascimento consta que tenho a cor parda. Não aceito essa designação para a cor da minha pele. Considero-me negra e deixo que os Outros, inclusive o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), me coloquem na classificação que quiser. Sou apenas brasileira.

⁹ A data, inicialmente incluída no calendário nacional escolar, passou a ser feriado em várias cidades brasileiras, a partir da Lei 12.519, de 11 de novembro de 2011, que instituiu oficialmente o "Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra".

Referências bibliográficas

- Andrade, M. de (1987), *Poesias completas*, Belo Horizonte: Itatiaia.
- Baumann, Z. (2004), *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*, tradução de Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Zahar.
- Castells, M. (2000), *O poder da identidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Câncio, F. (13 jun. 2017), "É preciso descolonizar Portugal", *Diário de Notícias*, Lisboa. Disponível aqui (acesso em 08/07/18).
- Canclini, N. G. (1995), *Consumidores e Cidadãos*, Rio de Janeiro: UFRJ.
- Du Bois, W. (1999), *As almas da gente negra*, tradução de Heloisa Toller Gomes, Rio de Janeiro: Lacerda Editora.
- Ferreira, A. C. (2014), "Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial", *Revista Sociedade e Estado*, volume 29, número 1, Brasília, p. 255-288.
- Freyre, G. (1946), *Casa Grande & Senzala*, 2.º vol. São Paulo: José Olympio.
- Gentile, P. (nov. 2005), "África de todos nós", *Revista Nova Escola*, São Paulo, Editora Abril.
- Guillén, N. (2004), *El apellido: my last name*, tradução de Roberto Marquez, Flórida: Mango Publishing.
- Gullar, F. (08 abr. 2007), "Ser negro", *Folha de S. Paulo*, caderno Ilustrada, São Paulo. Disponível aqui. (em 30/01/19).
- Hall, S. (2000), *A identidade cultural na pós-modernidade*, tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Kamel, A. (2006), *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Kardec, A. (2002), *O Evangelho segundo o espiritismo*, tradução de Guillon Ribeiro, 12ª ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira.
- Maalouf, A. (1999), *As identidades assassinas*, tradução de Susana Serras Pereira, Alges / Portugal: Difel.
- Orlandi, E. P. (1995), *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, 3ª ed. Campinas, SP: UNICAMP.
- Orlandi, E. P. (1999), *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*, Campinas/SP: Pontes.
- Real Ferrer, G. (2003), "La solidariedad en el derecho administrativo", *Revista de Administración Pública (RAP)*, n.º 161, p. 123-179.
- Salzman, P. C. (2002), "On Reflexivity". *American Anthropologist*, v. 104, n. 3, p. 805-813.
- Santos, S. M. A. (2017), "O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafio", *PLURAL – Revista de Ciências Sociais*, Universidade de São Paulo, v. 24, n. 1, 2017, p. 214-241.
- Vitorio, B. da S. (2007), *Imigração brasileira em Portugal: identidade e perspectivas*, Santos/SP: Leopoldianum.
- Vitorio, B. da S. (2010), "A cor da consciência", *A Tribuna*, Santos, Caderno A, Seção Opinião, p. A2.
- Vitorio, B. da S. (2015), *Imigrantes brasileiros e a crise em Portugal*, Santos/SP: Leopoldianum.

Convite à apresentação de originais

A Revista *MIGRAÇÕES*, do Observatório das Migrações (www.om.acm.gov.pt), publica textos originais que possam contribuir para a reflexão, conceção e/ou avaliação de políticas públicas em matéria de migrações. Os textos propostos podem ter a forma de artigos científicos, artigos de opinião, notas e resenhas de livros da área das migrações.

Os textos originais propostos serão ordenados e apreciados quanto à sua pertinência no âmbito editorial da revista pela Coordenação Editorial e uma Comissão Científica.

As propostas de artigos deverão ser enviadas via e-mail para om@acm.gov.pt. Todos os artigos deverão ser acompanhados dos seguintes elementos: título do artigo, resumo, nome(s) do(s) autor(es), instituição(ões) a que pertence(m), morada completa, endereço(s) de e-mail e telefone(s).

Call for original articles

The Journal *MIGRAÇÕES*, of the Observatory for Migration (www.om.acm.gov.pt), publishes original texts that contribute to the analysis, conception and/or evaluation of public policies on the issue of migration. The proposed texts can be in the form of academic articles, opinion articles, notes and book reviews in the area of migration.

The proposed original texts will be arranged and considered regarding their relevance within the editorial context of the journal by the Editorial Coordination and an Academic Commission.

Proposals for articles should be sent by email to om@acm.gov.pt. All articles should be accompanied by the following information: title of the article, abstract, name(s) of the author(s), institutional affiliation(s), complete address, e-mail address(es) and telephone number(s).